



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
Programa de Pós-Graduação em Geografia

SEBASTIÃO DE SOUZA OLIVEIRA

**O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CERRADO BRASILEIRO E AMETAMORFOSE
DO LATIFÚNDIO NO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO TOCANTINS**

Presidente Prudente

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
Programa de Pós-Graduação em Geografia

SEBASTIÃO DE SOUZA OLIVEIRA

**O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CERRADO BRASILEIRO E AMETAMORFOSE
DO LATIFÚNDIO NO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO TOCANTINS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível Doutorado, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito para obtenção do título de doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Presidente Prudente

2017

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação - Diretoria Técnica
de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente

Oliveira, Sebastião de Souza.
O51a O avanço do capitalismo no Cerrado brasileiro e a metamorfose do
latifúndio no município de Pedro Afonso Tocantins / Sebastião de Souza
Oliveira. – Presidente Prudente: [s.n], 2017
294 f. : il.

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalhal
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências
e Tecnologia, Presidente Prudente, ano 2017
Inclui bibliografia

1. Pedro Afonso. 2. Cerrado. 3. Latifúndio. 4. Metamorfose. 5. Território
Camponês I. Carvalhal, Marcelo Dornelis. II. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Claudia Adriana Spindola
CRB-8ª/5790

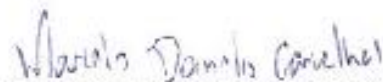
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

**TÍTULO DA TESE: O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CERRADO BRASILEIRO E A
METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO NO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO-TO**

AUTOR: SEBASTIÃO DE SOUZA OLIVEIRA

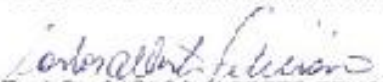
ORIENTADOR: MARCELO DORNELIS CARVALHAL

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora.



Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL

Campus de Ourinhos / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO

FCT/UNESP / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/UNESP



Dr. GUILHERME MARINI PERPETUA

Pós-doutoranda / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



Prof. Dr. ELIZEU RIBEIRO LIRA

Geografia / Universidade Federal do Tocantins



Prof. Dr. JOÃO EDMILSON FABRINI

Departamento de Geografia / UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Presidente Prudente, 18 de outubro de 2017

AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho, diversas são as pessoas que merecem meus sinceros agradecimentos.

Inicialmente, agradeço ao meu orientador Professor Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal, por ter aceitado me orientar neste trabalho.

Aos professores da Banca de Qualificação, Prof. Dr. Antônio Thomaz Junior e Carlos Alberto Feliciano, pelas valiosas críticas.

À minha esposa Rosecler pelos incentivos e colaboração em todos os momentos da pesquisa e aos meus filhos: Lauro e Júlia.

Aos meus colegas do Curso, especialmente Fernando Veloso e sua Esposa Maria Joseli pela partilha constante dos momentos difíceis e alegrias.

À minha cunhada Rosângela e seu esposo José Antônio, pela boa vontade e apoio constante.

À minha sogra também pela preocupação e apoio constante desde a época da graduação.

À equipe administrativa da Pós-Graduação e professores pelo bom relacionamento.

Aos colegas do Grupo de Estudos Agrários Urbanos e Regional - NURBA da Universidade Federal do Tocantins em especial ao Prof. Elizeu Lira.

Ao amigo Isac Tavares pela elaboração dos mapas e partilho do conhecimento cartográfico.

A meus ex-professores do Colégio Agrícola Pedro Afonso - Nelson e Felizardo Camargo

Aos colegas Vandervilson Carneiro (UEG), Dalmo Fernandes e Wendel Santos pelo apoio.

A minha irmã: Alair, meu cunhado Sandoval pelo apoio prestado desde tempos pretéritos.

Aos camponeses de Pedro Afonso, Tupirama, Bom Jesus e Guaraí e Santa Maria pela colaboração.

Enfim, agradeço toda minha família, especialmente, a meus pais, pelo eterno apoio material e espiritual.

RESUMO

Este estudo buscou compreender os processos que conduziram à metamorfose do latifúndio no município de Pedro Afonso no Estado do Tocantins. Para que se cumprissem os objetivos almejados, fez-se o esforço de definir a *metamorfose do latifúndio* como conceito balizador para compreender o emaranhado espaço-temporal da questão agrária na região do atual estado do Tocantins. Tais mudanças latifundiárias não aconteceram de um momento para outro, mas integram a princípio o Planejamento oficial amplo, para a região Norte de cunho político, geopolítico e econômico. O Estado tem sido o mediador principal, no sentido de abrir caminho, por intermédio de infraestruturas, leis ambientais, incentivos fiscais em benefício do capitalismo no campo. Para acelerar ou fazer chegar o “desenvolvimento” aos lugares ainda não explorados, sobretudo aqueles escolhidos pelo próprio capital, servidos de terras planas e água como é o caso do município de Pedro Afonso localizado na confluência de dois grandes rios – Tocantins e Sono. Contudo, os Projetos governamentais endereçados ao Norte e Centro-Oeste brasileiro iniciaram na década de 1930 no Governo Vargas a Marcha para o Oeste; em 1950 o Plano de Metas com Juscelino Kubistchek; em 1964 o Governo dos Militares; em 1973 a implantação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), primeira fase no estado de Minas Gerais e expansão para Goiás e Mato Grosso do Sul. Chama-se atenção para este último devido o rompimento das exportações de produtos agrícolas dos Estados Unidos para o Japão, sobretudo grãos e farelo, o que conduziu o governo japonês a estreitar as relações com o Brasil, e o Cerrado passa a ser capturado para o plantio de soja. O Projeto foi desenvolvido em três Fases, sendo a última (PRODECER III) sediada no município de Pedro Afonso entre os anos de 1995 a 2003, situado como o grande marco e mais impactante para *metamorfose do latifúndio* tradicional em empresarial. A arrumação territorial do primeiro destoa do segundo, principalmente na forma de uso da terra: emprego de mão-de-obra, preço da terra, tipo de cultivo, degradação ambiental etc.; já o segundo, totalmente voltado para o mercado externo, potencializado pelo maior alcance/acesso às técnicas de produção denominadas “revolucionárias” e financiamento bancário, atinge patamar considerável de destruição do patrimônio social-político-ambiental do Cerrado para a produção de commodities - Predominantemente soja e mais recente cana de açúcar. No mesmo território municipal de Pedro Afonso e demais municípios circunvizinhos, encontram-se inviabilizados pelas políticas públicas, fragmentados politicamente, estão os camponeses resistentes tentando se recompor por meio de *Associações*. Na tese, esclarece-se o longo processo de sedimentação do *latifúndio tradicional* e a *metamorfose* deste que começa com o uso intenso de aparato tecnológico e biotecnológico, tendo os solos do Cerrado como ponto culminante da produção de *commodities*. Ressalva-se que para chegar a esse resultado, foi importante a busca por leituras de autores da temática analisada, dados secundários (IBGE) e Trabalho de Campo.

Palavras-chave: Pedro Afonso; Cerrado; Latifúndio; Metamorfose; Território; Camponês.

ABSTRACT

This study sought to understand the processes that led to the metamorphosis of the latifundio in municipality of Pedro Afonso state of Tocantins. In order to achieve the desired objectives, an effort was made to define the metamorphosis of the latifundio as a marker concept to understand the spatial-temporal entanglement of the agrarian matter in the region of the present state of Tocantins. These latifundio changes did not happen suddenly, but it integrates the official Planning, for the North region of political, geopolitical and economic bias. The State has been the main mediator, in effort of making a way, through infrastructure, environmental laws, tax incentives for the benefit of capitalism in the countryside, to accelerate the "development" to places not yet explored, especially those chosen by the capital itself, served with flat lands and water as is the case of the city of Pedro Afonso located at the confluence of two major rivers - Tocantins and Sono. However, the Government Projects addressed to the Brazilian North and Midwest began in the 1930s, in the Vargas Government, the March to the West; in 1950, the Plan of Goals, with Juscelino Kubistchek; in 1964, the Military Government; in 1973, the implantation of the Japanese-Brazilian Cooperation Program for the Development of Cerrado (PRODECER), the first phase in the state of Minas Gerais and expansion to Goiás and Mato Grosso do Sul. The latter draws attention due to the disruption of exports of agricultural products from the United States to Japan, mainly grains and bran, which led the Japanese government to strengthen relations with Brazil, and the Cerrado began to be used for the soy planting. The project was developed in three Phases, the last one (PRODECER III) being located in the city of Pedro Afonso between 1995 and 2003, situated as the great landmark and most impacting for metamorphosis of the traditional latifundio in business. The territorial arrangement of the first differs from the second, mainly in the form of land use: employment of labor, land price, type of crop, environmental degradation, etc. The second, totally focused on the external market, fueled by the greater reach / access to the so-called "revolutionary" techniques of production and bank financing, reaches a considerable level of destruction of the social-political-environmental patrimony of the Cerrado for the production of commodities - Predominantly soybeans and more recent sugar cane. In the same municipal territory of Pedro Afonso and other surrounding municipalities, rendered unfeasible by public policies, are the resistant peasants trying to compose themselves through Associations. In the thesis, the long process of sedimentation of the traditional latifundio is clarified and the metamorphosis of its that begins with the intense use of technological and biotechnological apparatus, having the soils of the Cerrado as the culminating point of the production of commodities. It should be noted that in order to reach this result, it was important to search for readings by authors of the analyzed subject, secondary data (IBGE) and fieldwork.

Key-words: Pedro Afonso; Cerrado; Latifundio; Metamorphosis; Territory; Peasant.

RESUMEM

Este estudio buscó comprender los procesos que condujeron a la metamorfosis del latifundio en el municipio de Pedro Afonso estado del Tocantins. Para que se cumplieran los objetivos esperados, se hizo el esfuerzo de definir la metamorfosis del latifundio como concepto central para comprender el entramado espacio-temporal de la cuestión agraria en la región del estado actual de Tocantins. Tales cambios latifundiários no sucedieron de un momento para otro, sino que integran a principio amplio el planeamiento oficial para la región Norte de cuño político, geopolítico y económico. El estado ha sido el mediador principal, en el sentido de abrir camino por intermedio de infraestructuras, leyes ambientales, incentivos fiscales en beneficio del capitalismo en el campo. Para acelerar o hacer llegar el “desarrollo” a los lugares todavía no explotados, sobre todo aquellos elegidos por el propio capital, servidos de tierras planas y agua como es el caso del municipio de Pedro Afonso situado en la confluencia de dos grandes ríos - Tocantins y Sono. Sin embargo, los proyectos gubernamentales direccionados al Norte y al Centro-Oeste brasileño iniciaron en la década de 1930 en el Gobierno Vargas la Marcha para el Oeste; en 1950 el Plan de Metas con Juscelino Kubistchek; en 1964 el Gobierno de los Militares; en 1973 la implantación del Programa de Cooperación Nipo-Brasileño para el Desarrollo del Cerrado (PRODECER) primera fase en el estado de Minas Gerais y expansión para Goiás y Mato Grosso do Sul. Llama la atención para este último debido al rompimiento de las exportaciones de los productos agrícolas de los Estados Unidos para el Japón, sobre todo granos y salvado, el que condujo al gobierno japonés a estrechar las relaciones con Brasil y el Cerrado, pasa a ser capturado para la plantación de soja. El proyecto fue desarrollado en tres Fases, siendo la última (PRODECER III) establecida en el municipio de Pedro Afonso entre los años de 1995 al 2003. Situado como el gran marco y más impactante para la metamorfosis *del latifundio tradicional* empresarial. El arreglo territorial del primero destona del segundo, principalmente en la forma de uso de la tierra: empleo de mano de obra, precio de la tierra, tipo de cultivo, degradación ambiental, etc.; ya el segundo, totalmente orientado hacia el mercado externo, potencializado para el mayor alcance/acceso a las técnicas de producción denominadas “revolucionarias” y financiamiento bancario, alcanza un nivel considerable de destrucción del patrimonio social-político-ambiental del Cerrado para la producción de *commodities* - Predominantemente soja y más reciente caña de azúcar. En el mismo territorio municipal de Pedro Afonso y demás municipios circunvecinos se encuentran inviabilizados por las políticas públicas, fragmentados políticamente están los campesinos resistentes intentando recomponerse por medio *de las Asociaciones*. En *la tesis*, se aclara a lo largo el proceso de la sedimentación *del latifundio tradicional* y *la metamorfosis* de este que comienza con el uso intenso del aparato tecnológico y biotecnológico, teniendo los suelos del Cerrado como punto culminante de la producción *de commodities*. Se hace la salvedad de que para llegar a este resultado, fue importante la búsqueda por lecturas de autores de la temática analizada, datos secundarios (IBGE) y Trabajo de Campo.

Palabras-clave: Pedro Afonso; Cerrado; Latifundio; Metamorfosis; Territorio; Campesino.

LISTA DE SIGLAS

ADAPEC: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
BRASIL ECODIESEL: Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A.

BASA: Banco da Amazônia S/A.

BANCO MUNDIAL: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

BASAGRO: Companhia Brasileira de Participação.

BR-14: Rodovia Belém-Brasília.

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNB: Banco do Nordeste do Brasil.

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

BCA: Banco de Crédito da Amazônia.

COOPERFORMOSO: Cooperativa Agroindustrial do Rio Formoso.

COOPERJAVA: Cooperativa Mista Rural Vale dos Javaés.

COOPERGRAN: Cooperativa Mista/Rural Lagoa Grande.

CEAPA: Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto.

CAMPO: Companhia de Promoção Agrícola.

COAPA: COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PRODUTORES DE PEDRO AFONSO.

CNER: Companhia Nacional de Educação Rural.

CANG: Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

CIME: Conselho Indianista Missionário.

CPT: Comissão Pastoral da Terra.

CIDA: Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola.

COFCO: Companhia Nacional Chinesa de Cereais, Óleo e Gêneros Alimentícios.

CEVAL: Cereais do Vale.

CVRD: Companhia Vale do Rio Doce.

CEASA: Central de Abastecimento S/A.

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina.

EUA: Estados Unidos da América.

EFA: Escola Fazenda Agrícola.

EMATER: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

GRANOL: Indústria e Comércio de Alimentos.

GETAT: Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins.

GEBRAN Grupo de Terras do Baixo Amazonas do Norte e Nordeste.

GAO: Organização dos Estados Americanos.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IFTO: Instituto Federal do Estado do Tocantins.

JICA: AGÊNCIA JAPONESA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL.

JADECO: Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MAPA: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

OECD: Overseas Economic Cooperation Found.

OEA: Organização dos Estados Americanos.

PNDs: Planos Nacionais de Desenvolvimento.

POLOCENTRO: Programa para Desenvolvimento do Cerrado.

POLONORDESTE: Programa para Desenvolvimento do Nordeste.

PIN: Programa de Integração Nacional.

PDA-MATOPITA: Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

PAC: PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO.

PNRA: Planos Nacionais de Reforma Agrária.

POLAMAZÔNIA: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

PRODIAT: Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia e Tocantins.

PRODECER: Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

RURALTINS: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS.

RODOBRÁS: Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília.

SEPLAN: Secretaria do Planejamento.

SPVEA: Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia.

SDB: Superintendência de Defesa da Borracha.

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

UNESCO: Organizações das Nações Unidas Para a Educação a Ciência e a Cultura.

UDR: União Democrática Ruralista.

ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Pedro Afonso – TO	30
Mapa 2 - perímetro Urbano de Pedro Afonso, Tupirama e Bom Jesus do Tocantins	43
Mapa 3 - A capital Federal no Centro-Oeste	84
Mapa 4 - Bioma do Cerrado	91
Mapa 5 - Projeto de Agricultura no Cerrado Anterior ao PRODECER - 1972 - 1973.....	96
Mapa 6 - área do Projeto PRODECER - 1975.....	99
Mapa 7 - Porto de Grão de Swap – Porto do Atlântico Sudoeste	105
Mapa 8 - área do PRODECER I e Rotas de Transporte - 1979.....	106
Mapa 9 - Área do PRODECER e Projeto Grande Carajás	107
Mapa 10 - localização do PRODECER fases I, II e III	113
Mapa 11 - localização do Projeto Rio Formoso	123
Mapa 12 - Projeto Rio Formoso	126
Mapa 13 - localização MATOPIBA.....	133
Mapa 14 - Mapa de Projetos Estruturantes	139
Mapa 15 - Mapa Rodo-Ferroviário	142
Mapa 16 - Mapa de Hidrovia.....	143
Mapa 17 - evolução da área plantada de soja no Tocantins - 1990.....	225
Mapa 18 - evolução da área plantada de soja no Tocantins – 1995.....	227
Mapa 19 - evolução da área plantada de soja no Tocantins – 2000.....	229
Mapa 20 - evolução da área plantada de soja no Tocantins – 2005.....	231
Mapa 21 - evolução da área plantada de soja no Tocantins - 2010.....	233
Mapa 22 - evolução da área plantada de soja no Tocantins – 2015.....	236

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Terreno preparado para plantio de soja	32
Fotografia 2 - Planta industrial da GRANOL.....	150
Fotografia 3 - Brasil Ecodiesel, após aquisição, GRANDIESEL, entre o município de Porto Nacional e Palmas - TO-050.....	150
Fotografia 4 - Agroindústria BUNGE	156
Fotografia 5 - Estrutura da empresa BUNGE para escoamento de etanol	157
Fotografia 6 - Pátio da Ferrovia Norte-Sul.....	157
Fotografia 7 - plantio de cana irrigada no município de Pedro Afonso (TO)	158
Fotografia 8 - Disputa territorial, soja versus, cana no município de Tupirama/TO .	158
Fotografia 9 - postos de recebimento de soja da empresa BUNGE	162
Fotografia 10 - postos de recebimento de soja da empresa BUNGE	162
Fotografia 11 - manifestação do MST na rodovia Belém-Brasília, município de Taboão, próximo a Guaraí.....	170
Fotografia 12 - ruínas de moradia camponesa tomada pelo plantio de cana-de-açúcar	171
Fotografia 13 - casa da farinha no município de Bom Jesus/TO	243
Fotografia 14 - associação Santa Rita município de Bom Jesus do Tocantins.....	266
Fotografia 15 - moradia camponesa no município de Pedro Afonso – TO	268
Fotografia 16 - moradia camponesa no município de Pedro Afonso – TO	270
Fotografia 17 - residência camponesa no município de Tupirama.....	271
Fotografia 18 - criação de gado leiteiro no município de Tupirama	272
Figura 1 - esquema simplificado do processo de inserção do município de Pedro Afonso na metamorfose do latifúndio e marginalização do território camponês.....	276

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - população residente, por situação do domicílio e sexo -1991, 2000 e 2010 em Pedro Afonso	252
Gráfico 2 - população residente, por situação do domicílio e sexo - 2000 a 2010 no município de Bom Jesus/TO	255
Gráfico 3 - população residente, por situação do domicílio e sexo – 2000 e 2010 no município de Tupirama/TO.....	256
Gráfico 4 - população residente, por situação do domicílio e sexo - 2000 e 2010 no município de Santa Maria/TO.....	261
Gráfico 5 - população residente, por situação do domicílio e sexo – 1991, 2000 e 2010 no município de Guaraí/TO	262

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - projetos executados com recursos do PRODECER, de 1978-2005	115
Tabela 2 - Estado do Tocantins: População por situação de domicílio 1970 – 2012.....	170
Tabela 3 - conflito por terra no estado do Tocantins	185
Tabela 4 - situação da população urbana e rural – área do Leste Goiano-tocantinense – 1970/1980.....	199
Tabela 5 - principais categorias de produtores rurais na área do Leste Goiano-tocantinense – 1970/1980.....	200
Tabela 6 - total do número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários no estado do Tocantins - comparação entre os Municípios – 2006.....	206
Tabela 7 - número de estabelecimentos agropecuários por uso de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo, condição do produtor em relação às terras, orientação técnica e grupo de área total = Total – TO/2006.....	210
Tabela 8 - estrutura fundiária do município de Pedro Afonso/TO – 2006	254
Tabela 9 - estrutura fundiária do município de Bom Jesus do Tocantins – 2006	257
Tabela 10 - estrutura fundiária do município de Tupirama/Tocantins – 2006	258
Tabela 11 - estrutura fundiária do município de Guaraí/Tocantins – 2006	259
Tabela 12 - estrutura fundiária do município de Santa Maria/Tocantins – 2006	259

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População das três mais importantes cidades do médio vale do Tocantins	62
Quadro 2 - área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária	159
Quadro 3 - Estabelecimentos e área da Agricultura Familiar, segundo as unidades municipais 2006	163
Quadro 4 - cadastro de produtores de soja no município de Pedro Afonso	164
Quadro 4.1 - cadastro de produtores de soja no município de Bom Jesus	165
Quadro 4.2 - cadastro de produtores de soja no município de Tupirama	166
Quadro 5 - quadro Índice de Gini 1992 – 1998 – 2003 e evolução 1992 –2003	172
Quadro 6 - Número de estabelecimentos agropecuários. Produtor associado à cooperativas e/ou à entidade de classe = Total. Grupo de Área total = a Total – Tocantins 2006	213
Quadro 7 - grupo de área plantada com soja, nº de municípios e percentual no estado do Tocantins - 1990 a 2015	238
Quadro 8 - financiamentos de custeio de lavouras concedidos a produtores e cooperativas – Tocantins 2012	240
Quadro 9 - valor do financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) municípios/TO – 2012	248
Quadro 10 - número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família nos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus, Tupirama, Guaraí e Santa Maria – 2008 a 2015	250
Quadro 11 - Censo populacional 2010 e estimativa 2016	263
Quadro 12 - associações de camponeses no município de Pedro Afonso e municípios	264

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
INTRODUÇÃO.....	26
CAPÍTULO 1 - OS ANTECEDENTES TERRITORIAIS DO LATIFÚNDIO COMO “PLANO” INICIAL DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO - TO..	41
1.1 AS AÇÕES DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO TOCANTINENSE: BREVES CONSIDERAÇÕES	41
1.2 O MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO: A TRAVESSIA DE UM TERRITÓRIO	42
1.3 O PROCESSO DESIGUAL E COMBINADO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS, ATUAL ESTADO DO TOCANTINS	49
1.4 O NORTE E O SUL GOIANO: GÊNESE E CISAÇÃO DE UM TERRITÓRIO	53
1.5 UM NOVO ARRANJO TERRITORIAL OU VELHAS ESTRATÉGIAS DE MONOPÓLIO.....	58
1.6 OS PROJETOS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO NORTE: MEDIAÇÕES, MONOPÓLIOS DE ACESSO À TERRA NO ANTIGO NORTE GOIANO	64
CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA NIPO-BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA REGIÃO DO CERRADO (PRODECER)	68
2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA: AMPLITUDE E ANTECEDENTES DA ACUMULAÇÃO	68
2.2 O TRINÔMIO: GEOPOLÍTICA, ECONOMIA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL ..	81
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA EMPRESARIAL NO CERRADO E APONTAMENTOS DE APROXIMAÇÃO DO OBJETO	88
CAPÍTULO 3 - INCURSÕES DA AGRICULTURA EMPRESARIAL PARA O CERRADO DESTAQUE PARA O PRODECER: FASES I, II E III	94
3.1 OS ANTECEDENTES DO PRODECER.....	94
3.2 O PRODECER I	101
3.3 O PRODECER II	112
3.4 O PRODECER III	114
3.5 O PROJETO RIO FORMOSO E A MEDIAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA PRODUÇÃO DE ARROZ E SEMENTE DE SOJA	120
3.6 EDIFICAÇÕES DE VIAS DE ACESSO: RODOVIA, FERROVIA E HIDROVIA.	129

CAPÍTULO 4 - MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, REARRANJO TERRITORIAL: REFLEXO NO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO (TO)	145
4.1 GLOBALIZAÇÃO, AGRICULTURA NO CERRADO E EXPANSÃO DA FRONTEIRA.....	145
4.2 AS EMPRESAS MULTINACIONAIS NA MICRORREGIÃO DE PEDRO AFONSO: DESTAQUE PARA PRODUÇÃO CANA-DE-AÇÚCAR E SOJA.....	154
4.3 O TERRITÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA MONOCULTURA NOS MUNICÍPIOS DE PEDRO AFONSO, TUPIRAMA E BOM JESUS	163
4.4 O QUE OS NÚMEROS NÃO REVELAM NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	171
CAPÍTULO 5 - CAPITALISMO NO CAMPO E A METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO: INFORTÚNIOS PARA OS CAMPONESES.....	179
5.1 LATIFÚNDIO TRADICIONAL: BASE DE CONTÍNUOS CONFLITOS	179
5.2 A PRODUÇÃO CAMPONESA: OS CAMPONESES QUE CONHECI.....	188
5.3 A ATIVIDADE PECUARISTA NO DOMÍNIO DO LATIFÚNDIO NO LESTE GOIANO-TOCANTINENSE	194
5.4 A INTRODUÇÃO DE “NOVAS” VARIÁVEIS NO CAMPO E A METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO NOS MUNICÍPIOS DE PEDRO AFONSO, BOM JESUS, GUARAÍ, TUPIRAMA E SANTA MARIA	202
CAPÍTULO 6 - A METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO: PEDRO AFONSO E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES E A RESISTÊNCIA CAMPONESA	219
6.1 REDEFINIÇÃO DE ANTIGAS RELAÇÕES NO CAMPO.....	219
6.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA LAVOURA DE SOJA NO ESTADO DO TOCANTINS.....	224
6.3 O MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO: CAPITAL VERSUS CAPITAL, SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA.....	239
6.4 A METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO, IMPACTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIA NA REGIÃO DE PEDRO AFONSO	246
6.5 OS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS E TUPIRAMA.....	255
6.6 OS MUNICÍPIOS DE SANTA MARIA E GUARAÍ.....	259
6.7 AS ASSOCIAÇÕES DE CAMPONESES EM PEDRO AFONSO E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	275
REFERÊNCIAS	280

APRESENTAÇÃO

A motivação é o combustível indispensável ao pesquisador. Neste sentido, cita-se, em primeira mão, a origem camponesa do pesquisador. As *primeiras aulas* sobre a *questão agrária* começaram bem cedo, mediada pela prática cotidiana do labor no campo. Faz parte do costume camponês o trabalho conjunto entre os membros da família. Antes de decodificar os sinais gráficos no *grupo escolar*, como era denominado, outros conhecimentos relacionados à vida no campo me eram patentes, apesar de sermos induzidos a pensá-los como sinônimo do atraso. Tais práticas consistiam e ainda consiste em situar a hierarquização de classe.

Como filho de camponês, busca-se na ciência geográfica elementos para compreender a história de sua família. A migração tem sido fator recorrente na história do campesinato brasileiro. A grande maioria continua na luta pelo acesso à terra, outros em função do tamanho (área) e outros obrigam-se a migrar. Estes últimos, são exemplos como do meu pai, que saiu do município de Feira de Santana no estado da Bahia e, após longos anos de trabalho, como garimpeiro de cristal de rocha no então Norte de Goiás, hoje município de Cristalândia/TO, por volta da década de 1950, consegue cercar uma pequena gleba de terra e constituir família.

Da parte materna, a história se repete, seus familiares vieram em busca da possibilidade de acesso à *terra de trabalho*. De origem também nordestina, do estado do Maranhão, do município de Carolina, chegam à referida imediações e após longo período como vaqueiros tornam-se proprietários de pequenas glebas às margens do antigo traçado da rodovia Belém-Brasília.

Marca-se por um longo período na história de formação territorial do então estado de Goiás-Tocantins, a quase auto suficiência do modo de vida rural. Ia-se à cidade/povoado¹ apenas para comprar sal e, de tempo em tempo, alguns poucos e duradouros utensílios, como ferramentas e tecidos. Essa fase foi, gradativamente, sendo alterada, até que chega-se nos anos de 1980, ainda com alguns resquícios relacionados a esse passado de auto suficiência.

O ponto mais marcante, das transformações recentes, diz respeito ao aumento da concentração da terra, dado a pujança da monocultura, em detrimento da policultura e migração bastante acentuada do campo para a cidade, da qual se

¹ A busca por socialização em festas religiosas e outras, marcava papel de grande relevância do ponto de vista da aglomeração e interação social.

faz parte, cujo as causas repousam principalmente na falta de apoio aos que querem permanecer, retirando da terra sua base de sustentação familiar.

Passa-se ao processo de estruturação da pesquisa empírica. Além das idas a campo para realização de observações, conversas com moradores (proprietários de terra, trabalhadores da agroindústria, cooperados, moradores residentes nos núcleos urbanos), conta-se com experiência própria, por ter vivenciado, enquanto morador do município de Pedro Afonso.

Apesar de pouca maestria, para a pesquisa científica na época, como do ensino de 2º Grau, período que a agricultura mecanizada já ensaiava seus primeiros desmatamentos no Cerrado, morei na Microrregião do referido Município, entre os anos de 1984 a 1988, período em que passei realizando o Curso Técnico em Agropecuária, no Antigo Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto.

Seguramente, pela força do agronegócio, recentemente, em 2015, o Colégio foi doado para o Instituto Federal (IFTO). Observa-se, em trabalho de campo realizado em agosto de 2014, que parte da estrutura do Colégio se encontrava em estado de abandono, sem a menor condição de uso e as aulas funcionavam em salas locadas, na sede do Município, com distância de dois quilômetros.

O sistema de internato (alojamento) há tempo havia sido desativado. Quando, do período de estudante nessa unidade, realizou-se muitos *trabalhos de campo*, apesar da ênfase técnica, foi proveitoso comparar a lógica produtiva dos camponeses e agricultura mecanizada, com lavoura de arroz de sequeiro por uma família de gaúchos no município de Pedro Afonso.

No ano de 1985, presenciou-se, em Tocantins, um aumento considerável de investimentos, não somente entre grandes áreas (fazendas), mas, também, de médios e pequenos, na cultura do arroz, em terras do Cerrado. Com ressalva a esses últimos, os resultados não foram positivos com relação às dívidas contraídas. Problemas esses, que resultaram em saldos insuficientes para liquidar empréstimos contraídos junto ao banco.

Sem nenhum juízo de valor, aconteceu de forma generalizada entre os referidos produtores, principalmente pela falta de experiência com esse tipo de lavoura, por depender da locação (empreita) da máquina de outros proprietários.

O preço da hora/máquina e a insuficiência desse maquinário frente à demanda que se estendeu, envolvendo desde o preparo do solo, até a colheita e ainda problemas decorrentes de transporte e armazenagem, que redundaram em

falência generalizada. Estatística essa vivida por meu pai no município de Cristalândia, hoje essa 'região' faz parte do município emancipado de Nova Rosalândia. É consenso que a lógica produtiva e as políticas públicas endereçadas ao pequeno produtor rural não se confundem com a do grande produtor.

Igualmente, não apenas a questão agrária, mas também a organização territorial urbana tem passado por severas *metamorfoses* cuja causa principal tem sido a introdução de novas variáveis no campo sem a devida preocupação com a maioria que necessitam da terra para trabalhar. Esta foi e continua sendo uma preocupação científica, materializada na pesquisa de mestrado/UFG, entre os anos de 2007 a 2009, cujo recorte foi o município de Porto Nacional, a pouco mais de 60 km ao Sul da Capital do estado do Tocantins.

Essa é uma realidade social vivenciada e que cobra, por meio da pesquisa e militância frente à realidade, dias mais equânimes para o coletivo. O papel do geógrafo e demais ramos científicos afeitos à causa social, deve marcar posição nesta arbitrária luta desleal do *pacto de classes* – Estado e burguesia. É nesta busca que emerge essa pesquisa do doutorado, com foco na questão agrária – segue-se nesses propósitos, nos próximos parágrafos com o delineamento metodológico.

Considera-se imprescindível nesse trabalho, como em qualquer outro, o levantamento da literatura científica a respeito do tema. No presente caso, recorre-se sempre às que trazem as concepções do Estado moderno, acumulação primitiva do capital, presente nos clássicos internacionais e nacionais da questão agrária; levantamento de literaturas historiográficas/geográficas, diretamente relacionadas ao antigo norte de Goiás, relembrando que essas terras pertenceram ao Estado de Goiás; outras fontes recentes, apesar da escassa produção foram as: teses e dissertações, direcionadas para as pesquisas sobre o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados, PRODECER, Fases I, II, livros organizados, bem como artigos que discutem a temática da expansão da soja principalmente. Considerando que a Fase III do PRODECER, encontra-se menos estudada, são poucos os estudos mais sistematizados sobre a mesma, daí a responsabilidade, em responder no tempo presente, tais questões que imploram por pesquisa e esse é um fato que abarca todo o Tocantins, nos mais variados ramos do saber científico.

Dado o grau de complexidade que um objeto de pesquisa dessa natureza requer, é forçoso buscar, no método de investigação, outras determinações tendo como ponto de partida o empiricamente dado. Deriva daí, uma ampliação das

possibilidades explicativas, por meio de pesquisa de campo (produção de dados) e informações criteriosas de internet, para uma reflexão em profundidade acerca do objeto de pesquisa.

Teve-se, por outro lado, um trabalho árduo para encontrar o melhor caminho frente à especificidade da situação. Cada caso deve ser cercado das reais possibilidades, sempre dobrando a atenção para melhores resultados. Resultados esses, reitera-se, que trazem como consequência maior aproximação da verdade pesquisada, considerando que a ciência só aproxima, contudo, julga-se suficiente para consolidação de uma boa tese.

Com esse intuito, levantaram-se dados secundários, que somaram-se a outros, que foram produzidos junto ao município pesquisado e seus circunvizinhos, tendo em vista a expansão do plantio de soja e cana-de-açúcar na região.

Também foi objetivo levantar dados, no âmbito regional e nacional, que auxiliaram na compreensão a respeito da inserção do município nesse novo arranjo territorial nacional e internacional. Sequencialmente, foram levantadas informações nas escalas: da Prefeitura Local, na sede do Município de Pedro Afonso, Secretaria Estadual de Planejamento - SEPLAN, INCRA, EMBRAPA, RURALTINS, Cooperativa local, Ministério da Agricultura, informações materializadas em mapas informativos sobre a expansão da cultura da cana-de-açúcar no município e entorno.

Uma observação relativa à atualização dos dados deve ser considerada, para não incorrer em incompatibilidade antecedentes frente à realidade do momento atual. Nesse sentido, elege-se as fontes fornecedoras de dados, que melhor retratam a situação atual, a mais completa possível, com informações verbais do público alvo na região da pesquisa, na intenção de sanar problemas de inconsistência das informações.

Com relação às entrevistas, constituíram um exercício maior na pesquisa, considerando a expressividade dos agentes frente à metamorfose do latifúndio. Foram direcionadas, portanto, a representantes empresariais e camponeses, na intenção de confrontá-los e chegar à autenticidade dos fatos.

O trabalho de campo constitui uma unidade indissociável das técnicas de entrevistas e é preocupação de muitos pesquisadores a melhor adaptação para a realidade pesquisada. A história do pensamento geográfico lembra que alguns estudos clássicos, mais especificamente franceses, percorreram longas extensões do território brasileiro, registrando em caderneta tudo que viam pela frente.

Denota daí a importância que a Geografia tem dado ao trabalho de campo, não se esquecendo de dizer que, em sua trajetória de busca pelo conhecimento de novas terras e, seguramente, a incorporação da sistematização de um corpo teórico, ora para legitimar o poder do Estado, ora em defesa da justiça social, embora esta última, a princípio, não dispunha de tanta expressividade.

Com o transcorrer da história, em seus mais variados aspectos e lógica contraditória capitalista, constatou-se a possibilidade em se falar, com propriedade, em justiça social nas escalas internas dos Estados-nação e entre países.

Em trabalho de campo, confrontando o antes e depois vivenciado, observa-se que muitos objetos técnicos têm mudado o cenário do território, não somente pela incisão política de um estado novo, mas também no sentido neoliberal, de preparar caminho para o capital se territorializar, pela via do latifúndio tradicional e consequente metamorfização do mesmo.

Toma-se como exemplo a construção recente da ponte² (1060m), sobre o Rio Tocantins, em 2007, a qual interliga Pedro Afonso e Microrregião ao corredor da Belém-Brasília e Ferrovia Norte-Sul e, no futuro muito próximo, a Hidrovia no rio Tocantins.

Isso tudo é parte de uma força ideológica, acompanhada de um “desenvolvimento” *conservador*, irradiado da criação do estado do Tocantins, da localização da Capital na margem do rio Tocantins, considerada região desprovida de infraestrutura, no âmbito federal a Ferrovia Norte-Sul, que já possui um trecho inaugurado e grande parte encontra-se, desde 2015, em condições de funcionamento.

Conforme matéria³ publicada em 2015, o trecho que liga a cidade de Anápolis/GO a Palmas/TO, com extensão de 855 km, custou 400 milhões de reais e foi inaugurada pela então presidente Dilma. Alguns problemas foram colocados após a inauguração, como por exemplo, o trecho que interliga Anápolis a Goiânia, que ainda não está funcionando em função de alguns problemas: segundo a empresa pública Valec, responsável pela obra, a empresa encarregada do transporte precisa construir ramais de carga e descargas de produtos.

² Deserta atenção, o fato de ter sido construído, no governo ainda de Goiás, de Ary Valadão, primeiramente a ponte sobre o Rio do Sono à margem direita da cidade, ligando o interior de menor povoamento, na época, e só recentemente, em 2007, foi edificada a ponte sobre o Rio Tocantins, à margem esquerda da cidade, conectando com a Rodovia Belém-Brasília.

³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/05/trecho-da-ferrovia-norte-sul-nao-teve-operacoes-um-ano-apos-inauguracao.html>> Acesso em 22/05/2015.

As informações transcritas dão sinais de mudanças bruscas no território tocanтинense como um todo, mas certamente concentrada em pontos estratégicos, escolhidos pela facilidade de circulação de mercadorias e maximização de lucros. Coadunam, como sempre, a parceria do poder público e privado, a exemplo do Projeto Rio Formoso, na década de 1980, no município de Formoso do Araguaia/TO e mais recentemente o PRODECER, com sede em Pedro Afonso, onde convivem, também, na atualidade, as atividades crescentes da cana-de-açúcar.

Requer, dessa maneira, um difícil trabalho de explicação científica aos desdobramentos, que se erguem junto à metamorfose do latifúndio nos solos do Cerrado, os impactos aos que necessitam da “terra de trabalho” Martins (1988), enfatiza que em sua maioria, são os autóctones.

Portanto, este trabalho tem por objetivo explicar os processos de ocupação territorial, ligados às atividades agrícolas empresariais e/ou do agronegócio⁴, no município de Pedro Afonso, na porção Centro-Leste do estado do Tocantins. Essa porção territorial passou por drásticas transformações, uma verdadeira ruptura do que era o latifúndio tradicional e o atual.

Neste sentido, conceitua-se, nesta pesquisa, a *Metamorfose do Latifúndio*. Ao mesmo tempo, os desdobramentos dessas atividades empresariais articuladas ao poder do capital nacional e internacional, com incentivo estatal e sustentada nas políticas, especialmente as consideradas do Novo *Desenvolvimentismo*⁵ dos governos pós Fernando Henrique Cardoso, também seguem de forma impactante na direção do minifúndio, em uma palavra, os camponeses.

A intenção é, também, de desconstruir a estrutura que vinha sendo articulada e que ganha abrangência e interesse acentuados nos terrenos de Cerrado, mediante forte aparato técnico e biotécnico, enquanto ferramentas

⁴ Os termos agronegócio e agricultura empresarial são equivalentes. “Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega consigo em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo” (FERNANDES, 2000, p. 1).

⁵ “[...] o modelo de desenvolvimento chamado “Novo Desenvolvimentismo”, apresenta dilemas e contradições que sintetizam a própria dinâmica do capitalismo brasileiro. Ou seja, mesmo com medidas para fortalecer crescimento econômico, permitir o acesso da população pobre e carente ao mercado, o forte investimento e financiamento do Estado em infraestrutura e na indústria, há um maior benefício para o grande capital, para a burguesia nacional e internacional, do que para a classe trabalhadora” (ALVES, 2014, p.154).

capacitadas para desconstruir ou incorporar tudo que possa somar à acumulação de capital.

Ademais, chama-se atenção para rapidez com que a atividade agrícola desse município vem se projetando no mercado nacional e internacional nos últimos anos, por meio da produção de soja, alternando para o plantio de cana-de-açúcar, cuja matéria-prima destina-se à fabricação de etanol no município de Pedro Afonso.

Em função dessa posição de destaque, enquanto produtor de soja e cana-de-açúcar, a princípio, Pedro Afonso é reconhecido como a “Capital da Soja”, denominação que, ao tomar como referência o avanço do cultivo da cana-de-açúcar em 2017, já não é mais plausível de ser aplicada. Encerra-se, nessa terminologia, a intenção de fortalecer a ideologia da “modernização” na agricultura de exportação, principalmente.

Por outro lado, seria mais do que legítimo valorizar, proporcionalmente ou muito mais, o crescimento da produção de gêneros agrícolas de primeira necessidade, com vistas a abastecer, com preços compatíveis ao poder aquisitivo da grande maioria da população da região, além da valorização do trabalho camponês e sua produção, a fim de não ofuscá-los com o ufanismo do progresso *destrutivo*: “[...] o capital expropria para si o tesouro de todo o conhecimento humano e, arbitrariamente, atribui legitimidade somente às suas partes passíveis de se explorar lucrativamente – ainda que da maneira mais destrutiva – por seu próprio modo fetichista de reprodução” (MÉSZÁROS, 2007, p. 52).

Emerge dessa assertiva uma enorme queda de braço, entre os que querem a terra para negócio e os que a USAM para viver. Essa problemática será retomada oportunamente e permeará todo o trabalho.

Nesse sentido, pretende-se buscar, na totalidade das contradições de classes, com a devida contextualização da disputa pela diversidade de uso da terra, no que pese a formação histórica, determinações que remontam a produção do latifúndio tradicional em ruptura mediado pelas transformação e/ou metamorfização, enquanto um território dominado pela classe detentora do poder econômico e político. Para tanto, será importante, neste trabalho, o pensamento de Martins (1983, p. 152), que entende a tendência do capital, como sendo a de “[...] tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria”.

A amplitude dessa transcrição, permite trazer para explicação, as novas relações de uso da terra e do trabalho no campo, notadamente seus efeitos e rebatimentos na produção e reprodução do latifúndio, ao assumir características, segundo as determinações ditadas pelo “progresso”.

Abre nesse sentido, além das literaturas clássicas, a possibilidade de permear obras atuais na explicação proposta nessa pesquisa - *Metamorfose do Latifúndio*⁶. Contudo, a dimensão do objeto científico exige a ligação conciliações compatíveis da maneira que lê-se o mundo concreto, caracterizado pelas constantes transformações.

Assim, parte-se, portanto, do que se apresenta enquanto abstrato. Dessa forma, busca-se nas mediações do poder do monopólio da terra e das relações de subordinação da produção agrícola, explicação do que se apresenta enquanto determinações, apoiados em pressupostos teóricos, cujos objetivos são desvendar a concretude do objeto.

Dessa maneira, para *bater o martelo* em que consiste a *metamorfose do latifúndio* proposta neste trabalho, faz-se necessário retomar, nos itens seguintes, nos limites da ciência, os pontos marcantes da formação histórica do território de Pedro Afonso como subsídio para se entender o que era antes e no que o se transformou depois. Sua materialidade construída, passa sem dúvida hoje, por uma ruptura conforme já mencionado. Existe aí, em meio ao agronegócio, do seu jeito, a resistência camponesa que para continuar existindo e resistindo também tem se metamorfoseado.

⁶ Além dos clássicos sobre esse assunto, existe grande quantidade de trabalhos científicos: ‘Por trás dos canaviais os nós da cana, a relação capital trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista’ Thomas Junior (2002); Carvalhal e Thomaz Junior (2008); Os novos camponeses de Vergés (2011); Paulino (2011) e outros.

INTRODUÇÃO

Por onde pode-se começar? Compreendendo sobre o que se trata o Estado. De acordo com o dicionário de filosofia de Japiassú e Marcondes (1996, p. 90), o Estado compõe o “conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas, policiais, administrativas, econômicas etc., sob um governo autônomo e ocupando um território próprio e independente”.

Existe, portanto, uma vasta produção nos diversos campos científicos sobre a instituição Estado. No que diz respeito à obra “A história da filosofia”, de Hans Joachim Storig, a qual remonta o pensamento clássico, enfatiza-se que:

O ser humano é visto pelo filósofo Thomas Hobbes (1588 – 1679) como “um ser egoísta, que busca a própria vantagem, isto é, que procura manter sua existência e chegar à posse da maior quantidade possível de bens. Por isso, no estado natural, onde todos agem unicamente a partir desta tendência, reina a *‘guerra de todos contra todos’*. Tal estado não satisfaz o natural desejo de segurança do ser humano. A proteção do direito, a segurança e a possibilidade prática do exercício da virtude os homens só encontram quando, por meio de um acordo, criam no Estado um poder mais elevado, a cuja vontade passam em seguida a submeter-se. Assim Hobbes constrói a origem do Estado, o único lugar onde pode existir paz, direito protegido de propriedade e uma moral mais elevada. Como resquício da situação primitiva, continua a existir a guerra entre os estados (STORIG, 2009, p. 253).

Essa transcrição, por mais consistente que ainda possa ser para a classe hegemônica, certamente não será para aqueles que defendem uma vida mais equânime em bases concretas, contudo não falta quem a use, enquanto ideologia de Estado.

Ao mesmo tempo, chama atenção o fato de que o Estado, desde seu surgimento, embora em menor intensidade nos últimos tempos, continua sendo motivo de muitos debates. Sabe-se que os conflitos renovam sempre, a cada tentativa homogeneizadora, como por exemplo, as tentativas de não exterminá-lo de vez, mas de manter sob seu controle a classe camponesa, a cada período da história ou dos modos de produção.

Se faz importante, nesse sentido, a tomada de posição a respeito da existência da territorialidade camponesa e do agronegócio, que se traduz em constantes *metamorfoses do latifúndio*, base territorial da formação social, que na situação brasileira, os recortes econômico-sociais são bastante heterogêneos: entende-se como agronegócio a prática de exploração da terra, com vista à

maximização de lucro ou como bem de troca, envolvendo, também, o mercado correlato de bioquímicos. Já os camponeses seguem sem vínculos com o primeiro, com outra lógica, que é viver da terra, compreendendo a terra enquanto um bem *de uso* (MARX 1988).

Interessa para esse trabalho, entender esses territórios imbricados de resistência camponesa com o capital, e mais especificamente, do capital versus capital no município de Pedro Afonso e municípios vizinhos, tendo em vista a forte presença do Governo Federal, o estado do Tocantins e a Sede Municipal. O referido município, vale relembrar, no ano de 1996, sediou o grande projeto, que envolveu o governo brasileiro e japonês: o PRODECER III (Projeto de Desenvolvimento da Agricultura no Cerrado).

Destaca-se as ações do Estado ao longo de seu trajeto, dito “organizado”, uma vez que esse sempre se renova ou se ajusta às novas formulações técnicas produtivas. Marx e Engels (1998, p. 12) enfatizam em “o manifesto comunista”, que “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”. Ou, ainda, “[...] a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” Derivam daí “[...] os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores” (MARX; ENGELS, 1998, p. 13-14). Não somente nessa, o tema referente ao Estado, permeia outras obras de Marx e/ou Marx e Engels, conjuntamente.

Digno de atenção, nesse sentido, cita-se o clássico, “Ideologia Alemã (1998, p. 73), o qual se destaca que: “Entre os povos antigos, com várias tribos⁷ coabitando em uma mesma cidade, a propriedade da tribo aparece como propriedade de

⁷ De acordo com Marx e Engels (2009, p. 143–144): “com o fim da organização gentílica [...] A sociedade, crescendo a cada dia, ultrapassava o círculo da gens. Não conseguia eliminar nem mesmo os piores males que iam surgindo diante de seus olhos. Enquanto isso, o Estado se desenvolvia sem se notar. Os novos grupos criados pela divisão do trabalho – primeiro entre a cidade e o campo e depois entre os diferentes ramos de trabalho nas cidades – haviam criado novos órgãos para a salvaguarda de seus interesses, além da instituição de cargos públicos de toda espécie. O jovem Estado precisava então de uma força própria que, para um povo de navegadores como os atenienses, só podia ser, de imediato, uma força naval usada em pequenas guerras e na proteção dos barcos de comércio. Num tempo incerto, antes de Sólon, foram instituídas as *naucrarias*, pequenas circunscrições territoriais, doze em cada tribo. Cada *naucraria* devia fornecer, armar e tripular um barco de guerra e ainda dispor de dois cavaleiros. Essa instituição minava a gens em dois pontos. Primeiro, porque criava uma força pública que já não coincidia necessariamente com a totalidade do povo em armas. Em segundo lugar, pela primeira vez, dividia o povo para fins públicos, não conforme grupos de parentesco em sim de acordo com o local de residência comum” (Grifo no original).

Estado” [...]. E no período da Idade Média, “a propriedade tribal evolui então passando por estágios diferentes – propriedade fundiária feudal, propriedade mobiliária corporativa, capital manufatureiro – até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria”. De maneira que, com a “emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 74).

Essa abordagem compõe outras ampliações científicas, em autores filiados aos ensinamentos marxistas. Em escala internacional e renovada no tempo/espço, ao falar do poder dominador do Estado, afirma-se que: “o Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação [...] sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)” (ALTHUSSER, 1985, p. 62).

Partilha, também, dessa concepção N. Poulantzas (1985, p. 195) no que concerne: “As funções do Estado se incorporam na materialidade institucional de seus aparelhos: a especialidade das funções implica na *especialização* dos aparelhos que as desempenham e dá lugar a formas particulares de divisão social do trabalho no próprio seio do Estado”.

A magnitude da obra de Poulantzas (1985), revela o quanto o autor amplia essa problemática, ao falar da especialização do aparelho institucional, junto ao poder econômico estatal. A qual constitui ferramenta essencial à essa pesquisa, no que concorre ao vislumbre dos conteúdos das sucessivas investidas do capital, em consonância com Estado.

Cita-se, no presente caso de pesquisa, especialmente no que concerne à infraestrutura geral e a flexibilidade política de acesso aos bens de produção, a começar pelo acesso à terra. Após seleção dos colonos, em sua grande maioria do Sul e Sudeste do Brasil, é importante ressaltar o critério “aptidão”, para selecionar os colonos, que, todavia, foram colocados à disposição dos mesmos quarenta lotes de mil hectares, financiamentos para maquinários agrícola, galpão, habitação, incentivos relacionados a localização de planta agroindustrial, armazenagem, logística, outorga favorável ao uso das águas do rio Tocantins ou Sono, entre outras vantagens. Justifica-se, desse modo, o posicionamento de Poulantzas (1985, p. 197): “[...] mesmo que não se possa conceber ações econômicas do Estado “puras”

e separadas de alguma maneira de suas outras missões, não se pode conceber o aparelho econômico do Estado como um aparelho à parte e separado de seus outros aparelhos e dispositivos”.

Essa transcrição impacta, bastante e negativamente, a ideologia estatal e, por outro lado, traz um importante desafio, especialmente para a realidade dessa pesquisa, isto é, acredita-se transitar por essa via com mais amplitude escalar, pelas determinações territoriais da pesquisa. No desafio natural da realidade em movimento, é essencial o destaque para a altura da *montanha que devemos conquistar*, título da obra de Mészáros (2015), a qual serviu como ferramenta importante.

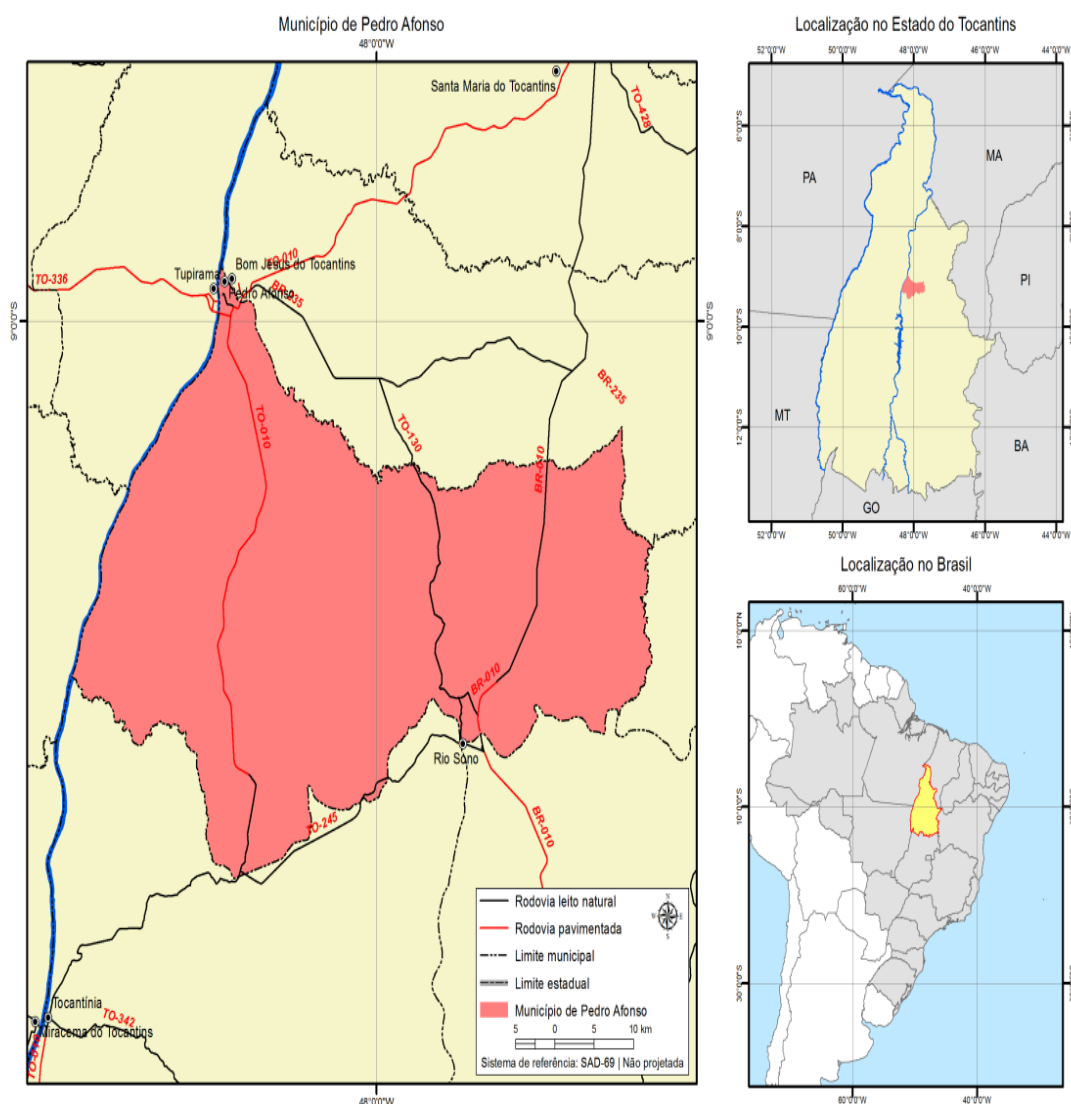
Aos poucos, as variáveis recônditas são forçadas a se mostrar, enquanto ideologia metamorfoseada no *latifúndio*, enquanto “terra de negócio” imbricado em “terra de trabalho” (MARTINS, 1983). Nesse quesito, *terra de trabalho*, em essência, enquanto classe camponesa, luta para continuar na terra ou conquistar, em sua maioria, o retorno à terra.

Existe, nesse percurso histórico de relações, “terra, território e Estado”, de acordo com Moreira (2011), é uma junção “aliancista”, que combina a sobreposição dominante “oligarquia rural e industriais”, sobre o campesinato e operariado. Soma-se a essa estrutura, portanto, as instituições estatais. Por intermédio dessa estrutura, “[...] sempre se logra interceptar uma progressão nacional seja dos contraespaços⁸ e seja dos conflitos intraelites” (MOREIRA, 2011, p. 141).

Noutra passagem, Moreira (2011, p. 146), ilustra que: “Quem domina a terra monopolisticamente domina não só o território e o mando da política, mas igualmente o todo do meio”. Esse é um fato muito presente nessa pesquisa, visto que é realidade do município de Pedro Afonso/TO e dos municípios vizinhos (Mapa 1), além de que, marca toda a história do país, em suas particularidades regionais e locais.

⁸ “Por trás dessas ações de ontem e de hoje está, pois, a reação contraespacial a um arranjo de espaço ordenador de uma estrutura societária assentada no valor de troca como conteúdo e nexos estruturante. Um valor enterposto na essência da relação homem-espaço-natureza, que índios, escravos negros, camponeses, operários, multidão urbana e agora classes territoriais rejeitam em defesa de uma relação centrada no valor de uso, que é próprio dos modos de vida comunitários” (MOREIRA, 2011, p. 145).

Mapa 1 - Localização do município de Pedro Afonso – TO



Fonte: Secretaria do Planejamento, SEPLAN-TO (TAVARES, 2016).

Sabe-se, dessa maneira, que para compreender o monopólio e as sucessivas ocupações das terras, no que hoje constitui os Municípios referidos, é necessário um recuo na materialidade das formas latifundiárias e minifundiárias, em que, objetivamente, se fundamentam respectivamente em *valor de troca* e *valor de uso* (MARX, 1988).

São processos que dão origem à expansão da fronteira agrícola e às novas formas de territorialização do agronegócio da soja e da cana-de-açúcar, nas terras de Cerrado, isto é, enfatiza-se fortes apontamentos do fio condutor de todo esse processo.

Essa realidade está diante de um pacto de classes que se une, subordinando a classe camponesa, com objetivo do monopólio do latifúndio, agora em bases não

mais encimadas nas terras de matas, e sim, em terras de Cerrado, após a descoberta técnica da calagem do solo, pelas instituições de pesquisas e seus desdobramentos no uso de maquinários e quimificação. Mudança radicais, que se desdobram da *metamorfose* do velho/novo latifúndio: agora sem as cercas⁹, sem árvores, com o gado afastado e outros usos, enquanto *terra de negócio*, convergente com o poder do Estado, mesmo que seja à custa do sacrifício da maioria dos trabalhadores.

Desta feita, o capital, cada vez mais, desdenha fronteiras em conjunção com as políticas de abertura do caminho pelo poder Estado, em “novas” bases capitaneadas pela dominação das pesquisas, qual seja a empresa pública EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), metamorfoseando/adaptando plantas, animais e paisagens, que até os anos de 1980, não se registrava tamanha devastação do bioma Cerrado (Fotografia 1).

Acerca dos aspectos fundantes do sistema metabólico¹⁰ do capital e os desdobramentos contemporâneos do processo de reestruturação produtiva para a degradação do trabalho, apoiado em Marx, Mészáros (2003, p. 2), sintetiza que “[...] por necessidade, existe uma “interação metabólica” entre homem e natureza” e nesta relação, por meio do trabalho, o homem transforma a natureza e conseqüentemente constrói a história.

⁹ Nota-se uma mudança radical na forma de organização territorial. Antes predominava na paisagem áreas desmatadas, porém com muitos exemplares de árvores que servia/serve de sobra para o gado e/ou valor ecológico extensivo a outras espécies animais etc., agora predominam as superfícies totalmente devastada para atender a “nova” racionalidade latifundista da monocultura de exportação.

¹⁰ O conceito de metabolismo social tem origem na Biologia e na Química no início do século XIX. Posteriormente, foi introduzido nas Ciências Sociais a partir das ideias de Marx (CLARH; FOSTER, 2010).

Fotografia 1 - Terreno preparado para plantio de soja



Fonte: Trabalho de Campo, no município de Tupirama (TO) (OLIVEIRA, 2016).

Na mesma direção, com o incremento da troca de mercadorias e intencionalmente o lucro, ganha-se importância o *valor de troca* da mercadoria, fator de estímulo à ampliação crescente das relações metabólicas homem e natureza, circunscrevendo distâncias mais longas no território, por meio da atividade comercial. Segundo Mészáros (2007, p. 3), “Marx apontou que o capitalismo gera apropriação universal da natureza ao tentar sujeitar as leis e sistemas naturais aos ímpetos da acumulação.”

Em decorrência dessa escala de exploração, ao tomar como exemplo a mecanização na agricultura atrelada à atividade industrial, tem-se o esgotamento do solo com sérias consequências sociometabólicas, materializadas na fome e tantas outras formas de degradação, abordadas em linhas posteriores. Portanto, é consenso que a natureza do sistema capitalista tende a ser sempre violenta, tanto no campo, quanto na cidade.

O geógrafo Thomas Junior (2005), que acumula nessa temática um volume considerável de reflexões, respaldadas na pesquisa teórica e de campo, ao apontar as formas destrutivas assumidas pela acumulação capitalista, ao mesmo tempo, reforça a consciência de classe, que embora envolvida no processo produtivo, não se confunde com a força vigente, dado sua origem histórica e faz compreender essa contradições classistas, uma situação considerada como “nova” via neoliberal, veja-se:

o capital em nível internacional se propõe: a) sufocar a resistência dos camponeses, das comunidades nativas, indígenas, pescadores, atingidos por barragens, operários urbanos e rurais, desempregados, subempregados, para implementar a expropriação e a sujeição dos camponeses, sendo que ao recriá-los subordina-os com mais intensidade; b) blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado; c) deteriorar e precarizar as condições de trabalho; d) intensificar as jornadas de trabalho; e) ampliar os horizontes da adoção da mão-de-obra infantil; f) desempregar assalariados; g) fragilizar relações de trabalho formais; h) intensificar as práticas da terceirização e das cooperativas de trabalho; i) rebaixar salários, etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 141).

Acrescenta-se que a *metamorfose do latifúndio* compõe a base originária do que vem acontecendo no Cerrado tocantinense, esse e mais itens correlacionados da degradação acentuada, em movimento que sempre se refaz.

Um forte exemplo é a diminuição do número de trabalhadores por unidade produtiva e o aumento de funções e produção significativamente mais rapidamente, em relação ao que se fazia antes. Nas lavouras de cana-de-açúcar, no corte e no ganho por produtividade, também se constata as mortes de trabalhadores pelo excesso de trabalho, jornadas prolongadas, extenuantes e sem paradas, sem contar o número elevado daqueles que são descartados, por problemas de saúde, exatamente por não conseguirem cumprir com as exigências pré-definidas pelo capital. Estão postos, portanto, os desafios para os sindicatos, pesquisadores e, principalmente, para os próprios trabalhadores, enquanto “classe que vive da venda da força de trabalho”, expressão cunhada por Antunes (2006), em sua obra “O caracol e sua concha”.

É veiculado exaustivamente, por meio impresso ou midiático, que os países hegemônicos do Norte do planeta ou os emergentes, saíram de um momento mais ou menos longo de crise econômica. Por outro lado, pouco se noticia sobre os impactos resultantes dessas ações de “esgarçamento e (des)realização que repõem novos perfis, objetividades e subjetividades” (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p. 11).

A população cai na situação de desespero profundo, desemprego, extinção de profissões e vulnerabilidade à criminalidade. Muitos estão ameaçados ao desemprego, pela nova modelagem flexível ou “às novas identidades do trabalho territorialmente expressa na plasticidade do trabalho” (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 18). Eis a questão que exige o auto reconhecimento do trabalhador, enquanto classe, e não apenas àquela filiada ao operariado fabril, quando do período industrial, pautada na divisão técnica do trabalho, mas sim aqueles que trabalham sem carteira de trabalho registrada, o que resulta, automaticamente, a falta de direito

à estabilidade, a terceirização, dentre muitas outras formas de precarização. Essa prática concentra-se mais no Sul e Sudeste do país, porém não deixa de crescer, também, em Tocantins, onde o capital tem despertado bastante interesse, majoritariamente no setor Agropecuário.

O sistema produtivo, voltado cada vez mais à “produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio” (MÉSZÁROS, 2003, p. 19), fica distante da tão almejada *sustentabilidade*. Já não se usa mais, apesar de ter sido balizadoras do movimento da Revolução Francesa, as palavras “liberdade, fraternidade e igualdade”.

É nesse sentido, que o mencionado autor auxilia a compreender essa situação, a partir de duas proposições: “a primeira é que se o desenvolvimento no futuro não for sustentável, não haverá absolutamente nenhum desenvolvimento significativo [...]” e a “segunda é que a condição inseparável da busca por desenvolvimento sustentável é a realização progressiva da igualdade substantiva” (MÉSZÁROS, 2007, p. 185).

Eis a gravidade do problema que se formou e que exige a soma de forças com aqueles que acreditam que o desemprego estrutural, a degradação do trabalho em geral, o trabalho infantil, exclusão dos camponeses(as) da *terra de trabalho*, a exclusão dos jovens do mercado de trabalho, a exclusão de idosos do mercado de trabalho, o trabalhador polivalente, entres outros gêneros do trabalho clivado, caminham para a insustentabilidade total de “organização” capitalista no campo e na cidade.

Em consonância com Mézáros (2007), a sociedade esperou que o desenvolvimento tecnológico pudesse trazer a resolução para os problemas sociais, intencionalmente produzidos pelo modelo de arrumação espacial, via sociedade de consumo. Tecnologia essa, que tem apostado nas potencialidades da conhecida “revolução verde”, que resolveria o problema da desnutrição.

Porém, é da índole do capital ser violento, e portanto, germina dele, toda sorte de processos de monopólio, a exemplo dos que vinculam com a terra, com vistas à obtenção de mais-valia, a qual “[...] depende em princípio, da separação fundamental entre o trabalhador e os meios de produção” (MARTINS, 1983, p. 58).

Com a ação das multinacionais, segundo Oliveira (2010, p. 28), “[...] tudo é calculado cuidadosamente, para que, uma vez estabelecidas as amarras da subordinação, não haja condições de voltara atrás. O Estado faz o papel de

mediador da invasão do capital industrial”. Na mesma direção, acrescenta-se que, “[...] sem o apoio de uma compreensão crítica da economia capitalista, nada podemos dizer sobre uma economia camponesa que se reproduz submetida a do capital global” (VÉRGES, 2011, p. 1).

Os camponeses, uma vez expulsos da terra, só lhes restaram se somar ao quadro de mão-de-obra nas frentes de expansão do capital agroindustrial e/ou enquanto migrantes, entre outros postos de serviços nos centros urbanos, isso quando conseguem essa realocação. Outros braços dominadores do capital estão no fornecimento da indústria química (adubo químico, pesticida, fungicida, herbicida) e no capital financeiro, ambos fundados na “lógica combinada da produção e reprodução do capital,” como “extratores de renda da terra”, de acordo com Oliveira (2010, p. 28). No mesmo complexo, outro leque também se abre, no que se refere ao melhoramento genético de animais e plantas, potencialmente modificados para fins comerciais.

Reitera-se, assim, a extinção de profissões, o tratamento dispensado ao trabalhador, como objeto descartável e cada vez mais fragilizado ao assumir determinadas funções (terceirizados), não possuindo formação adequada para o exercício da função, o que ocasiona mais acidentes de trabalho, entre outros problemas.

A amplitude da reorganização territorial brasileira, pela via neoliberal e por último “desenvolvimentista”, tem atingido, em igual magnitude, o campo e a cidade. Tem-se sinalizado, até aqui, com base em pesquisas teóricas, que reportam aos clássicos e aos contemporâneos das ciências sociais, o posicionamento no âmbito das relações territoriais, com foco nas políticas de Estado direcionadas ao campo, no referente à burguesia rural e aos camponeses, com efeito, desigual e combinadamente. Julga-se oportuno esse apanhado da concepção conceitual, dentro do limite que é oportunizado, isto é, uma tentativa de vislumbrar enquanto tese a *metamorfose do latifúndio* nesta pesquisa.

Faz-se importante compreender que o que tem chegado, de forma rápida, especialmente após o ano de 1990, ao município de Pedro Afonso, e em boa parte de Tocantins, possui raízes distantes nas relações nacional e internacional, as quais se inserem no Município, como já comentado: inicialmente como sede do grande projeto Brasil-Japão (PRODECER), e segundo, com assentamento de empresa multinacional, majoritariamente, a agroindústria BUNGE, que tem disputado as

terras já ameaçadas pelo cultivo da soja, de tal monta que o plantio de cana-de-açúcar já atinge um raio de 50 km da planta industrial, adentrando nos municípios vizinhos. Nesse último, o avanço da cana-de-açúcar vem superando nas duas últimas safras a hegemonia da soja. Como extensão do mesmo empreendimento, a referida empresa também tem comprado terra no município, financiado safras, arrendado e comprado, antecipadamente, a produção soja.

Há, nesse processo, por um lado a territorialidade do agronegócio, e por outro, os camponeses que resistem à exclusão e “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2014, p. 115) ou na análise de Oliveira (2010, p. 7), “[...] o capital não transforma tudo de uma só vez [...]. Sua expansão se faz de forma desigual e contraditória”.

Impera neste modelo a ideologia do desenvolvimento, em que a nova arrumação espacial fornecerá oportunidades para todos. Um exemplo disso, são as campanhas veiculadas na grande mídia com relação ao desperdício. Confere, portanto, um sistema construído em pilares frágeis, como um grande edifício, que sempre ameaça ruir e vive de rearranjos pagos com vidas humanas, pela sua lógica mercantilizada e sempre respaldada pelo pilar ideológico do Estado e da burguesia do capital.

Concorda-se com a literatura científica crítica sobre a temática do trabalho, a qual afirma que uma vez rompida a relação metabólica homem-natureza e homem entre si, a retomada da equação social tem se tornado cada vez mais distante, dada a complexidade em que as relações sociais, mediadas pela técnica a serviço de uma única classe, tem avançado.

A externalização/estranhamento do trabalhador do seu mundo, enquanto produtor de bens que fazem sentido para sua vida, possui dimensões que remontam a meados do século XVIII, para não dizer século XVI, com a diáspora da civilização econômica cultural europeia, o que dá a dimensão do edifício construído e da difícil tarefa, porém não impossível, de retomar o verdadeiro sentido metabólico do homem que trabalha, a exemplo de grandes acontecimentos registrados na história e que não se previam que acontecessem, tais como a Revolução Francesa, a Revolução Cubana, a queda do Socialismo na União Soviética, e outros mais recentes.

É importante considerar que o território que compõe hoje o estado do Tocantins, pertenceu ao estado de Goiás, portanto, frisa-se que nesses referenciais, isto é, literaturas científicas, registraram as frentes de ocupações, tendo como

recorte o monopólio da terra e exclusão de muitos camponeses/posseiros da terra para os núcleos urbanos. No âmbito atual do arranjo territorial, esses elementos descritos se mesclam, mas com outras determinações reveladoras de novas e velhas disputas territoriais, o que não deixa de ser lançados novos desafios à pesquisa.

Diante do exposto, no Capítulo I, se colocará em evidência uma primeira aproximação acerca do objeto de estudo. Portanto, uma visão geral do arranjo territorial de Tocantins e município de Pedro Afonso, antes e depois da chegada da agricultura mecanizada. Tais descrições situam como apoio nas amarrações e discussões dos capítulos seguintes.

Lembra-se, também, a pujança da cana-de-açúcar, que já vem se projetado no município de Pedro Afonso, seguramente de meados de 1990 até hoje, quase que de maneira ininterrupta, bem como já ultrapassa o cultivo da soja em área plantada. Portanto, a pesquisa se apoia na busca por novos conhecimentos, que possam contribuir para minimizar impactos sociais, decorrentes do avanço da fronteira agrícola e uso destrutivo do solo, das águas, desemprego e expropriação camponesa no bioma Cerrado, uma vez que na base de tudo isso, se situa o latifúndio tradicional.

Arrisca-se dizer que o latifúndio tradicional era um pouco melhor do que se está presenciando nas ações predatórias do agronegócio atualmente. Existia, contudo, maior número de atividades, na agricultura, na pecuária, menor concentração do preço da terra. Assim, agregava-se mais trabalho no campo e, conseqüentemente, menor êxodo rural.

Tem-se, também, como exemplo negativo desta especialização agrícola, o aumento dos preços dos alimentos. Observa-se que o estado de Goiás coloca-se como um dos maiores fornecedores de hortifrutigranjeiros para o estado do Tocantins. Fora os poucos arrendamentos de terras camponesas pelo capital/latifundiários no campo, as relações entre latifúndio minifúndio e indústria são incipientes em Pedro Afonso e até mesmo no estado do Tocantins. Comparativamente, estas são relações que se distanciam significativamente do que acontece no campo no Sul e Sudeste brasileiro, dado as prioridades territoriais gerais elegidas pelo público e o privado e a resistência entre classes.

Em Pedro Afonso se nota, claramente, os poucos camponeses que resistiram à expropriação e os que permanecem são totalmente desassistidos por parte do

Estado. Por outro lado, a “imponência” dada ao agronegócio é bastante visível, a começar pela infraestrutura favorável a produção, circulação, troca e consumo. Consolida-se, nesse sentido a metamorfose do latifúndio tradicional e de forma embrionária o que restou do minifúndio. Estes últimos, centram esforços em se organizar política e economicamente, por meio das incipientes *Associações Camponesas*, para se manter na *terra de trabalho*.

Espera-se chegar, ao mais próximo possível, da explicação das *tramas* de relações materializadas nas disputas territoriais e, ao mesmo tempo, apontar soluções para os problemas, decorrentes entre a territorialidade dos camponeses e do agronegócio. Busca-se compreender nas variáveis, como se dão a ‘convivência’, “produtores” versus “produtores” do agronegócio e camponeses, ao considerar que a terra como elemento decisivo, para ambas as classes, na produção.

Dessa forma, no Capítulo I, foram analisadas as formas de uso e ocupação do território, com base nas primeiras frentes de ocupação (terras de mata), cujas fontes estão retratadas na literatura histórico-geográfica do antigo Norte Goiano, em documentos oficiais, mapas e outros. Ao mesmo tempo, se colocará em relevo, a ação governamental em relação ao tratamento dado às terras devolutas nesse período, antes de adentrar na discussão da exploração das terras do Cerrado mecanizadas.

No Capítulo II, foi explicado os trâmites políticos, entre o governo do estado do Tocantins e o governo japonês, frente aos interesses mútuos em desenvolver tecnologias e, conseqüentemente, a produção (monocultura) no Cerrado tocaninense, embora não tem sido da vontade da população. Se ressalta, nesse sentido, experiências já materializadas do “Programa de Desenvolvimento dos Cerrados” (PRODECER), em outras unidades da Federação como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

A velocidade e a dimensão se faz perceber, que esse setor produtivo vem se metamorfoseando. Lugares/terras, que até então não suscitavam interesse, hoje são muito cobiçados. Dito de outra forma, até o ano de 1980, as terras de Cerrado eram pouco exploradas, especialmente na porção Norte do país, em que predominam nessas regiões de chapadões intermináveis, usados para criação extensiva de gado bovino, cuja prática da queimada fazia e ainda faz parte, em menor proporção, do manejo de renovação do pastejo para o gado.

No mesmo capítulo, se trata da importância aos incentivos governamentais do ponto de vista do preparo infraestrutural, biotecnológico, a exemplo de empresa pública de pesquisa na agricultura. Acreditando que tal abertura do poder estatal, tomado pelo “novo desenvolvimentismo”, somadas às potencialidades dos recursos naturais disponíveis, no que se referem às terras com topografias favoráveis e baratas, água, facilidade de transporte da produção, exploração e/ou expulsão dos camponeses, configuram-se as referidas frentes de expansão de poder no território.

Assim, o destrutivismo ilimitado do poder do capital, por meio da exacerbação técnica tem culminado na reorganização do latifúndio tradicional entra como protagonista a soja e da cana-de-açúcar e se territorializa localidades, até então preservadas dos solos ditos improdutivos, como eram consideradas. Reitera-se que o solo do Cerrado atingiu sua fase improdutiva, com a chegada da monocultura e para se tornar produtivo, se faz importante fazer reforma agrária, em condições favoráveis para tornar a terra produtiva a fornecer alimento saudável à população.

No Capítulo III, haverá a centralização da atenção aos desdobramentos da nova investida capitalista, com anuência e incentivos diretos do Estado e a “consolidação” das ações do agronegócio, tendo em vista a chegada das empresas multinacionais BUNGE, CARGIL, ADM, SEAGRO, e MULTIGRIN, no município de Pedro Afonso. Apenas a primeira possui planta industrial no município e as demais atuam no mercado de compra de grãos e financiamento de safra, com escritório a cerca de 50 km, na cidade de Guaraí (AFONSO, 2016).

Do ano de 1990 em diante, tem se incidido, no território de Pedro Afonso, as referidas empresas, no que pese a sobreposição de uso das terras já “amansadas” pelo PRODECER e um maior número de investidores, no setor do agronegócio, com destaque para produção de etanol e grãos especialmente a soja. Segundo dados da Cooperativa Agrícola de Produtores de Pedro Afonso (COAPA), em 2012, o percentual da área plantada da cana-de-açúcar atingiu 40% e da soja 60%, são dados significativos, considerando o pouco tempo em que se iniciou o cultivo da cana-de-açúcar (iniciado no ano de 2007). Esse percentual da cana-de-açúcar, em 2012, encontra-se alterado para mais em 2015, conforme registrado no Capítulo 5 desse Trabalho.

Destaca-se, também, nesse processo, um incremento de atividades no setor de comércios, serviços e maior demanda por moradias na sede do município, e

ainda, a atuação de agentes financeiros, como o Banco do Brasil (BB), Sistema Cooperativo de Crédito (SICREDI) e as ações da Cooperativa Agrícola de Produtores de Pedro Afonso (COAPA). Essa última, criada em função da necessidade de “organização da produção” dos investidores, ditos colonos, ligados ao complexo produtivo do agronegócio hoje com expansão por vários territórios municipais.

No Capítulo IV, um esforço se faz importante, no sentido de tecer explicação que possa aclarar a intensidade dos impactos provocados, isto é, qual a real dimensão da metamorfose do latifúndio, cujo a gênese tem sido alavancada pelo poder do Estado, em que pese a abertura de caminhos, por meio da infraestrutura especialmente rodovias, ferrovias, hidrovias, desapropriações, rebaixamento de juros e outros favorecimentos para que o capital se territorialize.

A centralidade desse trabalho é a compreender a *metamorfização* gradativa do território tocantinense, com ênfase para margem direita, menos explorada até o final de 1980. Nota-se, portanto, uma rearrumação mais lenta, porém eficaz, na preparação do território, para a definitiva ocupação do Cerrado, por meio da agricultura de exportação. Um ponto importante aqui analisado, diz respeito à disputa da monocultura do arroz e soja: a expansão da soja pelo estado, acarretou em sérias mudanças para o município de Pedro Afonso e entorno, orquestrados pela demanda crescente no mercado externo da matéria-prima da soja.

Por fim, o Capítulo V, no qual centrará a atenção nas frentes de expansão da sojicultura pelo Estado, destacando Pedro Afonso e os quatro municípios limítrofes. Desta feita, pode-se vislumbrar como os camponeses, considerados os mais diretamente atingidos, pela crescente concentração de terra e exclusão geral, sobretudo por parte do poder público, por não se enquadrar, no que diz modernidade na produção de commodities, foram, de fato, atingidos. Além de inviabilizados pelo poder público, no que concerne a concessão de sua autonomia produtiva e cultural. Torná-los submissos ao poder estatal, por meio de suas instituições, é não fechar a porta da subordinação econômica e política, mas há os que não conseguiram ainda esconder: que são eles - os camponeses – os verdadeiros produtores.

CAPÍTULO 1 - OS ANTECEDENTES TERRITORIAIS DO LATIFÚNDIO COMO “PLANO” INICIAL DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO - TO

1.1 AS AÇÕES DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO TOCANTINENSE: BREVES CONSIDERAÇÕES

A atividade agrícola, na região do Cerrado, em Tocantins e demais unidades da federação, tem despertado o interesse de muitos pesquisadores. Justifica-se mais ainda a motivação nessa pesquisa, por tratar-se de uma temática que vivencia-se como autóctone e tem-se notado, com espanto, o quanto tem-se aumentado os desmatamentos, para o cultivo da soja no estado do Tocantins, desde os anos de 1980 até a atualidade.

Cita-se, também, como parte das ações transformadoras do território no campo, as diversas instâncias do poder público, no que se referem aos direcionamentos e atuações para política fundiária e, por outro lado, o apoio por meio de infraestrutura e facilidade, o que abre caminhos para territorialização e *metamorfose do latifúndio* tradicional, em detrimento do minifúndio.

Sabe-se, na mesma direção, que em função de sua lógica produtiva e objetivos, tanto a agricultura capitalista, quanto a atividade camponesa, não comungam da mesma lógica produtiva no território. Entender a *metamorfose do latifúndio* tradicional e os impactos decorrentes entre as classes: agricultura capitalista versus agricultura camponesa e resistência camponesa, o que situa hipótese importante do trabalho.

Essa primeira é uma atividade em marcha progressiva, predominando na atualidade o cultivo da cana-de-açúcar, para a fabricação do etanol e açúcar¹¹. É esperado das grandes corporações, a busca por localidades privilegiadas, para atuar/assumir posturas subordinadoras aos agentes tradicionalmente estabelecidos, no caso os pequenos produtores rurais, em nome do progresso de exportações de commodities. Em Pedro Afonso, isso vem acontecendo, uma vez que destacaram-se, nesse processo, as atividades do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro, para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER III. Incide, na atualidade, o poder das empresas multinacionais, BUNGE e CARGILL, e em menor escala, a

¹¹ Apesar da infraestrutura criada para produzir açúcar e álcool, funciona apenas a produção de etanol no município de Pedro Afonso. Observa-se que em todo o estado existe apenas uma usina.

Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso – COAPA, com anuência dos Governos: local, estadual e federal.

Está na ponta de todos os incentivos governamentais, no qual se insere a microrregião de Pedro Afonso e todo o território do estado do Tocantins, o estado do Maranhão, com exceção apenas de sua porção Norte, o Leste e Sudoeste do Piauí e o Oeste da Bahia. O lançamento do que está se chamando, oficialmente, região¹² MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que promete mais um redesenho no território e requer um esforço maior de incorporação no corpo da pesquisa.

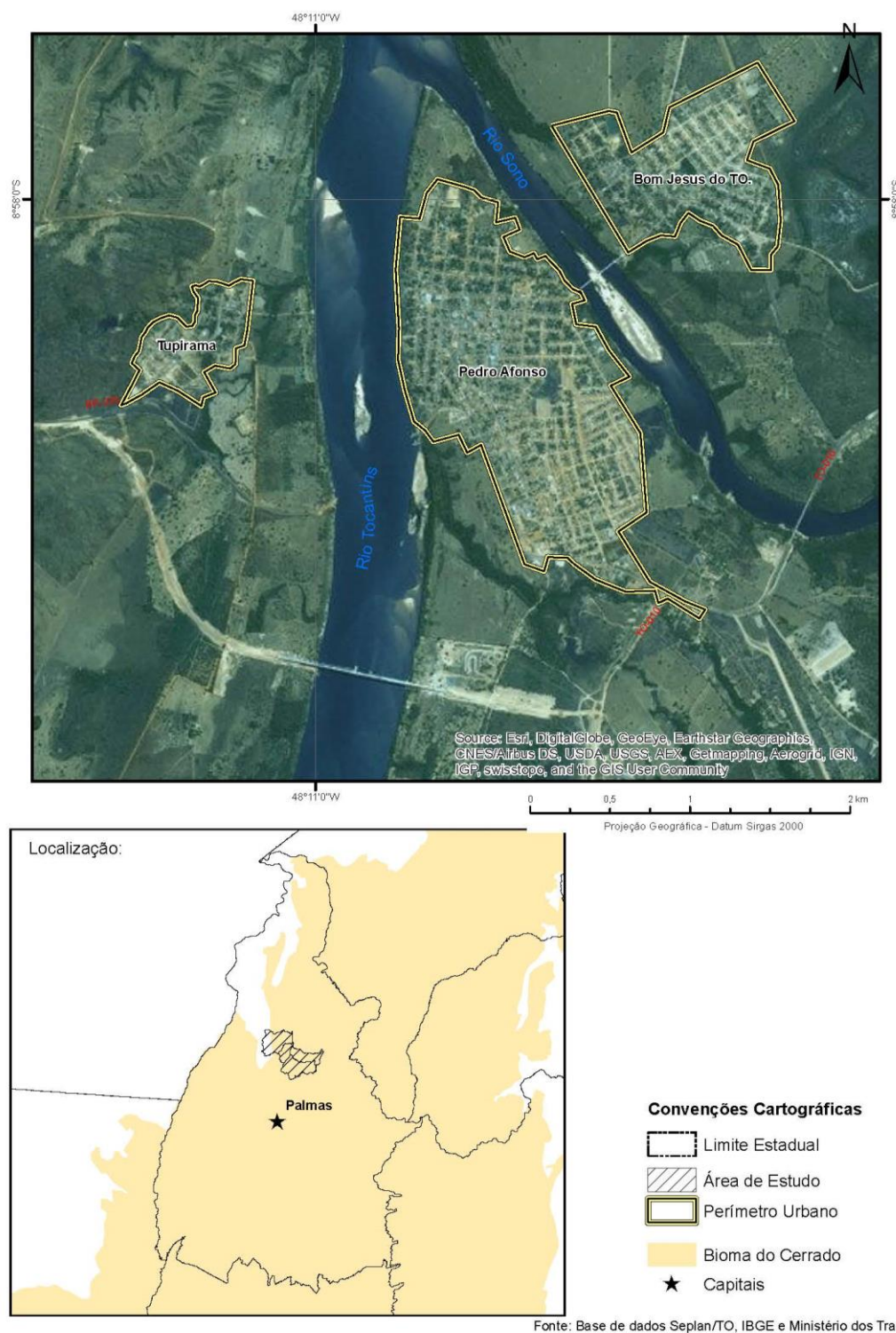
Dado esse breve balizamento, segue-se com o encaminhamento do primeiro capítulo da tese, em que traz uma abordagem das primeiras frentes de ocupação e expansão da fronteira na direção do Norte Goiano, pautadas em leituras diversas, sem perder de vista a situação fundiária materializada na posse/propriedade da terra, causa primeira do território em disputa, e assim poder-se vislumbrar com clareza o objeto em linhas posteriores.

1.2 O MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO: A TRAVESSIA DE UM TERRITÓRIO

A sede municipal da cidade de Pedro Afonso localiza-se na confluência de dois grandes rios: Tocantins e Sono. Na margem esquerda do rio Tocantins, conurba com o município de Tupirama e, na margem direita do rio do Sono, conurba com o município de Bom Jesus, conforme o mapa 2.

¹² Termo Região compõe o conjunto das categorias de análise importantes da ciência geográfica. Portanto, nos documentos oficiais, recebe a denominação de região MATOPIBA. No texto, é apenas um substantivo de identificação da área de abrangência, de mais um dos projetos de incentivo governamental.

Mapa 2 - perímetro Urbano de Pedro Afonso, Tupirama e Bom Jesus do Tocantins



Fonte: Base de dados SEPLAN/TO, IBGE e Ministério dos Transportes. Adaptação: TAVARES; OLIVEIRA (2016).

De acordo com Valverde (1967, p. 266), o município de Pedro Afonso teve origem na ação missionária, promovida por ordem imperial, em 1845: “o padre Rafael Taggia, da Ordem franciscana empreendeu a *pacificação*¹³ dos Xerentes, congregando-os em um pequeno aldeamento; logo após chegaram mais de 5000 índios pertencente à mesma tribo e provenientes do Riachão” no estado do Maranhão. Já “em 1903, o povoamento foi elevada à condição de Vila, com denominação de São Pedro Afonso”.

Ressalta-se, contudo, a veracidade do termo “pacificação”, tendo em vista o longo período de conflitos¹⁴, entre brancos e índios, dada a resistência ao rigor da disciplina aplicada ao trabalho e à prática de adestramento eclesiástico. Assim, a embrionária povoação ergue sua importância, por guardar em seu espaço marcas de um passado de projeção regional, de cidade ribeirinha interligada à atividade econômica de navegação, por meio do rio Tocantins, para com o mercado de Belém do Pará. O “progresso” do município de Pedro Afonso foi alcançado com o surto da borracha em 1910, em que: “As mercadorias, provenientes da Bahia, chegavam àquela região extrativista 30 a 40% mais baratas que quando vindas das praças de Belém e São Luiz. Estabeleceu-se, assim, uma rota comercial entre Barreiras (BA) e o Baixo-Araguaia, através de tropas de burros” (VALVERDE, 1967, p. 266).

Pedro Afonso era local de parada obrigatória, pois se localizava no encontro do rio Sono com o Tocantins e era desse local que partiam as mercadorias para outros núcleos urbanos que se formavam. Aos poucos se estabeleceram novas funções urbanas, como exemplo, a instalação da subdiretoria da Fazenda de Goiás e, em 1937, Pedro Afonso elevou-se à categoria de sede de município.

¹³ Estranha-se essa terminologia, tendo em vista que os conflitos entre brancos e índios continuam, especialmente em se tratando da disputa pela posse da terra e atrelado ao preconceito cultural.

¹⁴ Além das disputas territoriais que atualmente se apresentam no município de Pedro Afonso, digna de atenção, aconteceu entre donos de terras e indígenas nessa microrregião. “De acordo Lira (2014, p. 228) em consonância com Melatti, 1967, “Com a morte de Frei Taggia, em 1892, os Krahôs ficaram sem seu interlocutor “[...]. Eles afastaram-se da povoação de Pedro Afonso, estabeleceram-se, sobre amizade de um fazendeiro, nas terras das cabeceiras do rio Manoel Alves Pequeno. Ali viveram em terras devolutas, entre sertanejos e criadores, num regime de pecarias relações”. Os indígenas eram reconhecidos pelos fazendeiros como ladrões de gado. As tensões foram tantas que culminou em um massacre no ano de 1940. Diante da gravidade desse acontecimento as providências foram tomadas para a demarcação de seu território denominado Craolândia com base no Art. 6º, nº V do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de Abril de 1944, devidamente autorizado pelo Presidente da República, decreta: Art. 1º - São concedidos aos índios Craós o uso e gozo de um lote de terras pertencentes ao Estado denominado ‘Craolândia’ situado no Distrito de Itacajá, no município de Pedro Afonso, medindo trezentos e dezenove mil oitocentos e vinte e sete (319.827) hectares”. Registra-se “a total ausência do Estado” o que mais contribui para essa tragédia (LIRA, 2014, p. 228 - 229).

A crise da borracha abateu-se fortemente sobre a frágil economia de Pedro Afonso e demais núcleos urbanos, que se dedicavam à mesma atividade comercial na bacia do Araguaia. Somado a essa crise, ocorreu a perda da função de entreposto comercial e isso acarretou em ataques de saqueadores¹⁵, provocando a migração de grande parte de seus moradores para outras localidades, portanto, a povoação viu-se reduzida “a um pequeno burgo [...] nas margens do rio Tocantins” (VALVERDE, 1967, p. 266).

De acordo com Valverde (1967), após os anos 1930, novas atividades econômicas foram retomadas, não na mesma intensidade, mas novas relações estabelecem-se em Pedro Afonso, assim como em outras cidades do antigo Norte goiano, tais como Porto Nacional e Cristalândia, principalmente, por meio do comércio de carne bovina com a capital de Belém do Pará.

O comércio de carne ganhou novo impulso no período pós Segunda Guerra Mundial, o que, por sua vez, exigiu-se a construção de um matadouro e um aeroporto, para o transporte de carne em Pedro Afonso e nas demais cidades referidas. Pode-se dizer que, até esse período histórico, não existia preocupação de um “planejamento” mais sistematizado pela Federação, para o então norte goiano. Existia apenas povoamento, um tanto quanto espontâneo, marcado por uma rede urbana dispersa pela contingência do ouro e da extração de pedras preciosas, das missões religiosas, dos pontos de pousos de tropas e boiadas. Tudo isso conjugado com a embrionária atividade agropecuária (VALVERDE, 1967).

Diante do exposto, vale a pena contextualizar que as povoações vizinhas a Pedro Afonso - indissociável territorialmente do objeto pesquisa -, sendo os municípios de Bom Jesus e Tupirama, Santa Maria e Guaraí, sendo os três primeiros emancipados entre 1991 a 1994 e que, gradativamente, foram se estabelecendo nessa localidade, camponeses maranhenses e paraenses dedicados à policultura de arroz, milho, mandioca, cana-de-açúcar.

Em 1964, já se registrava um maior número de famílias, apesar de não precisar a quantidade exata. A Secretaria de Estado da Agricultura organizou o assentamento, demarcando os primeiros lotes e arruamentos. A Lei Municipal de nº

¹⁵ Hoje, mais que antes, o saque é legalizado pelo próprio poder do Estado para dar passagem ao capital. A título de exemplo, foi noticiado amplamente na mídia nacional/internacional, que o Governo Federal, na pessoa do presidente Temer, por decreto, resolve baixar a Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação) dos impostos dos empresários do agronegócio (safra 2017/2018), além de perdoar o valor da dívida.

4, de 28-05-1963, subordinava a Vila de Bom Jesus do Norte ao Distrito do município de Pedro Afonso, até então sob a jurisdição do município de São João do Araguaia¹⁶ e, em 20 de fevereiro de 1991, foi elevado à categoria de município, por meio da Lei Estadual nº 251, com nome de Bom Jesus do Tocantins¹⁷.

O município de Tupirama teve origem na atividade comercial em 1937, com o nome de Trindade, em função da construção de três casas de comércio instalada inicialmente. O comércio prosperou e, em 1938, a povoação foi elevada à categoria de vila. Em função da organização do quadro territorial do estado, o nome Trindade foi substituído pelo nome Tocantinópolis e, novamente, por Tupirama. Em 1953, foi elevada à categoria de cidade¹⁸.

Com o advento da construção da rodovia Belém-Brasília ou BR-153, na década de 1950, o fluxo comercial através do rio Tocantins e o comércio de carne via aérea para as regiões Norte/Nordeste do país, principalmente, é drasticamente substituído pelo transporte rodoviário (caminhões). As dificuldades de circulação pelas águas do rio Tocantins foram agilizadas significativamente. As barreiras eram eminentes principalmente no tange as transposições das barreiras naturais, quedas d'águas nos trajetos do grande Rio, o que exigiria a construção de grandes obras.

Ressalta-se, portanto, que a construção de uma obra desse porte, BR-153, resultou em significativos impactos sociais e ambientais. Houve certo planejamento, seguramente que sim, entretanto, esse planejamento foi favorável ao monopólio do capital, arquitetado, principalmente, pelo poder estatal.

O posicionamento do poder do Estado, como parte do sistema ou como agente controlador, em todos os sentidos da organização social nos países capitalistas, tem levado muitos pesquisadores a levantar, cada vez mais, críticas, a ponto de demonstrar sua incapacidade, o que é próprio de sua essência, em proporcionar uma vida mais equânime a uma parcela significativa da sociedade. Mészáros (2015, p. 59), por exemplo, diz que:

¹⁶ “A localidade de São João do Araguaia surgiu no fim do Século XVIII por iniciativa do governo da capitania do Grão-Pará visto a necessidade de se estabelecer um entreposto militar na confluência dos rios Tocantins e Araguaia para evitar a evasão de divisas (neste caso metais preciosos) e de mão-de-obra escrava em direção ao Centro-Oeste do Brasil Colônia. São João foi uma das localidades que envolveu-se nos acontecimentos que levaram a anexação do Sudeste do Pará ao então estado de Goiás em 1908. Os líderes do povoado se uniram aos líderes de Marabá, Conceição do Araguaia e Alcobaça na declaração de emancipação e desligamento formulada em 1808 e protocolada junto ao parlamento goiano. O episódio ocorreu em meio aos conflitos, que ocorriam no meio norte brasileiro, desde 1907”. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 22/05/2015.

¹⁷ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 22/05/2015.

¹⁸ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 22/05/2015.

Em nossas sociedades, a base causalmente determinante da violência é a ordem sociometabólica do *próprio sistema do capital*. O Estado, com certeza, é *parte integrante* desse sistema como um modo de controle sociometabólico, e funciona como o agente ativo tanto da Lei do Estado como da ilegalidade do Estado a serviço da manutenção geral da ordem sociometabólica estabelecida (MÉSZÁROS, 2015, p. 59).

Essa transcrição ajuda a evidenciar as ações estatais pretéritas e presentes, que se estabelecem por meio de projetos conservadores de pactos de classes: a classe dos que detém o poder econômico industrial, do agronegócio e os que assumem o poder do Estado. Todavia, em função da ação estatal e, certamente, não só Pedro Afonso, mas também, muitos outros municípios distanciados das margens da Rodovia perderam e ainda perdem população para as cidades nela localizadas, e mais recentemente, para a capital do estado, Palmas. Como consequência disso, vê-se acentuar a histórica estagnação econômica, acompanhada da exclusão social¹⁹ nessas localidades. Faz-se necessário aprofundar, em momentos posteriores, de forma a compreender o que está na base dos investimentos público/privado, em escala nacional e internacional.

Na verdade, o envolvimento do poder público nesses ajustes/desajustes territoriais, fica cada vez mais evidente quando se nota, que a “lei do mais forte” tem operado energicamente sobre o mais fraco, conforme a assertiva de Mészáros (2015, p. 49): “[...] é que o direito é a base do poder [rightismight] porque o poder é que estabelece o direito [mightisright], e não o contrário, como é infundadamente postulado até mesmo por alguns defensores genuínos da teoria liberal”.

Estende-se, também, como fator determinante para compreendermos a *metamorfose do latifúndio* em nosso trabalho, não só a inversão do “direito”, parafraseado por Mészáros (2015), mas também o papel ideológico assumido pelo *nacional-desenvolvimentismo*²⁰ enquanto instrumento conceitual da política interna,

¹⁹ Essa temática, acerca dos impactos da Rodovia Belém-Brasília, compõe parte do trabalho de dissertação de Mestrado, intitulado “Porto Nacional: de Porto Real a Espaço Periférico de Palmas – TO”, defendido na Universidade Federal de Goiás, em 2009.

²⁰ Segundo Bresser-Pereira (2004): “O nacional-desenvolvimentismo foi a estratégia que regeu o desenvolvimento do Brasil entre 1930 e 1980. [...] A crise dos anos 80, porém, coincidiu com o início da onda ideológica globalista e neoliberal que vinha do Norte, e facilitou sua penetração no Brasil. E, 1986, com o Plano Baker, de 1986, a ortodoxia convencional foi transformada em estratégia de desenvolvimento definida pelo governo dos Estados Unidos e suas agências. Era o Consenso de Washington com sua proposta de reformas, várias delas razoáveis se fossem entendidas como visando enfrentar a crise da dívida externa e a crise fiscal do Estado. Já nessa época, porém, era possível interpretar o discurso dos seus ideólogos como uma forma de debilitar os estados nacionais dos países em desenvolvimento, que, desde os anos 70, com sua mão-de-obra barata, e suas exportações de manufaturados, ameaçavam os países ricos. Nos anos 90 [...] a estratégia de desenvolvimento assumiu caráter mais radical. Buscava-se agora, com uma segunda geração de

que perdurou entre 1930 a 1980. Outro seguimento é aflorado pelo viés do neoliberalismo, servindo também como instrumento balizador da organização territorial, tanto no campo, como na cidade, pós 1990.

Nesse direcionamento geral da política econômica social desenvolvimentista, comprovadamente, não existe espaço equacionador dos problemas sociais, historicamente por eles produzidos. Assim, é importante considerar a atualidade dos escritos de Florestan Fernandes (1973, p. 147): “Isso significa que as populações rurais despossuídas e pobres sofrem o desenvolvimento capitalista como uma espécie de hecatombe social. Ele não lhes dá como ponto de partida, vias normais de combate à marginalização, ao desemprego e a misérias”.

Uma série de mudanças vêm acontecendo em Tocantins, quase como um todo: dentre elas, as mudanças técnicas na atividade agropecuária, que após os anos de 1980 chegam mais fortes, com advento da correção da acidez do solo do Cerrado, por meio do uso do calcário, bem como a divisão do estado de Goiás e a criação do estado do Tocantins, em 1988, com melhoramentos de infraestrutura, incentivos governamentais e outros atrativos, como abundância de água para irrigação, terras baratas e planas têm sido alvo de investidores, provenientes do Sul e do Sudeste brasileiros e até do mundo, tendo em vista as determinações próprias do Modo Capitalista de Produção, que busca expandir-se e maximizar o lucro.

Destaca-se, nesse sentido, a implantação do “Programa de Desenvolvimento dos Cerrados” (PRODECER), que se constitui em três etapas, abrangendo a maior parte do Cerrado brasileiro. Essa temática compõe eixo importante, que será abordado oportunamente e serve de base para entender o uso sucessivo das terras, dessa região de Tocantins. Dado, que é a partir da implantação do PRODECER III, com sede no município de Pedro Afonso, ponto alto para a *metamorfose do latifúndio*, com o aval do poder público federal, estado do Tocantins e município de Pedro Afonso envolvendo, também, dos municípios circunvizinhos de Bom Jesus, Tupirama, Guaraí e Santa Maria, principalmente. O capital japonês, ligado à Agência Econômica Japonesa (JICA) e empresas ligadas ao agronegócio, razão do aumento dos preços das terras e das disputas.

Em meio à pressão do agronegócio encontram-se os camponeses que resistem à venda de suas terras de trabalho. O número dos que venderam é

significativo e apenas depois, perceberam o quanto perderam, conforme depoimentos registrados por nós em cadernetas de campo.

Nessa direção, a valorização das formas materializadas na reconfiguração ou *metamorfose do latifúndio* situam-se como eixo importante nesta investigação. Mas, antes de tudo, uma busca dos traços constitutivos da realidade exige que se tome posição, diante de categorias e conceitos, que se erguem da organização social ao longo de cada momento de sua formação.

1.3 O PROCESSO DESIGUAL E COMBINADO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS, ATUAL ESTADO DO TOCANTINS

Até o ano de 1988, as terras que hoje compõem o estado do Tocantins (277.621km²), conhecido por antigo norte goiano, foram desmembradas do estado de Goiás, com dimensão atual de 340.086 Km², e juntos constituíam um total de 617.707 Km². Esse movimento separatista remonta longas manifestações de lutas, com avanços e retrocessos, sob a ação de várias gerações, entremeadas por grupos de representação política, radicadas no referido norte de Goiás, a qual era considerada a parte mais desassistida administrativamente pelo poder público.

Sucessivas determinações são impulsionadas por forças políticas e técnicas, que se inserem, imperativamente, em uma divisão social e regional do trabalho. Logo, traz em seu bojo a marca de ritmos cada vez mais complexos, com interesses antagônicos entre classes compostas. Por um lado, a hegemonia econômica e política dos grandes proprietários de terra, capitalistas fundiários e, por outro, os camponeses posseiros, e ainda, a participação da Igreja, enquanto mediadora de conflitos pela posse da terra.

Justifica-se dizer que, na parte sul do território goiano, posicionavam-se aqueles que ditavam, e ainda ditam em boa parte do território, as regras na divisão regional do trabalho. Na verdade, os interesses individuais são condicionados pela posição que os indivíduos ocupam na estrutura de classes. Salvo em alguns momentos, esses interesses do lado oposto não podem ser totalmente esvaziados, do contrário seria inviabilizado o processo de acumulação, que ganhou hoje dimensões muito complexas.

Nesse sentido, permite-se fazer uma digressão, no que se refere aos primórdios da formação capitalista em escala ampliada para, em seguida, direcionar

aos objetivos que se propôs nessa pesquisa. Assim, sempre que possível, lançar-se-á mão de fundamentos teóricos alinhados com o vislumbre dos objetos.

Veja-se, portanto, que nessa relação entre desiguais, a história de formação do capitalismo Ocidental, após ganhar força em seu território - o Velho Mundo -, passa a priorizar buscas complementares de acumulação do dinheiro, que fortaleceu, sem dúvida, o modo capitalista de produção. A história mostra, que esse modo capitalista tem origem no saque de ouro e prata, bem como no mercado de escravos africanos nas Américas.

Huberman (1973, p. 169), argumenta que: “foi a partir do século XVI que se começou reunir capital em volume bastante grande para satisfaz essa necessidade”. Em outra passagem: “antes da idade capitalista, o capital era acumulado principalmente através do comércio – termo elástico, significando não apenas a troca de mercadorias, mais incluindo também a conquista, pirataria, saque exploração”. Trata-se de um processo expansionista, em escala cada vez mais ampliada, que obrigatoriamente passa a assumir forma capaz de atribuir poder para grandes transformações nas ordens econômicas, sociais, políticas e ecológicas estabelecidas. Recorrendo ao que diz Marx (1988, p. 252):

Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Esse é o confronto que assume a acumulação primitiva do capital, pois ela cria e planeja a oposição entre proletariado e burguesia, por meio da expropriação dos produtores para que se cumpra a subordinação, isto é, para que se cumpra ou se crie outros condicionantes de acumulação: a mais-valia, que é “a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 1988, p. 253).

Historicamente, percebe-se que não há nenhuma razão para se ter esperanças de que da alma capitalista, possa emergir um posicionamento que defenda os anseios da maioria menos favorecida. Qualquer que seja o nível de civilização e localização no mundo, ou ainda o ato de que determinada classe social

defenda interesses de outra, a própria divisão entre elas é fruto da relação de exploração homem-natureza e homem entre si, por meio do trabalho.

Contudo, há que se esclarecer quanto à compreensão disseminada socialmente nesta relação. O aparelhamento técnico oferecido aos territórios nacionais nunca se reveste das reais necessidades regionais e sim dos interesses em maximizar lucros, daí os espaços mais reclusos do movimento e/ou atividades econômicas principalmente. Em outras palavras, o domínio técnico científico, na organização capitalista, nunca atinge a tudo e a todos de maneira homogênea, sempre segue, segundo nos lembram as leis da dialética, do desigual e combinado, interagindo elementos de idades diversas no tempo/espaço:

Essa mudança de arrumação regional que ocorre em todo o mundo, saindo de uma regionalidade baseada numa planta central para uma outra apoiada numa combinação de plantas vindas da migração de cultivares oriundos de outros cantos, muda a cultura humana em cada povo por completo. É o início da globalização atual, marcado pela escalada dos cultivares, uma escalada cultural, porque o resultado é uma radical mudança dos hábitos e regimes alimentares dos povos, alterando suas reações ambientais, os gostos e os costumes (MOREIRA, 2004, p. 165).

Essa reflexão é bastante aceita no mundo científico, que exige uma compreensão da dinâmica intencional dos objetos construídos pelo trabalho humano, sob os auspícios do capital. É sobre a materialidade construída, que entra em ação o mundo prático em movimento. Uma observação importante pode ser acrescentada, no sentido cautelar de não valorizar, como querem muitos, a história em etapas estanques, como se fossem degraus a serem seguidos, obrigatoriamente com objetivos predefinidos, rumo ao desenvolvimento de um país, região, entre outros. Neste sentido, tem-se o exemplo da Rússia, em que:

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardiamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as conquistas mais modernas (TROTSKY, 1977, p. 27).

As palavras do autor esclarecem quanto aos rumos que podem tomar a estrutura social e a economia de um país. Essas diferenças são criadas, com base em relações e acordos, que se não forem devidamente analisados, a partir do que lhe é dado, fugindo do convencionalmente aceito, abre-se espaço para simplificações, e conseqüentemente, para a fragmentação entre os poderes estabelecidos. Justifica, dessa forma, o fragmento a seguir:

As condições em que se estruturou a indústria russa, a própria estrutura desta indústria, determinaram o caráter social da burguesia do país e sua fisionomia política. A forte concentração da indústria demonstra por si mesma que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares não existia hierarquia intermediária. A isso soma-se o fato de serem as mais importantes empresas industriais, bancárias e de transportes propriedade de estrangeiros, que não somente auferiam lucros sobre a Rússia mas ainda por cima fortaleciam a própria influência política nos parlamentos de outros países, razão pela qual, em vez de formular, na Rússia, a tal se opunha não raras vezes”. “[...] foram essas as causas elementares e irredutíveis do isolamento político da burguesia russa e de sua atitude contrária aos interesses populares (TROTSKY, 1977, p. 29).

Ao tratar como referência o método de análise das relações de poder relatadas no fragmento, e com base nos acontecimentos recentes, descritos em autores que tratam de questões semelhantes, quanto ao processo de formação territorial da mais nova unidade territorial do Brasil, o estado do Tocantins, passa-se a pontuar as determinações que marcaram o passado e o presente de formação da referida unidade federativa, com desdobramento posterior para a subunidade administrativa do mesmo estado: o município de Pedro Afonso, recorte de área da pesquisa. Importante, ainda, frisar que não se tem a intenção de tentar compreensões por analogias.

Pode-se dizer que, em função dos tipos de relações técnicas e políticas na direção da agricultura é que se criou a disparidade material entre os dois territórios: o Sul e o Norte Goiano. Tendo em vista a pouca vontade política no sentido de minimizar as disparidades infraestrutural durante muito tempo, a tendência foi acentuá-la. Somente com a revolução do uso do Cerrado, protagonizado pelas pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é que os olhares²¹ empresariais brasileiros e até de outros países, se voltam para o Norte Goiano. Essa porção do território era sinônimo do atraso materializado na cultura da maioria dos habitantes do Sul.

Aliados a isso, a expansão da fronteira agrícola no Cerrado em direção à Amazônia, os melhoramentos de vias de acesso, enfatizados posteriormente, além do entendimento de novas técnicas de viabilidade nesse campo, é que se situa a criação do estado do Tocantins.

²¹ Isso é extensivo também à maioria do povo goiano-tocantinense que carecem nos dias atuais, mais que nunca, desmistificar a fobia/aversão, ao “território inóspito”, criado enquanto ideologia da elite agrária enquanto estratégias de seus interesses financeiros. Recentemente, mais uma vez, do ponto de vista turístico ecológico, o estado do Tocantins parece ter sido redescoberto por meio das gravações da novela “Do Outro Lado do Paraíso” veiculado pela Rede Globo de Televisão no ano de 2017/2018 de autoria do escritor Walcyr Carrasco. De um momento para o outro a microrregião semidesértica do Jalapão ganha “prestígio” nacional e internacional.

Recorre-se ao que diz Novack (1988, p. 34): “A história tem suas reversões, assim como seus movimentos para frente, seus períodos de reação, formas infantis e características caducas próprias de etapas primitivas de desenvolvimento”. Ainda, no mesmo autor: “[...] cada síntese única surgida do desenvolvimento desigual e combinado engendra em si mesma posteriores crescimentos e mudanças, as quais por sua vez, podem levar a uma eventual desintegração da síntese” (NOVACK, 1988, p. 34). Essa realidade em movimento de busca e retrocesso, auxilia-nos no tópico seguinte, para explicar as etapas de povoamento, edificação e inserção na escala ampliada do território nacional, em consonância com fontes historiográficas goiano-tocantineses recentes, de um território em formação.

1.4 O NORTE E O SUL GOIANO: GÊNESE E CISÃO DE UM TERRITÓRIO

De acordo com Barreira (1997, p.53), ao se tentar estudar as causas de determinada formação social, em que já se encontram assentados objetos construídos, estradas, cidades, propriedades em geral e natureza intocada, é necessária a seguinte pergunta: “o que motivou a incorporação desta área ao processo produtivo, num determinado momento?”. Apesar da importância dada ao processo de povoamento, a origem dos migrantes não é suficiente para se compreender a formação territorial desses dois territórios: Goiás-Tocantins.

Nessa direção, faz-se necessário levantar questionamentos a respeito da relação terra-trabalho. Assim, o empiricamente dado, em suas múltiplas determinações, abarca uma gama de ações muito mais abrangentes em direção ao que se objetiva vislumbra concretamente. Em outras palavras, entender os fatores políticos, econômicos e culturais, que se moveram e se movem em função do monopólio da terra (propriedade eminentemente privada ou, por outro, o simples poder da posse para autosustentação), requer, no mínimo, um longo trajeto explicativo.

Dados os objetivos díspares que assumem essas duas classes sociais, camponesa e ricos proprietários, principalmente no mundo das relações no campo, não é coerentemente possível tomarmos cada uma delas em seu campo individualizado. Um esforço deve ser dispensado, acerca do esforço em compreendê-las numa dialética histórica, de quem *manda* e de quem *obedece*, bem como que tal situação não se configura como regra definitiva. O que impera hoje,

amanhã poderá ser redimensionado em outros novos papéis: esse é o movimento registrado na história de outras formações territoriais.

Ao partir dessa compreensão, coloca-se mais próximos de poder enxergar o homem que vive da força de trabalho, que nem sempre é colocado em voga, para não se correr o risco da descoberta, pela grande massa, de sua importância e do valor que tem o trabalho produtor de bens. Assim, o processo de formação territorial das terras tocantinense é marcado por longos períodos de letargia, seguidos de saltos bruscos de transformações por imperativos políticos, em sintonia com o capital em expansão.

Em ordem de importância, a atividade da pecuária registra-se, segundo alguns autores, como sendo uma das primeiras e mais importantes frentes de ocupação do Estado de Goiás, dadas as características que assumem essa prática. O gado bovino desponta-se como atividade importante, pela capacidade de locomoção em época que não existiam estradas. Em relação à situação periférica, que se abatia sobre o estado de Goiás, após a crise mineradora, é apontado que: “após decadência da mineração a criação de gado se tornou a atividade econômica principal de Goiás. [...] a lavoura se restringia a uns poucos produtos necessários ao consumo da rarefeita população estadual” (CAMPOS, 1987, p. 27).

Com relação a introdução do gado em Goiás, Ribeiro (1995) afirma que esse foi embutido bem cedo como atividade secundária no Brasil-Colônia. Os primeiros exemplares foram introduzidos pelos portugueses, provenientes das ilhas de Cabo Verde:

Os primeiros lotes instalam-se no agreste pernambucano e na orla do recôncavo baiano, suficientemente distante dos engenhos para não estragar os canaviais. Daí se multiplicaram e dispersaram em currais, ao longo dos rios [...] Ao fim do século XVI, os criadores baianos e pernambucanos se encontravam já nos sertões do rio São Francisco, prosseguindo ao longo dele, rumo ao Sul e para além, rumo às terras do Piauí e do Maranhão (RIBEIRO, 1995, p. 341).

Ao adiantar cronologicamente a discussão, para além do que se convencionou chamar de agropecuária de subsistência, Barreira (1997) esclarece que no início do século XX, já era possível perceber certo incremento na criação de gado e produção agrícola no sul de Goiás. Nesse momento, a cafeicultura demandava por produtos agropecuários, tendo em vista que a atividade monocultora do café já estava em fase adiantada, em termos quantitativos.

Além disso, Borges (2000, p. 15), destaca que “o Centro Oeste é uma invenção do Sudeste. A configuração da economia regional inicia-se a partir da expansão e reorganização capitalista da cultura do café no Centro-Sul do país, na segunda metade do século XIX”.

Barreira (1997), descreve que com a implantação da Estrada de Ferro, em 1915 e 1921, a malha rodoviária interligada aos trilhos, criou as possibilidades de comercialização no Centro-Sul. Nesse mesmo contexto, o primeiro automóvel parece ter chegado a Goiás em 1907: “A primeira estrada de rodagem foi inaugurada em 1921: era o trecho que ligava a capital à estação terminal da estrada de ferro. [...] em 1930, o movimento de veículos nesta estrada, a principal do estado, era de apenas dez por dia” [...] (PALACIN, 2006, p. 93). Ainda nesse sentido, “os principais troncos rodoviários convergiam para Santa Rita do Paranaíba, Ipameri e Porto do Roncador. E, em 1929, as estradas tinham se multiplicado e se observavam melhorias sensíveis naquelas já existentes” (BARREIRA, 1997, p. 19).

Após 1930, a economia baseada na exportação de produtos primários perde espaço, para um novo modelo econômico apoiado em bases industriais, o que alavancou uma nova divisão territorial do trabalho. “O capitalismo brasileiro, para se desenvolver, deveria necessariamente integrar o mercado nacional, pois o que se presenciava até então era uma justaposição de regiões econômicas distintas e desarticuladas [...]” (BARREIRA, 1997, p. 20). Na mesma direção, a autora, apoiando-se em Wilson Cano, diz que:

[...] uma divisão nacional do trabalho calcada nos efeitos de complementaridade, emanada do pólo ou centro dinamizador, que distribuirá as atividades espacialmente. Estes efeitos serão sentidos no Norte do Paraná, Triângulo Mineiro, Sul de Mato Grosso e Sul de Goiás. [...] O que se presenciará em Goiás, a partir desta redefinição de funções, é uma expansão da agricultura e da pecuária, cujos pressupostos se assentam na necessidade de deslocamento geográfico da produção de alimentos e matérias-primas para consumo interno, na criação de um mercado consumidor de manufaturados e na ampliação da fronteira agrícola com o fim de receber excedentes populacionais (BARREIRA, 1997, p. 20).

A autora assevera que novas estradas foram abertas, assim como a regulamentação de terras devolutas. Nesse período, aproximadamente 82% da população vivia na zona rural do Estado, população essa formada por posseiros, arrendatários, proprietários e/ou assalariados. A ocupação dava-se nas terras de matas e pastagem natural, onde o solo possui melhor fertilidade, decorrente das condições litológicas da região.

Por mais que o incremento da produção tenha acontecido nos moldes tradicionais - sistema de roça (ocorre em áreas de terra fértil, onde a vegetação é bastante densa e o trato com a terra consiste em derrubar a mata manualmente, após secagem natural da vegetação, faz-se a queima e, em seguida, o plantio) - essa fase marca, em definitivo, um período de transição da agricultura de auto sustentação, para a agricultura capitalista até 1950 (BARREIRA, 1997).

Em síntese, até essa data, concretiza-se, segundo Barreira (1997, p. 22), quatro frentes importantes: “Sudeste (região de influência da Estrada de Ferro), Sudoeste, Mato Grosso de Goiás e uma frente mais avançada, no Vale do São Patrício, que se instala após a chegada da Estrada de Ferro a Anápolis”. Nesse ângulo, Estevam (2004), em estudo realizado sobre o território Goiano, afirma que essas frentes de ocupação formavam verdadeiros mosaicos regionais.

É importante destacar, que a expansão da Estrada de Ferro Goiânia-Anápolis impulsionou a economia consideravelmente: “O preço do *alqueire de campo* elevou-se de 2\$500 para 15\$000 e o preço da *terra de mato* sofreu incremento de 10\$000 para 30\$000 o alqueire – grifos do autor” (ESTEVAM, 2004, p. 86).

Esse crescimento atraiu grande contingente populacional e comercial, além de levar urbanização para a região do Mato Grosso Goiano. Por outro lado, desacelerou significativamente a relação econômica da sólida Região da Estrada de Ferro, relação essa responsável pelo sucesso comercial alcançado com o Triângulo Mineiro. Assim:

[...] desde os primórdios o Triângulo Mineiro caracterizou-se como entreposto e a zona sul de Goiás mantivera relações comerciais via triângulo Mineiro desde a época da mineração. Nos anos oitocentos tratava-se de um comércio fortuito, limitado a espaçadas partidas de gado e compra de sal e utensílios básicos. Na verdade, negociava-se excedentes goiano produzidos no seio das fazendas “auto-suficientes” (ESTEVAM, 2004, p. 74).

Dessa forma, para Estevam (2004, p. 199) “a consolidação do eixo comercial Anápolis-Goiânia retirou boa parte da influência econômica do Triângulo Mineiro sobre o território goiano”. Chama-se atenção para a importância de Goiânia (símbolo do capitalismo moderno) e, especificamente, para Anápolis, apesar de essa última encontrar-se próxima à capital Goiânia, já se posiciona um passo à frente, em direção ao Norte de Goiás. É o objetivo buscar nas relações processuais, com raiz

na Marcha para Oeste, quais motivações deram origem a outro movimento horizontal de expansão da fronteira, em direção ao antigo norte Goiano.

Propositadamente, os processos de ocupação intra-regional no Brasil, não obedecem a objetivos que possam distribuir de maneira equilibrada e espacialmente seus elementos estruturantes, dentre eles: as cidades, o quantitativo populacional, as indústrias, as vias de circulação, entre outras formas de interesse coletivo: “A importância desse tipo de enfoque sobressai tanto mais quanto o Estado intervém direta ou indiretamente, nas relações de trabalho, estimula de forma seletiva e frequentemente, discriminatória as diversas atividades, estabelece os uso do solo, impondo regalias e interdições [...]” (SANTOS, 1994, p. 126).

A transcrição do autor, auxilia-nos a compreender as disparidades regionais materializadas em Goiás, misturadas à grande responsabilidade do Estado, em consonância com o capital particular. Nesse processo, de acordo com Martins (2009, p.79), “pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas”. Assim, a partir da ideia do “desenvolvimento desigual e combinado”, de que tem-se apoiado, segundo Trotsky (1977) e presente também nos demais autores, é que se pode tornar a formação territorial goiano-tocantinense mais compreensível.

De maneira geral, a dinâmica territorial desses dois territórios (o Sul e o Norte de Goiás) obedeceu a dinâmicas diferentes. O Sul, criou primitivamente relações cada vez mais estreitas com o Sudeste Brasileiro. As primeiras tentativas de conquistar a fronteira norte do estado de Goiás: “Ocorreram no século XIX, quando Couto Magalhães, em 1865, criou a Companhia de Navegação do Araguaia e Tocantins. Todavia, o empreendimento não prosperou e a região continuou isolada e carente de meios de transporte modernos até os anos 60” (BORGES, 2000, p. 86).

A sobrevivência dessa região distante administrativamente e isolada dos centros econômicos do país, teve como apoio principal o comércio fluvial com o mercado paraense.

A cidade de Porto Nacional transformou-se em um centro comercial importante do norte goiano, a partir de 1930: “Nesta época os “motores” provenientes da capital paraense, responsáveis pela navegação no Tocantins, chegavam até Porto Nacional; e as mais variadas mercadorias melhoraram sua

praça comercial, que as redistribuía para as cidades a montante” (VALVERDE, 1967, p. 267).

Borges (2000), com base em Braga (1973), ressalta que, apesar do isolamento, a população do Médio-Norte matinha certa tradição comercial com o sul de Goiás. De lá, se importavam mercadorias, tais como: sal, café, tecidos e artefatos de couro, por meio de tropas de burros, as quais atravessavam todos os tipos de dificuldades possíveis. Na literatura, que trata do processo de valorização das terras do antigo Norte de Goiás, há consenso em afirmar que antes da implantação da rodovia Belém-Brasília, as terras de mata da região estavam pouco ocupadas e possuíam pouco valor comercial. Valverde (1967), assim se refere ao Norte Goiano:

Impulsionados pela febre do ouro, os bandeirantes atingiram, no segundo quartel do século XVIII, o médio vale do Tocantins goiano; com o declínio da mineração, os povoadores deixaram-se ficar nas regiões das aluviões auríferas, estabeleceram-se em grandes fazendas de gado. A partir do século XIX, a expansão do gado, que partira em fins do século XVIII de Pastos Bons, atingia esta área goiana; os criadores do Maranhão foram atraídos para o médio vale do Tocantins goiano, pelas notícias de boas pastagens e de terras férteis. O crescimento urbano de Belém, desencadeada da última guerra, gerou uma crise no abastecimento de carne, que repercutiu nos vales médios do Tocantins e do Araguaia, por meio do comércio do produto por via aérea. Assim, tal como em Porto Nacional e Cristalândia, organizou-se também em Araguacema uma das chamadas “charqueadas”, onde o gado era esquartejado e embarcado em aviões. Assim, Belém passou a abastecer-se de carne em Pedro Afonso, Cristalândia e Porto Nacional. Estas cidades tornaram-se centros de comercialização de gado de corte, enquanto as antigas charqueadas e os longos caminhos boiadeiros entram em decadência (VALVERDE, 1967, p. 262).

Essa dinâmica econômica sofreu severas transformações com a abertura da rodovia Belém-Brasília, na década de 1960. Dentre essas transformações, criaram-se novas rotas de escoamento da produção do boi vivo, por meio do transporte por caminhão. A região passou a integrar outras áreas do Norte-Nordeste e Centro-Sul do país. No próximo tópico, serão discutidas as transformações espaciais, provocadas pela rodovia Belém-Brasília no Norte Goiano-Tocantinense.

1.5 UM NOVO ARRANJO TERRITORIAL OU VELHAS ESTRATÉGIAS DE MONOPÓLIO

De acordo com Valverde (1967, p. 1), a Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a RODOBRÁS, a ela filiada,

tiveram que introduzir melhoramentos na rodovia Belém-Brasília, mais conhecida pela sua antiga sigla: BR-14. Dessa maneira, a construção da rodovia Belém-Brasília constitui um marco importante, para compreensão das grandes transformações que seguem na direção norte, sob o comando da política desenvolvimentista do capitalismo pujante, iniciada com a Marcha para Oeste. O projeto geopolítico da Marcha para Oeste, surgiu em decorrência da necessidade de afirmação da soberania nacional, embora não seja a única explicação, mas o enfoque geopolítico é bastante retratado. Castro (2004, p. 86), destaca que:

É preciso lembrar que, em 1943, a Segunda Guerra Mundial passava por momentos decisivos, e a conquista do espaço adquiria proporções inimagináveis. Com fronteira que poderiam abrigar a grande maioria dos países europeus, o Brasil possuía uma região praticamente inabitada e de grande riqueza natural, o que despertou no Presidente Vargas a intenção de preencher tais lacunas [...] Para alcançar essa meta, criou a Fundação Brasil Central, órgão subordinado ao ministério do interior, e implantou no início dos anos 40, no vale do São Patrício, a colônia agrícola Nacional de Goiás (CANG).

O quadro de referência é unânime em outros autores. Para Chaul (1999, p.156), a “Marcha para o Oeste foi preconizada pelo Presidente Vargas após os anos de 1930” e, segundo o mesmo autor, “a Marcha para Oeste visava ocupar o Planalto Central e, a partir deste, desbravar a Amazônia, pois havia um grande vazio demográfico no território e era necessário ocupá-lo e integrá-lo”. Ao mesmo tempo, Teixeira Neto (2004), considera que: “Esse projeto não estava desvinculado do econômico, pois seu objetivo era suprimir barreiras que isolavam as regiões, para que a economia pudesse fluir de uma forma homogênea, articulando, ao mesmo tempo, os meios de transportes, para que a produção econômica pudesse escoar”.

Após a construção da referida rodovia, foram notáveis as transformações, sobretudo no padrão territorial do antigo norte de Goiás, sedimentando-se, assim, os condicionantes para posterior divisão do estado de Goiás e criação do estado do Tocantins. Não deve-se, contudo, delegar à rodovia BR-153 total responsabilidade na criação de Tocantins, uma vez que outros movimentos políticos (junto à população “nortense”), de pequeno e grande porte, também engrossaram esse processo, além da tríade formada pelo poder econômico-político-cultural. Deduz-se, por conseguinte, que ambos os territórios estabeleceram relações econômicas, político-culturais diferentes: o norte Goiano com o norte do país e o sul Goiano com o Sudeste, mais especificamente com o estado de São Paulo.

O contexto econômico e geopolítico, após 1930, prima pela abertura de vias de acesso ao quase “inculto” Sertão Goiano. Entende-se que tal direcionamento geopolítico, associado ao econômico, impetrado pela Marcha para Oeste, no Governo Vargas, parte do pólo irradiador - São Paulo - e desencadeia, pouco a pouco, em uma forte ligação com o Estado de Goiás. Foi preciso percorrer um longo trajeto, para que se juntassem as condições necessárias para posterior divisão do estado de Goiás e criação do Tocantins. Assim, recorre-se, novamente, ao que diz Castro (2004, p. 85): “a Marcha para Oeste visava ocupar o Planalto Central e, a partir deste, desbravar a Amazônia, pois havia um grande vazio demográfico no território brasileiro, e era necessário ocupá-lo e integrá-lo”. Diz-se, contudo, que o termo “vazio demográfico” não traz uma explicação sólida para esse processo, tendo em vista que, além dos indígenas, já havia nessas terras, a sedimentação de uma população, por mais rarefeita que fosse, proveniente da atividade da mineração que se tornaram posseiros camponeses migrantes do norte e nordeste do país.

Destarte, os governos federal e estadual tiveram participação direta na preparação do território, como forma de incentivo à ocupação produtiva, proporcionada pela abertura de estrada no sul e alargamento da fronteira norte de Goiás e estados vizinhos. É importante frisar, que dentre as principais ações desenvolvidas destacam-se a construção de Goiânia, nos anos de 1930; o alongamento da estrada de Ferro até Anápolis; a construção de uma rede rodoviária; a criação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) e a Fundação Brasil Central.

Segundo Chaul (1999, p. 85), sobre a construção da capital: “Goiânia pode assim ser encarada como a imaginação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela Revolução de 1930”.

Com relação à abertura de estradas, entendida como parte importante do plano estratégico de ocupação dos considerados “vazios demográficos”, cita-se, nesse período, a incipiente construção da rodovia Belém-Brasília. De acordo com os registros históricos de Leo Waibel (1979), em visita à CANG (Colônia Agrícola de Goiás) em 1947, já se contava com um pequeno trecho ligando Anápolis a CANG.

O Caminho Federal, construído pela administração da CAN entre 1941 e 1943 corre primeiro cerca de 20 quilômetros na direção norte através do planalto elevado; daí ele vira para noroeste e desce para a bacia do alto Tocantins. [...] A primeira tarefa de Sr. Sayão foi a construção da rodovia federal de Anápolis para a colônia. Ela foi concluída em março de 1944, e a

partir desse momento começou o trabalho efetivo [...] (WAIBEL, 1979, p. 168).

Reitera-se que o processo de povoamento do norte Goiano e do sul de Goiás tiveram dinâmicas diferentes no espaço-tempo. Quanto ao primeiro, esse foi impulsionado pela Ferrovia Mogiana Paulista e a chegada dos trilhos a Goiânia, no início dos anos 50, colocava a nova capital em uma vasta área do estado, em contato direto com os centros metropolitanos da economia do país. Já o norte goiano, estruturou-se tardiamente, com a criação de Brasília e a consequente criação da rodovia Belém-Brasília.

É importante lembrar, que a rodovia “Transbrasiliana”, planejada por Vargas (1934), para ser o eixo rodoviário do país, teve continuidade no governo de J. Kubitschek: “a estrada abriria a possibilidade de inserção no mercado brasileiro da chamada Amazônia Legal. Na expressão de JK, o projeto significava o “caminho para a integração de imenso espaço vazio da Amazônia, ao Brasil” (BORGES, 2000, p. 60). Ainda de acordo Borges (2000, p. 60), “o norte goiano, até então isolado por falta de meios de comunicação terrestres, seria rapidamente incorporado à fronteira agrícola com a implantação da rodovia”.

Dessa maneira, “tal projeto foi incluído nos planos de transportes de outros governantes. Na administração Dutra (1945-1950), entre as metas de transporte do Plano Salte, incluía-se a execução do projeto da rodovia Transbrasiliana (BR-14), a futura Belém-Brasília” (BORGES, 2000, p. 60).

A população, que antes, em sua maioria, habitava às margens dos rios, especialmente as do rio Tocantins, migrara para as margens da Belém-Brasília, portanto, a região viveu uma nova dinâmica de urbanização e as cidades como Uruaçu, Porangatu, Gurupí, Paraíso do Tocantins, Araguaína, dentre outras de menor porte, ganharam uma nova dinâmica em sua economia, além de considerável contingente populacional e reestruturação territorial.

Por outro lado, há também cidades que sofreram retração econômica significativa, como é o caso de Porto Nacional, Tocantínia e Miracema, situadas às margens direita e esquerda do rio Tocantins. De povoados, como o de Fátima Velha restou apenas uma velha torre, visto que sua população migrou para Nova Fátima. Em Rosalândia, localizada a 11 km, da margem direita da rodovia, residem poucos moradores, pois a maioria da população mudou-se para Nova Rosalândia, cidade mais próxima da rodovia.

Valverde (1967, p. 245-246), assim se refere a esse núcleo urbano: “Rosalândia é um centro mais modesto, resultante de um loteamento, efetuado em terras doadas pelo Estado ao município de Cristalândia, em 1960. Hoje em dia tem pensões, posto de gasolina, borracheiro, e já é sede de distrito”. Enfatiza-se, também, que: “[...] Em agosto de 1965 estava sendo instalada luz elétrica no núcleo. Embora ele mantenha ainda seu traçado linear inicial, deve muito em breve torná-lo mais complexo, pois desfruta da vantagem de situar-se no entroncamento da BR-14 com o ramal de Cristalândia” (VALVERDE, 1967, p. 245-246).

Situação semelhante ocorrida com Rosalândia, incidiu sobre a cidade de Tupirama, localizada na borda esquerda do rio Tocantins, ao Norte do estado. Com a chegada da antiga BR-14, a população migrou quase totalmente para a cidade de Guaraí, na borda da Belém-Brasília, na década de 1960. Afirmamos, portanto, que a construção da referida rodovia trouxe dinamismo para muitas cidades tocantinenses e transtornos para outras. A construção de vias de comunicação, no caso, as estradas, situa-se como elemento impulsionador de atividades econômicas e agrupamento de efetivo demográfico.

De acordo com Valverde (1967, p.263), tomando os três municípios importantes, o senso demográfico de 1950, 1960 e 1964, acusou que as cidades de Miracema do Norte, Pedro Afonso e Porto Nacional, respectivamente, possuíam população de 26.863, 48.414 e 44.033 habitantes (Quadro 1).

Quadro 1 - População das três mais importantes cidades do médio vale do Tocantins

Município	1950	1960	1964
Miracema do Norte	8.750	15.376	12.000
Pedro Afonso	6.995	10.033	12.003
Porto Nacional	11.118	23.005	20.030
Total	26.863	48.414	44.033

Fonte/Org.: Censo Escolar citado em A Rodovia Belém-Brasília (VALVERDE, 1967, p. 263).

Diante do exposto, dos municípios mais importantes, Miracema e Porto Nacional, verifica-se uma diminuição da média geral da população, com exceção de Pedro Afonso, entre 1960 e 1964, o qual obteve um acréscimo. O que caracteriza os dois primeiros municípios do “médio vale do Tocantins Goiano”, como uma área de êxodo demográfico, em direção às regiões servidas diretamente pela Belém-Brasília.

Muitos dos referidos povoados e cidades localizavam-se à margem do antigo projeto da BR- 153. Por ocasião de sua pavimentação, na década de 1970, o novo

traçado da estrada eliminou grande parte das curvas, que fazia de cidade em cidade, operando em sentido mais ou menos retilíneo, deixando os referidos núcleos urbanos afastados. Em Rosalândia, o primeiro estabelecimento a se mudar para a margem da nova rodovia foi o posto de gasolina, seguido de restaurantes e outros empreendimentos comerciais e, por último, a maioria da população. Em função de minha origem, goiano do norte tocantinense, presenciei esse acontecimento, apesar do pouco entendimento à época dos fatos, chamou a atenção observar as pessoas, repentinamente, demolirem suas casas.

Grande parte dessa população migrou, como já se destacou, para as margens da BR-153: “[...] alguma cidade manteve relativa estabilidade, como é o caso de Porto Nacional. Mesmo assim, o impacto negativo sofrido por esta cidade só não foi ainda maior devido à influência que continuou exercendo sobre um grupo de municípios limítrofes [...]” (AQUINO, 1996, p. 109-110).

Seguindo nesse raciocínio, o mesmo autor revela que Porto Nacional “[...] permaneceu por vários anos alheia ao progresso, vindo a reingressar num pequeno dinamismo, somente no final dos anos de 1970, com a construção da ponte sobre o rio Tocantins efetivando sua ligação com rodovia Belém-Brasília” (AQUINO, 1996, p. 109-110). Na verdade o progresso não chega para beneficiar a maioria da população. Os próprios impactos mencionados falam por si mesmo e desse período, até os dias atuais, as disparidades socioeconômicas tem se acentuado, as quais se constata ao longo deste trabalho.

Segundo Estevam (2004, p. 144), pós Segunda Guerra Mundial, a fronteira agrícola “avançou sobre parte do Médio Norte, e a abertura da Belém-Brasília rearticulou o quadro dos centros urbanos do norte, facilitando sua integração aos centros comerciais goianos [...]”. Em outro momento, o mesmo autor acentua que o período entre “1930 a 1960 esteve caracterizado por modificações relevantes na ordem estrutural de Goiás” (ESTEVAM, 2004, p. 144).

Concomitantemente, Barreira (1997, p. 23), destaca que: “[...] até 1952, o conjunto dos movimentos fecha praticamente a fronteira em quase todo o sul do território do Estado de Goiás (abaixo do paralelo 16), delineando-se a penetração em forma de cunha para o Norte, através do Vale do São Patrício”.

1.6 OS PROJETOS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO NORTE: MEDIAÇÕES, MONOPÓLIOS DE ACESSO À TERRA NO ANTIGO NORTE GOIANO

Nos tópicos anteriores, explicou-se, com base nos autores, os fatores de ocupação mais relacionados ao sul Goiano, configuradores de seu arranjo territorial, para então entender como as forças econômicas e geopolíticas ganham ímpeto de ocupação na direção norte, do então estado de Goiás e extremo norte do Amazonas.

Ao retomar os primórdios das políticas governamentais, a respeito da Amazônia brasileira, observa-se, segundo Costa (1995), que em 1912, autoridades governamentais já se preocupavam com tais problemas. Nessa época, foi criada a Superintendência de Defesa da Borracha (SDB), produção essa que detinha o segundo lugar em importância na pauta de exportação. Essa seria a primeira, de uma série de ações, a serem desdobradas nos anos posteriores, como foi o caso da SDB, que foi transformada, em 1942, em Banco de Crédito da Borracha (BCB), que, por sua vez, em 1950, é transfigurado, novamente, em Banco de Crédito da Amazônia.

Paralelamente às políticas em defesa da Amazônia, existiam também aquelas de proteção ao Nordeste. A primeira, tinha como problema principal os chamados “vazios demográficos” e a segunda, o problema da seca. O objetivo era integrar o Norte ao Centro-Sul, mesmo sendo caracterizada como economia periférica regional. Esse período termina com a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1953.

A literatura histórica brasileira, caracteriza o Plano de Metas (1957-1960) do Governo Juscelino Kubitschek, como uma das políticas econômica de grande solidez, para o desenvolvimento do Brasil. Toma-se a implantação da rodovia Belém-Brasília (1956), como um dos pontos importantes, e que interessa para entender a porção norte Goiano-Tocantinense, que segundo Costa (1995, p. 53), foi por meio do eixo da referida rodovia que “se acertaram as bases para a integração norte-sul, objetivo nacional perseguido desde o império”, apesar das críticas quanto ao custo dos transportes, comparado ao valor do transporte por ferrovias.

Outro ponto fundamental, que contribuiu estrategicamente à efetivação do Plano de Metas, diz respeito à própria localização de Brasília. Assim sendo, segundo

Costa (1995, p. 54): “[...] Brasília representou a implantação de um poderoso “posto de vanguarda” para o norte e o oeste do país, regiões que o Estado vinha tentando “capturar” há algumas décadas. Como verdadeiro pólo, ou nó de articulação inter-regional, deslocou para a imensa “hinterlândia [...]”.

A organização territorial do estado do Tocantins teve e tem influência direta das políticas de expansão da fronteira agrícola do país, cuja expressão maior situa-se em torno do eixo indutor da BR-153, irradiado da Capital Federal.

Costa (1995), estabelece como marco importante das transformações recentes as políticas territoriais, o desdobramento da SPVEA (Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), e do BCA (Banco de Crédito da Amazônia) em BASA (Banco da Amazônia S/A), e ainda, os incentivos fiscais devidamente regulamentados em lei de 1968. Dessa maneira, as “[...] empresas privadas interessadas em investir na região, poderiam obter isenção de até 100% do imposto de renda, por 15 anos [...] a estratégia do governo era a de canalizar investimentos preferencialmente para projetos agrícolas, pecuários e industriais na região” (COSTA, 1995, p. 68).

Os objetivos eram econômicos, mas, sobretudo geopolíticos. “O lema da ditadura era “integrar” (a Amazônia ao Brasil) “para não entregar” (a supostas e gananciosas potências estrangeiras)” (MARTINS, 2009, p.74).

Chama-se atenção, nesse quadro de referência, segundo Martins (2009), a implantação da atividade econômica (agropecuária), bastante dispersora de mão-de-obra. Registra-se, portanto, nessas localidades, um número bastante acentuado de camponeses que procuram as periferias urbanas, após expulsão de suas terras e, em proporção bastante acentuada estão, também, os grupos indígenas que têm sofrido redução de sua população.

A condição/contradição para viabilidade do mega projeto (região Norte) dá-se via incentivos fiscais, tal como a redução de até 50% de imposto de renda de seus empreendimentos, localizados em outras regiões do país, logo, a escalada dos incentivos acentua-se consideravelmente. Martins (2009) lembra que 75% dos custos de novos investimentos eram, simplesmente, doados pelo Banco do Amazonas e apenas 25% representava a fatia do investidor.

Dessa forma, declaradamente a acumulação primitiva do capital ganha feição diversificada, a depender da localidade e do arbítrio político, que ditam rumos

à formação territorial em benefício da classe economicamente dominante, embora a dilapidação do patrimônio público seja secundária.

Dadas às peculiaridades de algumas microrregiões, tomando como exemplo maior a do Bico do Papagaio, “[...] região de meio natural mais rico e diversificado do estado do Tocantins, ela também abriga a sua cidade mais importante - Araguaína” (TEIXEIRA NETO et al. 2004, p. 116). Acentua-se, também, como fator de atração “a boa fertilidade natural do solo e a abundância de certas riquezas vegetais – babaçu e mogno – foram os fatores que inicialmente atraíram as populações migrantes, procedentes, sobretudo, do Maranhão” (TEIXEIRA NETO et al. 2004, p. 116).

No extremo Norte, o programa de modernização da agricultura assentou-se em terras já ocupadas por antigos posseiros, os quais não tinham formalizado em cartório a posse de suas terras. Os registros históricos, divulgam amplamente, que desde a década 1950, ocorria uma colonização espontânea ao longo da rodovia Belém-Brasília. Resulta desse fato, um dos maiores conflitos pela permanência na terra, que existe até hoje. Assim, os registros da Revista Brasileira de Geografia revelam que:

[...] a apropriação capitalista da fronteira por meio da expansão pecuarista foi particularmente intensificada nessa área pela atuação sucessiva de programas oficiais: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia e Tocantins – PRODIAT – o Programa Grande Carajás PGC – e principalmente, a implantação de grandes projetos incentivados pela SUDAM, que acabaram por criar uma situação de conflito latente com as formas tradicionais de produção que ali se reproduziam (AJARA et al., 1991, p. 14).

Essa região tinha por base o extrativismo e a agricultura de auto sustentação, cujo cultivo principal era o do coco babaçu e das lavouras de arroz e de milho. Em função dos projetos agroindustriais, desmantelou-se o sistema produtivo, o que desencadeou conflitos (massacres) constantes entre posseiros, índios, garimpeiros, investidores industriais e agroindustriais.

Oliveira (1993), revela alguns dados sobre a violência na Amazônia, entre o período de 1974 e 1983, coincidentemente, localizados em áreas onde incidem os projetos agropecuários, incentivados pela SUDAM: “Amazônia, com mais de 50% das terras, passa a concentrar a maior parte dos assassinatos no campo. Nesse período, o Pará, Maranhão e o extremo Norte de Goiás vão representar a região mais sangrenta do país” (OLIVEIRA, 1993, p. 38).

Em função dos conflitos constantes, principalmente após o fracasso e abandono da colonização oficial, o choque entre os agentes investidores e produtores da região tornou-se alarmante. Segundo Costa (1995), foram criados órgãos ligados ao Conselho de Segurança Nacional para a resolução dos referidos problemas, como o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins) e o GEBRAN (Grupo de Terras do Baixo Amazonas).

O Norte de Goiás esteve também sob influência do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste). Isto posto, Estevam (2004) revela que:

Os recursos do programa destinado ao estado foram da rodovia Belém-Brasília. PROTERRA previa o assentamento de pequenos produtores; entretanto, a maior parcela de verbas foi destinada a médios e grandes e a distribuição de terras para os pequenos foi desprezível. No entanto, longe de produzirem riqueza e empregos ao grande contingente de médios agricultores, tornaram-se, antes de tudo, instrumentos de concentração fundiária e de renda [...] (ESTEVAM, 2004, p. 154).

É fato que a rodovia Belém-Brasília trouxe melhorias para muitos lugares, mas por outro lado, acarretou, também, em exclusão social no campo e na cidade. Sua construção e efetivação desarticulou todo um sistema produtivo de circulação de mercadoria, com base na agricultura de auto sustentação e no comércio fluvial com Belém do Pará.

Vale reforçar e destacar, como parte desse mesmo processo, as colocações de Borges (2000, p. 65), ao afirmar que:

A rodovia Belém-Brasília, depois de concluída, com 2.123 km de extensão, traçou uma linha perpendicular no mapa do Brasil; conjugada a outras estradas de rodagem, cruzou o país de Norte a Sul. Assim depois de quatro décadas, o antigo projeto da Transbrasiliana foi concretizado.

No Capítulo seguinte, julga-se oportuno descer um pouco mais na escala de relações e trazer para a reflexão e/ou contexto em que viviam, e ainda vivem, muitos dos primeiros ocupantes das terras, depois da disputa sangrenta pelo território, entre branco se povos autóctones.

CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA NIPO-BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA REGIÃO DO CERRADO (PROCEDER)

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA: AMPLITUDE E ANTECEDENTES DA ACUMULAÇÃO

É da natureza do modo capitalista de produção ser dominador, cujo princípio de sustentação se encerra em acumular sempre, e por isso, tem-se voltado a assumir posição hegemônica mundial, desde o seu surgimento. Esse sistema tem sido, também, alvo de severas críticas e contestações, em função do movimento, que tem como característica a colocação de forças opostas, sempre. A história da existência desse modelo, tem mostrado que os momentos de sucesso acumulativo, são seguidos por outros momentos de retração ou de crise no espaço/tempo, inevitavelmente. É nesse último, que se encontra a explicação para a migração do capital, em busca de novas formas de renovação e acumulação nos países em desenvolvimento, ou ainda, em lugares que possam produzir com menor custo e maior lucratividade, em tempos de globalização, principalmente.

Encontra-se, nesse sentido, referencial de sustentação no desigual mundo da divisão internacional²² do trabalho, mediado pelo poder público local e agenciamento público/privado internacional, com capacidade de financiamento. Recorrendo, assim, ao “ajuste” “espaço-temporal”, de que trata Harvey (2003, p. 13), o que pode ser resumido da seguinte maneira:

O capital necessariamente cria, em um primeiro momento, um ambiente físico à sua própria imagem unicamente para destruí-lo depois, quando busca expansões geográficas e deslocamentos temporais como soluções para as crises de superacumulação que o afetam ciclicamente.

O autor destaca e complementa o fato de que “[...] é sempre interessante delimitar o momento em que o sólido desenvolvimento interno transborda em uma busca por ajustes espaço-temporais”. O teórico traz, ao mesmo tempo, o exemplo do Japão: “O Japão fez isso durante os anos 60, primeiro através do comércio e em

²² De acordo com a obra *Miséria da Filosofia*, escrita em 1846, por Marx, e publicada pela Editora Escala, Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal: “Não é preciso lembrar que os grandes progressos da divisão do trabalho começaram na Inglaterra após a invenção das máquinas. Assim os tecelões e os fiandeiros eram em sua maioria camponeses, como acontece ainda nos países atrasados. A invenção das máquinas acabou de separar a indústria manufatureira da indústria agrícola. O tecelão e o fiandeiro, reunidos numa só família, foram separados pela máquina. Graças à máquina, o fiandeiro pôde mora na Inglaterra e ao mesmo tempo o tecelão viver nas Índias Orientais. Antes da invenção das máquinas, a indústria de um país se exercia principalmente sobre as matérias-primas que eram produtos de seu próprio solo” (MARX, 2007, p. 125-126).

seguida por meio da exportação de capital como investimentos diretos, primeiro para a Europa e os Estados Unidos [...]” (HARVEY, 2003, p. 14).

Toma-se como recorte geral, no espaço-tempo, os principais acontecimentos após a Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos para o setor agropecuário, no que concernem às novas tecnologias no campo e as consequentes mudanças do modo de vida a ela vinculado. Dessa forma, faz parte do topo desse edifício global, o que vem acontecendo com o uso e ocupação das terras de Cerrado, pautados por interesses em uma série de atributos naturais e outros artificialmente produzidos, via institutos de pesquisas ligados as grandes corporações internacionais, em parceria com as políticas governamentais, mais especificamente a partir de meados de 1990. Nesses termos, novas terminologias têm sido incorporadas ao vocabulário científico, conforme atesta:

O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres “business management schools” de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985-1990), o americano M. E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estreia em nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Na mesma direção, o autor afirma a ausência de neutralidade nessas terminologias e compreende-as como eivadas de sentido ideológico:

Eles invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanto maior facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e por isso utilizados de forma consciente para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Compartilha também dessa questão, Oliveira (2014), mais detidamente sobre a questão da “mundialização da agricultura brasileira”, ao argumentar que, após a queda do socialismo no leste europeu e, por meio do neoliberalismo, de tal modo que: “esse processo trouxe consigo a reordenação territorial, em termos mundiais, da formação, compra e fusões de monopólios econômicos que passaram a comandar a economia, igualmente, em termos mundiais” (OLIVEIRA, 2014, p. 17).

O que aparece hoje como inovador no chamado “agronegócio”, resulta de longos e tensos momentos de relações políticas, econômicas e pesquisas científicas, já materializadas, em obras clássicas internacionais e nacionais. Essas relações são portadoras e norteadoras de políticas, que se travaram e se travam em

embates, manifestos no poder conservador do Estado, burguesia agrária, indústria, Igreja e intelectuais, que acabam por impor tendências e constituem, dessa forma, hegemonias que se consolidam em verdadeiros territórios.

Compreender a Questão Agrária não constitui tarefa simples. Requer, para se desvendar questões da contemporaneidade, a busca pelo pensamento dado pelas determinações dos teóricos clássicos. Nesse sentido, até onde a informação alcança: a fecunda obra de Kautsky, intitulada “A Questão Agrária”, lançada originalmente em 1889²³, ajuda a lembrar que a dissolução da indústria camponesa possui, como “[...] ponto de partida dessa revolução [...], a dissolução que a indústria essencialmente urbana e o comércio determinaram na pequena indústria dos camponeses” e “só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para o seu próprio uso” (KAUTSKY, 1889, p. 30).

Outrossim, “[...] com as suas estradas de ferro, os seus correios e jornais pode transportar as ideias e os produtos urbanos até os cantos mais recuados do interior, submetendo assim o conjunto da população agrícola, e não apenas os subúrbios das cidades, a esse processo” (KAUTSKY, 1980, p. 31). Outra obra basilar é “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, de Lênin, contemporânea da “Questão Agrária” de Kautsky. Cita-se, também, com relação à renda da terra, o livro “O Capital”, de Marx, dentre muitos outros ensinamentos disseminados nas obras desse autor.

Não pretende-se seguir com a apresentação do pensamento dos autores clássicos internacionais da Questão Agrária. O intuito é o de apenas chamar atenção para o quanto essas obras constituem marcos de referências substanciais, para entender como o debate direciona-se, desde o princípio, com relação à questão da propriedade e muitas outras relações, que vão se tornando cada vez mais complexas no mundo rural. Tais questionamentos percorrem o mundo e o “mundo” da pesquisa internacional. Assim, desdobram-se nas pesquisas de vários campos do saber: geográfico, sociológico, econômico, histórico, político, etc. e portanto, diversas são as contribuições esboçadas nessas áreas do saber, cuja efervescência marcou bastante os anos de 1960, nos países da América, dentre eles o Brasil.

²³ Em Português, primeira edição da obra foi publicada pela Editora Flama, a segunda (1968), pela Editora Laemmert e a terceira, pela Editora Proposta Editorial (1980).

Na obra “Vida Rural e Mudança Social”, o trabalho de Medina²⁴ (1972) destaca que “o mais exaustivo estudo de nossa estrutura agrária foi feito em 1963 pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA, 1966)”. Esse documento resulta da “Conferência de Punta del Este”, estudo esse que:

[...] foi uma realização de caráter geral sobre a reforma agrária e o desenvolvimento nos países da América, a cargo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola – CIDA – órgão constituído com a participação da OEA, BID, GAO, CEPAL E IICA.²⁵ Tal estudo, no que se refere ao Brasil, foi editado em 1966 pela União Pan-Americana num volume mimeografado, quase desconhecido entre nós (GUIMARÃES, 1951, p. 242).

O autor citado, enfatiza a importância de tal documento para compreensão da temática acerca da estrutura agrária, das relações de trabalho no campo, em que: “[...] para nós é particularmente grato verificar a coincidência de muitas opiniões contidas nesse estudo, com as que foram emitidas em data anterior [...]” (GUIMARÃES, 1951, p. 242).

Prado Júnior (1979, p. 90), também lembra do que considerou como sendo as “duas frentes de ataque da reforma agrária: a extensão da proteção legal ao trabalhador rural, e o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização da terra”. Reforça o autor: “É muito importante a colocação do nosso problema agrário nessa dupla perspectiva, acentuando o caráter alternativo em que se relacionam e combinam as duas soluções propostas.” Pode-se, simultaneamente, elencar outras passagens, em que diz: “[...] seria inteiramente falso imaginar (como pensa um certo sectarismo de esquerda) a possibilidade do desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e transformação instantânea, ou mesmo a curto prazo da massa rural brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 90).

É fundamental o destaque para o contexto histórico, em que o fantasma da “Guerra Fria” rondava os países da América, fato esse que é assim encorajado pelo supracitado autor: “[...] Não se trata assim, nem é este o caso em foco na atual conjuntura histórica brasileira, da transformação socialista do nosso regime”, portanto: “advertência essa que se dirige tanto ao reacionarismo de direita que

²⁴ “Na verdade, duas correntes se expressam de modo marcante. A Primeira de caráter liberal-igualitário, como o grupo de cientistas sociais influenciados por T. Lynn Smith (José Arthur Rios, Freitas Marcondes) e a segunda de influência marxista, ora radical ora não (Caio Prado Jr., Manoel Correia de Andrade, Alberto Passos Guimarães)” (MEDINA, 1972, p. 239).

²⁵ Organização dos Estados Americanos, Banco interamericano de Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas e Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

procura apresentar a reforma agrária como atentatória do direito de propriedade, quando pelo contrário do que se trata é fazer um maior número participar dessa propriedade” e finaliza: “[...] devemos nos manter sempre na perspectiva realista do momento e das circunstâncias econômicas, sociais e políticas em que nos encontramos” (PRADO JUNIOR, 1979, p. 90-91).

O sentido que coloca-se nesse subitem é tão somente o de demonstrar o debate, em torno dessa questão, que se arrasta desde sempre no Brasil, cujo objetivo principal gira em torno do monopólio da propriedade, com vistas a manter um contingente de trabalhador livre para vender sua força de trabalho, e que as denúncias de pesquisadores descrevem as precárias condições de nossa agricultura.

De acordo com Delgado (s/d), esse debate acerca da “Questão Agrária”, ocorre mais incisivamente após a década de 1960, com emergência do debate político circunscrito à Reforma Agrária, envolvendo, assim, “O *Partido Comunista Brasileiro* (PCB); setores reformistas da Igreja Católica, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e os economistas conservadores” (DELGADO, [s/d], p. 2).

Segundo Stédile (2005), o ano de 1945 marca o retorno do país ao regime democrático, determinado por dez anos de ditadura no governo do presidente Vargas, e que “[...] propiciou uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos Estados brasileiros. Nesse esforço se destacou, naquele período, o Partido Comunista como a única organização que se dedicava às massas rurais” (STÉDILE, 2005, p. 17).

Vê-se, nesse sentido, que em 1946, a Proposta de Reforma Agrária da Bancada do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Constituição de 1946, cujo discurso pronunciado na Assembleia Nacional Constituinte pelo Senador Luiz Carlos Prestes, traz uma mensagem bastante positiva. Tal fato esclarece a real situação em que está estruturada a posse da terra no Brasil, pautada na concentração e monopólio. Em comparativo com a França:

Enquanto na França, para população idêntica à do Brasil, com extensão muitas vezes menor do que a do nosso território, existem para mais de 5 milhões de proprietários, o número de proprietários em nosso país, segundo recenseamento de 1940, é de um milhão e novecentos e tantos mil (STÉDILE, 2005, p. 17).

Sabe-se, pelos inúmeros acontecimentos revolucionários ocorridos em vários continentes, que a terra rural atua como um bem em disputa e não tem sido distribuída segundo as necessidades e o bem estar coletivo, o que acarreta conflitos por cada pedaço de terra. Sempre imperou o monopólio para fins de garantia a acumulação e, ao mesmo tempo, a inevitável criação de seu contrário, isto é, a luta dos que desejam apenas viver da terra. Desapropriar o camponês e impedir seu acesso a esse bem, é garantia da continuidade do avanço capitalista, que deve ser compreendido não somente na esfera local, mas uma inserção no cenário internacional, proposição essa já estudada, no que pese a transferência de riqueza entre agricultura e indústria ou ainda nas relações comerciais entre países, em fase adiantada de desenvolvimento industrial e países exportadores de matérias-primas.

Na mesma temática, Stédile (2005, p. 71) relembra que o movimento pela terra, representado pela Liga Camponesa e União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil (ULTAB), “[...] a partir de seu ressurgimento em 1955, deixa de ser organizações para se tornarem um movimento camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional”.

Nessa toada, cabem algumas considerações com relação aos movimentos que encaminham para dificuldades de se assentar em base sólida uma política territorial. De acordo com Stédile, os dois movimentos pela posse da terra diferenciavam-se em função de seus objetivos: as Ligas foram, desde o começo, um movimento cuja atuação situa-se no espaço rural e com pouca estrutura no âmbito nacional. Seus movimentos não se estruturavam em torno de um aparelhamento orgânico sólido, mas em torno de lideranças, realizadas por pessoas carismáticas, afeitas aos propósitos que requeriam o movimento e contrário ao um corpo conceitual. Já a ULTAB, não objetivava ser um movimento ruralista, isto é, seu objetivo era o de buscar a interconexão do operariado e dos camponeses, cujo destino era a ‘Revolução Democrático-Burguesa’ (anti-feudal e anti-imperialista). Somado as questões político-estratégicas, pode-se recorrer ao que diz Stedile (2005, p. 71-72), com relação à potencialidade conceitual melhor sistematizada, com vista à eficiência no espaço/tempo:

[...] até 1964, a realidade rural brasileira era pouco conhecida. Os poucos livros que tratavam da questão agrária em nível nacional, como *População e propriedade da terra no Brasil*, de Diégues Júnior; *Arrendamento e parceria no Brasil*, de Clóvis Caldeira, eram de reduzidíssima difusão. Os trabalhos *Problemas agrário-camponeses do Brasil*, de Moisés Vinhas; *Posse e uso*

da terra e desenvolvimento socioeconômico do setor agrícola, do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Cida), e *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, que buscavam apresentar uma visão geral do campo brasileiro, são publicações posteriores à proscrição das Ligas e da ultab. Assim, enquanto a ultab buscava conhecimentos da questão agrária brasileira nos artigos de Fragmon Borges, difundidos na publicação esquerdista *Estudos Sociais*, e nos artigos de Caio Prado difundidos pela *Revista Brasiliense*, as ligas possuíam um único manual, que era o livro *Que são as Ligas Camponesas*, preparado por Clodomir Moraes e Francisco Julião, publicado pela Civilização Brasileira (STÉDILE, 2005, p. 71-72) (Grifos do autor).

Apesar dos avanços constatados na historiografia em geral e no conteúdo da citação acima, as lacunas foram, sem dúvidas, limitadoras de todo o processo de luta por melhores condições de vida no campo brasileiro. Conhecer em profundidade a realidade adversária proporciona criar estratégia de luta no território. Esses ensinamentos remetem-se a Lacoste (1989), quando exalta as noções estratégicas típicas da geografia, com ênfase para o domínio de leitura das cartas e dados estatísticos, que podem completar uma visão abrangente dos elementos naturais e humanos ali contidos: “contudo, a importância da análise geográfica não se coloca somente no domínio da estratégia e tática sobre o terreno, embora isso seja essencial em certas circunstância” (LACOSTE, 1989, p. 38).

O pesquisador ajuda a entender que a eficácia do saber localizar determinado elemento no espaço, leva ao sucesso de determinadas firmas e investimentos capitalistas em determinada localidade. O sucesso de tal empreendimento tem eficácia, não em função do segredo desse grupo social, mas sim no total desconhecimento de grupos, que buscam se defender desprovidos do referido saber. O importante é o agir, sobretudo com base em diferentes meios e não nos eminentemente geográficos, ao passo que a falta de precisão e abrangência com relação ao que determinados grupos de reivindicação fazem é onde reside a estratégia do poder oposto em estabelecer domínio: “a análise dos marxistas, que é fundamentalmente do tipo histórico, negligencia quase totalmente a repartição no espaço dos fenômenos que ela apreende teoricamente” (LACOSTE, 1989, p. 39).

Bastante diferente do que foi a participação de lideranças políticas da esquerda e intelectuais, a primeira proposta de reforma agrária da Igreja Católica no Brasil, no ano de 1950 e o documento do bispo Dom Inocêncio Engelke, de

Campanha (Minas Gerais), de 1950, foi produzido a partir de uma reunião com fazendeiros, padres e freiras, além de professores rurais. Nenhum trabalhador rural. Compreende-se: naquela altura, os trabalhadores rurais

ainda não haviam percebido o que estava acontecendo (STÉDILE, 2005, p. 53).

Em nota introdutória desse documento, o sociólogo J. de S. Martins, desfere severas e merecidas críticas sobre seu conteúdo. Existiam aí, segundo Martins (1989), duas preocupações: a primeira, era o medo de os fazendeiros perderem a mão de obra barata e a segunda era de que os trabalhadores, indo para os grandes centros urbanos, transformassem-se em comunistas.

Outras passagens revelam, também, o teor dúbio do mesmo documento, ora denunciando, ora retroagindo no superficialismo: “[...] é sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humana entre nós. Merecem o nome de casa os casebres onde moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode se chamar de roupas os trapos com que se vestem?” (STEDILE, 2005, p. 31). Seguem-se outras denúncias relativas à educação e à saúde no campo e na cidade, com foco na dignidade do trabalhador rural e dos operários. Outras considerações, com relação ao êxodo rural de jovens, trazem a preocupação com o sistema educacional rural, no que pese o “artificialismo” desse sistema, pautado na valorização da vida urbana, o que passou a provocar o “desenraizamento” dos filhos dos fazendeiros.

Outro fator, que provocou êxodo dos jovens camponeses, diz respeito ao serviço militar. O teor artificial do referido documento, também enumera como estímulo para a migração campo-cidade, a contribuição da quebra do isolamento através das estradas, notícias advindas dos grandes centros do país, por meio do rádio e, posteriormente, a chegada da televisão. Portanto, não se pode negar o teor crítico com relação à questão fundiária e às condições de vida no campo, que aparecem nesse documento, mas o conservadorismo político sobrepõe o desejo da permanência da ordem burguesa monopolista.

Segundo Stédile (2005, p. 61), uma continuidade do teor conservador registra-se, também, na “Proposta de Reforma Agrária da Igreja Conservadora”, de 1961-1962, cujo pronunciamento do episcopado rio-grandense, Cardeal D. Vicente Scherer, em seu programa radiofônico “A voz do Pastor”, evidencia a permanência dos mesmos posicionamentos de outrora, ou seja, o religioso enfatiza a propriedade da terra e o combate ao Socialismo: “O agricultor fica reduzido a mísero escravo, sem direitos, de um patrão nunca satisfeito que reclama índices sempre mais altos de rendimento e produção”. Em outro momento discursa que: “o governo os compelirá a formar granjas coletivas de limitado número de famílias e todas

trabalharão para o Estado, que sempre se considera dono da colheita” (STÉDILE, 2005, p. 68).

Objetiva-se, com essa reflexão, apresentar alguns pontos polêmicos com relação à concepção da Igreja frente à questão fundiária no Brasil, ao tomar como referência o pensamento de Martins (1989), no que se refere aos conteúdos dos documentos da Igreja Católica nos últimos 40 anos, pode-se decifrar as mediações para compreensão da propriedade da terra, tema tão polêmico na questão agrária, como elencado a seguir “Do ponto de vista da análise marxista (e não necessariamente marxiana, isto é de Marx), há no capitalismo uma questão agrária na medida em que a propriedade da terra representa uma contradição e um empecilho ao desenvolvimento do capital” (MARTINS, 1989, p.28-29).

E mais, “desde o economista inglês David Ricardo, anterior a Marx, já se sabia que o capital teria que remover o empecilho representado pela propriedade da terra para que o desenvolvimento capitalista não fosse obstado”. Na visão da Igreja Católica, o referencial é outro: “é uma questão não porque impeça o desenvolvimento do capitalismo, mas porque impede o desenvolvimento do homem. É nessa brutalização, que transparece a negação da sua humanidade. [...] não é apenas *uma questão econômica* e sim *uma questão moral*” (MARTINS, 1989, p. 29) (Grifos do autor).

De acordo com o autor citado, no transcorrer desses 40 anos, a Igreja tomou posição, diante de projetos abertos pelo governo, relativos à questão agrária e, historicamente, seus posicionamentos frente à problemática, figuram, sequencialmente, apoio ao Estado federativo, ao Estado centralizador, a democracia de fundo oligárquico e, finalmente, à ditadura. No transcorrer dessa trajetória, a Igreja colocou-se como entidade não política, mas canalizou o teor de sua discussão em objetivos, em torno dos valores do homem, enquanto ser humano fraterno, ao bem estar coletivo. A grande preocupação também se completava, acerca de como inibir a crescente degradação do homem pelo homem na escalada de suas relações econômicas, políticas e culturais. O viés religioso foi e não poderia deixar de ser, em tese, o instrumento principal de humanização do homem, frente aos fatores de degradação, que impedem pela coerção suas relações como ser humano.

Dito isso, outras considerações merecem destaque sobre o debate intelectual da inserção, não só do Brasil, mas também dos outros países da América Latina, da economia internacional, rumo ao processo de industrialização, que ocorre,

primeiramente, nos países europeus. É de lá, que são impostas as normas que “deveriam” e “devem” ser seguidas pelos referidos países (América Latina), considerados subalternos no processo de acumulação produtiva do capital em afirmação. Exige-se, nesse sentido, a necessidade de recuar um pouco mais no espaço/tempo, na intenção de procurar entendimento na reprodução ampliada e acumulação.

De acordo com Marini (1973), no início do século XIX, um grupo de países começou a girar ao redor da Inglaterra, importando manufaturados e exportando matérias-primas. Nascia, então, a relação de subordinação que era, muitas vezes, modificada para atender a acumulação. É nessa fase, que se consolida a divisão internacional do trabalho, fator de contribuição importante, para não dizer decisivo, à industrialização, à formação da classe operária e ao crescimento urbano da Europa. Esses países transformam-se em produtores mundiais de manufaturados, tendo os países Latino-Americanos como fornecedores de matérias-primas, com base na “superexploração do trabalho”.

Esse fato que marca na Europa, em um primeiro momento, a extração de “mais-valia, dita absoluta”²⁶, para mais tarde, ocorrer a consolidação da “mais-valia relativa”²⁷, que encerra, indubitavelmente, o aumento da capacidade produtiva dos instrumentos de produção e, conseqüentemente, maior exploração da mão de obra, fato esse para Marini (1973), merecedor de atenção. Essa concepção, coloca-se diante da situação de desvendamento de dois conceitos, quais sejam o da “mais-valia relativa” e da “produtividade”. Destarte, “[...] uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa. Ao aumentar a produtividade, do trabalho só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor” (MARINI, 1973, p. 5).

Dessa forma, o capitalista procurará sempre o aumento da produtividade, considerando que isso lhe possibilitará uma redução do valor das mercadorias, em

²⁶ “Há apenas uma mais-valia, mas ela pode ser aumentada de duas maneiras. Entre o capitalista e o trabalhador, uma relação de força determina a *duração da jornada de trabalho*. Se as condições técnico-organizacionais de produção e o poder de compra do salário estiverem dados, a mais-valia aumenta com a duração da jornada de trabalho. É o que Marx denomina “mais-valia absoluta” (LÖWY; DUMÉNIL; RENAULT, 2015, p. 82). (Grifos no original).

²⁷ Mas a mais valia pode aumentar de outra maneira, que se origina na redução do tempo de trabalho necessário para a produção da subsistência dos trabalhadores: se a transformação das condições de produção permitir um aumento da produtividade do trabalho (mais bens para o mesmo número de horas), e se o poder de compra do trabalhador não for aumentado suficientemente para lhe dar o benefício desse crescimento. Esse mecanismo é denominado “mais-valia relativa” (LÖWY; DUMÉNIL; RENAULT, 2015, p. 82). (Grifos no original).

relação ao sistema clássico da mais valia absoluta da produção. E, nesse processo, lhe é acrescentado uma “mais-valia extraordinária”, sem alteração no salário do trabalhador: “em outros termos, mediante a incorporação de bens-salário, a América Latina desempenha papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (MARINI, 1973, p. 6). Em outra oportunidade, no mesmo autor, essa realidade se enquadra no sentido de se considera que:

“[...] as funções que cumpre a América latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, o que deve reter nossa atenção” (MARINI, 1973, p. 5).

A maneira pela qual se comporta a América Latina, como exportadora de produtos primários é, segundo o autor, a de impedir a evasão de mais-valia e a reação, no âmbito de economia dependente, a de compensar a situação no plano interno. Então, a compensação da perda de mais-valia acontece não pelo incremento de sua capacidade produtiva, mas sim pela maior exploração do trabalhador. Em outras palavras, seria o prolongamento da jornada de trabalho do trabalhador aumentar a mais-valia por sua forma clássica. Esse mecanismo faz com que se abaxem o valor do capital e aumentem a taxa de lucro e mais-valia. Nessas condições são negadas aos trabalhadores as qualidades mínimas para recompor sua força física no desgaste do trabalho.

Portanto, a América Latina, insere-se no capitalismo mundial, com base em uma contradição em que, de acordo com Marini, é retirada a capacidade de consumo, em um sistema produtivo fortemente extrovertido e de dependência. Nesse sentido, o sistema produtivo não se volta internamente para o mercado, mas se alinha diretamente ao mercado externo, isto é, “a produção e a circulação de mercadorias [...] opõe o capital ao trabalhador e comprador de mercadorias” (MARINI, 1973, p. 15). É relevante considerar, que nos países industriais, a acumulação de capital tem por base a produtividade do trabalho, que une produção e consumo.

A forma que assume o capitalismo-latino americano, de acordo com Marini (1973), privilegia o consumo produtivo do trabalhador, ou seja, dos meios de produção que envolvem o processo do trabalho, os quais lhe aparecem como consumo improdutivo. Figura como uma contradição que desaparece com a nova fase, uma vez que o consumo estabelece-se na forma que lhe é própria para começar uma nova fase ou ciclo. Dessa forma, “[...] O consumo individual dos trabalhadores representa, portanto, um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para seu fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação” (MARINI, 1973, p. 16).

Dado que acresce desse fator, é a mediação das mobilizações dos trabalhadores por salários, que acabam por contribuir para a junção do consumo produtivo, com o consumo dos operários, completando-se no ciclo do capital e superando a situação de oposição anteriormente estabelecida. Em instância posterior a essa movimentação explicitada do sistema capitalista, tende a se direcionar para a mais valia relativa, em que a redução dos preços das mercadorias propende-se ao rebaixamento dos salários e baixa dos preços das mercadorias, criando uma maior estratificação de consumidores: os trabalhadores em geral e os donos dos meios de produção. Os primeiros, desprovidos de acumulação, circunscrevem-se ao mercado interno, já os segundos, vinculam-se ao consumo de importados. Marini (1973, p. 16), esclarece que, “em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho dos operários [...] no mais, prima pela substituição do quanto seja possível de novos braços no processo produtivo”.

A literatura científica auxilia a esclarecer que, tal situação de ajuste dos países Latino-Americanos ao capitalismo europeu, por mais esforços que tenham sido realizados, os passos dados rumo ao desenvolvimento industrial, tanto junto ao mercado externo, quanto ao interno, em países como o Brasil, Argentina, México, não foram suficientes e esses países continuaram sendo subordinados ao mercado externo, como exportadores de matérias-primas e importadores de manufaturados, fato esse fundamental para a acumulação dos países industrializados europeus.

É tão somente em função da instalação da crise que se estabelece, após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, que o eixo de acumulação desloca-se para o mercado interno, dando origem a industrialização, que sobre essa base dá origem ao processo industrial nos moldes clássico de produção:

Foi sob essa base que prosperaram, na década de 1950, as diferentes correntes chamadas desenvolvimentistas, que supunham que os problemas econômicos e sociais [...] tiveram origem na insuficiência do desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-lo desaparecer (MARINI, 1973, p. 17–18).

Dignas de observação e esforço analítico, nesse movimento, são as diferenças estabelecidas, no que diz respeito ao sistema econômico implantado na Europa e seus desdobramentos na América Latina. A economia industrial clássica cria sua própria demanda, no momento em que separa do produtor seu meio de produção e cria, ao mesmo tempo, o mercado consumidor: “Já nos países da América Latina, cresce o consumo individual das classes produtoras com o que se amplia a esfera de circulação [...] manufaturados em geral supérfluos [...] dedicada a produção de bens que entram escassamente no consumo popular” (MARINI, 1973, p. 19).

Ressalta-se, ainda, que: “a industrialização Latina Americana não cria, portanto, como nas clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender uma demanda pré-existente, e se estrutura em função das exigências de mercado precedentes dos países avançados” (MARINI, 1973, p.19).

A etapa seguinte ou o “novo anel da espiral”, já bastante difundida no mundo científico, é desencadeada pelo avanço do padrão tecnológico industrial nos países latinos americanos, proveniente da importação de capitais (empréstimos) e maquinários²⁸,provenientes dos países industriais que, após uma longa fase de acumulação do período pós-guerra, encontram nos referidos países, uma forma de continuar expandindo seus capitais. As transformações internas assumidas nos países ditos “subdesenvolvidos”, nessa nova configuração econômica territorial, caracterizam-se (como é próprio dos objetivos do avanço técnico), pela redução do esforço e do tempo destinados à realização das atividades no mundo do trabalho, fato esse que traz no seu bojo,como reforça Marini (1973), um duplo problema: primeiro, o avanço do progresso tecnológico conduz os capitalistas intensificar o ritmo do trabalho e, conseqüentemente, a produtividade e, ao mesmo tempo, diminuir a remuneração do valor que se requer.

Objetivou-se, com a reflexão presente nesse subcapítulo, recuar na compreensão dos processos de acumulação, pautados na divisão internacional do trabalho, pela via do Capitalismo dependente na América Latina, como cabeça de

²⁸ “Quando os maquinários já apresentavam sinais de *obsoletização*, estes foram colocados à disposição de países periféricos” (MARINI, 1973, p. 19).

ponte, para então encontrar subsídios na compreensão dessa nova configuração territorial, produzida pela atividade agrícola na região do Cerrado tocantinense, fato esse que já se manifesta, abstratamente, por meio das grandes empresas do agronegócio.

2.2 O TRINÔMIO: GEOPOLÍTICA, ECONOMIA E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Recorrendo aos ensinamentos de Paulino (2011), “O Estado nacional é a instância primaz de mediação, e isso vale tanto para o plano interno quanto para as relações internacionais”, ou ainda, “[...] longe de estar posicionado de modo a zelar pelo bem comum, encontra-se apropriado pelas forças que conjuntural ou estruturante são hegemônicas em cada país, e que estão alinhadas a partir de uma estrutura de classe e seu lugar no mundo da produção” (PAULINO, 2011, p. 110).

Nessa perspectiva, e em conformidade com Costa (1995), no governo institucional de Vargas, no início da década de 1950, retomam-se algumas iniciativas de cunho regional, voltadas para as regiões da Amazônia e do nordeste brasileiro. A primeira, inspira atenção pelo déficit de ocupação populacional e valorização econômica; na segunda, a preocupação versa em torno do combate a velha e conhecida estiagem. Na região da Amazônia foi criado, a princípio, o “Banco de Crédito de Borracha” (BCB) e, posteriormente, com a denominação “Banco de Crédito da Amazônia”. Na oportunidade, foi criado, também, para a região nordeste, o “Banco do Nordeste do Brasil” (BNB). São lançadas as bases ou as políticas de fomento à integração econômica regional ao centro hegemônico do país, o Centro-Sul.

Ainda em consonância com Costa (1995), essa iniciativa é, em sequência, redimensionada pela criação da “Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia” (SPVEA). É decretada, nesse período, a criação da Amazônia Legal, com dimensões de 5.057.490 Km, o que denota mais da metade do território nacional e envolve as unidades da Federação: Pará, Amazonas, norte de Goiás (hoje Tocantins), norte de Mato Grosso, oeste do Maranhão e os territórios de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá.

Outros direcionamentos, do ponto de vista do crescimento econômico de base industrial, já haviam sido lançados nos anos de 1930. Citam-se, segundo Costa (1995), os investimentos em infraestrutura, energia e transportes, a exemplo da Cia

Siderúrgica Nacional, Projeto Usiminas, Petrobras, a Cia de Álcalis, Eletrobrás, criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), dentre outros. Dessa forma, esses direcionamentos fazem parte de um projeto nacional do governo, para consolidação de um empreendimento maior de industrialização, com vistas ao desenvolvimento do setor de bens de produção duráveis e não duráveis.

De acordo com Costa (1995), têm início nos anos de 1957 a 1960, novos desdobramentos sob a atuação do poder mediador do Estado, para consolidação do território nacional. Na verdade, é uma continuação do “empreendedorismo” do início do referido período, mas com uma ousadia superior, como até hoje é analisada e debatida no meio científico, político etc. Trata-se do “Plano de Metas”, do então presidente Juscelino Kubitschek, que seguramente alterou todo o sistema econômico social de “consolidação” territorial, cujas fontes principais dos investimentos provinham do próprio governo e de fontes externas (empréstimo).

Priorizou-se bastante, nesse planejamento, a construção de estradas de integração econômica territorial: “foram construídos 12.169 km de rodovias e pavimentadas 7.250 km. O crescimento foi notável, se considerarmos que no caso das rodovias federais, passou-se de 22.250 km a 35.419 km, durante a execução do plano” (COSTA, 1995, p.52), ou seja, houve a integração do sistema rodoviário federal, unidades Estaduais e municipais.

Nesse sistema, o que interessa para a pesquisa é a Rodovia Belém-Brasília (BR-153), que logo atravessaria o Brasil de norte a sul, e também, o estado do Tocantins pela porção central: “Inaugurada oficialmente em 03 de Fevereiro de 1959, a cerimônia de posse foi realizada na proximidade de Açailândia, no Maranhão, onde celebrou o encontro das duas frentes de trabalho” (BORGES, 2002, p. 103). Não contenta-se apenas com a informação da inauguração, mas com a simbologia fornecida a esse evento, no extremo norte do país, até então mantido no espaço-tempo.

A partir da BR-153, partem ramais laterais, antes terrenos de chão batido, hoje pavimentados em boa parte, ligando núcleos urbanos, que, por analogia, trazem, não só o formato anatômico de espinhas de peixe, mas são reveladoras de sua importância de corredor onde, aparentemente, a maioria dos acontecimentos passa e altera relações de produção, circulação e consumo circunscritos anteriormente no território. Inevitável também são os impactos dentre o mais importante cita-se o esvaziamento populacional e, conseqüentemente, a função das

idades próximas de suas margens, fatos esses por nós já analisado anteriormente²⁹.

Há certa unanimidade retratada em diversos autores, sobre o que representou e representa a construção de Brasília para o Norte e Oeste do país. Na análise de Costa (1995), “[...] Brasília representou a implantação de um poderoso ‘posto de vanguarda’ para o Norte e oeste do país, regiões que o Estado vinha tentando ‘capturar’ há algumas décadas. Como verdadeiro pólo, ou nó de articulação inter-regional [...]” (COSTA, 1995, p. 54).

Na verdade, as estratégias de ação já haviam sido estabelecidas pela extensão e disposição das rodovias, convergindo para o local da implantação da Capital Federal (Mapa 3). Estabelecia-se uma nova referência geográfica do poder político e que, certamente, remete a outras formas de poder de maior magnitude na atualidade, que nada mais são o do poder do capital no campo em conexão com a indústria, cujas bases (mediações) têm sido realizadas pelo poder público. Diante do exposto, existiu ou existe um planejamento, com vista ao envolvimento das instâncias proporcionadoras de maior equilíbrio social, econômico, político, cultural e ambiental? De acordo com Costa (1995, p. 54-55:

[...] não se tratava ali de um plano para o território (o que é óbvio), mas de um plano para a expansão capitalista do país em sua etapa industrial. Por isso mesmo, dada a característica dos capitais, que necessitam geografizar-se para reproduzir-se, resulta como lógica a reestruturação e adequação do território que lhes servirá de suporte, palco e objeto de reprodução. Daí decorre que, de certo modo, com o governo de Juscelino concretizam-se as políticas precedentes de valorização de partes preferenciais do espaço nacional, lançadas nos anos 40.

²⁹ Em páginas anteriores, discorreu-se sobre esse assunto, porém, uma análise completa pode ser encontrada em: OLIVEIRA, S. de S. **Porto Nacional: de Porto Real a espaço periférico de Palmas/TO**. [Dissertação na internet]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br>> Acesso em 25/08/2015.

Mapa 3 - A capital Federal no Centro-Oeste



Fonte: Base de dados SEPLAN/TO, IBGE e Ministério dos Transportes. Adaptação: TAVARES; OLIVEIRA (2016).

Tal concepção, referida na transcrição “renova-se”, sempre nas mais diversificadas estratégias, com o aval da capacidade legal normativa do Estado, em gerir a base de recursos e incentivos aos investidores. Nessas primeiras investidas, dos chamados “vazios demográficos”, o Estado nacional posiciona-se, como analisa Costa (1995), combinando desenvolvimento econômico e estratégia geopolítica, contra uma possível ocupação estrangeira na Amazônia ou, por outro lado, o combate à seca nordestina. A região Centro-Oeste encontra-se nesses objetivos integracionistas de planejamento aplicado, especialmente à Amazônia e ao Nordeste. São esses os objetivos que interessam nessa explicação, isto é, os

reflexos desses grandes projetos governamentais no arranjo territorial, após os anos de 1980, no quase emancipado Tocantins.

Em outra passagem, Costa (1995) apresenta a concepção de que não existe uma geopolítica em seu 'estado puro'. As investidas geopolíticas, nas relações contemporâneas do Estado, em conjunção com a economia, são usadas como estratégias de conquista territorial, em que os grandes e ambiciosos projetos de colonização subordinam as políticas econômicas ditas menores. Ficam claros, nesse sentido, os objetivos voltados ao mercado externo, nos rastros por onde o "progresso" passa, seja no campo ou na cidade. Por outro lado, se o caráter já sedimentado das comunidades tradicionais, fosse adotado com atitudes mais progressistas, podia ser aprimorado ajustado e não totalmente desfigurado e excluídos.

Contradições sempre emergem como forma de esconder objetivos maiores de acumulação, contra a própria soberania nacional, do ponto de vista do que já se tem constatado por pesquisas, como lembra Paulino (2011, p. 114): "[...] a ação de grupos estrangeiros em solo pátrio depende da autorização do Estado [...] em prejuízo dos interesses nacionais. A exemplo da mineração, recursos hídricos, florestas, terras cultiváveis interditadas à população local".

Tem-se, também, na mesma autora, a assertiva que revela o enfraquecimento do Código Florestal Brasileiro, para favorecimento do capital rentista. São questões que se estendem por muitos outros importantes pesquisadores da questão agrária, problemática relativa à distribuição de terra e, também, das formas precárias do trabalho no campo. A caracterização atual dessa investida do capital no campo, no que concerne ao foco do presente trabalho, será retomada nos parágrafos seguintes. Segue-se com a caracterização dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), na intenção de melhor compreender o que hoje se ergue, diante do "novo" arranjo territorial, sendo indispensável considerar as ações pretéritas determinantes embrionárias, que são dadas, mais uma vez, como retrato do "novo".

Insiste-se nas análises de Costa (1995), por se tratar de um geógrafo bastante versado nos estudos estratégicos de cunho político, geoeconômico e geopolítico do território brasileiro. Segundo ele, o principal plano global, o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND I), desenvolvido entre 1972 e 1974, objetiva, portanto, expandir a fronteira econômica nacional, no sentido de

abarcando o setor agrícola, agroindustrial e a industrialização, urbanização e infraestrutura-regional. O II PND, executado entre os anos de 1975 a 1979, possui algumas medidas tomadas no sentido de mudança de enfoque nas diretrizes mencionadas (PND), tendo em vista a necessidade de ajuste à política de exportação em declínio.

Nasce daí, a ênfase em aumentar a produção e melhorar o chamado crescimento econômico, sinônimo de mais exportações. Surge, também, desses moldes, a necessidade de uma política de crescimento mais agressiva, em busca de maior expansão da fronteira, em direção ao que se convencionou chamar de “áreas vazias” “do território” nacional.

A posição encontrada no primeiro PND, com relação ao estímulo ao projeto povoamento/colonização, é totalmente descartada no segundo PND. São apenas considerados os grandes investidores de capitais privados e nacionais, acrescidos de incentivos estatais principalmente do ponto de vista da infraestrutura: estradas, energia elétrica, isenção de impostos. Foram criados, dentro dessa estratégia de ação, o Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agroindustriais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o POLOCENTRO e POLONORDESTE.

No conjunto das transformações recentes, considerando os projetos já apresentados, merece destaque o Programa de Integração Nacional (PIN), lançado no governo de Emílio Garrastazu Médici, em 1967. Esse programa, segundo Costa (1995), foi lançado nas regiões Nordeste e Amazônia, com objetivo central de integrar a Amazônia ao centro econômico do país. O Centro-Oeste estava inserido, mas em segundo plano na economia nacional e no referido projeto. Uma série de medidas foram tomadas na direção do projeto de integração.

Além das já citadas (rodovias transnacionais), é relevante lembrar o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em que uma de suas ações consta da implantação de projetos de colonização oficial, que consistiu em assentar famílias de produtores agrícolas, em uma faixa de até 10 km de largura, ao longo das grandes rodovias: “o projeto de colonização incluía, também, agrovilas e rurópolis, núcleos urbano-rurais a partir dos quais se firmaria o assentamento. Essa experiência foi feita principalmente no trecho paraense da transamazônica” (COSTA, 1995, p. 69).

Os vultosos recursos destinados ao PIN provinham dos incentivos fiscais e do orçamento do governo federal, que eram recebidos e administrados pela

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Para se ter uma ideia da dimensão desse numerário em recursos, narra o professor Costa (1995, p. 69), que no período de três anos, “consumiu a metade dos investimentos governamentais destinados a todos os programas especiais do setor no país além de envolver diretamente a atuação de nove ministérios”. Tal foi e continua sendo a natureza e as prioridades dos elementos envolvidos, do ponto de vista das vantagens e objetivos alcançados por alguns. Restou, portanto, um saldo muito maior das contradições que perduram até os dias atuais de forma ampliada no território.

Segundo Oliveira (1993. p. 38), no período entre 1974 a 1983, os conflitos pela terra atingiram quase todo o território do país: “[...] Neste período, o Pará, Maranhão e extremo Norte Goiás vão representar a região mais sangrenta do país”. Em sintonia com Costa (1995), estampa-se a contradição do que se objetivava ocupar e povoar, tornando a região mais conflituosa, especialmente em se tratando da posse da terra e do trabalho digno na zona industrializada, que também integra a Zona Franca de Manaus.

Com relação à estrutura fundiária e os conflitos crescentes, após o fracasso da referida colonização, emergem desse campo de força pelo território, os órgãos federais: GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) e GETBAM (Grupo de Terras do Baixo Amazonas), como mediadores dos conflitos crescentes por terras, à medida que avança o latifúndio.

Nas contribuições de Costa (1995), esse tipo de desenvolvimento trouxe a integração nacional e, até mesmo estrangeira, como pretendia o Estado (o Projeto Carajás e outros), podendo dominar a política da região, em que a burguesia estava se beneficiado. A população já existente e as demais inseridas no Projeto, a princípio, seriam o alvo principal do desenvolvimento, mas os residentes ainda esperam pelo progresso.

No item seguinte, abordar-se-á outra leva de investimentos, que se assentam na escala ampliada do território encetado para o Cerrado, com forte participação do Estado e do capital privado, em que a grande novidade será a força tecnológica.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA EMPRESARIAL NO CERRADO E APONTAMENTOS DE APROXIMAÇÃO DO OBJETO

A territorialização da atividade agrícola capitalista, na região do Cerrado como um todo, é relativamente recente. Algumas unidades da Federação situam-se na ponta dessa ocupação, que é o caso do estado do Tocantins. Nessa porção do território, brevemente já comentado, destaca-se o município de Pedro Afonso, ladeado por duas grandes bacias hidrográficas dos rios Tocantins e Sono motivo de disputa por investidores. Por esses e outros atributos, relativos às terras planas e baratas, investimentos públicos em infraestrutura e outros atrativos, relacionados a localização, o município foi escolhido, se é que se pode falar assim, para sediar a Fase Três do Programa para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III), em 1995.

Nesse sentido, em um empreendimento desse porte, não acontece sem uma brusca desterritorialização e reterritorialização do latifúndio em bases tecnológicas (uso intenso de maquinário e quimificação). A concentração de terras toma proporções maiores, cuja prioridade não está mais centrada no latifúndio, onde as terras de matas destinavam-se a formação de pastagens e policultura voltada mais para o mercado interno. O espírito destrutivo dessa ordem é patente, para responder a demanda de exportação de commodities, com destaque para a produção de soja.

A princípio, da implantação desses grandes projetos, a exemplo do PRODECER, os proprietários ditos tradicionais, camponeses e até mesmo latifundiários, são tomados de surpresa com os valores oferecidos, acima do mercado local. Ambas as modalidades de propriedades operam com uma lógica produtiva diferente, mas de qualquer modo são alvos da agricultura empresarial. Contudo, somente depois, é que perceberão que o que está em jogo não é somente o valor de troca, mas sim o valor de uso de suas terras.

Somado a compra de terras tem-se a desapropriação compulsória pelo órgão do governo, para incentivar o “progresso” ou a *acumulação primitiva do capital*, conforme Marx (2008). Em Pedro Afonso foram desapropriados quarenta (40) lotes, de mil (1000) hectares, para implantação da terceira fase do PRODECER. Há, neste contexto, a acumulação, via especulação. De acordo com informação de um dos nossos entrevistados, funcionário público do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS), no começo da implantação do Projeto, o preço da

alqueire³⁰ de terra girava em torno de R\$ 7.000,00(sete mil Reais), atualmente o preço varia de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais) a R\$ 7.000,00 (sete mil Reais) a hectare, valor que pode variar de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil Reais) a R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil Reais) a alqueire, a depender do índice de produtividade de saca de soja por hectare. Um aumento que não para de subir, conforme o referido entrevistado afirma: “quem desejar comprar terra em Pedro Afonso e região tem que desembolsar muito dinheiro e quem vender corre o risco de não comprar novamente”.

Faz-se necessário um esforço de busca, para compreender e atualizar conceitos e determinações empíricas, que reportam à ‘intencionalidade’ entre classes. Uns sem muito esforço sobrepõe-se perpetuam-se, com maior usufruto na hierarquia do poder econômico, mesmo que seja sob a subordinação crescente da maioria, que também buscam sua fatia de recurso e liberdade de viver da *terra de trabalho*: “a rearrumação territorial se efetivou a partir da desagregação dos tradicionais ocupantes de terras que, em sua maioria, se dedicavam à pecuária [...] O Cerrado se torna o celeiro agrícola do país” (MENDONÇA, 2010, p. 6). É, na verdade, uma “abordagem ideologizada”, refletida pelo professor Mendonça, em sua tese de doutorado. Em outra oportunidade trata-se de impedir

que a qualquer análise sobre as transformações advinda da incorporação desses territórios aos interesses dos grandes grupos transnacionais pudesse ser questionada. Aqueles que ousassem apontar as desvantagens desse processo eram tidos como inimigos do processo (MENDONÇA, 2010, p. 6).

Essa é uma situação, que se ergue com mais intensidade em tempos de *mundialização* do capital. Qual seja sua origem, pode ser buscada nos processos ou na forma como determinados países encontram-se, do ponto de vista de seu estágio (ciclos), ou crescimento econômico, cujo epicentro encontra-se no esforço em buscar expandir-se na intenção de cobrir lacunas, como já dito: contradições do capitalismo, ora porque já chegou ao momento de declínio, ora porque busca, havidamente, competir frente à concorrência globalizada e tantas outras *tramas* de relações: “é sempre interessante delimitar o momento em que o sólido desenvolvimento interno transborda em uma busca por ajustes espaços-temporais” (HARVEY, 2003, p. 14).

³⁰ O termo *Alqueire* corresponde a uma área de 48.400 m², conhecido como *Alqueirão* ou *Alqueire Goiano*, equivalente a 4,84 hectares, para diferenciar alqueire de outras regiões do País com dimensão significativamente menor. Essa terminologia ainda é bastante usada, mas tem diminuído seu uso com predileção para o hectare, padrão universal.

Acrescenta, na mesma oportunidade, uma série de situações/relações econômicas internacionais, em que “as contradições surgem porque os novos espaços dinâmicos de acumulação de capital geram excedentes que devem ser absorvidos através da expansão geográfica” (HARVEY, 2003, p. 14). O pesquisador traz, nesse bojo, como exemplo, a relação “Japão e Alemanha tornaram-se competidores do capital estadunidense desde o final dos anos 60 em diante de modo parecido ao como os Estados Unidos superaram o capital inglês (e colaboraram para derrubada do império britânico) no transcurso do século XX” (HARVEY, 2003, p. 14).

O contexto das características mencionadas ajuda a ilustrar o espírito competitivo do modo capitalista de produção e o quanto esse tende a desdenhar fronteiras, convergindo sempre para as regiões onde lhe proporcionam o máximo de rendimentos.

Ao direcionar para essa pesquisa, tem-se o exemplo das terras de Cerrado acompanhadas de abundância de água, como as localizadas em Pedro Afonso. Nota-se, que até meados de 1980, ainda era escasso o uso dos solos do Cerrado com a agricultura. Posteriormente, já começavam a atuar alguns proprietários do Sul e Sudeste, com plantios de arroz de sequeiro. Nas terras, mais servidas de vias de escoamento como as da rodovia Belém-Brasília observava-se uma variação de manchas, com o plantio do arroz e pastagem. Encaixa nessa dinâmica, ao mesmo tempo, o plantio de arroz irrigado nas terras baixas, no município de Formoso do Araguaia, o Projeto de mesmo nome.³¹

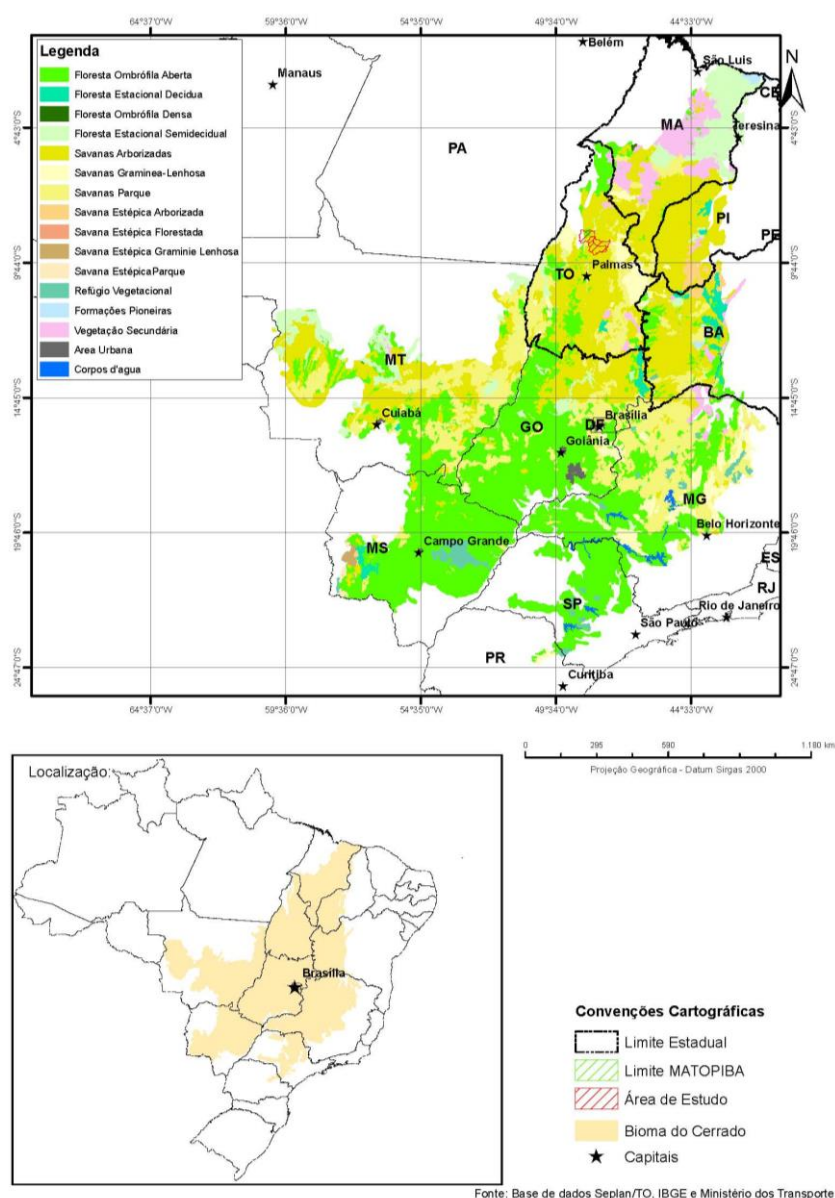
Um momento mais incisivo com desmatamentos e reestruturação do latifúndio e incorporação do minifúndio, é notado em Pedro Afonso e municípios vizinhos, iniciado no ano de 1995, com advento do projeto PRODECER III e finalizado em 2013. Segue, na mesma dinâmica, os mesmos investimentos no plantio de cereais (soja, milho e sorgo), organizados em sistema de cooperativa, porém sem mais a tutela do PRODECER. A novidade, no ano de 2015, de investimento no município é realizada pela produção de etanol e expansão da cana-de-açúcar e soja, liderada pela multinacional BUNGE, já nos latifúndios desmatados/trabalhados pelos pioneiros do arroz de sequeiro e soja.

³¹ Nessas terras baixas ou terrenos de várzea, no município de Formoso do Araguaia, foi desenvolvido o Projeto de mesmo nome, com grandes plantios de arroz irrigado. Esse assunto será tratado no momento oportuno.

Conforme retrata-se, o momento mais incisivo do processo de ocupação com a atividade agrícola “moderna”, nas terras do município de Pedro Afonso, iniciava-se como PRODECER III, e outros desdobramentos, que não destoam das mesmas determinações. A base física do Cerrado, nesse contexto, compõe o substrato espacial do desenrolar das mudanças.

O Cerrado, (Mapa 4), é considerado “o segundo ecossistema brasileiro em extensão, compreende todo o Centro-Oeste do país, espalhando-se por outras regiões do país: Norte, Nordeste, Sudeste e em pouquíssima quantidade no Sul” (ALMEIDA, 2005, p. 231).

Mapa 4 - Bioma do Cerrado



Fonte: TAVARES (2016).

Outras particularidades naturais são favoráveis à produção agrícola, além da extensão territorial do Cerrado, registram-se a topografia plana, a qualidade do solo e o regime de chuvas favorável, qual seja:

de 750 – 2000 mm/ano em média (clima de KoppenAw e, ao longo da borda sul mais fresca, Cwa). A duração da estação seca é de aproximadamente cinco meses, de meados de maio até a metade de outubro. O mês mais seco tem até 30 mm de chuva em média, embora, em certos anos, esse passa ser zero (PINTO, 1993, p.18).

Como mencionado, inclui-se, além da extensão territorial, seus atributos físicos em geral, que vão somar aos potenciais técnicos científicos e objetivos políticos de fomento à produção agropecuária nacional e internacionalizada. É nesse cenário, que está estabelecida a nova divisão internacional do trabalho no Brasil e demais países da América Latina, caracterizados, ainda, como fornecedores de matérias-primas e produtos com baixa tecnologia e semi elaborados, com destaque para os ditos emergentes, como o Brasil, Argentina e México. Se imbrica nos mesmos processos produtivos, o desenvolvimento do mercado interno, em que há o estreitamento das relações comerciais e o consequente crescimento urbano, conforme retratado nas páginas iniciais do tópico anterior.

Com o aparelhamento técnico científico da produção agropecuária, muitas das consideradas barreiras naturais têm sido transpostas. O plantio nos terrenos ácidos do Cerrado que, aparentemente, tornava-se distante de ser incorporado ao capitalismo no campo, torna-se instrumento de muita cobiça e riqueza. É, nesse panorama, inegável o papel das técnicas: “[...] A cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível. As técnicas se dão como famílias. Nunca na história do homem, aparece uma técnica isolada; o que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas” (SANTOS, 2006, p. 25 - 26). Justifica-se ainda, no mesmo autor, “[...] Um exemplo banal pode ser dado com a foice, a enxada, o ancinho, que constituem, num dado momento, uma família de técnicas”.

Nessa compreensão das transformações do mundo das técnicas, é bastante relevante despertar, também, para a concepção política inter-países. Julga-se oportuno, portanto, nos parágrafos seguintes, retomar alguns pontos das relações, que se ergueram entre o Brasil e Japão, além de atualizações da mesma natureza.

Os escritos de Oliveira (1997), auxiliam a lembrar que as relações Brasil-Japão começam a se estreitar, a partir do ano de 1960, tendo em vista que o Japão

firmava-se como o segundo maior mercado de exportação brasileira e o terceiro maior investidor externo no Brasil.

Destacou-se, no item anterior, sobre a difusão das empresas multinacionais. Figura, em tais empresas, a característica de serem difusoras de técnicas, conjuntamente com o respaldo que alcançam junto à política dos Estados-nação. É importante, nesse sentido, a contribuição de Thomaz Junior (2009), o qual destaca que:

um número cada vez maior de trabalhadores sendo substituídos pelas máquinas, outro tanto sendo expulsos das terras para dar lugar aos grandes conglomerados ou grandes proprietários de terra que se incumbem da commoditização da produção de alimentos ficando secundarizado as preocupações com a cesta básica. Mas não se trata somente de produção de alimentos, mas das estratégias dos conglomerados que não se restringem à cadeia alimentícia, senão transbordam para o setor energético, financeiro, industrial etc. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 14).

Infelizmente, essa conformação econômica é quase que geral no campo brasileiro. Em Tocantins, já atua em *fração* considerável do *território*. Oliveira (2010, p. 7), lembra que “o capital não transforma tudo de uma vez”, ele se nutre do desigual.

Nesse sentido, se constata a inserção da agricultura empresarial nas terras de Cerrado tocantinense e demais unidades da federação atraídos pelos atributos naturais e de preços. Não se cogitava e ainda não se imagina corrigir qualquer tipo de disparidade regional, mas sim extrair renda da terra. Por fim a territorialização, sobretudo, nas terras antes ocupadas pelo latifúndio tradicional e mais ainda nas pequenas propriedades tem sofrido forte grau de metarmofização em que pesem o forte grau de especialização na produção de commodities em desfazer o grau de heterogeneidade dos produzidos. No capítulo seguinte é dado mostra desse “nova” arrumação territorial.

CAPÍTULO 3 - INCURSÕES DA AGRICULTURA EMPRESARIAL PARA O CERRADO DESTAQUE PARA O PRODECER: FASES I, II E III

3.1 OS ANTECEDENTES DO PRODECER

Antes dos anos de 1980, o que era novidade na agricultura nas regiões hegemônicas brasileiras, pouco repercutia no então Norte Goiano, especialmente nos solos de Cerrado.

A rodovia Belém-Brasília fazia mais o papel de corredor de escoamento da produção industrial, proveniente de outros estados brasileiros, do que escoava a própria produção das terras goiano-tocantinense. Salvo o gado bovino, que saía para Belém do Pará, por meio de caminhões gaiola, demandadas, mais precisamente, durante as estações chuvosas favoráveis à formação de pastagens naturais e/ou plantadas nos latifúndios, médias e pequenas propriedades das terras de matas³² cujo, aproveitamento da fertilidade natural lhe proporcionava a renda diferencial I.

A demanda por carne tem aumentado no estado do Tocantins, em função de diversos fatores. No período de escassez de chuva e, conseqüentemente, de pastagem, boa parte da carne consumida vem do estado do Pará, o que prevalece, portanto, o hábito da criação extensiva do gado bovino. Não somente a estação seca tem prejudicado a produção de carne, mas também o avanço da monocultura da soja nas terras que antes predominava as pastagens naturais e até as plantadas, após o declínio da cultura de arroz de sequeiro no Cerrado.

O que vem acontecendo com o *latifúndio*, no município de Pedro Afonso e microrregião, bem como no em Tocantins, quase como um todo, já estava sendo arquitetado há um bom tempo, no nível nacional e de certo modo internacional. Ao recuar no tempo de formação do território brasileiro, não é difícil perceber que a produção agrícola já nasce extrovertida. Segundo Pessôa (1988), a arrumação do espaço rural brasileiro sempre esteve voltada para atender ao mercado externo, por meio da monocultura.

³² Presenciou-se, também, a proliferação da produção de banana maçã, nas unidades produtivas menores, na primeira metade do ano de 1980. Nos núcleos urbanos, próximos à rodovia Belém-Brasília, organizavam-se os pontos de apoio ao carregamento para o mercado de Belém do Pará, principalmente. Essa produção deixou de existir em escala ampliada, em função do “mau do panamá”, doença que praticamente exterminou com os bananais da região.

Monoculturas essas, que sempre se renovam, de acordo com as exigências internacionais e o aparato técnico colocado à disposição, em detrimento do arranjo territorial camponês e demais seguimentos da população rural dele dependente: “Vê-se, portanto, claramente que o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma consequente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola” (SILVA, 1982, p. 29).

A polêmica da modernização da agricultura tem demonstrado, desde sempre, que: “um dos resultados mais imediatos da estruturação desse mercado de terras consiste em desalojar pequenas unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar ou em usurpar territórios etnicamente consolidado” (ALMEIDA, 2010, p. 114).

Desta feita, no século XIX, pesquisadores já despertavam para os interesses pela exploração econômica do Cerrado, porém, somente nos anos de 1970, é que teve início sua exploração, proporcionada pela correção dos solos impróprios, para o cultivo em função do forte teor de alumínio. Nesse período, foi criado o “Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC) da EMBRAPA”, notadamente uma das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (PESSÔA, 1988, p. 100).

Antes da implantação do PRODECER I, nos municípios de Coromandel, Irai de Minas e Paracatu, outros projetos também foram implantados, com objetivo de colonização do Cerrado, quais sejam: Programa de Crédito Integrado e Incorporação do Cerrado (PCI) e Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) (Mapa 5).

Com relação ao PCI, surgiu no ano de 1972 e foi o primeiro plano de desenvolvimento do Cerrado, elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), cujo “objetivo era provocar uma transformação tecnológica na agricultura em uma área de 292.798 hectares nos Cerrados de Minas Gerais” (PESSÔA, 1988, p. 100).

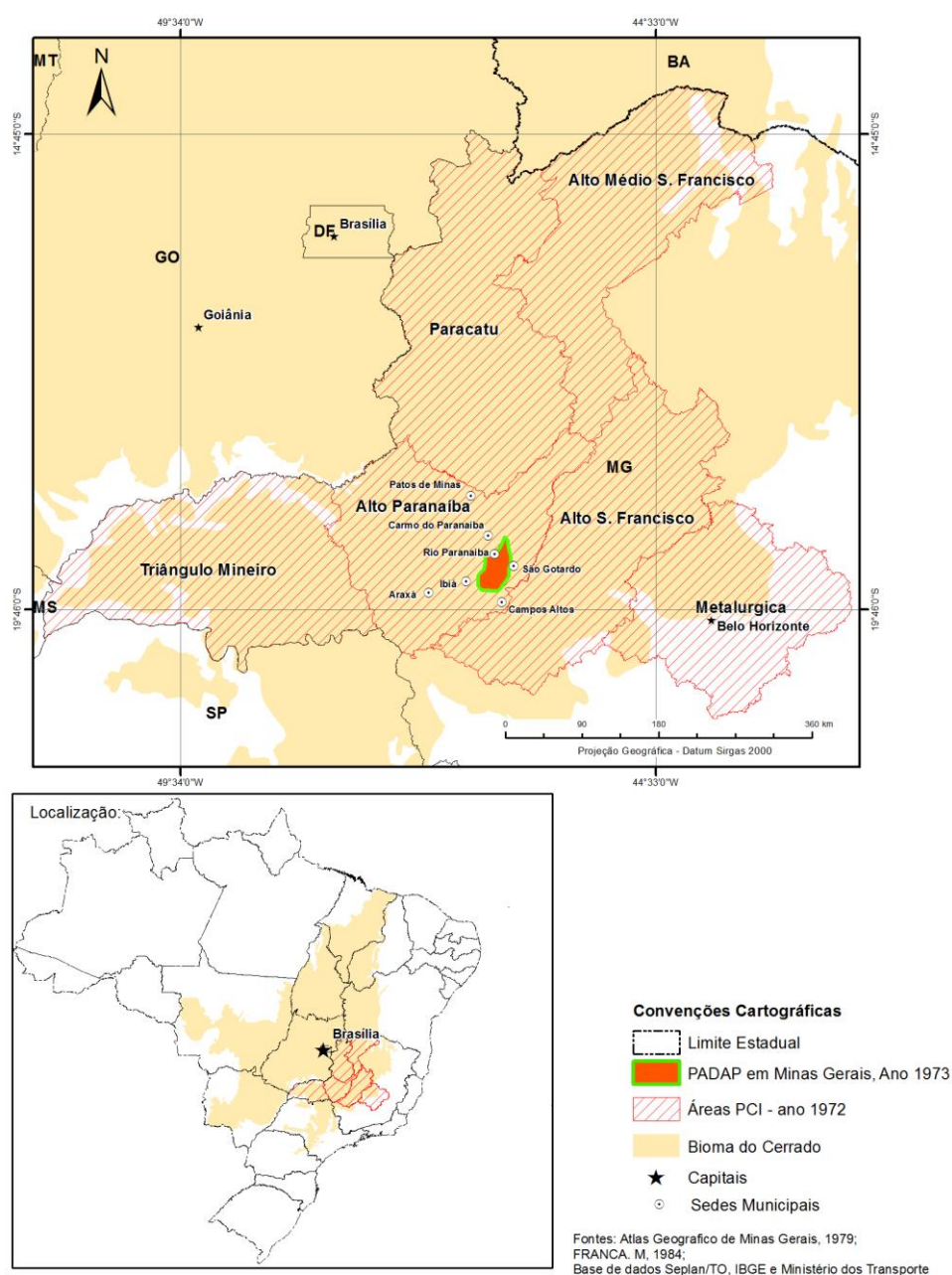
Esse Programa contou com a participação da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais e outros órgãos estaduais, bem como com o Banco Central e Banco Mundial, com empréstimo de US\$ 32,9 milhões, no ano de 1973, de acordo com Pessôa (1988), em consonância com IBASE (1986, p. 5).

As áreas de atuação do PCI foram o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto Médio São Francisco, Alto São Francisco e Metalúrgica (Mapa 5). Foram financiados 230 projetos, em uma área de 111.025 hectares, correspondente a 50% menor, do que a área prevista, bem como destinou/priorizou “aos grandes e

médios proprietários por aceitares as normas dos empréstimos” (PESSÔA, 1988, p. 101). Ressalta, ainda, como dado importante que, cada beneficiário recebeu 483 hectares, empréstimo a juro baixo (0.6%) e prazo de carência de 2 a 3 anos, considerado bastante elástico para amortização da dívida.

Como conclusão, segundo a autora, o PCI não conseguiu as transformações tecnológicas “planejadas” e o que se concretizou foi a modernização do latifúndio e da média propriedade, enquanto beneficiadoras do setor industrial.

Mapa 5 - Projeto de Agricultura no Cerrado Anterior ao PRODECER – 1972 - 1973



Fonte: Adaptação: TAVARES; OLIVEIRA (2016).

Foi desenvolvido o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), paralelamente ao PCI, com a participação da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, em 1973, e coordenação da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). A área desapropriada foi de 60.000 hectares, compreendendo partes dos municípios de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campus Altos.

A escolha dos colonos ficou a cargo da CAC e a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. A CAC tomou a responsabilidade de indicar e selecionar, pelo menos 80% dos colonos. Havia, nesse bojo, as exigências dos cooperados em serem imigrantes japoneses ou descendentes nisseis, vindos do sul do país (PESSÔA, 1988).

Os recursos foram destinados à construção de estradas, linhas de transmissão de energia elétrica, armazéns, centros rurais e habitações, que somaram um total de 1 milhão e 200 mil na época. Foi desapropriado, para o Projeto, de maneira pacífica, um latifúndio de 20.000 hectares, para “fins sociais”. Ao mesmo tempo, contribuiu para o sucesso do projeto, a topografia favorável, a proximidade ao mercado consumidor, a infraestrutura e a conexão com os corredores de exportação. Com relação ao preço da terra, “no final de 1973 o valor do hectare era vendido a Cr\$ 900,00. No ano seguinte o valor do hectare subiu para 300.000,00” (PESSÔA, 1988, p. 102), em concordância com San Martin e Pelegrini (1984. p. 56).

No conjunto da obra, esse é um dos acontecimentos que perpassa os grandes projetos, que vem acompanhado da declarada expulsão do trabalhador rural e dos camponeses em geral, bem como a precarização do trabalho rural e outras práticas de drenagem de renda da terra ao comércio paralelo de insumos.

A implantação da primeira etapa do projeto capitalista (PADAP), em área do Cerrado, teve como objetivo, segundo Pessôa (1988), a superação da crise agrícola da cultura do café no estado de Minas Gerais, vivida na década e 1960. A prioridade do primeiro ano do Projeto foi dada as culturas de café, soja e arroz e, já no segundo ano, a soja, trigo e café basicamente.

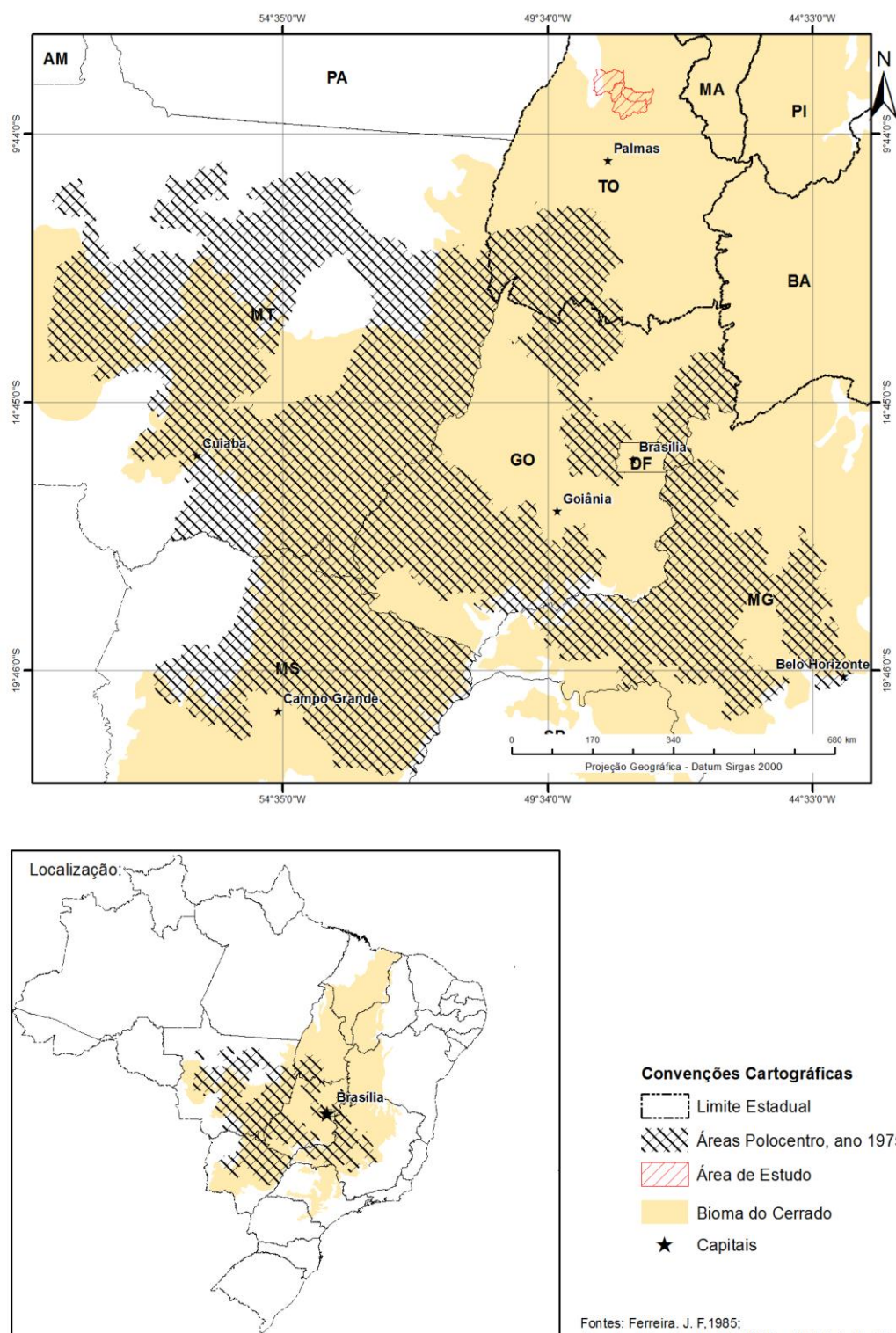
Cita-se como aspectos negativos a essa etapa, semelhante ao PCI, a exclusão da população da área de realização do projeto, “incorporando-se a ele como mão-de-obra temporária. A especulação do preço da terra, fez com que a maioria vendesse suas pequenas propriedades e se acumulasse nas pequenas cidades” (PESSÔA, 1988, p. 105).

Outra situação que pesou negativamente no referido empreendimento, diz respeito à degradação do solo pela erosão, em função da grande área desmatada, no total de cerca de 60 mil hectares (PESSÔA, 1988).

O balanço negativo, do ponto de vista social e ambiental, não foi suficiente para se repensar o avanço do capitalismo no Cerrado, pelo contrário, serviu apenas de estímulos para a continuidade das mesmas estratégias e como base para ampliação da agricultura empresarial, por meio do Programa para o Desenvolvimento do Cerrado POLOCENTRO e, posteriormente, o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrado (PRODECER).

Nesse sentido, o POLOCENTRO foi criado em 29/05/1975, pelo Decreto nº 75.320 do governo federal, cujo objetivo era incentivar a agricultura no “Cerrado do Centro-Oeste brasileiro, nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de 785.472 Km² (Mapa 5) em 202 municípios” (PESSÔA, 1988, p.106).

Mapa 6 - área do Projeto PRODECER - 1975



Fonte: Adaptação: TAVARES; OLIVEIRA (2016)

Outros dados ressaltados em Pessoa (1988), esclarecem que o POLOCENTRO desejava incorporar, no prazo de cinco anos, cerca de 3,7 milhões de hectares das terras de Cerrado. Dentre os quais 1,8 milhões de hectares com

lavouras, 1,2 milhões de hectares com pecuária e 700 mil hectares com reflorestamento. Com relação aos recursos destinados ao projeto, foram da ordem de US\$ 868 milhões, para aplicação em “transportes, pesquisa em agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural” (PESSOA, 1988, p.106).

Digno de atenção, enquanto forma de transferência de renda, por meio de incentivos governamentais, no projeto POLOCENTRO, constata-se segundo Pessoa (1988), em consonância com IBASE (1986, p. 7):

A amortização de pagamento da dívida bancária dos mutuários do Projeto girou em torno de 12 anos com taxas de juros abaixo do oferecido no mercado e sem correção monetária. As grandes propriedades, acima de 500 hectares, absorveram quase que a totalidade do financiamento, 76,45% dos recursos de créditos.

Restando, assim, apenas 0,38%, para ser oferecido às propriedades com área de 100 hectares, bem como 1,78% para propriedades entre 100 a 200 hectares.

A partir de 1979, a política de crédito subsidiado para o POLOCENTRO, sofreu cortes por parte do governo, cuja justificativa foi o controle da inflação. Além disso, outras justificativas aos cortes das verbas ou a própria desativação do Projeto, segundo Pessoa (1988), foi a aproximação da empresa japonesa Japan International Agency (JICA), no ano de 1979, em que propõe o desenvolvimento agrícola, cuja área foi de 500.000 Km² nos Cerrados.

Figura também, no mesmo processo, a criação da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), em 1989, em que tinha a função de planejar, coordenar e assistir o projeto PRODECER. Assim, de acordo com os registros da pesquisadora, os cortes de créditos para o POLOCENTRO se confirmam, pelo objetivo da CAMPO, de comprar terras a preço mais barato, para implantação do PRODECER. Dito de outra forma, a especulação e a compra e venda de terras precisavam retrair, para que se pudesse efetivar a compra para o referido Projeto. Configura-se, desse modo, uma disputa territorial do Estado contra o capital, o que não é comum e, ainda, do capital contra o capital. Isso é bastante acentuado no PRODECER III, que será abordado oportunamente.

3.2 O PRODECER I

O ano de 1976 representa a consolidação do projeto Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrado (PRODECER), no nível dos dois países, por ocasião da visita do então presidente Ernesto Geisel ao Japão, mesmo que a primeira iniciativa tenha sido realizada, pelo então presidente, João Goulart, em 1961, que não chegou a se concretizar. Tal impedimento deu-se em função do posicionamento político de Goulart, uma vez que era favorável ao desenvolvimento, mas mantendo a disciplina da entrada do capital estrangeiro no país, conforme a Lei nº 4131, por ele criada, em 1962 (PESSÔA, 1998; VIEIRA, 1983).

De acordo com as convicções políticas de Goulart, a proposta de investimento japonês era bastante ousada, no que se dispunha o financiamento total do Projeto, visto que o governo japonês propunha a construção de uma ferrovia, para ligar o estado de Minas Gerais ao porto de Maráú (BA), cujo financiamento e execução do projeto seria de responsabilidade da empresa japonesa JICA. Contudo, a não aprovação do projeto foi justificada pelo Estado Maior da Força Armadas, por entender que o projeto representava uma séria ameaça à soberania nacional.

Os investimentos no Cerrado só puderam ser retomados no sentido dos grandes investimentos, em meados de 1970, por ocasião do acordo firmado entre o governo do Brasil e do Japão³³ ao Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrado (PRODECER), em 1976 (PESSÔA, 1988).

Após o golpe de 1964, essa situação nacional protecionista toma rumos diferentes. A referida Lei nº 3141/62 é substituída pela Lei 4390/64 do Decreto 55.762 e somente “no início de 1970 é assinado o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados” (PESSÔA, 1988; PRODECER, 1976).

Reconhecidamente, o capital japonês cresceu exponencialmente no mundo, com atuação em vários tipos de produção de mercadorias em indústrias e setores variados, tais como:

³³ “Uma análise sobre a expansão do capital japonês no exterior, mostra que ele cresceu de forma surpreendente no período de 1951 a 1980: de 73,5 milhões de dólares entre 1951/1966, para 4.672,9 bilhões entre 1978/1980, uma taxa de crescimento de 6.380% em 30 anos ou a taxa média de 213% ao ano. A maior concentração do capital japonês é no Terceiro Mundo. [...] A América Latina tem a segunda maior concentração de capital [...] ficando a primeira com a Ásia. As demais áreas, onde há capital japonês, são Oriente Médio e África” (PESSÔA, 1988, p. 112).

[...] mineração, metalurgia, indústria mecânica, elétrica, equipamentos óptico, máquinas e equipamentos elétricos, geradores, motores diesel, tubos, fios e cabos elétricos, equipamentos pesados e relógios, bem como a atuação na indústria têxtil e de calçados. Esses últimos, “antes eram dominados pelo capital privado nacional” (PESSÔA, 1988, p. 113).

Acrescenta-se, também, fortes investimentos em finanças e seguros, setor de comércio e serviços as chamadas empresas *general trading companies* (compra, estoca, comercializa e faz pesquisa de mercado).

Embora a participação japonesa, na atividade agropecuária, não possua a abrangência das demais participações elencadas acima, não deixa de ter expansão considerável. Na produção de carne, por exemplo, registra-se a (Jusco); bebidas (Kirin da Mitsubishi, e Suntory); Peixes (Toyo). Na área de madeiras, registra-se (Eidai, Shiu Asahigawa) e outras também na área de alimentos como Ajinomoto, Yakult, Fuji, Nippon Reizo. A atuação das empresas multinacionais vem, cada vez mais, ampliando e se diversificado, fortalecendo-se econômico e tecnologicamente no mercado mundial e essa ampliação vem acontecendo, principalmente, por meio das fusões de capitais.

Destarte, a territorialização do capital monopolista, após a revolução verde, passou a se estruturar não mais em bases camponesas, mas sim na produção de commodities. Oliveira (2014, p. 28), enfatiza que: “[...] a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado passou a se estruturar sobre três pilares: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais”.

Destaca-se, que a atuação do capital japonês no Projeto Cerrado, além da produção de alimentos para si, enquanto interessado maior, também em igual magnitude a exportação para outros países do mundo, foi facilitada pela abertura de vias e portos, bem como pela *metamorfose do latifúndio*. Pessoa (1988), confirma, que além da produção de cereais na mesma oportunidade, também, se integra a exportação de minérios, por meio do Projeto Carajás localizado na porção Norte do País.

No ano de 1979, tem início o Projeto Cerrado ou Programa de Cooperação Nipo-Brasileira, para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados. (PRODECER) Decorrido mais de vinte anos da existência, o Projeto chega ao final no ano de 2001.

Nesse contexto, foram realizados muitos estudos/levantamentos da área de implantação do Projeto. De acordo com o “Resumo”, extraído da proposta de implantação do PRODECER, o qual descreve que:

A área total da Região dos Cerrados, que se espalha pelo Brasil centrada na Região Centro-Oeste, é de aproximadamente 200 milhões de hectares (cerca de 5,5 vezes a área do Japão). Esta extensa área dos Cerrados apresenta, originariamente, forte acidez e foi, durante muito tempo, considerada improdutiva sob o ponto de vista agrônomo, principalmente por causa de problemas decorrentes da existência de alumínio e deficiência de nutrientes químicos. No entanto, por meio da correção adequada do solo combinada com adubação compensatória é possível tornar produtivas estas extensas áreas. Estima-se que, com a implantação de infra-estrutura de produção, 120 milhões de hectares dos Cerrados podem ser incorporados ao processo produtivo (JICA, 2000, p. 2).

No mesmo documento (resumido a partir do *relatório* inicial)³⁴, assinado pelos dois países, é apontado as características, os objetivos e relevância do PRODECER:

Um projeto nacional misto, público e privado, visando ao aumento da produção de alimentos, à promoção do desenvolvimento regional, a ampliação da oferta mundial de alimentos e o estreitamento da relação e cooperação econômica que une os dois países. Foram implementadas as Fase I, II e III do Prodecer, concluída em março de 2001(JICA, 2000, p. 2).

Dado os apontamentos indicados por esse documento quanto à localização e objetivos do projeto, os quais contemplam os processos de produção, solo, vias de escoamento, outros questionamentos merecem ser mencionados, segundo Pessoa (1988), quando diz que a produção se destina a alimentar parte da população mundial, pois pelo que se consta, a soja não faz parte da dieta principal de muitas nações do mundo, dentre elas o Brasil, sendo que o destino maior é o próprio Japão.

Não resta dúvida de que outras demandas pelo consumo de soja, enquanto matéria-prima para produção de ração animal e indústrias continua sendo, mais que nunca, bastante procurada. As pesquisas tratam sempre de fomentar e diversificar a produção, com objetivo final na extração de *mais-valia*.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) soma experiências ao atuar no “desenvolvimento de cultivares de soja mais adequadas ao consumo humano, entre outras atividades que visam promover o uso da soja³⁵ na alimentação”. Após o uso industrial da soja na confecção de farelo, para a ração animal, são extraídos os subprodutos, os quais são o óleo cru e desse é produzido o óleo refinado comestível e de uso técnico, a substância *lecitina*. A *lecitina* é usada

³⁴ “As normas detalhadas para a realização do estudo estão contidas no documento, denominado S/W, assinado pelos dois países, em Outubro de 2000”.

³⁵ “Os chineses já conhecem o potencial da soja para uso na alimentação há milênios, mas somente nos últimos anos, os ocidentais passaram a considerar a soja como alimento funcional, aquele que, além das funções nutricionais básicas, produz efeitos benéficos à saúde”. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja>> Acesso em 10/11/2016.

na fabricação de vários compostos químicos: antiespumante, agente dispersante (tintas, inseticidas), umidificantes (cosméticos, pigmentos, substituto do leite para bezerros, metais em pó), agentes estabilizantes (emulsões) e outros.³⁶

É importante não perder de vista os transtornos sociais e ambientais, que acompanham a expansão, cada vez mais rápida, do agronegócio, apoiadas em políticas públicas, que os beneficia. Inversamente as buscas por uma vida mais saudável, em sintonia com as benesses, provenientes da produção de alimentos saudáveis, que tem se distanciado. Apenas para ilustrar um pouco mais, nessa linha de pensamento, Almeida (2010, p. 110-111), analisa o que denominou de “agro estratégias dos agronegócios”: “A narrativa mítica de terras ilimitadas, como se fossem recursos abertos e/ou ‘espaços vazios’, abre em decorrência um novo capítulo de conflitos sociais no campo, porquanto toda e qualquer extensão de terra é aprestada como disponível à expansão dos agronegócios”.

Essas situações, certamente, não foram devidamente analisadas pelos primeiros idealizadores do *Projeto Cerrado* e nem nos posteriores, até os dias atuais, mas com certeza tem provocado as contradições, com relação aos que usam a terra, como objeto de trabalho. Essa é uma questão, que percorre todo esse trabalho e será retomada a cada situação de análise, especialmente no que envolvem as transformações enquanto base, em específico, o latifúndio em constante transformação.

Ao retomar a análise crítica de Pessôa (1988), apontada para o começo da exploração da agricultura empresarial no Cerrado do Centro-Oeste, enfatiza-se que as intenções do capital japonês não era priorizar apenas a produção de cereais, mas também a importação de minérios e para a qual a estruturação da rede de escoamento e aparelhamento de porto de embarque prima pelo suporte dessas duas lógicas.

No planejamento apresentado no começo do Projeto, seguramente, já se enfatizava a construção e aproveitamento das ferrovias existentes, enquanto prioridade, dado ser incomparavelmente mais barato do que o transporte rodoviário. Todavia, o minério de ferro é, até hoje, tão cobiçado para a indústria siderúrgica japonesa, quanto os cereais.

³⁶ Informações disponíveis em: <<https://www.embrapa.br/soja>> Acesso em 10/11/2016.

Portanto, é fundamental compreender essa relação econômica extrovertida, que nasce com o território nacional e continua, conforme pode-se visualizar, sequencialmente, nos mapas 7, 8 e 9 a seguir.

A estruturação logística das ferrovias, que fazem o escoamento da produção, na região onde ocorreram os projetos pioneiros, nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e em seguida, o PRODECER, enquanto força impulsionadora maior ao processo de interligação ao porto de Tubarão, localizado em Vitória no Espírito Santo e de lá para na Ilha de Kyushu no Japão (Mapa 6), possuirá estruturas semelhantes. Pessoa (1988), em concordância com a Comissão Pastoral da Terra, (CPT/MG. 1985 p. 9 - 10)³⁷, acrescenta que “Southwest Atlantic Port-Porto do Atlântico Sudoeste (SWAP), será a grande boca, onde os japoneses ou as grandes companhias de comercialização de alimentos” (principalmente soja, milho e sorgo) do mundo, “vão sugar os alimentos brasileiros” (PESSÔA, 1988, p. 118) e/ou a *renda da terra*, conforme Marx (2008).

Mapa 7 - Porto de Grão de Swap – Porto do Atlântico Sudoeste

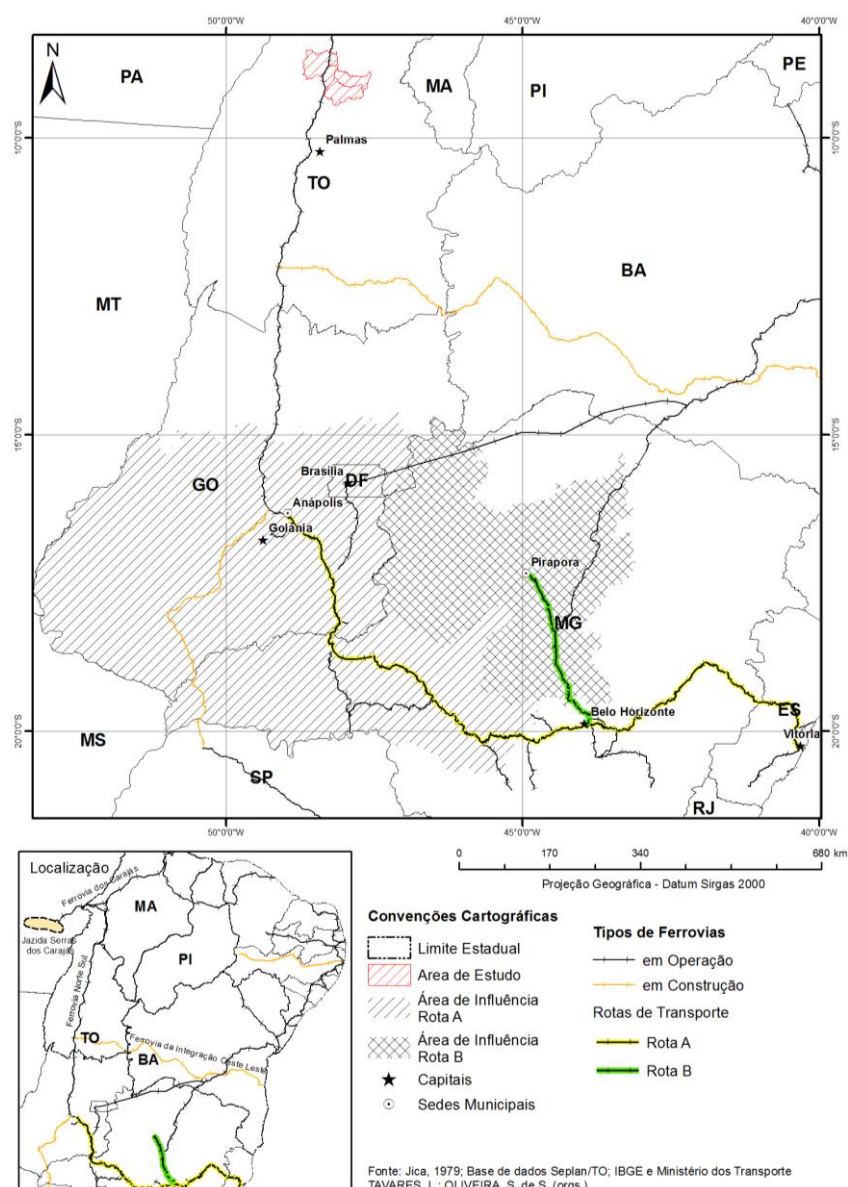


Fonte: Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais (CPT/MG). **Para onde vão nossos alimentos?** Invasão do Cerrado brasileiro. Belo Horizonte, SEGRAC, 1985, 39 p.
Adaptação: Tavares e Oliveira (2016).

³⁷ Para maiores detalhes ver: Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais (CPT/MG). **Para onde vão nossos alimentos?** Invasão do cerrado brasileiro. Belo Horizonte, SEGRAC, 1985, 39 p.

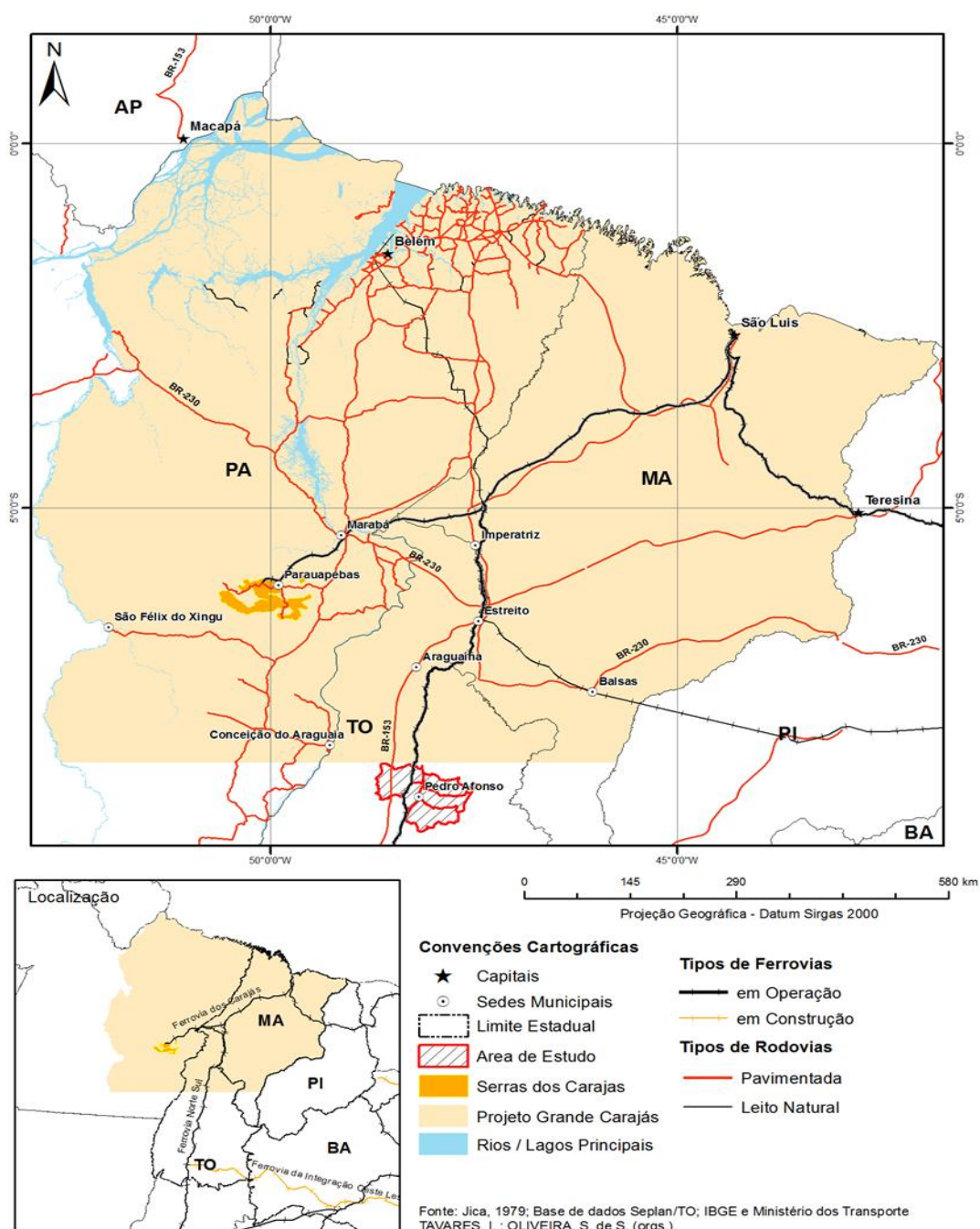
Conforme as informações desenhadas no mapa 7, quanto às intenções do capital japonês no Brasil, entende-se hoje, com maior clareza, que os trechos de ferrovias, que serviram à dinâmica dos investimentos no PRODECER I, atualmente já se ramificaram bastante. Nesse caso, as ferrovias obedeciam à logística do referido projeto ao porto de Tubarão em Vitória (ES,) verificado nas rotas A e B, respectivamente (Mapa 7). Decorridos seis anos da elaboração do relatório de implantação do PRODECER I, é projetada a construção da Ferrovia Norte-Sul, que intenciona interligar o Distrito Federal, como parte dessa Região, ao município de Açailândia ao Sul do Maranhão, e desse ponto, conectar a ferrovia Carajás.

Mapa 8 - área do PRODECER I e Rotas de Transporte - 1979



Fonte: Tavares; Oliveira (2016).

Mapa 9 - Área do PRODECER e Projeto Grande Carajás



Fonte: Companhia Vale do Rio Doce. Organização: Tavares; Oliveira (2016).

Esse projeto é executado pela CVRD e cita como vantagem “o maior aproveitamento dos navios de grande porte no porto de grãos denominado Southwest Atlantic Port-Porto do Atlântico Sudoeste (SWAP)” (PESSÔA, 1988, p. 118).

De um modo geral, fica evidente que o espírito que norteia a territorialização da agricultura empresarial na região do Cerrado, conforme delineamento dos

autores que toma-se por base, é sem dúvida, o usufruto sem os devidos cuidados com os impactos negativos à população e ao meio ambiente.

Acrescenta-se, a propósito, da própria elaboração do Plano de execução do PRODECER, que a escolha da área e os produtos a serem plantados, não teve a participação do governo brasileiro, ficando, assim, destinado a cargo dos objetivos japoneses. Além dessas “vantagens” alcançadas no Projeto, outras também imperaram e operaram para assegurar a eficiência, quais sejam: o tamanho da área, a qual deveria ser de grande extensão e as condições qualitativas necessárias, com garantia de preços baixos, para assegurar a competição no mercado internacional (PESSÔA, 1988). Destaca-se, nessas exigências projetadas, o tamanho das propriedades que deveriam ser grandes. Também, concomitantemente, exigiu-se:

a criação de propriedades de pequeno porte, onde as mesmas devem funcionar em sistema de operação coletiva, sob orientação técnica e o apoio seguro por parte das autoridades; e, por último criar medidas fiscais relativas à aquisição de terras e créditos e implantação de cooperativas agrícolas (PESSÔA, 1988, p.121).

Fica evidente, que a implantação do Projeto prima por uma mentalidade, de que inexistia qualquer organização prévia, ou seja, inexistia habitantes camponeses, de modo geral (agricultura de autosustentação, população quilombolas, pescadores, latifúndio tradicional, etc.) e indígenas. Fator que desconsidera todo o sistema policultor, estabelecido há muitos anos nessas terras, e que, de um momento para o outro, se vê o desmanche de um território e conhecimento, relacionado ao minifúndio e latifúndio, para implantação do espírito empresarial, como exigência “eficaz”, para o empreendimento e/ou numa palavra, “aptidão”, palavra que perpassa as fases do PRODECER, como critério de escolha dos colonizadores, proveniente de outras regiões do país, treinada ao uso de tecnologias agrícola.

No sentido em que se coloca, Silva (1982, p. 30) traz um alerta para os perigos que a modernização pode trazer. Inclui-se, nessa toada, na década de 1960, os países da Ásia, principalmente:

novas variedades de arroz, milho e trigo – altamente produtivas – não só eliminaram a fome e a pobreza das regiões em que foram introduzidas, como também, pelo contrário, acentuaram as disparidades de renda, provocaram a reconcentração das propriedades e aumentaram os índices de desemprego.

Essa transcrição ajuda a entender que a introdução das inovações técnicas no campo é sempre acompanhada por um saldo muito maior de impactos negativos,

do que positivos, especialmente para aqueles que usam a terra como instrumento de trabalho. Esses últimos, como participantes diretos - produtores de alimentos, para a população urbana e “para si” –, no que concerne a divisão social do trabalho, por falta de políticas agrícola que os valorize, enquanto produtores dos gêneros de primeira necessidade, são condicionados a vender, cada vez mais, a baixos custos para dar sustentação a uma minoria burguesa, que vive na cidade. Em síntese, não existe para esses, a política de proteção, da mesma forma que existe para os que produzem em escala de exportação.

Volta-se à compreensão exigida aos empreendedores do PRODECER, no que concerne ao acordo de implantação do projeto, em consonância com Pessoa (1988), os quais enfatizam que o Acordo de operacionalização foi ajustado entre as empresas Companhia Brasileira de Promoção Agrícola (CAMPO), Banco Central e JICA e, ao mesmo tempo, foi lançado o Projeto Piloto, numa área de 50.000 hectares, localizada no estado de Minas Gerais, com plantio de soja, sorgo e milho, principalmente com abertura para o plantio de café e eucalipto.

Quanto à operacionalização, foram assentados 40 agricultores individualizados nos lotes de 500 hectares cada. Foram assentadas, também, duas companhias agropecuárias, com área de plantio de 10.000 hectares cada, sob a supervisão da CAMPO. Os 10.000 hectares restantes ficaram sob a propriedade da CAMPO, cujo uso ficou dividido em 3.000 hectares para experimento e demonstração e 7.000 hectares, a serem usados, também, como experimento ou em outra atividade/finalidade que se ajuste ao projeto, segundo Pessoa (1988) e JICA (1979).

Com relação aos recursos financeiros³⁸, esses eram repassados de tempo em tempo, provenientes do lado japonês, em sintonia com os pedidos da CAMPO. Na mesma sequência lógica, foram enviados os recursos, por parte da República Federativa do Brasil, para o Projeto Piloto.

Para a empresa CAMPO, os recursos recebidos vieram da Companhia holding japonesa e brasileira para o Projeto Piloto, observando que a verba estrangeira, proveniente da holding estrangeira, que teria que passar pelo Banco Central, para fins de registro, em conformidade com a Lei nº 4131/62, modificada

³⁸ Os recursos, para financiamento do projeto, vieram do governo japonês, da *Japan International Cooperation Agency* (JICA) e de bancos privados japoneses (*LongTerm, Credit Bank* – líder no processo). Distinguem-se, no empreendimento, quem investiu em que: os projetos pilotos, segundo Osada (1999), foram financiados pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA), já o projeto em expansão, foi financiado pelo *Overseas Economic Cooperation Found* (OECF).

pela Lei 4390/64. Aos produtores participantes do projeto, coube o correspondente a 10% do financiamento recebido, como contrapartida para liberação do financiamento.

Quanto às atribuições do Banco Central e da CAMPO, de acordo com Pêssoa (1988), em conformidade com JICA (1979): a CAMPO atua na elaboração de planos e promove ações/atividade de produção no Projeto Piloto, já Banco Central atua junto à CAMPO e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), no sentido de estabelecer programas e, por meio desses, os agricultores podem ser providos financeiramente e, assim, podem atender suas necessidades laborais, entre outros. Tudo isso mediante aprovação do Conselho Monetário Nacional da República Federativa do Brasil.

Com relação ao Programa Especial, foram admitidos os seguintes pontos para créditos em curto prazo, para aquisição de terra, empréstimos para manutenção das famílias dos agricultores até consolidação de suas receitas, empréstimos para a complementação na atividade agrícola; empréstimos para infraestrutura coletiva, no caso (água, estradas, moradias, armazenagem e outros) (PÊSSOA, 1988; JICA, 1979).

Dado as atribuições de cada órgão³⁹, criado para implantação e funcionamento geral do projeto mencionado, salienta-se o previsto no planejamento, que os mesmos não priorizem individualmente à sua função, mas sim a integração, tendo em vista o sucesso do empreendimento, previsto no acordo e nos objetivos (PÊSSOA, 1988) (JICA, 1979).

Outrossim, transcorriam os trâmites gerais para o planejamento e implantação do PRODECER e acirravam-se, também, os posicionamentos contrários ao processo de territorialização da agricultura no Cerrado. Nesse sentido, se manifesta a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Federação de Trabalhadores da Agricultura de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI), para investigação da relação brasileira com o Japão e consequente desmatamento de 60 milhões de hectares de Cerrado, dos estados de Goiás e Minas Gerais, de acordo com Pessôa (1988).

³⁹ Os quais são: JICA, Banco Central, CAMPO, BDMG, principalmente.

Do ponto de vista dos prejuízos, foram relatados nos documentos elaborados pela CPI: expropriação da população camponesa, aumento considerável do contingente de bóias-frias. A autora chama atenção, para a participação do IPEA, ao demonstrar, por meio de suas pesquisas que:

com gastos infinitamente menores e com a participação apenas de brasileiros, absorvendo toda a mão-de-obra ociosa da região Centro-Oeste e ocupando menos de 1/3 do projeto, ou seja, 20 milhões de ha, o Brasil seria capaz de produzir o combustível consumido no país, através do plantio de cana-de-açúcar, eucalipto, mandioca, babaçu e mamona e a ainda superaria a necessidade de importação de alimentos básicos como milho, arroz, carne leite, manteiga que em 1979, causou uma despesa de um milhão e 500 milhões de dólares nas importações. [...] Entretanto, os técnicos do IPEA que elaboraram o estudo sobre o projeto foram demitidos de seus cargos (PESSÔA, 1988, p.127).

Manifestações sindicais críticas ao projeto foram incisivas. Registra-se vários posicionamentos contrários, com relação à falta de visão global, no sentido da inclusão do contingente de mão-de-obra, dado o uso intenso de maquinários agrícola, uma vez que o planejamento do projeto não foi feito em conformidade com a equipe e a população local, a produção foi/é destinada exclusivamente para exportação, exigências de grandes propriedades, que resultam na concentração da terra. Dito de outra forma, a terra no Brasil sempre foi concentrada e nessa situação do avanço do capital no Cerrado, se torna ainda mais, no que convencionase chamar de *metamorfose do latifúndio*, potencializado por novos aparatos de exploração, voltados para o atendimento do mercado externo.

Figura, também, como característica dos grandes empreendimentos, o caráter celetista dos beneficiários convidados a fazer parte do quadro. Conforme Pessôa (1988), ao recorrer a documentos do Banco Central (1979, p. 3), os beneficiários foram selecionados pela CAMPO, sendo essas pessoas físicas ou jurídicas, que satisfaçam os seguintes requisitos exigidos: que tenham na agropecuária sua atividade principal; no caso de pessoas jurídicas, deveria instalar-se na propriedade rural ou no município, onde está se localiza o Projeto; que sejam receptivos e acatem a metodologia da assistência, entre outros e quanto às cooperativas de produtores rurais, essas deveriam estar legalmente constituídas e inscritas no INCRA.

Diante de tais atribuições e exigências, fica bastante evidente a exclusão aos demais beneficiários interessados, desprovidos de tais características. Em

outras palavras, trata-se de um projeto totalmente para a agricultura empresarial e nenhum vínculo social.

Foram levantadas outras justificativas, exaltando a real necessidade do Programa de Cooperação Brasil–Japão: do lado brasileiro, fica evidente, enquanto projeto político de ocupar e “desenvolver” a Região Centro-Oeste, além de se transformar em grande exportadora de produção alimentício e do lado japonês, um dos objetivos foi e ainda continua sendo, o de suprir sua necessidade de abastecimento de soja, milho e sorgo, essencial à sua dieta e também poder exportar para outros países do mundo. Além desse propósito, o Japão intenciona-se, conforme já comentado, abrir espaço para exploração do mercado interno, por meio de vários ramos industriais.

3.3 O PRODECER II

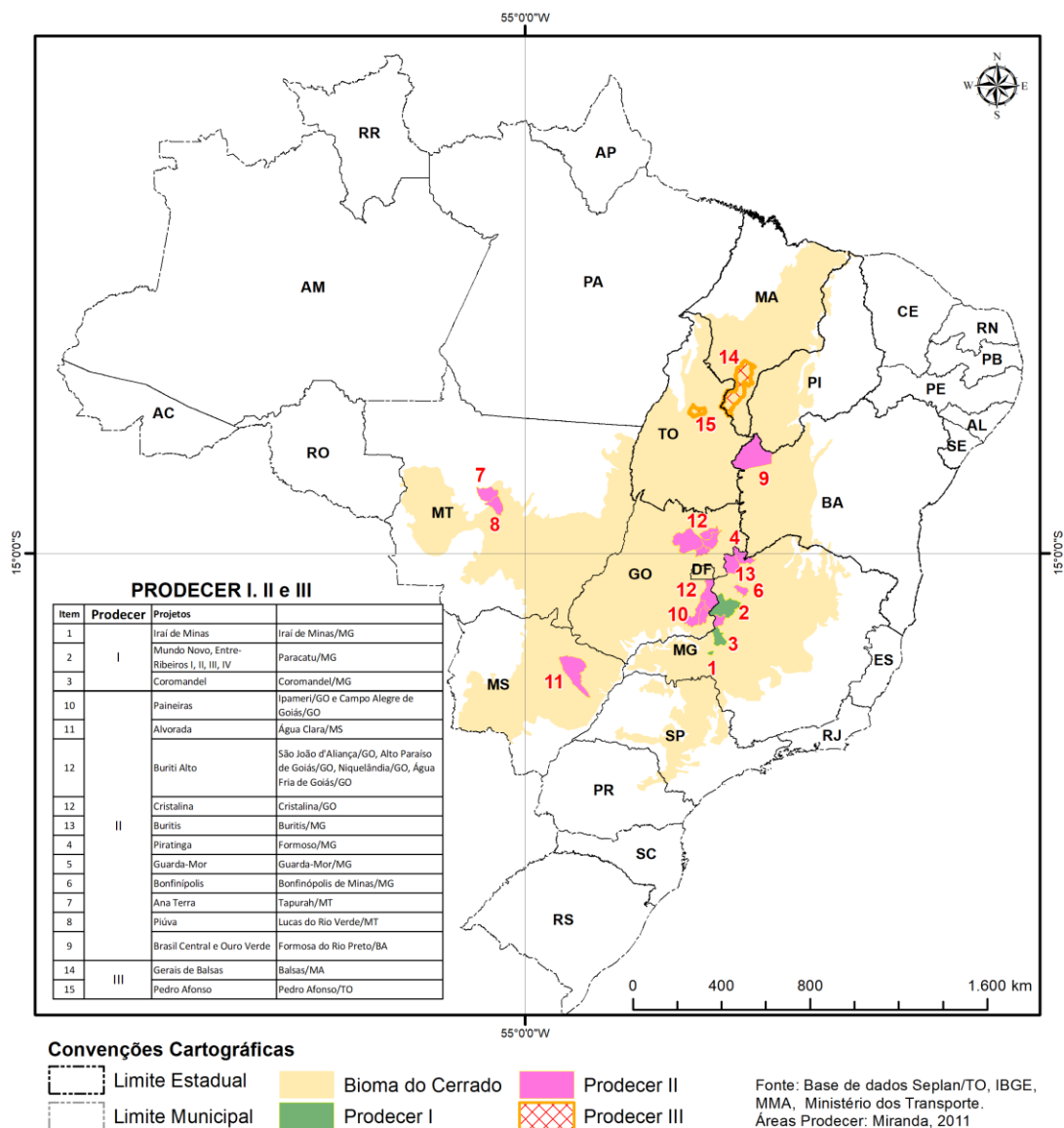
A metodologia de implantação da Fase I do PRODECER, foi aplicada também nas Fases II e III (Mapa 10), com alguns ajustes e adaptações, tendo em vistas as peculiaridades locais e cumprimento dos objetivos. O PRODECER II, segundo Orioli e Camargo (2000, p. 32) faziam/fez parte do projeto-piloto nos estados de “Mato Grosso e Bahia com área de 66.749ha e um projeto de expansão nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, com área de 138.936 ha”. Foram incorporados, nesta segunda fase, um total de 205.685 hectares e investimento, acima de US\$ 375 milhões.

Nessa fase do projeto, os recursos financeiros foram repassados aos produtores, por meio dos agentes financeiros: “Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Banco do Estado do Mato Grosso (BEMAT), Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (BASENBANCO) e o BDMG” (INOCÊNCIO, 2010, p. 95–96).

Com relação aos resultados, os autores Orioli e Camargo (2000), pesquisadores diretamente relacionados com o empreendimento, afirmam que a segunda fase, assim como a primeira, teve resultados superiores em relação às metas estabelecidas, em termos de produção e produtividade agrícola nas áreas incorporadas. O legado de tudo isso, afirma-se, responde pela expansão da fronteira agrícola, pelo aumento da produção de commodities e pela inserção no circuito mundial, prioridade para os médios e grandes proprietários e organização

cooperativista, ruptura com o sistema produtivo ao estabelecido de base camponesa. Desta feita, assume também, como característica importante, a longa duração, iniciando no ano de 1980 e finalizando em 2001.

Mapa 10 - localização do PRODECER fases I, II e III



Fonte: Adaptação: Tavares e Oliveira (2016).

Assim, “a ordem dominante precisa aplicar para si mesma critérios radicalmente diferentes dos aplicados àqueles que devem ser mantidos em sua posição subordinada” (MÉSZÁROS, 2004. p. 60). Assim tem sido reforçado o sentido Ideológico, como forma de amenizar os ânimos das resistências ao Projeto Cerrado, como é conhecido, foi o que não faltou durante sua execução, além de

interesses paralelos, por meio da “venda de máquinas, insumos” (INOCÊNCIO, 2010, p. 86). Coloca-se como exemplo, o uso intenso do fertilizante fosfatado yoorin produzido pela Mitsui & Co., Ltda, da empresa japonesa, que se instalou no país, em Minas Gerais, no ano de 1966. O yoorin é um micronutriente bastante requisitado, como complemento de adubação, especialmente nos solos do Cerrado (INOCÊNCIO, 2010).

Segundo Inocêncio (2010, p. 86), esse fato “confirma a tese de que o projeto priorizou os interesses internacionais e favoreceu o mercado externo em detrimento do consumo nacional”.

3.4 O PRODECER III

Vale ressaltar, conforme Pessoa (1988) e Inocêncio (2010), que a soma de experiências da agricultura no Cerrado, anterior ao PRODECER (PCI, PADAP, POLOCENTRO), foram primordiais para a consolidação dos projetos seguintes, ao longo dos mais de trinta anos de sua duração. Não se deve estabelecer por esquecido, também, a participação do governo, por meio dos subsídios e infraestrutura.

A Fase III do PRODECER foi implantada no estado do Tocantins, no município de Pedro Afonso e estado do Maranhão, região dos Gerais de Balsas. Em Pedro Afonso, esse Programa foi aplicado, mediante metodologia semelhante às fases anteriores, com a co-participação de recurso financeiro japonês e brasileiro. Segundo Silva (2010, p. 7) e Inocêncio (2010, p. 95), nessa última etapa do programa, “60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil (30% do Tesouro Federal e 10% dos agentes financeiros privados). O total de recursos previstos era da ordem de 140 milhões de reais para o Maranhão e Tocantins”. É fundamental analisar que esses percentuais foram alterados, ao longo das três etapas do PRODECER.

Também informa Rodrigues (2009), segundo transcrição dos dados organizados na tabela 1, em relação as vultosas somas para todas as etapas.

Tabela 1 - projetos executados com recursos do PRODECER, de 1978-2005

Estado	Área Total (ha)	Investimento (US\$)	Família beneficiadas	Investimento por colono (US\$)	Fases do PRODECER
Minas Gerais	151.250	239.000.000	270	885.185	I e II
Mato Grosso do Sul	22.000	26.000.000	56	464.285	
Mato Grosso	35.320	50.000.000	79	632.911	II
Goiás	30.000	50.000.000	85	235.558	II
Bahia	31.430	67.000.000	86	779.069	II
Tocantins	40.000	69.000.000	41	1.725.000	III
Maranhão	40.000	69.000.000	40	1.725.000	III
Total	350.000	570.000.000	657	867.579	

Fonte: Rodrigues, Vasconcelos e Barbieiro (2009).

Em Tocantins, a soma dos investimentos foi da ordem de 69.000.000 milhões de dólares, com um número de beneficiados de 40 famílias, as quais individualmente receberam 1.725.000. As instituições financeiras, que atuaram no repasse dos recursos⁴⁰ aos investidores, na Fase III foram: Banco do Nordeste do Brasil S/A (BANORD) e Banco do Brasil (BB) (INOCÊNCIO, 2010). Se dividíssemos 40 mil hectares em 28 famílias, teremos 1.428 famílias assentadas, que além de produzir alimento, gerariam um número considerável de empregos, sem dúvida superior a atividade da monocultura.

Conforme informações publicadas por Inocência (2010), com relação a fixação das taxas de juros, previstas no planejamento, por parte do governo japonês foi de 3% ao ano, com cinco anos de carência e vinte anos para pagar. Já o Banco Central, repassou aos produtores (PRODECER II), a taxas mais elevadas. O Brasil recebeu dinheiro a juros de 2,5% e repassou ao produtor a 29%. Essa situação desencadeou o endividamento, a ponto de que “a soma dos bens materiais da propriedade adquirida, via financiamento, não ser capaz de cobrir a dívida junto à instituição bancária” (INOCÊNCIO, 2010, p. 95).

Tanto Inocência (2010), quanto Pessoa (1989), compartilham da ideia de que a instabilidade econômica, acompanhada de sucessivos planos governamentais endereçados à estabilização da economia foi, segundo as autoras, o grande responsável pela falência no campo e outros ramos relacionados mais diretamente a

⁴⁰ Conforme foi mencionado, no PRODECER I, os recursos eram repassados pelo Banco Central às instituições locais (bancos cooperativas) e destas para os investidores mediante plano estabelecido em etapas.

essa atividade. Foram marcados por sucessivas crises econômicas⁴¹, oriundas da própria contradição capitalista extensivas aos camponeses e trabalhadores da cidade, principalmente.

É valioso considerar, segundo Inocêncio (2010), com base no relatório oficial (BRASIL, 2002), que ao longo das fases do PRODECER, algumas alterações tiveram que ser admitidas com relação ao processo de financiamentos. Nesse sentido, houve dois tipos de financiamentos: os que recebiam recursos repassados do “Fundo de Investimento e Financiamento, diretamente do Banco Central do Brasil com juros mais baixos, PRODECER piloto” e o outro que vinha da instituição Japanese Bank for International Cooperation, JBIC (ex – OECF, Formes Overseas Economic Cooperation Fund), “que provinham do fundo de financiamento para Projetos em Geral e foram emprestados ao Banco Central do Brasil pela JADECO, em condições favoráveis” (INOCÊNCIO, 2010, p. 96).

No PRODECER III, a mediação financeira era realizada pelo Ministério da Fazenda e os recursos eram provenientes da JICA, nos termos de condições favoráveis aos investidores. O financiamento integrado contemplava no mesmo grupo: crédito fundiário, custeio e investimento. Com relação aos prazos para o

⁴¹ A partir de 1980, foram implantados alguns planos econômicos: o primeiro deles, foi o “**Plano Cruzado**, [...] de 1986, que trocou o cruzeiro, então moeda oficial, pelo cruzado. [...] no governo então presidente José Sarney (PMDB)”. A principal característica desse plano “foi o congelamento de preços. Alimentos, combustíveis, produtos de limpeza, serviços e até o dólar tiveram os preços tabelado pelo governo”; o **Plano Bresser** foi lançado em 1987, também no Governo Sarney. É anunciado “o novo congelamento de preços, dessa vez com validade de três meses. Extingue o gatilho, criado no Cruzado, aumentava os salários sempre que a inflação chegasse a 20%. Desvaloriza, de imediato, a taxa de câmbio em 10%, com o objetivo de aumentar as exportações e obter receita em dólares, essenciais após a moratória da dívida externa, anunciada naquele ano. O pacote previa ainda um corte no déficit público, que representava redução de despesas que não foi adiante. Sem respaldo, o então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira deixa o Ministério da Fazenda em Dezembro, com a inflação em 363%. Ainda no Governo Sarney, acontece o **Plano Verão**, lançado em 1989 que “também eleva a taxas de juros e propõe corte de gastos do governo. [...] Aos poucos, os preços são descongelados e a inflação alcança 1.972% ao fim do ano”; o **Plano Collor1**, lançado em 1990, no Governo de mesmo nome cujo partido era o PRN. “A moeda troca de nome e volta a se chamar cruzeiro, dessa vez sem corte de zeros. A principal marca de plano foi o “confisco” das poupanças, contas correntes e outros ativos financeiros. No **Plano Collor 2** lançado em 1991 anuncia congelamento de preços e contenção de salários. Buscaria. Buscaria ainda medidas para incentivar a produção, afetada no Collor 1. [...] menos de um mês depois, empresários e trabalhadores já demonstram insatisfação. Sem apoio político, governo não consegue levar adiante plano e inflação chega ao fim do ano em 472%, com a economia em rota de recessão”; **Plano Real** lançado em 1994. O diagnóstico do plano é o mesmo que embasou o Plano Cruzado, de que a raiz da inflação brasileira era inercial. Isto é, os reajustes tentavam recompor as perdas da inflação passada, criando uma espiral de aumentos. “[...] O alinhamento dos preços evitou o movimento de recomposição de perdas e derrubou a inflação já no primeiro mês. O consumo foi contido com políticas de restrição ao crédito e, com a economia já mais aberta, importados supriram parte do mercado. Sem congelamento de ou choques, o plano foi considerado exitoso à época [...]”. (Grifo do autor). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1477505-pais-teve-varios-planos-economicos-para-controlar-a-inflacao-conheca.shtml> Acesso em 15/12/16.

financiamento, giravam em torno de 12, 15, e 20 anos. Acerca do crédito fundiário, o mutuário teria até 20 anos para pagar e carência de 06 anos; para o custeio o prazo era de 01 a 03 anos e “adiantamento de 80% a 100% do valor” (INOCÊNCIO, 2010, p. 97). Com tantos incentivos, comprova-se a mobilização de investidores, principalmente do Sul e Sudeste do país, para a localidade do projeto, em sua maioria escolhidos, segundo a “aptidão” para a agricultura empresarial ou requisitos de exclusão, conforme mencionado na fase I.

Com pouca diferença em relação às fases anteriores do Projeto Cerrado, em Pedro Afonso, os colonos, para ingressar no agronegócio ou serem escolhidos, teriam que dispor de 10% do total do financiamento, diferente das outras etapas, que foi de 20%. Como o financiamento foi de 700 mil dólares, a contrapartida foi de 70 mil dólares. Seguindo a lista de “aptidão”, o interessado deveria ser brasileiro, não ser proprietário de terra, possuir espírito associativo, residir no lote (gleba) ou no município sede do projeto, ser a agricultura sua atividade principal e possui informações cadastrais satisfatórias (INOCÊNCIO, 2010).

Com relação às taxas de juros, essas sofreram muitas modificações, segundo as mudanças constantes dos Planos Econômicos, que em parte explica a incidência dos endividamentos. Segundo Inocêncio (2010), a inadimplência figura, também, como a falta de administração, por parte dos colonos constatada na fala de todos os seus entrevistados. Desse modo, como se explicar os critérios da considerada “aptidão” agrícola? É, nada mais, que um conjunto amplo de critérios ideológicos, voltados para o avanço do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, a exclusão de tudo e todos aqueles que não se enquadraram e ainda não se enquadram na *metamorfose do latifúndio*.

Destarte, a participação da empresa CAMPO no PRODECER pode se resumir, enquanto representante importante do poder estatal, em assistência técnica dos projetos nos três primeiros anos (definir área do projeto, selecionar os participantes dentre os quais produtores e cooperativas, elaboração de plano de administração rural, supervisão dos recursos de financiamento, administrar as empresas nos campos de demonstração, produção e distribuição de sementes (INOCÊNCIO, 2010).

Outras atribuições da empresa CAMPO, dizem respeito à construção do Plano Básico de Assentamento, o levantamento topográfico, aerofotogramétrico, planialtimétrico, pedológico, a viabilidade técnica e econômica do projeto de

irrigação e drenagem; anteprojeto do loteamento, a medição e demarcação dos lotes; engenharia do projeto de irrigação e drenagem, a topografia de irrigação e drenagem e projeto integracionista integrado, segundo Inocêncio (2010), em conformidade com Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Em sua coordenação geral, a CAMPO atuou na criação de diversos órgãos dos governos brasileiro e japonês, no sentido de melhor operacionalização, isto é, criou o departamento específico para lidar com as questões de consultoria (aplicação de recursos), biotecnologia, análise do solo, nutrição vegetal e de produção. Ressalta-se, que após esse elenco de atribuições, a referida empresa delega, depois de três anos de sua participação administrativa, às cooperativas a continuidade de empreendimento (INOCÊNCIO, 2010).

Em Pedro Afonso, atualmente, funciona a Cooperativa Agrícola de mesmo nome (COAPA)⁴². A princípio, a cooperativa selecionada para organização do PRODECER III, foi a Cooperativa Agropecuária Mista de São João Ltda (COOPERSAN), após ter sido avaliada pela empresa CAMPO, Ministério da Agricultura e Banco do Brasil responsável pela parte de cadastramento. Dado que essa cooperativa entrou em dificuldade financeira e, conseqüentemente, os produtores e instituições bancárias, culminando em sua liquidação, com isso, os produtores se reuniram em associação e, posteriormente, criaram a COAPA.

Por meio da CAMPO, veio o apoio técnico e financeiro da JICA, que viabilizou a contratação da empresa ARA & Consultores Associados, para atuar na estrutura organizacional no ano de 2000 (COAPA, 2013)⁴³. Atua, também, nesse processo, o reforço do poder do Estado, por meio de decreto:

a estrutura de armazenagem existente em Pedro Afonso e que atendia aos produtores de grãos como sendo de utilidade pública, para fins de desapropriação. Depois de ter emitido o termo de posse, em Abril de 2000, a coapa passou a administrar e operacionalizar a estrutura (COAPA, 2013).

Evidencia-se, dessa forma, o subsídio estatal nas mais variadas circunstâncias, junto ao setor privado da economia. Atualmente, a COAPA mantém parceria com a CAMPO (promoção de negócios na atividade integração lavoura-

⁴² O nome considerado oficial é Cooperativa Agroindustrial de Pedro Afonso (COAPA), mas aparece também com a denominação: "Cooperativa Agrícola de Pedro Afonso" em Inocêncio (2010, p. 105) em "PROJETOS de colonização". Disponível em <<http://www.campo.com.br/grupo>> Acesso em 23/07/2015.

⁴³ Cooperativa Agroindustrial de Pedro Afonso (COAPA). Disponível em <<http://www.coapa.coop.br/site/pagina.asp?pagina=Hist%F3ria>> Acesso em 23/07/2015.

pecuária), com a EMBRAPA, ADAPEC, SEAGRO, Organização das Cooperativas (OCB/SESCOOP)⁴⁴, SEBRAE, Sindicato Rural de Pedro Afonso e Região e outras instituições públicas e privadas. Abre outros leques de relações, como exemplo, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagem Vazias (inPEV)⁴⁵.

Em fase experimental, existe a Rede de Multiplicação e Transferência de Manivas-sementes de Mandioca, com Qualidade Genética e Fitossanitária (PROJETO RENIVA) e Produção Integrada de Frutas (PIF) – banana, maracujá, mamão, manga, abacaxi, café, goiaba caju e citros e parceria estratégicas, em áreas de interesse dos cooperados com RURALTINS. Dado o tempo de implantação do PRODECER III, é revelador que tais iniciativas, ditas importantes para solucionar a produção de alimentos, revelam a valorização da produção de commodities em detrimento segurança alimentar.

De acordo com informação da funcionária da COAPA à pesquisa, a Cooperativa conta com 232 cooperados e 50 “colaboradores”, 10 a menos do que em 2013. A terminologia “colaborador”, é apenas mais uma palavra da moda, que se intenciona suavizar as relações trabalhistas de exploração, presente hoje em vários seguimentos de trabalho assalariado.

Retomando o itinerário de compreensão do que significaram/significam as ações do PRODECER III para o município de Pedro Afonso e área de influência, há que considerarmos em primeira mão a *metamorfose do latifúndio*. Mas para termos clareza da continuidade dessa grande transformação é preciso, buscar nas determinações do que estamos chamando metamorfose latifundista. Uma visão estrutural em que se moveu o agronegócio Brasil/Japão encontra se respaldo nas ações da CAMPO, conforme já comentado, nas cooperativas e financiamentos via instituições bancárias.

Dados esses, que proporcionam a dimensão do quanto essa porção do estado do Tocantins foi, de um momento para o outro, atingida por novos agentes “produtivos”, jamais vistos, e certamente, com a mesma rapidez tem se inserido no mundo globalizado.

⁴⁴ Foi criada pela Medida Provisória (MP) 1.715, de 03 de Setembro de 1998, para viabilizar a autogestão do Cooperativismo Brasileiro. Regulamentado pelo Decreto 3.017, de 06 de Abril de 1999: “No Estado do Tocantins foi implantado em 30 de Setembro de 1999 o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP/TO). Disponível em: <<http://www.ocbto.coop.br/conteudo>> Acesso em 23/12/2016.

⁴⁵ Entidade sem fins lucrativos, criada em 2001, para atender as determinações da Lei 9974/00, em vigor desde Março de 2002.

No item seguinte, julgou-se oportuno recuar um pouco mais à história de organização territorial do Estado. Enumerou-se, portanto, outros elementos relativos às primeiras frentes de ocupação do Cerrado. Apesar de trazer caráter mais pontual, foram atividades que já apontavam para o espraiamento de outros usos do território, para além do cultivo do arroz irrigado e plantio de capim no Cerrado, tentativas essas, que também envolveram o poder público e privado e que se metamorfoseia em outros tipos de áreas de plantio, no seu exemplo mais emblemático, a soja, nos dias hoje.

3.5 O PROJETO RIO FORMOSO E A MEDIAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA PRODUÇÃO DE ARROZ E SEMENTE DE SOJA

Na política de integração nacional e no padrão de infraestrutura por ela estabelecido, conforme mencionado no item anterior, assentam-se as bases para a continuidade das ações que se desenvolvem na agricultura empresarial, conjuntamente com a difusão do salto tecnológico para o setor: “A intensificação da produção e da produtividade está intrinsecamente relacionadas aos interesses do capital. Exemplo disto é a segunda metade do século XX – um marco no processo de ocupação e apropriação do Cerrado goiano” (MENDONÇA, 2010, p. 4).

A referência do autor ao território goiano é extensiva ao Cerrado tocantinense, do território quase como um todo, cada um em seu momento historicamente dado, na escala de relações das unidades federativas. A participação do poder público não deixou a desejar, ao que foi abordado anteriormente: parceria público/privado⁴⁶ para viabilizar a produção.

Em uma breve referência ao Centro-Oeste, não isenta-se o estado do Tocantins das demais unidades federativas, do ponto de vista de sua localização. Todavia, apresenta as seguintes ponderações: região construída em uma “área de ocupação” “periférica recente”, “o meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2001, p. 271), que essa região está sobre um ambiente bastante natural, onde a inter-relação era bastante rarefeita. É sobre esse território, de herança um tanto quanto rarefeita, que se assenta ou é construído “o mundo da informação da

⁴⁶ Sobre a temática “Estado em defesa da classe dominante”, serviu de base os autores Marx e Engels (1998).

televisão e de uma rede de cidades assentada sobre uma produção agrícola moderna e suas necessidades relacionais” (SANTOS, 2001, p. 271).

Mendonça (2010, p. 6), e outros autores, auxiliam na compreensão de que “a rearrumação espacial se efetivou a partir da desagregação dos tradicionais ocupantes de terras que, em sua maioria, se dedicavam à atividade da pecuária extensiva, ao arroz de sequeiro e irrigado”. Essa reflexão também se amplia, fortemente, em Thomaz Junior (2010, p. 215), com base em Mészáros: “Desenvolvimento Destrutivo das Forças Produtivas e a Nova Geografia da Produção de Alimentos”. Como visto, o tema já explicita a necessidade de mudança do foco do desenvolvimento, uma vez que:

[...] a geografia do modelo de desenvolvimento agrário brasileiro inegavelmente está condenando as florestas nativas, as comunidades tradicionais, as nascentes, os camponeses, os solos, e de modo geral toda a sociedade a vivenciar a inconstância dos altos e baixos dos preços dos alimentos, a impraticabilidade da segurança alimentar – e o pior, o aumento das fileiras dos famintos e contaminados (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 215).

A expansão territorial da produção privada, em consonância com o poder público e privado, estão sempre na base organizacional dos referidos processos transcritos e encontram um ambiente bastante favorável nas áreas onde, quase sempre, os recursos naturais são acessíveis, com relação aos preços. De acordo com Santos (2001), o preço relativamente baixo da terra nas referidas áreas do Centro-Oeste e estado do Tocantins ao norte⁴⁷, chega como um incentivo solidário do estado, acerca da infraestrutura logística.

A participação do estado dá-se, também, de forma bastante solidária, criando as condições necessárias para o acompanhamento logístico do sistema em movimento. Parte dessas ações não acontecem por contato direto, em se tratando das grandes firmas, em que os centros de comando localizam-se distantes do local das fazendas “modernas”, diríamos bastante hierarquizadas: “não havendo rugosidades materiais e organizacionais consideráveis, os novos objetos e as novas ações criam um espaço inteiramente novo e como grande participação na globalização” (SANTOS, 2001, p. 171).

No âmbito da essência do acontecer cultural, com força reconstrutora, estão latentes possíveis retomadas do território. Mendonça (2010, p.8), auxilia a compreender, no que tange a “desterritorialização dos povos cerradeiros” e a

⁴⁷ Nessa análise do autor, o estado do Tocantins aparece, ainda, incluso na região Centro-Oeste.

permanência das práticas socioculturais cerradeiras movidas pela ação política transformadora, apresentada pela luta pela terra, reforma agrária, acesso à água, permite apontar o conceito de (Re)Existência enquanto processo de permanência, modificada por ação política [...].

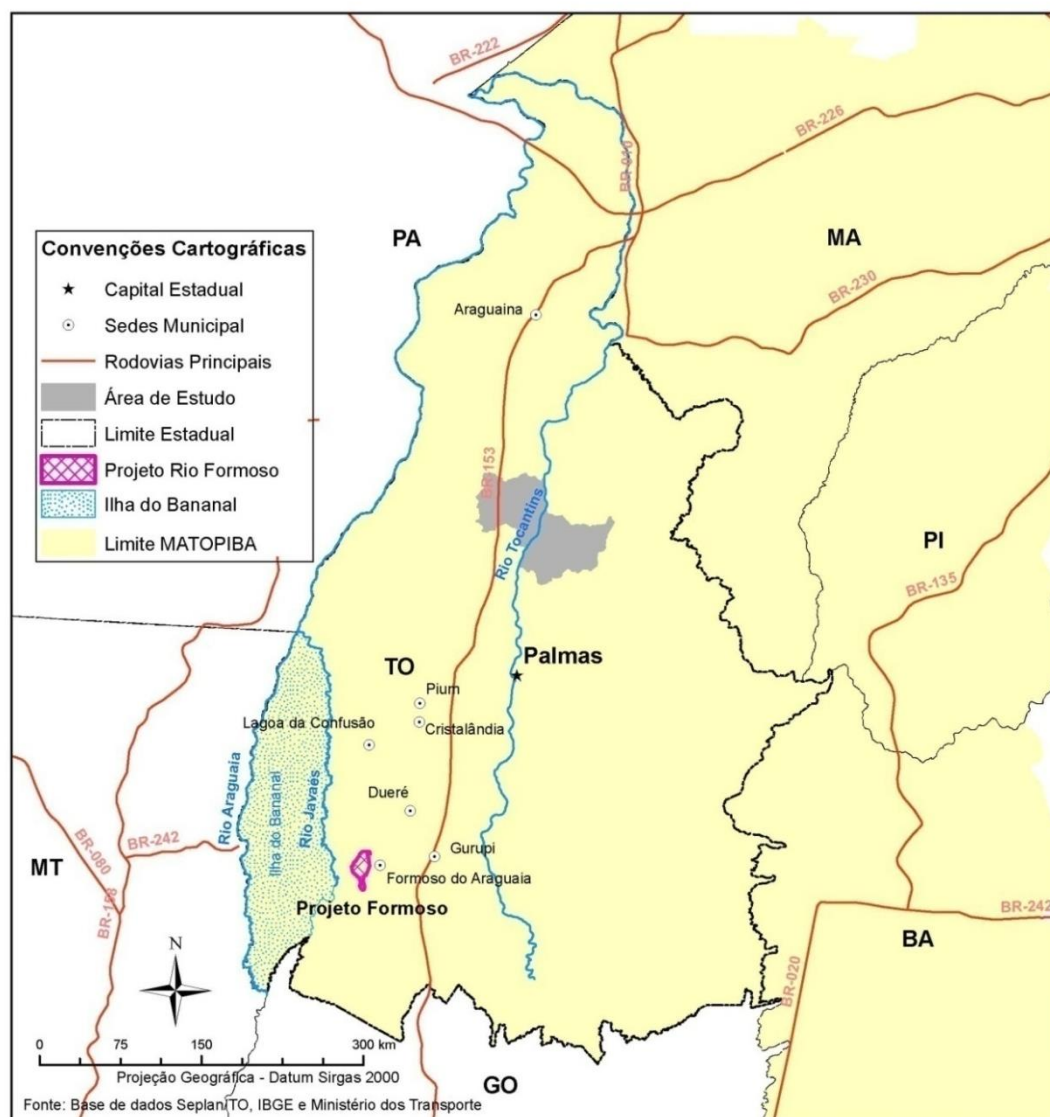
Não constitui tarefa simples, embora não impossível, a continuidade da existência ou da “(Re) Existência” nas relações entre classes referidas. A história tem dado mostras dessa dialética do “desigual e combinado”, ou melhor, da classe dominante e “dominada”. Contudo, apesar da sobreposição, ambas não se anulam, existem em dependência mútua, embora a última só obteria êxito ou liberdade por melhores condições de vida, com a destruição da centralidade da subordinação, da primeira sobre a segunda, que é a propriedade.

Dado os condicionantes introdutórios da reflexão acima, segue-se nos próximos parágrafos o caso específico das ações das políticas públicas, em conjunto com a territorialização do agronegócio em Tocantins. Antes dos anos de 1990, essa terminologia ainda não era usada, apesar do emprego de tecnologia avançada no campo, mas sempre houve outras denominações que serviram de suporte ideológico: “[...] agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na raiz, na sua lógica: a concentração de riqueza e exploração”. (FERNANDES, 2013, p. 142).

Reitera, o mesmo autor, em outra oportunidade, que: “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento” (FERNANDES, 2013, p. 143). Há, nesse sentido, a metamorfose do latifúndio sempre para fins de acumulação, que desperta, gradativamente, o movimento contrário por uma vida mais equânime no campo e na cidade.

Em função da história de formação recente do estado do Tocantins, exige-se que se busque os projetos que o estado de Goiás tinha colocado em prática nessa região, dado o período em que o norte ainda se encontrava sob jurisdição goiana, antes do ano de 1988. Digno de atenção, assim, foi e ainda continua sendo, apesar de se ter passado por retrocessos no incremento produtivo, o Projeto Rio Formoso, no Município de Formoso do Araguaia, na porção do Médio-Araguaia, a sudoeste de Tocantins (Mapa 11). Essa última referência não se usava, em função do centro de referência política administrativa ser ainda Goiás.

Mapa 11 - localização do Projeto Rio Formoso



Fonte: Base de dados SEPLAN/TO, IBGE e Ministério dos Transportes. Adaptação: Tavares e Oliveira (2016).

Segundo Barbosa (1996), o então governador de Goiás Ary Ribeiro Valadão,⁴⁸ tinha a intenção de fomentar a expansão da fronteira agrícola em Goiás. A área escolhida para tal empreendimento, foi a bacia do Médio-Araguaia que tinha, segundo estudos prévios, potencial em extensão de “cerca de 2,5 milhões de hectares” (BARBOSA, 1996, p. 29) e qualidade natural, em geral do solo. No afunilamento dos estudos, para implantação do projeto, chegou-se a inclusão de

⁴⁸ Ary Ribeiro Valadão, foi escolhido governador por Goiás, em 1978, pelo então presidente da República Ernesto Geisel e tomou posse em 1979. Governou entre essa data e o ano de 1983. Pode-se afirmar, que se localiza no topo da montanha política conservadora, que marcou o governo dos militares no país, cujos impactos negativos ainda continuam.

aproximadamente 65 mil hectares nas terras do município de Formoso do Araguaia, terrenos esses com capacidade natural de plantio de arroz irrigado, principalmente.

Em função da prioridade dispensada ao projeto pelo referido governo, Barbosa (1996) relata que, dada à vultosa soma dos investimentos calculados, não era passível dos investidores encorajarem-se de início a fazer parte com recursos “próprios”. Essa Política de favorecimento aos investidores do Projeto Rio Formoso possui raiz no passado, em que pesem os projetos para o Centro-Oeste e Norte dos Governos Militares de 1964 a 1985. Martins (2009, p. 76) evidencia que “[...] por esse meio, o governo assegurava a sobrevivência econômica e política das oligarquias fundiárias, controladoras do poder regional nos estados do Centro-Oeste e do Norte”.

Não é preciso muito esforço para lembrar que o poder público, principalmente federal, sempre subsidia o capital, ou melhor, a ele se alia e se torna mais forte para o exercício contínuo do domínio de classes, como lembra também Martins (1988, p.19), ao frisar que:

A grande empresa passou a expulsar ao mesmo tempo camponeses e índios ou jogar camponeses contra índios, como forma de se livrar dos dois. Do mesmo modo, com os incentivos fiscais, terras que estavam fora do circuito do capital e que, portanto, praticante não tinha preço, puderam ser obtidas com poucos recursos, o que permitiu a aquisição de imensas glebas pelas empresas do Sul.

A partir de Barbosa (1996), fica explícito que a atuação do estado de Goiás, como pioneiro no projeto, arca com a parte mais dispendiosa na preparação inicial do solo, para posteriormente ser entregue ao capital a extração da renda da terra. Seguramente um bem de produção, como se sabe, mais lucrativo aos investimentos privados, uma vez que maximizam lucros no mercado externo, principalmente.

Essa trama de relações entre capitalistas, com o apoio do Estado, se amplia da atividade agrícola nas terras baixas (várzeas) e, também, dos focos pontuais do plantio de arroz de sequeiro, para as terras altas do Cerrado do município de Formoso do Araguaia, para uma amplitude crescente das terras de Cerrado após 1995, munidos de um amplo aparato técnico, biotécnico, bioquímicos e vão se reproduzir em novas bases e jogos de interesses, tendo como sede o município de Pedro Afonso, com o plantio de soja e logo depois a cana-de-açúcar. De acordo Ribeiro (2016), na década de 1980, já existia alguns experimentos de soja em

Tocantins, como exemplo do município de Porto Nacional, o Próprio Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão.

As ações do poder público, no sentido mais liberal possível, desde sempre, é tem se pautado em preparar caminho para o capital maximizar lucros. Nesse sentido “ao final de cada etapa de implantação, a área correspondente seria transferida à iniciativa privada, que deveria remunerar o Estado pelos gastos efetuados quando assumisse a responsabilidade de administração dos negócios” (BARBOSA, 1996, p. 30).

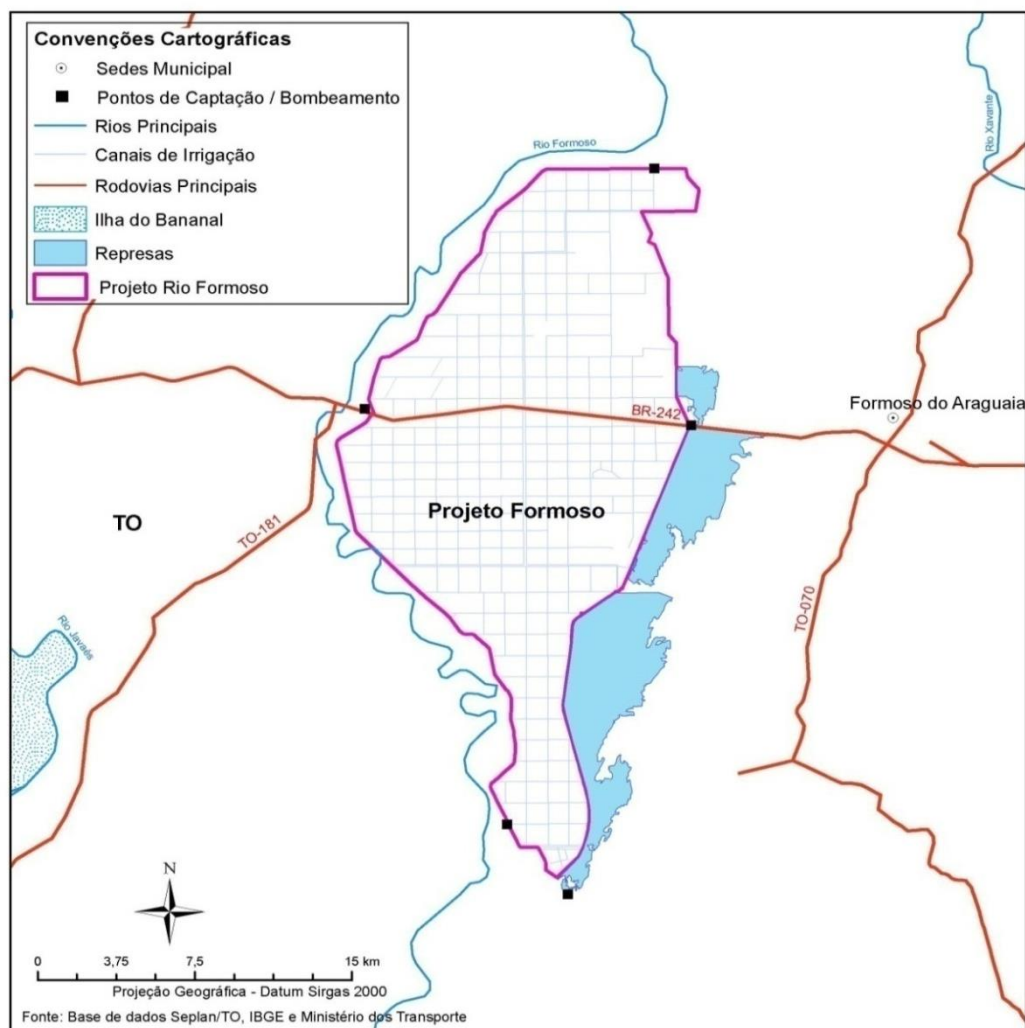
Inscribe-se, também, como característica negativa retratada pela mesma fonte, a situação de desapropriação dos donos de terras, com a condição previamente estabelecida, segundo as cláusulas, de que esses não poderiam reingressar ao projeto enquanto produtores. Nesse sentido,

o acesso às cooperativas ficou restrito a um grupo privilegiado de gaúchos, na Cooperformoso [Cooperativa Agroindustrial Rio Formoso LTDA], e a pessoas, ligadas ao governo de Goiás, familiares, amigos e padrinhos políticos que participaram da criação da Cooperjava [Cooperativa Mista Rural Vale do Javaé LTDA] e Coopergran [Cooperativa Mista Rural Lagoa Grande LTDA] na segunda e terceira etapas (BARBOSA, 1996, p. 30).

Situa-se como elementos de destaque na organização das cooperativas, em conformidade com Barbosa (1996), a organização territorial em etapas. A primeira etapa, por exemplo, foi organizada pela COOPERFORMOSO, com 4.700 hectares; a segunda pela COOPERJAVA, com 13.651 hectares e a terceira pela COOPERGRAN, com 15.854 hectares (Mapa 12).

A implantação do Projeto Rio Formoso guarda algumas semelhanças com PRODECER, em Pedro Afonso (1995), do ponto de vista da desapropriação. Porém, com relação ao tamanho da área foi mais que o dobro, já debatido em linhas anteriores. Na desapropriação das terras de propriedade particular, para efetivação do Projeto Rio Formoso, prevaleceu-se a arbitrariedade, por parte do poder público, por meio do uso de instrumento jurídico (Decreto 1.691 de 10/05/79).

Mapa 12 - Projeto Rio Formoso



Fonte: Base de dados SEPLAN/TO, IBGE e Ministério dos Transportes.

Adaptação: Tavares e Oliveira (2016).

O conteúdo previsto no referido documento, em seu artigo 1º, traz a seguinte mensagem: “Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais que especifica, situados no município de Formoso do Araguaia, e dá outras providências”, resumidamente, declara que: “ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais, de propriedade particular, situados no município de Formoso do Araguaia, neste Estado, assim descritos e caracterizado [...]”. No artigo 2º, “os imóveis do que trata o artigo anterior se destinam a implantação do ‘Projeto Rio Formoso’, programado pelo governo estadual para efeito de criação de sociedade cooperativa de produção agrícola” (BRASIL, 1979, s/p).

A questão prevista na legalidade jurídica não tramita na formalidade pura e simples da Lei e/ou do Decreto. David Harvey (2014), conceituando a acumulação, a “acumulação por espoliação”, destaca que

o Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo, [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado” (HARVEY, 2014, p. 121).

Ademais, a esse respeito, tem-se o caso específico do Projeto Rio Formoso, em que:

A desapropriação das áreas que compõem a primeira etapa (Cooperformoso) abrangeu 19 proprietários que foram expropriados e firmaram-se escrituras de compra e venda, mediante acordo extrajudicial de desapropriação. Cada uma das escrituras continha cláusulas pelas quais os proprietários renunciavam, por si e por seus herdeiros, ao direito de retrocessão. Com isso, o Estado procurou evitar a propositura de ações contra a Fazenda Pública, prevista nos decretos de desapropriação. Essa foi uma atitude arbitrária do Estado, que desapropriou uma área mediante o artifício jurídico de interesse social e obrigou os desapropriados a assinar um documento que impede o retorno da propriedade aos antigos donos, mesmo que as terras tenham outro destino. Essa cláusula de não-retrocessão constitui um ato ilegal. Portanto, se os expropriados sentirem-se lesados poderão recorrer à justiça e reaver os bens (BARBOSA, 1996, p. 32-33).

A exemplificação presente na transcrição acima, demonstra o posicionamento do Estado frente aos condicionantes, que têm atravessado o desenvolvimento do campo, em Tocantins, atos esses que se repetiram em Pedro Afonso e continuarão, já que basta depender das vontades do capital e esse é o seu desejo maior, isto é, o de remover do caminho a propriedade da terra, quando for do seu interesse, do contrário arrenda e se apossa da renda, de qualquer forma. Essa situação de arbitrariedade repete-se, constantemente, em outras situações e seus desdobramentos aparecem e ecoam até os dias atuais, tanto com relação às questões sociais, como ambientais no campo e, sobretudo, nas cidades do estado do Tocantins. Não é o objetivo adentrar nas questões referentes ao urbano, mas cabe apenas apresentar os indicativos da interdependência campo-cidade.

Nessa perspectiva, ressalta-se que o que era para ser de interesse, principalmente, da população carente ou de poder aquisitivo baixo, em consonância com o poder empresarial, filiado ao Projeto Rio Formoso, passou a ser de exclusividade das cooperativas. Outros incentivos referentes ao bem de produção no projeto, dizem respeito aos cooperados da

segunda e terceira etapa que receberam a terra com direito real de uso por dez anos. Pagando nesse período um arrendamento simbólico. Por fim, acabaram recebendo a posse definitiva sem ônus, pois não pagaram pela compra da terra, mas receberam essa renda quando venderam (BARBOSA, 1996, p. 33).

Desse jeito, essa é uma prática lamentável e recorrente na história de formação territorial das terras, onde hoje se assenta o estado do Tocantins e o restante do país. O que diferencia o Tocantins das demais unidades federativas, é o fato desse acontecimento ser recente, o que contribui para aumentar os conflitos pela posse da terra, e muitos outros problemas sociais decorrentes, dentre eles, o aumento dos preços dos alimentos.

Como resposta positiva, nesse sentido, não se espera que o poder público reflita sobre os maus resultados das políticas conservadoras, ao longo da história da disputa pela posse da terra, e redirecione políticas para divisão de um bem tão importante para a vida coletiva.

De acordo com informação prestada pelo técnico E. R. S. (2015 [entrevista]), do escritório estadual do Instituto RURALTINS, localizado na capital do Estado, o Projeto Rio Formoso segue após a divisão do Estado de Goiás com as atividades das referidas Cooperativas e as Etapas, com prioridade para a produção do arroz irrigado nos terrenos de várzea, intercalado por outras culturas, como da melancia, do feijão; além dessas, ensaia-se a produção do melão. É destaque também, nas terras de várzea do município, a produção de sementes de soja, que saem para Pedro Afonso e demais regiões do Estado.

Com relação à produção de sementes de soja, trata-se de uma cultura bastante cobiçada e não se esconde os incentivos (propagandas) realizados nos meios de comunicações, em conformidade com plataformas políticas para o desenvolvimento agrícola. Então, pode-se medir a magnitude do poder, tanto econômico, quanto político de tal empreendimento, que se desdobra, da mesma maneira, para questões ambientais de poluição das águas e destruição da biodiversidade do bioma Cerrado (E.R.S, 2015 [entrevista]).

Contudo, em informação prestada pelo referido servidor público, a atividade produtora de sementes de soja foi introduzida há dez anos no projeto e já alcança o terceiro lugar na produção nacional, além de exportar sementes para vários estados brasileiros, dentre eles: Mato Grosso, Bahia, Goiás, Minas Gerais e o próprio Tocantins.

Segundo o entrevistado, alguns entraves têm acontecido nos últimos anos, dentre eles, o problema da diminuição da vazão dos rios que banham a região durante o período de estiagem, com consequências para o abastecimento de água usada para a irrigação das culturas. Outras limitações relacionadas ao uso do solo são passíveis de análise, o que fica como indicativos para futuras pesquisas relativas à essa temática.

3.6 EDIFICAÇÕES DE VIAS DE ACESSO: RODOVIA, FERROVIA E HIDROVIA

A despeito das enumerações desse subtítulo, rodovias, ferrovias e hidrovias, essas, de imediato, trazem os signos tão propalados pelo poder público, no que tange ao “desenvolvimento”, contudo contém, em seu bojo, as contradições advindas do capital:

O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue *superar* definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, *assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la [...] (MÉSZÁROS, 2007, p. 87) (Grifos no original)

Limita-se, para o momento, citar apenas duas das várias contradições enumeradas em sua obra, que relacionam diretamente aos propósitos do subitem mencionado, quais sejam a “forma absolutamente autoritária da tomada de decisões no processo produtivo e a necessidade de sua implantação “consensual; crescimento da produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental” (MÉSZÁROS, 2007, p. 88).

Essas observações de Mézszáros, auxiliam a enxergar, com maior clareza, a gestão territorial em Tocantins e unidades municipais, malgrado contrário aos interesses coletivos.

A despeito de sua criação, o estado do Tocantins constitui um território bastante jovem, cuja data de emancipação situa-se no ano de 1988 após longos debates nos seguimentos dos poderes locais e nacional.

Considerando o que já destacou sobre o processo de formação desse território, até o momento, é importante não esquecer a existência e a resistência de seus primeiros ocupantes, provenientes, em sua maioria, das regiões norte e

nordeste do país e que aqui se reterritorializaram, em função da atividade agropecuária. Essa periodização, traz a contribuição para a formação de uma rede de núcleos urbanos, ocupações de terras e manifestações culturais diversas.

Esse olhar para o passado, em um primeiro momento, ajuda na compressão acerca da ocupação em períodos ou sucessivos desenhos sobrepostos. Primeiro os indígenas, depois os posseiros e, após 1980, o uso gradativo da mecanização e o uso dos insumos nos solos de baixa fertilidade natural do Cerrado e recursos hídricos. O que certamente não caberia, nem em tempos passados, nem na atualidade, seria a explicação ou a existência do chamado “vazio demográfico”. Essa conceituação leva-se a acreditar, indubitavelmente, em determinações ideológicas levantadas em plataformas políticas de desenvolvimento, que permeiam o Planalto Central brasileiro, enquanto fronteira em expansão.

O estado do Tocantins, desde o começo, e o próprio país como um todo, busca sustentação econômica nos grandes projetos agropecuários, alinhados ao capital nacional e internacional.

Enumera-se que os diversos “ciclos” produtivos da economia brasileira, com exceção da atividade mineradora do ouro, são agrários: cacau, cana de açúcar, borracha, café, trigo, gado: “[...] Os vários ciclos de expansão da economia brasileira são ciclos de expansão da economia agropecuária. E dentro dessas várias histórias de séculos, encontramos um ciclo de industrialização” (IANNI, 1984, p. 142), além de vários acontecimentos importantes da história brasileira, que são agrários: “a história da escravidão; a proclamação da República; a revolução de 1930 divide o poder entre as oligarquias agrárias e as nascentes classes sociais urbanas; o golpe de 64, [...] não se explica sem a aliança entre a burguesia industrial e a agrária” (IANNI, 1984, p. 142).

Alguns autores atribuem explicações, com base na geopolítica, para esses fatos, que tem geração tensão intra e inter-prises, como o golpe de 1964, por exemplo, e tantos outros pelo mundo. Esses se repetem e se atualizam no tempo, embora por outros mecanismos, porém a essência é a mesma. Sem pretensão de alongar-se muito nesta questão, dado a proposta e objetivo, chama-se para um breve parecer do cientista Campos Filho (2015, s/p)⁴⁹, quando diz:

⁴⁹ Disponível em: <<https://gramaticadomundo.blogspot.com.br/2015/04/a-sanha-golpista-e-historia-como.html>> Acesso em 10/4/2015.

Não há uma crise econômica brasileira, há uma crise capitalista, na qual o Brasil se insere por fazer parte de um sistema global. E a crise política se encontra agudizada porque há fortes interesses geopolíticos, que estão desejosos, e agem diretamente para isso, em desestabilizar o governo brasileiro e ferir de morte o principal partido de esquerda. Tudo isso faz parte de um projeto, que tem por trás a necessidade de reafirmação dos interesses hegemônicos dos EUA, bem como a garantia de que não prosseguirá, no Brasil e na América Latina, os rumos de uma política focada em projetos sociais [...].

Sem dúvida, não existe neutralidade nas relações entre as nações, por mais sutis que possam parecer. Existem infinidades de ações no campo das relações econômicas e ambientais, entre os países que são usadas, para fins de interesses próprios, em nome da democracia, da defesa ambiental etc., ainda mais nos dias atuais, que quase todos os países do mundo encontram-se inter-relacionados, por vários motivos e ações. No campo dessa pesquisa, a relação internacional entre o Brasil e o Japão, nada mais foi e continua sendo por várias atividades, a de que por um lado, a classe hegemônica poder extrair renda da terra, e do lado japonês, sanar as dificuldades de importações com os EUA, rompidas, qual seja a importação de alimentos básicos de sua dieta, sobretudo à soja.

Registra-se, por esses e outros motivos ligados a venda de insumos, que se insere tantas outras empresas, em nome do progresso destrutivo de tudo que contraria sua hegemonia. O fato dos camponeses terem um modo de vida com base na autosustentação - pelo menos era assim -, é motivo para não ser reconhecido ou ser sinônimo do atraso.

Outras considerações podem ser levantadas dentro da temática refletida por Ianni (1984), quando retrata todo um processo de entrelaçamento do rural com o urbano: a história de formação das classes sociais brasileira é de cunho agropastoril com outra, que se fundamenta na indústria e que ganha força e destaque sobre a economia brasileira como um todo. Essa é uma discussão bastante cara, no que tange aos processos assumidos pelo capital no campo, sem limite de acumulação. Martins (1983), argumenta que, da mesma forma que o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra.

Destacou-se, anteriormente, sobre as contradições travadas com relação à “terra de negócio”, isto é, a terra é transformada em mercadoria. Remover o empecilho da propriedade, por meio da compra ou do arrendamento tem sido objetivo da expansão do capital no campo. Ianni (1984), aponta a produção de excedentes no campo destinado ao consumo nas cidades, matéria-prima para a indústria nacional e exportação para o mercado externo.

Concordando com Ianni (1984), são, portanto, ações que tem provocado contradições, e não poderia ser diferente quando já se sabe acerca do espírito destrutivo do capitalismo e que tem ganhado dimensão pelo Centro-Oeste e na Amazônia, na extremidade da expansão da fronteira agrícola e, certamente, não é o fim da acumulação primitiva (grilagem) do capital, sob as terras de posseiros e de indígenas.

Vale intercalar, nesse ponto, a formulação de Harvey (2014), tendo em vista que o termo “acumulação primitiva do capital”, pode ser entendido também como “acumulação por espoliação”, alegando trazer uma conotação mais apropriada, em função de que as formas de exploração do trabalho são constantes. As formas de exploração e acumulação assumem estratégias novas de extração da mais-valia, tanto no campo, quanto na cidade. De fato, o que presencia-se, atualmente, é o distanciamento de uma vida mais equânime no campo, que tomam novas dimensões. Dada a atualidade reflexiva da obra de Harvey (2014), ressalta-se os apontamentos sinalizados, no que hoje pode-se visualizar uma “nova” arrumação territorial cuidadosamente planejada para acumulação.

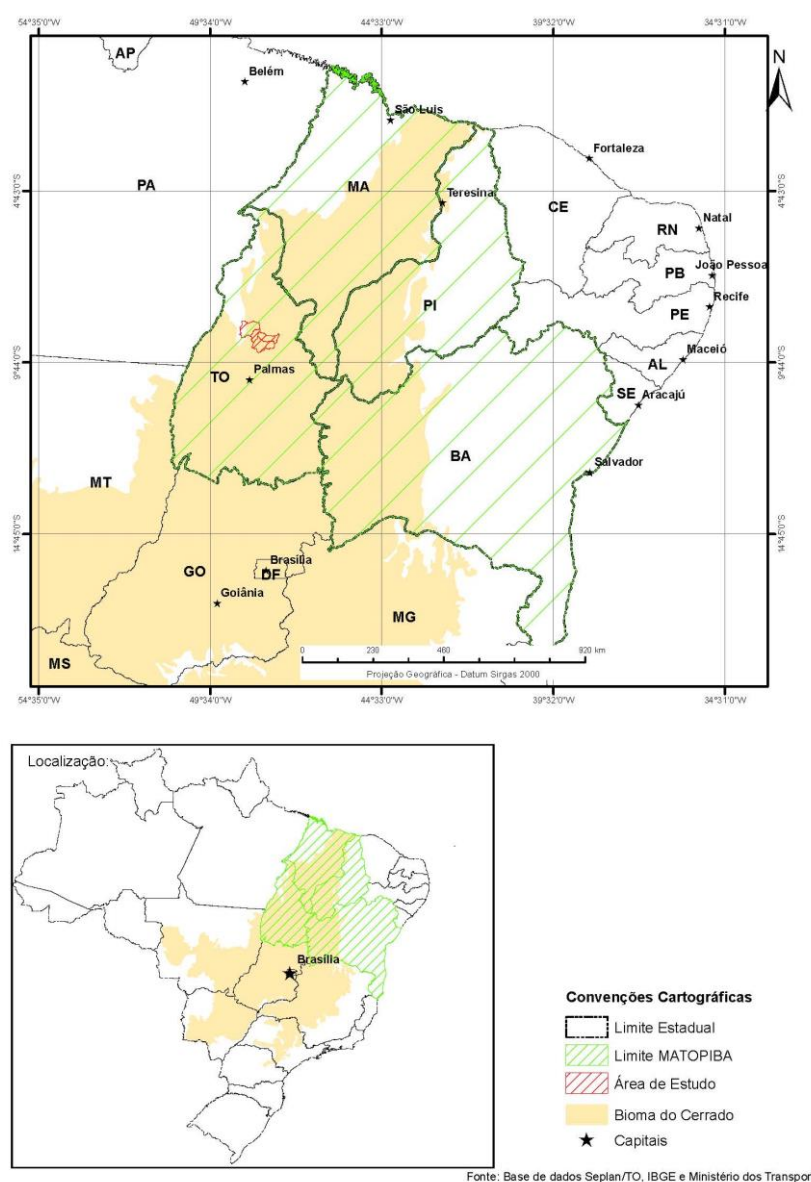
Em Tocantins, no ano de 1995, presenciou-se a chegada do capital, de forma incisiva no Cerrado (PRODECER III), ressaltando a participação do Estado, enquanto articulador principal, no que pese aos investimentos em infraestrutura e outros incentivos. Sobre esse desenho, a soja sobrepõe-se e espriam para outras áreas em solo do Cerrado, principalmente.

Recentemente, foi instituído o Decreto 8.447, de 6 de maio de 2015, que dispõe sobre o “Plano de Desenvolvimento Agropecuário” (PDA-MATOPIBA). O nome é auto explicativo, pois consiste na junção das siglas das unidades federativas: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Totaliza 143 milhões de hectares e mais de 25 milhões de habitantes. De acordo com o conteúdo geral do Decreto, “a finalidade do PDA é promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015, [s/d]).

Noparágrafo 1º do Decreto do PDA-MATOPIBA, destaca-se que: “será publicado por ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e definirá os municípios dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins incluídos na área de abrangência” (Mapa 13). Em seu parágrafo 2º: “orientará programas,

projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes”, quais sejam: “desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;” “apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias” e “ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais” (BRASIL, 2015, s/p).

Mapa 13 - localização MATOPIBA



Fonte: Base de dados SEPLAN/TO, IBGE e Ministério dos transportes. Autores: Tavares e Oliveira (2016).

A “região” MATOPIBA, vulgarmente denominada pelo poder público, foi oficialmente lançada recentemente na cidade de Araguaína, ao norte do estado do Tocantins, pela ex-ministra da Agricultura Kátia Abreu (Mapa 13). Tal evento aparece como novidade no cenário das políticas públicas e econômicas. É importante chamar atenção para o conteúdo geral desse documento: primeiro, é que propositalmente não consta uma política de maior amplitude para valorização dos que já se encontram na terra, fato esse que se comprova, pelo que já aconteceu com o cultivo do arroz nos municípios de Formoso do Araguaia - Projeto Rio Formoso; soja em Pedro Afonso – PRODECER; soja em Mateiros (Sudeste do Estado); soja em Campos Lindos (Nordeste do Estado).

Esse último, ainda não comentado do ponto de vista das desapropriações jurídica, integrou/integra as políticas públicas do último mandato do então governador de Tocantins, J. W. Siqueira Campos. Segundo Paulo R. Alves⁵⁰ (Palestra, XVII Jornada do Trabalho, Setembro, 2016):

Foram desapropriados 105 mil hectares para reforma agrária ao contrário – refiro a terra doada para os ricos exclusão dos camponeses e comunidades tradicionais tem sido ameaçadas pelos Projetos de agricultura capitalista. O conflito pela propriedade da terra tem aumentado através da expansão do agronegócio. MATOPIBA é sinônimo de trabalho escravo. Cerca de 46 Comunidades Tradicionais na Região estão ameaçadas pela grilagem. Foi registrado pela CPT (2015), quantidades significativas de trabalho escravo nos Estados que compõe a ‘região’ MATOPIBA. O município de Mateiros é o terceiro maior produtor de soja e pior em pobreza. A maior parte dos produtores moram em Goiânia e Brasília. Compram os insumos fora e para o Município ficam apenas o trabalho escravo, mortalidade infantil, prostituição e destruição ambiental.

Há fortes evidências de que a “região” MATOPIBA é apenas mais um dos projetos oficiais, que estão no rol de políticas conservadoras, historicamente implantadas em todo o país, e que, definitivamente, não vão ao encontro de políticas públicas mais equânimes aos anseios do coletivo, já que, comprovadamente, tem-se acentuado a miséria e a degradação ambiental.

Essas políticas são apresentadas por meio de discursos ideológicos recônditos na classe hegemônica, cuja intenção primeira é enquadrar as demais classes despossuídas em uma moldura ideológica, conforme Thomaz Júnior (2008, p. 291):

⁵⁰ Palestra proferida na mesa de abertura: “MATOPIBA e Amazônia: um Renovado Estágio de Apropriação da Natureza e Velhos Conflitos Territoriais”. Promovida pela XVII Jornada do Trabalho – UFT/UNESP, Campus de Porto Nacional, em 08/09/2016.

Está-se diante de uma orquestração ideológica por parte dos segmentos hegemônicos e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra, da Reforma Agrária, que atingiu ponto de destaque no início dos anos de 1990, e logo abafada pelas ações repressivas do governo Collor para, na sequência, assumir novamente a dianteira nas lutas sociais.

Aparece como força política de dominação, nessa mesma direção, as expressões “qualificação profissional”, a qual remete as concepções capital-trabalho, conceito bastante caro nas sistematizações de Thomaz Júnior, porém, a intenção é apontar um pouco da dimensão das mudanças, que atinge diretamente os trabalhadores, tanto do campo, quanto da cidade. Nesse processo, realça que:

[...] a nova reestruturação do capital organiza um novo universo de cisões, ou uma nova espacialidade, que a divisão social do trabalho envolve. Pode-se dizer que este ‘universo de cisões é a estrutura que separa, de um lado, o trabalho, e, de outro lado, o conjunto dos meios de produção, o saber, o poder, por meio da qual sua hegemonia sobre o trabalho [...]’ (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 138).

A toda sorte de cisões com relação ao trabalho, tanto no campo, quanto na cidade, o capital usa de *tramas*, isto é, se a poia e massifica conceitos salvacionistas de suas tentativas de recompor-se, para prosseguir com a acumulação de capital, o que, na verdade, serão sempre tentativas irreconciliáveis, quer seja nas relações de trabalho e/ou natureza. Toma-se, por exemplo, o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que nesse sentido Mészáros (2007, p. 190), afirma que:

Não é possível abordar de maneira adequada o grande desafio do desenvolvimento sustentável que hoje temos de encarar sem eliminar as restrições paralisantes do caráter *conflitual/adverso* de nosso progresso de reprodução social. É por isso que, no nosso tempo, não podemos fugir à questão da *igualdade substantiva*, ao contrário do passado. Pois *sustentabilidade* significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas *quase* naturais. Nossa ordem social existente se constrói no antagonismo estrutural entre capital e trabalho e, portanto, requer o exercício do *controle externo* sobre toas as forças recalcitrantes (Grifos do original).

Outro ponto importante, contrário à blindagem do capital - em seus discursos de crescimento econômico, aumento de postos de serviços no campo e na cidade, aumento da produção de alimentos -, é demonstrar os rumos que o agronegócio está encaminhando acerca da produção, no que pese às formas de uso dos

recursos naturais, tomando como exemplo, as terras de Cerrado (considerado o berço das águas)⁵¹, em que não há porque esperar o famigerado *desenvolvimento sustentável*, analisado por Mészáros (2007) e Thomaz Júnior (2012, p. 35):

A evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias para o capital. Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado, no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos focando esse processo no âmbito do agrohídronegócio⁵², por onde nos propomos entender os desafios para a sociedade, para os moradores das cidades e dos campos, ou seja, a dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI e os cenários que põem para os trabalhadores.

O crescimento *destrutivo* do capital requer urgência de suas formulações conceituais, o que na verdade é irreconciliável e/ou incompatível com ideia de *sustentabilidade*. Opera, conforme a referência neoliberal e referido domínio de classe, bem como possuir sempre um trunfo que desbloqueia, qualquer que seja as territorialidades construídas contrárias à sua trajetória.

É certo que as forças destrutivas, dentro do que já se firmou *desenvolvimento desigual e combinado*, isto é, o capital não se rompe totalmente com práticas tradicionais no mundo das relações de trabalho, tendo em vista que nutre-se, também, do dito ‘atrasado’, lançando mão de práticas de subordinação no contexto do trabalho agropecuário e consequente *metamorfose do latifúndio*.

Ao tomar como referência o que se tem feito pela agricultura camponesa, no município de Pedro Afonso e estado do Tocantins como um todo, não pode-se esperar melhorias. Somente, por meio de pressão às políticas públicas destinadas ao setor agropecuário é que pode-se minimizar, gradativamente, a prática de subordinação referida.

Essa é uma problemática que a cada dia se fortalece na realidade das pesquisas e se consolidará, equitativamente, pela via da ação. É nesse sentido, que tem sensibilizado pesquisadores pelo mundo inteiro, Bartra Vergés (2011, p. 11) traz a seguinte ilustração:

⁵¹ Sobre esse assunto, ver a Tese Idelvone Mendes Ferreira: “O afogar das veredas, uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do chapadão de Catalão” (2013).

⁵² Vale a indicação do artigo de Mendonça (2007), “O agrohídronegócio no Cerrado Goiano: Construção das (Re) existência” (Nota no original).

Em primeira instância, toda classe explorada luta por sua existência dentro do sistema em que está inserida. O campesinato é uma classe explorada cuja acumulação consiste em transitar (por meio de um longo e doloroso processo de depauperação) a outra condição diferente de exploração: a proletária. Dessa maneira, a luta camponesa por sua existência como classe é, essencialmente, contra o longo processo de empobrecimento que constitui, no México, essa transição forçada.

A luta é longa e exige resistência com consciência de classe, cujo princípio fundante é o de gerir-se enquanto *classe em si*. Essa é uma questão, que tem mobilizado os camponeses a se reorganizar em movimentos, com objetivo maior de resistir à expropriação, de forma organizada. Essa não é uma tradição em Tocantins, mas já vem acontecendo.

Dessa forma, cita-se o que vem ocorrendo na rodovia Belém-Brasília, liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no estado do Tocantins. Em 04/04/2017, aconteceu mais um dia de bloqueio da pista no município de Xambioá/TO, no norte do estado. Os manifestantes do *Acampamento Antônio Conselheiro*, composto por 600 famílias, acampadas há seis meses, reivindicavam atitude do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério Público Estadual (MPE), em vistoria das terras previstas para o futuro assentamento. Na oportunidade, a senhora Cícera Maria da Paz, aparentado 70 anos, é entrevistada no ato do movimento, pelo Jornal do Tocantins:⁵³ “O maior desejo é receber nosso pedacinho de terra pra nós sobreviver. Até hoje nós nunca conseguiu um palmo de terra pra trabalhar, pra criar família”.

Pensar suas relações, com base em suas próprias ferramentas e interesse político-organizacional é, no mínimo, preservar-se da desterritorialização, provocada pelo modo latifundista da acumulação. Portanto, não constitui tarefa simples, exige tomada de posição e fortalecimento enquanto classe⁵⁴, mais que nunca os camponeses, por estarem na base da produção. Os precedentes de tudo isso ou o olhar para as determinações, por meio das quais possibilita perceber nas *formas* construídas e distribuídas no território, que nada mais são, estrutura de poder, carregada de ideologia do dito “progresso”. Dessa maneira, está-se diante da chave da situação, primeiramente, da compreensão e/ou formação política, situada nos

⁵³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/trecho-da-br-153-e-interditado-por-manifestantes-em-xambioa.ghtml>> Acesso em 04/04/2017.

⁵⁴De acordo com Lowy (2015, p. 33), “[...] existe uma abordagem propriamente marxista das classes sociais, que as conecta às relações sociais de produção: a classe dominante é aquela dos proprietários dos meios de produção, que se apropria, cada vez de uma maneira específica, do excedente produzido pela classe dos trabalhadores diretos; entre esses dois principais pólos se distribui toda uma gama de situações sociais intermediárias”.

objetos tecnológicos e, em segundo lugar, a partir daí, traçar metas para subsidiar a ação.

A esperada reforma agrária, em seu sentido completo, para uma vida equânime, indissociável, também, da vida dos que habitam na cidade, não acontece sem a ação protagonizada pelo movimento organizado, em sua expressão maior no Brasil, o MST e internacionalmente a Via Campesina. Nesse sentido, alguns problemas podem ser colocados e tem perdurado por séculos, o que requer medidas urgentes. Dentre eles, segundo os movimentos pela terra, é justamente o número de famílias esperando para serem assentadas e, assim, poderem trabalhar, bem como a outra quantidade esperando para receber a devida assistência quanto à produção e política de preço.

Fica evidente que a prioridade do governo são os investimentos na agricultura para exportação, em detrimento da agricultura camponesa. Apesar dos percalços, a agricultura camponesa, em 2011 e 2015 respondia por 70% da produção de alimentos consumidos no Brasil, respectivamente (Brasil de Fato, 2011).

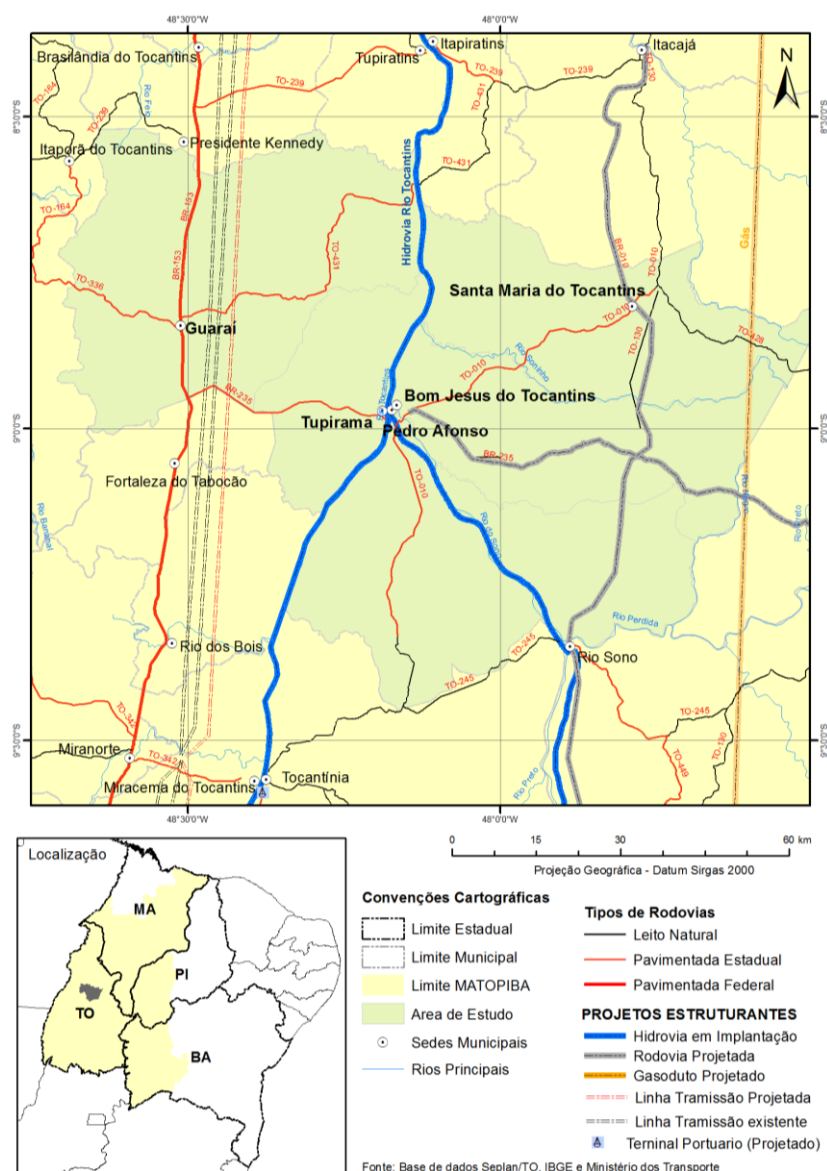
Todavia tem sido ressaltado, pelo MST e Via Campesina, que o governo não tem planos para abertura de novas áreas para assentamentos, e sim, direcionar políticas para os que já se encontram assentados. Contudo, nem isso tem sido atendido, dado a insistência dos problemas de inadimplência: “De acordo com o Ministério da Fazenda, de um quantitativo total de R\$ 149,2 bilhões, a agricultura camponesa cobre/representa 19,5%, chegando ao correspondente a 29 bilhões” (Brasil de Fato, 2011).

Segundo entrevista concedida à pesquisa de liderança do MST/TO, quanto às políticas de incentivo aos camponeses, destaca-se o custeio da produção, como sendo uma das reivindicações mais antigas e se situa a maior dificuldade dos assentados do estado MST/TO e também nacional. As manifestações têm sido, no sentido de chamar atenção, primeiramente, do governo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para os assentamentos, com objetivo de melhorar a produção, por meio de políticas de preços e, principalmente, a abertura de novas áreas (M., [Entrevista], julho 2016).

Conforme representação no mapa 14, a combinação no território dos usos do solo, água, ferrovia, rodovia, hidrovias, portos e terminais dão a tonalidade do processo de inserção, no âmbito nacional e internacional, da produção voltada para o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa.

Conforme pode ser observado no mapa 14, o estado do Tocantins tem ampliado as vias de acessos aos núcleos urbanos consumidores, sobretudo de rodovias, porém não têm sido acompanhados de projetos que atendam aqueles que realmente produzem alimentos, isto é, se a produção, em Tocantins, está vindo de fora, essa não é a característica do camponês, que sempre tirou da terra a autosustentação, com excedente para o mercado local e regional. Contudo, se existe uma escassez de alimentos e uma luta travada pela Reforma Agrária, é sinal que somente com construção de estradas e ponte não se chega a uma política agrária com qualidade.

Mapa 14 - Mapa de Projetos Estruturantes



Fonte: Base de dados SEPLAN/TO, IBGE e Ministério dos transportes.

Autores: Tavares e Oliveira (2016).

No que concerne aos assentados da Microrregião de Pedro Afonso (que não são muitos, dado o monopólio do latifúndio através do Projeto Nipo-Brasileiro e mais ainda com continuidade dos investidores do Sul e Sudeste do país), registra-se uma verdadeira luta apenas para se manter no lote, ou seja, retira-se o mínimo para viver. Muitos não conseguem nem o mínimo e se sujeitam a prestar serviço na sede dos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus, Tupirama, Guaraí e Santa Maria (Mapa 13). Essa realidade dos assentados e unidades produtivas e comunidades camponesas serão discutidas no Capítulo 6.

Vale lembrar, que o estado do Tocantins passou quase toda sua história, sob o predomínio das formas naturais, isto é, fisicamente pouco alteradas. As transformações de ordem mais significativas são recentes, mas o suficiente para provocar modificações estruturais impactantes em sua originalidade. Cita-se o exemplo, além da edificação da Capital Palmas, a construção da Ferrovia Norte-Sul, parte em funcionamento, entre as cidades de Palmas e Açailândia e de Palmas a Anápolis/GO, construção de estações ferroviárias, para embarque e desembarque de grãos e outras, como hidrovias, aberturas e pavimentação de estradas, que estão em construção no sentido Leste-Oeste e outras estão planejadas, proveniente do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Fase I e II, do Governo Federal (Mapas 13 e 14).

Por mais que se tem falado em políticas para desenvolvimento da agricultura camponesa, ou ainda, conforme denominação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵⁵, “agricultura familiar”, essas ainda não têm sido distribuídas igualmente no território e da mesma frequência, como tem sido para os produtores de commodities. Conforme divulgação do PAC 2, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em julho de 2014:

Cerca de 72 municípios de Tocantins receberam as chaves de 63 retroescavadeiras e 22 motoniveladoras. Os 85 equipamentos, doados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), [...] têm a função de melhorar a estrutura de transporte, por meio da reforma de estradas vicinais – vias que ligam o meio urbano ao rural –, e beneficiar mais de 140 mil moradores das cidades. A ação faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O custo individual das máquinas é de aproximadamente R\$ 370 mil, o que totaliza um investimento de R\$ 12,5 milhões, somente nesta entrega. A expectativa é que 136 municípios do estado recebam o conjunto

⁵⁵ Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/ingraestrutura/2013/2014/motoniveladoras-vao-melhorar-estradas-rurais-de-tocantins>> Acesso em: 20/07/2017.

de máquinas doado pelo governo federal. As prefeituras cadastradas receberão uma retroescavadeira, uma moto niveladora e um caminhão caçamba. Um investimento previsto de mais de R\$ 111 milhões, que visa melhorar a qualidade de vida de 277 mil moradores da zona rural no estado. De acordo com o ministro Pepe Vargas, até o final deste ano todo município com até 50 mil habitantes vai receber uma retroescavadeira, uma motoniveladora e um caminhão caçamba pelo Programa. “Em Tocantins, dos 139 municípios do estado, 136 serão beneficiados”, afirmou. A entrega dos equipamentos foi realizada durante a inauguração da nova sede da unidade avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Araguaína, a 380 Km da capital Palmas.

Diante do exposto e conforme comentário anterior, as ações do PAC não têm sido suficientes para atender à demanda de Tocantins. Em Pedro Afonso e demais municípios circunvizinhos, os camponeses sofrem as necessidades, quase que total, de assistência, constatado em Trabalho de Campo, realizado e registrado, posteriormente, no Capítulo 6.

Concorda-se com Almeida (2010), quando destaca que as formas estruturantes no território, que compreendem uma série de iniciativas formais, as quais lidam, a partir de iniciativas para fazer expandir o cultivo de grão e incorporar novas extensões de terras voltadas, seguramente, aos interesses das indústrias ligadas ao agronegócio (Mapa 12).

Outrossim, o que pode-se perceber com a abertura de vias de acesso é que elas também compõem uma ampla colisão de interesses, que inscrevem nessas localidades onde acontece neste caso, as lavouras de soja. Cresce sistematicamente a desigualdade social, paralelo ao número de lojas que atuam na venda de maquinários, escritórios de contabilidade, empresas que prestam consultorias, empresa de telejornalismo que presta informação exaltando o mercado de commodities.

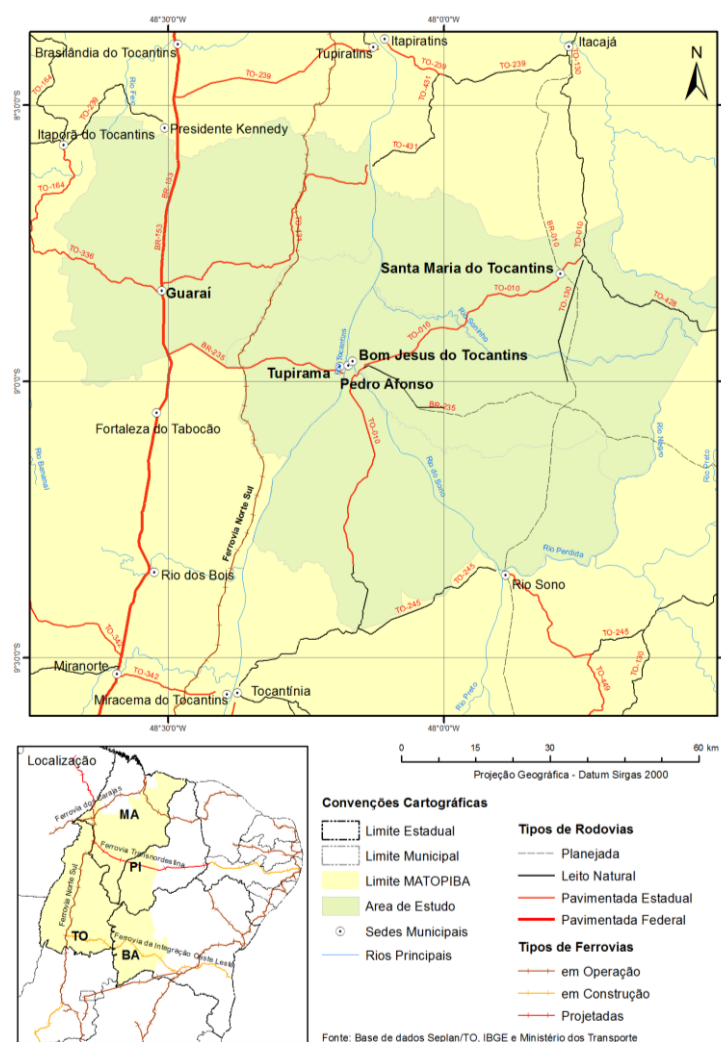
Outros impactos, tanto de natureza ecológica, quanto social, vêm acontecendo pelo país nas áreas, por onde acontece a produção de commodities, como é o caso do plantio de eucalipto, cana, soja e outros. Esse assunto é retomado no capítulo 5 e, mais precisamente, no capítulo 6.

Em conformidade com Santos (1992, p. 16), “o espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos etc.)”.

Com relação aos fatores externos, se nota pela forma como se direcionam as rodovias e ferrovia, visto que tudo obedece a uma conformação territorial típica

de país de economia extrovertida, isto é, solda o interior onde se localiza a produção aos portos na borda do oceano e daí diretamente para o mercado externo. Por mais que elas assumam o caráter de rodovia ou ferrovia transnacional ou dita de integração nacional, essa característica não aparece e não se materializa, de fato, quando se nota que o objetivo maior é escoar a produção para os portos de exportação. Cita-se, portanto, o caso da rodovia Belém-Brasília, que atravessa o país do Belém do Pará ao rio Grande do Sul. Assemelha-se a espinha de peixe, sendo ela a coluna central, que recebe as rodovias estaduais e, mais uma vez, converge para o local de exportação. A Ferrovia Norte-Sul já começa fazer também esse papel, na verdade são dois eixos que poderiam se voltar mais para o mercado interno do que externo (Mapa 15).

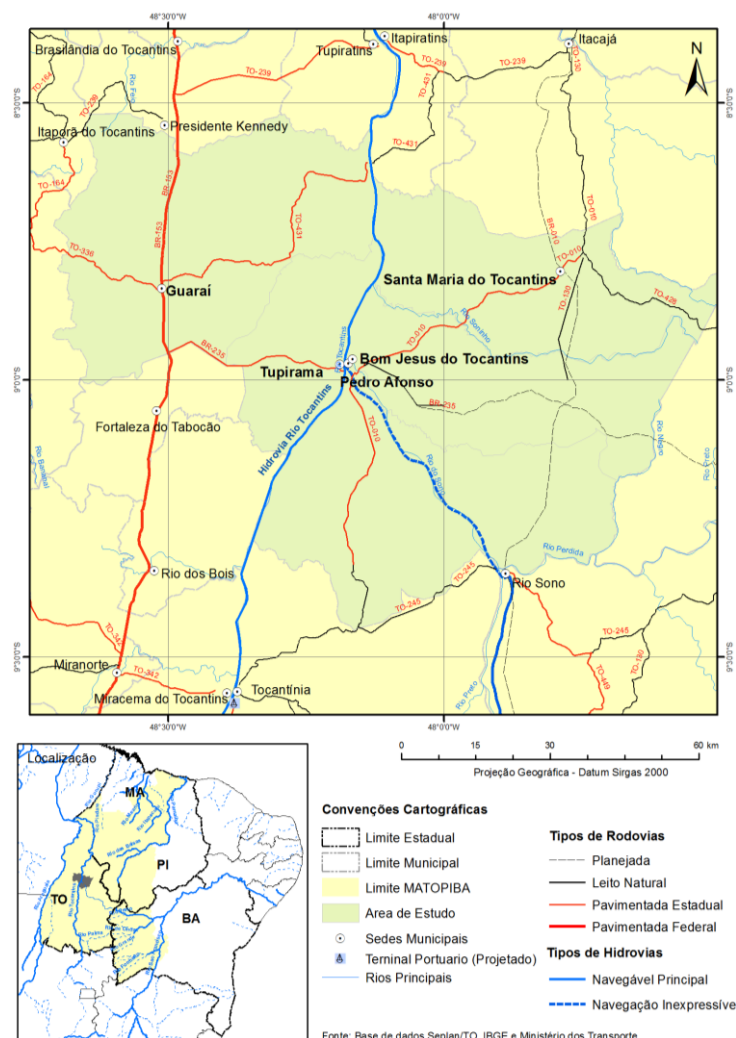
Mapa 15 - Mapa Rodo-Ferrovário



Fonte: Base de dados SEPLAN/TO, IBGE e Ministério dos transportes.

Autores: Tavares e Oliveira (2016).

Mapa 16 - Mapa de Hidrovia



Fonte: Base de dados SEPLAN/TO, IBGE e Ministério dos transportes Autores: Tavares e Oliveira (2016).

Certamente, traria mais barateamento dos produtos, que o estado do Tocantins não consegue produzir, seguramente os produtos industrializados e, ainda, o transporte de passageiros e combustíveis, mas o território não se organiza para o coletivo, e sim, para a classe hegemônica, que hoje, mais que antes, dita o que o Estado deve fazer, para organizar o território em benefício próprio.

As ações do poder público federal, estadual e municipal, como mediadores e executores de infraestruturas (Mapa 16), em sintonia com o capital nacional e internacional, tem se adensado e porque não dizer onerado, como já são bastante conhecidos, os transportes de mercadorias por caminhões no Brasil. Rodovias *versus* ferrovias, temática bastante cara, que merece um trabalho específico.

O que chama atenção, no propósito em que se trata aqui, são os desdobramentos impactantes ao meio ambiente, indissociáveis das questões sociais no campo e na cidade, onde são mais diretamente implantados e que tais empreendimentos, não se ajustam no sentido de inserir a população local, equacionalmente equilibrada. Esse assunto percorre todo o trabalho, tendo em vista quem em tais obras de infraestrutura de grande porte, certamente o rearranjo territorial endereçam em benefício do desenvolvimento a qualquer custo, em detrimento da maioria assentada, em uma lógica mais colaborativa de uso do território.

CAPÍTULO 4 - MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, REARRANJO TERRITORIAL: REFLEXO NO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO (TO)

No capítulo anterior, mostrou-se a importância da mediação realizada nas várias instâncias do poder público, no sentido da viabilidade de preparativos em infraestruturas, especialmente estradas, ferrovias, portos, aeroportos e outros, constituindo base de sustentação e atrativos para a expansão da fronteira agrícola, especialmente monocultura de exportação da soja. Nesse item introdutório do capítulo, julga-se importante tecer considerações a respeito dos efeitos da globalização na agricultura no Cerrado tocantinense, fronteira agrícola mais nova do país, no que pese a compreensão de uma fase que se apresenta mais incisiva e abrangente, comparando ao que se tem conhecimento até o presente momento.

4.1 GLOBALIZAÇÃO, AGRICULTURA NO CERRADO E EXPANSÃO DA FRONTEIRA

Antes de adentrar nas especificidades do recorte desse estudo, julga-se conveniente ampliar subsídio, no conceito de globalização, nos limites da investigação.

De acordo com Ianni (2006), ao fazer referência ao tempo de longa duração relativo ao Estado, analisa que esse sempre se revelou bastante contraditório. Houve, também, o tempo em que o Estado definia-se por sua soberania ampla. Em tempo de sociedade global, o Estado tem recebido transformações bruscas. Cita-se a política econômica de “substituição de importação”, difundida nos países antes denominados Terceiro Mundo. Dessa maneira, dispensava-se o interesse em desenvolver políticas econômicas com essas características, em quase todos os países.

Tais políticas de desenvolvimento industrial, de substituição de importação, tinham por objetivo apolítica de desenvolvimento econômico nacional, que trouxesse, também, em seu bojo, a minimização de conflitos interclasses nos países de orientação capitalista ou socialista. Em determinações mais recentes, reforça-se que “Inclusive o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) atuaram decisivamente em favor de políticas ‘nacionais’ de desindustrialização” (IANNI, 2006, p. 77).

Em função desta preocupação, Ianni (2006) realça que o capitalismo expande-se energeticamente por todo o mundo, tanto nas cidades como também no campo, inclusive, neste último com significativos avanços. Há, nessa ordem, o a floramento de uma série de reações pelo mundo manifestas em: “[...] nacionalismos, populismos, corporativismo, fascismos, militarismos, nasserismos, terceiro-mundismos, socialismos”.

A história mostra que essas reações, realizaram e realizam muito, mas não a desconexão, a autonomização, a internalização dos centros decisórios, o projeto nacional, a soberania (IANNI, 2006, p. 79), apesar de manifestas, não lograram a autonomia desejada. Pode-se citar, assim, como um dos fatores determinantes, a própria contradição interna aos Estados de direção socialista. Ianni (2006), em outras palavras, afirma terem sido os excessos cometido no regime socialista que acabam por contribuir para que o sistema capitalista ganhasse força no mundo e, de certo modo, assumisse o comando da movimentação pujante no mundial capitalista.

Entram em execução crescentes ideias ditas inovadoras das concepções liberais com uma postura ideológica de Estado dito neoliberal. “As empresas, corporações e conglomerados internacionais e multinacionais tornaram-se transnacionais. A nova divisão internacional do trabalho tornava obsoletos conceitos, interpretações e práticas nacionalistas” (IANNI, 2006, p. 79). As contradições reforçam-se, ganham o mundo e a acumulação ampliada do capital, em consonância com o aprimoramento da divisão de classes sociais e a instalações dos conflitos, tornam-se cada vez mais parte da globalização.

Mészáros (2007) aduz que o capital, em seu frenético movimento por acumulação, criou e continua a criar o seu contrário, em sua expressão máxima, a degradação nas mais variadas instâncias sociais e ambientais, por onde quer que tenha alcançado, com seus tentáculos poderosos e, ao mesmo tempo, insustentáveis. Nessa toada, o que se espera é que sua própria ingerência tem se encarregado de freá-lo ou metamorfoseá-lo em outra arrumação:

Hoje em dia, como uma solução automática a todos os problemas e condições encontrados, oferecem-nos a varinha mágica da “globalização”. Essa solução se apresenta como uma atividade completa, como se a questão da globalização tivesse aparecido no horizonte histórico somente na última ou nas duas últimas décadas, com sua promessa de benevolência universal equivalente à noção certa vez similarmente aclamada da “mão invisível”. Contudo, na realidade, o sistema do capital moveu-se inexoravelmente em direção à “globalização” desde sua origem. Pois, dado o caráter irrestringível de suas partes constitutivas, não era possível

entrever sua completude bem-sucedida de outra forma, se não a de um sistema global onabrangente. Eis por que o capital teve de procurar demolir todos os obstáculos que se encontravam no caminho de seu pleno desdobramentos; e cumpre que continue a fazê-lo enquanto o sistema sobreviver (MÉSZÁROS, 2007, p. 61).

Tamanha a importância e atualidade da assertiva do autor, que justifica a transcrição. Da mesma maneira, sintetiza e atualiza o debate crítico do conceito controverso de globalização, que procura colocá-lo entre aspas, qual seja sua fragilidade, mais para confundir, do que explicar a realidade capital. Reforça, entretanto, *o poder da ideologia e contido na transcrição*.

Há, contudo, na essência do capital a atitude de ser destrutivo para não ser sucumbido em suas próprias fundamentações. Fato esse que remete, diretamente, a várias situações. Nessa pesquisa está bastante aclarado o jogo desleal do capital versus camponeses, mas por outro lado existe o jogo de disputa *capital versus capital*, tendo por base de sustentação a *renda da terra* e é aí que acontece, em condições mais imediatas, o retrocesso ou situação conflito, mas é passível, que apareça a figura do Estado, como mediador das esperadas e diversas contradições figurantes do mesmo processo.

É preciso refletir, também, sobre as transformações alcançadas, nos últimos anos do século XX, no mundo da produção mundial. Dentre tais transformações, é mister buscar, o que considera-se, primeiramente, a ação do

[...] dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas, cuja dinâmica exercida por tais categorias concretizam-se “as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas (SANTOS, 2006, p. 37).

É nessa mesma maneira de agir e/ou base ideológica, que se encontram também as “ações do Estado, das empresas e dos indivíduos” (SANTOS, 2006, p. 37). Seguindo no mesmo itinerário, Oliveira (2015, p. 243), tem a seguinte conclusão:

A mundialização do capitalismo monopolista gestou as empresas mundiais que comandam a mundialização da agricultura brasileira, o seja, o agronegócio. A designação midiática da agricultura capitalista no mundo e, portanto, no Brasil também no caso brasileiro, dos proprietários de terra e das empresas monopolistas mundiais. Em vários setores da agricultura capitalista nacional, a hegemonia é das novas empresas mundiais brasileiras. A mundialização trouxe ainda a s contradições ao universo conceitual, pois a mesma empresa mundial pode atuar de uma forma em um setor e de outra, em outro. É o que ocorre com a ADM, a Cargil, A Bunge e a Dreyfus, que atuam no setor canavieiro por meio da

territorialização do monopólio e no setor de grãos monopolizando o território. Constroem, assim, relações diferentes e diferenciadas, submetendo a seus desígnios proprietários de terras, capitalistas e camponeses. E isso ocorre não pelo mando de estrangeiros, mas pela vontade e o desejo da burguesia brasileira em se desenvolver no seio da lógica do capitalismo monopolista mundializado. É por isso que a burguesia nacional está se fundindo com as demais burguesias nacionais, formando as empresas monopolistas mundiais.

Há, contudo, um aumento da dependência interna dos Estados-nação, considerados periféricos, em função do que exige o mundo externo. Em outras palavras, as determinações ou demandas externas influenciam diretamente no que deve acontecer, em termos do que se deve produzir, principalmente na economia dos países ditos subalternos no sistema econômico mundial. Tem-se presenciado, frequentemente, no Brasil, no âmbito federal e das unidades federativas estaduais e municipais, saírem em peregrinação por alguns países do norte do mundo industrializado e/ou os chamados emergentes oferecendo as benesses naturais do país aos investidores, cujo objetivo é o de fomentar o volume produtivo da exportação e no Tocantins são exaltadas as commodities.

É importante lembrar, o exemplo dos investimentos na atividade agrícola que são constantemente convidados a investirem no país. Nos últimos quatro anos, as relações comerciais de Tocantins têm se deslocado para a China. Como fronteira agrícola mais nova do país, essa unidade federativa está sob a atuação e observação de investidores nacionais e internacionais.

A primeira grande investida no território, já comentada, é o Projeto Nipo-Brasileiro, que marcou sua inserção no mundo globalizado. Essa investida abriu mais espaço e estímulo à ampliação dos investimentos agroindustrial de multinacional, como a empresa BUNGE, no município de Pedro Afonso, sobre as terras já ‘amansadas’ do referido Projeto. O próprio governo federal, estadual e municipal foram e continuam sendo os principais mediadores.

Sobre essa temática, que envolve diretamente os programas do governo federal para o setor bioenergético, e potencialmente, *transformador latifúndio*, com desdobramentos profundo no território camponês merecedor de atenção. Nos últimos dez anos (2004 a 2015), o governo federal, no mandato do presidente Lula, investiu na atividade de produção de biocombustível com edificação de plantas industriais pelo país, as maiores situadas no Norte e Nordeste.

O objetivo era reforçar a produção de combustíveis renováveis e, com isso, valorizar a cadeia produtiva da soja. Tinha-se, também, como objetivo principal a

inclusão da “agricultura familiar”, como parte das políticas do MDA, inclusive a tentativa de substituição do termo agricultura camponesa para “agricultura família”. Colocação esta, apenas para esclarecimento, porém paradoxal ao que se está defendendo como *agricultura camponesa*, que também é familiar, mas com objetivo diferenciado.

Apesar do avanço produtivo, no setor retratado, em volume de produção, o mesmo não pode ser dito com relação à inserção social, visto que a meta inicial do programa previa a entrada de 200 mil famílias de agricultores familiares na cadeia de fornecimento de insumos, para produção de biodiesel. Hoje, esse programa foi instinto e, em verdade, nem chegou a se concretizar.

Desta feita, os agricultores da agricultura familiar, vem se ajustando como podem a outras atividades agrícolas, como horticultores e fornecedores das escolas e creches, bem como pleiteando os sistemas de crédito do Programa de Acesso ao Crédito Fundiário (PRONAF). E ainda “[...] A proposta inicial de valorizar cultivos tradicionais da agricultura familiar, como a mamona, também não teve sucesso. Os produtores que conseguiram vender para as usinas trabalharam, sobretudo com a soja” (GOMES et al., 2009, p. 35).

Chama-se atenção, também, ao que ocorreu com a unidade da Brasil Ecodiesel, no estado do Tocantins. Em 2012, a empresa, localizada no município de Porto Nacional, foi comprada pela GRANOL⁵⁶, recém instalada, em área ao lado no Parque Industrial e começa a funcionar em 2015 (Fotografias 2 e 3).

⁵⁶ Empresa fundada em 1965, totalmente brasileira. Produz e comercializa grãos, farelo, óleo vegetais, glicerina e biodiesel para os mercados internos e externos. Está entre as cinquenta maiores empresas de agronegócio do país. No Estado do Tocantins, foi instalada nos municípios de Porto Nacional (armazém e complexo industrial); Marianópolis e Aguiarnópolis (escritório comercial); Figueirópolis e São Valério (armazém). Disponível em: <www.granol.com.br/granol/onde+estamos/> Acesso em 22/07/2016.

Fotografia 2 - Planta industrial da GRANOL



Fonte: Trabalho de Campo, Autor: Oliveira (2015).

Fotografia 3 - Brasil Ecodiesel, após aquisição, GRANDIESEL, entre o município de Porto Nacional e Palmas - TO-050



Fonte: Trabalho de Campo, Autor: Oliveira (2015).

São constantes os noticiários na mídia nacional televisiva e *sites* oficiais, que relatam os contatos internacionais de viagens do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), com objetivos de divulgação das potencialidades naturais e negócios no setor agropecuário em vários países: China, Índia, Emirados Árabes, Arábia Saudita, e Rússia. A ex-ministra da Agricultura, Kátia Abreu, a qual esteve obstinada nessa missão, em tempo de crise internacional, de ‘salvar o Brasil’, embora a ministra utilize táticas conservadoras, conforme já colocou-se, na oportunidade anterior, do lançamento da “região” MATOPIBA, que se configura nada

mais, do que um grande *marketing* na expansão da fronteira agrícola do país. Nesse sentido, a verbalização na mídia oficial (BRASIL, 2015), situa-se em torno de propósitos e perspectivas imediata de intervenção e rebatimento, direto na *metamorfose do latifúndio*, nas áreas de Cerrado da “região” MATOPIBA.

Algumas passagens da divulgação desse encontro com chefes de governos internacionais são aqui apontadas, enquanto termômetro que, seguramente, em um futuro próximo, acentuarão não somente o volume de exportação para o mercado internacional, mas os problemas agrários nas quatro unidades federativas envolvidas no Projeto, principalmente. É certo que uma intervenção dessa magnitude carece de mais estudos e, conseqüentemente, de amadurecimento para ser implantado, ou melhor, não ser implantado. Outros caminhos são possíveis, cujo ponto de partida vem sendo debatido desde o começo de formação do país, em bases sólidas, que é a Reforma Agrária em sua plenitude e não as que já se conhecem. Antes da internacionalização da agricultura, é importante levar em conta, que nessas localidades abrigam-se grupos sociais: quilombolas, camponeses, pequenas povoações (distritos), comunidades indígenas; são municípios que devem ser respeitados enquanto autóctones no território, com acumulados saberes milenares com a terra, e não devem ser sucumbidos ao chamado desenvolvimento produtivo, ou melhor, *destrutivo*.

A então ministra Kátia Abreu, em afirmação aos empresários e autoridades, sentencia que o MATOPIBA, “será um projeto específico de desenvolvimento e destacou que o Plano de Investimento em Logística (PIL) prevê R\$ 198,4 bilhões em concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, melhoramento de logística de escoamento da produção de alimentos” (BRASIL, 2015) (Mapas 15 e 16).

Do ponto de vista da expansão comercial, em contato com autoridades indianas e chinesas, as negociações centraram-se no aumento das trocas comerciais, necessidades de acordos de ordem tarifárias, assunto este estendido ao presidente da Companhia Nacional Chinesa de Cereais, Óleo e Gêneros Alimentícios (COFCO), Patrick Yu. Registra-se, como ponto relevante o empenho executivo chinês da referida COFCO que ‘tem interesse em participar do processo de desenvolvimento da Região Norte’. Seguindo nesse estoque informativo, “de acordo com Yu, os negócios com o Brasil deverão se ampliar nos próximos anos, especialmente no processamento de açúcar e na importação de carne” (BRASIL, 2015).

Com os representantes indianos, a negociação flui, também, no sentido de ampliação e valorização da iniciativa brasileira. O Brasil é tido como “parceiro natural”, de acordo com as palavras do “ministro das Ferrovias da Índia, Suresh Prabhakar Prabhu”, conforme registro da literatura oficial supracitada. A viagem oportunizou negociações com empresa indiana UPL e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cujo objetivo principal é “estimular a produção no Brasil dos chamados *pulses*, que são leguminosas em grãos, como grão de bico, lentilha e feijão” (grifos no original). Ressalta o governo que existe uma tendência ao aumento do consumo das leguminosas em grãos nos próximos anos, e que “o Brasil é um dos poucos países que têm condições de suprir a demanda crescente. A Índia importa atualmente 3,6 milhões de toneladas desses grãos e tem expectativa de chegar a 10 milhões em cinco anos” (BRASIL, 2015)⁵⁷.

Diante do problema da escassez de água, o governo da Arábia Saudita e Emirados Árabes ficam impossibilitados de produzir alimentos suficientes para o abastecimento interno, motivo principal para “grandes *traders* e *holdings* árabes do ramo de alimentos demonstrarem interesse em investir no MATOPIBA, como Salic, *Al Munajem Group* e Arasco e as emiráticas *AlDahra* e *Al GhurairInvestments*” (BRASIL, 2015). De acordo com o conteúdo da fala do “presidente Abdullah A. Al-Dubaikhi, o presidente da Salic – empresa que pretende investir em produção de milho, soja, açúcar e carne vermelha no Brasil”, a qual reúne as condições políticas de relações e outros atributos, como a estabilidade produtiva.

De acordo com as enumerações feitas também no site de comunicação do Ministério da Agricultura, a empresa *AlDahra* “enviará ao Brasil uma comissão técnica para identificar oportunidades de investimentos em agropecuária”. Na conversa com os árabes, nessa transcrição, sempre aparece a colocação da falta de água suficiente para a produção agrícola, recurso esse que no Brasil figura como solução. Entretanto, o problema que não deve ser esquecido é que o uso predatório desse recurso natural no Brasil já é motivo de muita preocupação. Pela frouxidão das leis ambientais e o tratamento da natureza como mercadoria, a utilização da água já apresenta fortes indicativos predatórios e, conseqüentemente, de sua falta

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/11/katia-abreu-constata-interesse-estrangeiro-em-agronegocio-e-infraestrutura-no-brasil>> Acesso em 15/12/2015.

no futuro não muito distante, sem falar nas unidades da federação que possuem racionamento e outros que são castigados pela escassez de chuvas⁵⁸.

Diante do quadro ufanista, que se alastra em torno dos recursos naturais da “região” MATOPIBA, é forçoso o posicionamento contrário frente às práticas predatórias do capital, em andamento acelerado nos últimos dez anos. Conforme já comentado, essa denominação é apenas um *marketing*.

Na verdade, boa parte dessa região já se manifesta modalidades de atividades monocultoras do plantio de arroz de sequeiro e arroz irrigado, desde a década de 1980, visto que esse último tem crescido nas terras de várzea na porção sudoeste do Estado, tradicionalmente na região de Formoso do Araguaia, nos municípios de Lagoa da Confusão e Pium, além das pastagens e, por último, a pujança da soja e da cana-de-açúcar seguem em disputa metamorfoseadora do latifúndio na Microrregião do município de Pedro Afonso.

As empresas que elegeram o município de Pedro Afonso, recentemente sede de seus investimentos, principalmente agrícola, guardam raízes em matrizes distantes, correlacionam-se a vários interesses, que se inserem no contexto político e econômico mundial. Compreender essa nova dinâmica de organização mundial do capital, que chega a lugares com pouquíssima tradição técnica e precária infraestrutura urbana, remete-se, automaticamente, a refletir sobre a dimensão dos impactos de diversas naturezas. Na realidade, o que se presencia, de um momento para o outro, é uma efervescência jamais vista, tanto no campo quanto na sede do município estudado e vizinhança, sobretudo, Bom Jesus, Tupirama, Guaraí e Santa Maria. J. A. de Paula (2014, p. 44) nos auxilia aprofundar nesta temática ao se referir sobre:

No exame da natureza desses processos, mecanismos e instrumentos acionados no curso da história do capitalismo, caberia destacar a questão do caráter dos métodos espoliativos diversos de que o sistema lança mão. Isto é, questionara se os processos de acumulação primitiva e expropriativa são apenas um elemento de uma fase passada na história ou se teriam papel atual e perene, estando inseridos na trajetória normal, não excepcional, do capitalismo.

Recorrendo também ao que diz (MARTINS, 2009, p.78), temos “[...] a acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital”.

⁵⁸ Esse é um problema bastante caro à organização territorial brasileira, conhecida “indústria da seca”, usada como plataforma política. É, contudo, um problema de vontade política e não deve ser atribuído aos elementos naturais.

Nessa relação faz-se necessário um esforço conjunto frente aos novos usos do território campo/cidade. Está na memória da população o quanto os municípios mencionados sofreram e vem sofrendo reajustes espaço-temporal, no limite do que pode-se expressar uma refuncionalização, quase que total da paisagem manifestados em moradia, hospedagem, saúde, educação e, principalmente, a reestruturação fundiária produtiva, cuja terra constitui, sobretudo, a mercadoria mais cobiçada, “mobilizadora” de todo movimento. Pautado em um jogo de interesses, requer em primeira mão, que se elenque atores que se constituem totalmente novos no processo e os que assumem maior poder de ‘mando’.

4.2 AS EMPRESAS MULTINACIONAIS NA MICRORREGIÃO DE PEDRO AFONSO: DESTAQUE PARA PRODUÇÃO CANA-DE-AÇÚCAR E SOJA

No subtítulo anterior, mostrou-se a importância da mediação realizada na instância do poder público, principalmente no sentido da viabilidade de relações de políticas internacionais voltadas para produção e exportação para o mercado externo. Está eminente, nesse processo, o aumento considerável de atividades de monocultura, não somente da soja, mas de outros gêneros agrícolas, em escala ampliada, na mais nova fronteira agrícola do país, alinhada à pesquisa de melhoramento genético.

No presente item, centra-se explicação na escala local das relações dos sujeitos submetidos, de maneira voluntária ou compulsoriamente, ao mundo de uma nova metamorfose territorial, com foco no município de Pedro Afonso e territórios municipais circunvizinhos, relações essas que os inserem no mundo “globalizado”.

A chegada da empresa agroindustrial BUNGE no Município em 2007 com início das operações em 2011 é a novidade maior depois do empreendimento do projeto PRODECER III, em 1995. O histórico da referida empresa já é do conhecimento de muitos. Assim, justifica inserir sua trajetória no mundo e no Brasil, cuja intenção principal é situar o município de estudo nessa relação.

A empresa multinacional BUNGE é de origem holandesa, fundada em 1818, na cidade de Amsterdã como nome Bunge & Co. O comerciante fundador, Johannpeter G. Bunge, era alemão e comercializava grãos provenientes das colônias holandesas. A convite do rei, do recém-criado Reino da Bélgica, a Bunge

instala-se em Antuérpia, em 1859. Inicia negócios na Ásia e África, já sob o comando de Edouard Bunge, neto do fundador (BUNGUE, 2012).

Em 1884, “[...] muda-se para a Argentina, onde com outros sócios, cria uma empresa coligada com o nome de Bunge y Born, com objetivo de participar do mercado de exportação de grãos do país” (BUNGUE, 2012). “Hoje, a Bunge Limited é uma empresa global, com sede em White Plains, Nova York, líder do agronegócio e produtos alimentícios, com aproximadamente 35.000 funcionários em mais de 40 países”. Em 1905, a empresa Bunge iniciou seus negócios no Brasil, com participação minoritária do capital do S. A. Moinhos Santista Indústrias Gerais, empresa de compra e moagem de trigo de Santos, São Paulo.

Em 1923, a Bunge compra a empresa Cavalcanti & Cia., em Recife (PE), que resultou na formação da Sanbra, posteriormente denominada Santista Alimentos. Em 1938, passa a comercializar fertilizantes, com constituição da Serrana S.A. de Mineração. Em 1997, a Bunge compra a IAP, empresa tradicional do ramo de fertilizantes, que posteriormente incorpora a Ouro Verde e a Manah. No ano de 1997, foi adquirida a empresa líder no processamento de soja e produção de farelo e óleos a Ceval Alimentos (BUNGUE, 2012).

Em 2007, adquiriu a usina de cana-de-açúcar em Santa Juliana (MG). Em 2008, assume o controle da Usina Monte verde em Pontaporã (MS) e inicia a construção de uma terceira usina em *Pedro Afonso* (TO). Em 2010, a empresa vendeu a sua área de mineração de nutrientes para fertilizantes a Vale e adquire a Moema Par holding, com cinco usinas de cana-de-açúcar, localizadas em São Paulo e Minas Gerais (BUNGUE, 2012).⁵⁹

Em 2014, a Bunge inaugura o complexo portuário Miritituba-Barcarena, que envolve a Estação de Transbordo, em Miritituba e o Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron), localizado em Barcarena, todos no estado do Pará (BUNGUE, 2012).

Oliveira (2015, p. 243), afirma que, “a mundialização do capitalismo monopolista gestou as empresas mundiais que comandam a mundialização da agricultura brasileira, ou seja, o agronegócio”. Pode-se agora, com esse retrospecto, ver, com mais concretude e capacidade o espírito e/ou sede de acumulação do capital, ou ainda, a sanha transformadora e demolidora dos territórios políticos e

⁵⁹ Disponível em: <www.bunge.com.br> Acesso em 15/12/2015.

econômicos construídos, o que conforme defende-se, o *metamorfizador latifundista*, nelas contido.

Contudo, o edifício construído pela via do monopólio dos meios de produção, a longo prazo, só poderá construir o seu contrário, no tocante a autodestruição do edifício capitalista. Dessa forma, somente outra forma de organização societária equacionará melhor e com mais senso humanitário, a relação homem natureza: “Por certo, as leis feitas pelos homens estão muitíssimo envolvidas no processo destrutivo geral” (MÉSZÁROS, 2007, p. 27).

Nesse ínterim se move, também, a resistência diante do poder de mando em um movimento dialético e ininterrupto no território, conforme comentou-se dos atores (empresas), que possuem poder demandando político e econômico, seja localmente, seja internacional, conforme apresentado no histórico acima e ilustrações.

Fotografia 4 - Agroindústria BUNGE



Fonte: Agroindústria BUNGE, município de Pedro Afonso/TO. Autor: OLIVEIRA (2015).

Fotografia 5 - Estrutura da empresa BUNGE para escoamento de etanol



Fonte: Trabalho de Campo, Ferrovia Norte-Sul município de Guaraí/TO. Autor: OLIVEIRA (2015).

Fotografia 6 - Pátio da Ferrovia Norte-Sul



Fonte: Trabalho de Campo, município de Guaraí/TO. Autor: Oliveira (2015).

Recorrendo ao que diz Santos (1992), tais relações no território combinam fatores de ordem externas e internas que concorrem para transformações espaciais. Martins (2009, p. 77) escreve que “A grande propriedade sempre foi um enclave sujeito a critérios próprios de direito, embora ilegais; lugar do reino do arbítrio do senhor de terras, que se torna, por isso mesmo, ainda hoje, senhor de consciências e de pessoas”.

Tomando como exemplo Tocantins, que sedia uma fronteira agrícola relativamente nova no Brasil, manifesto no volume de capital externo e interno em

constantes investimentos, principalmente no cultivo de soja e cana-de-açúcar em solo do Cerrado, ambas as atividades possuem como centro irradiador o município de Pedro Afonso, e tem atingido boa parte dos municípios do estado. Considerando que a cana-de-açúcar circunscreve-se ao referido município e municípios circunvizinhos há disputas constantes, realizadas nas e por áreas antes destinadas ao cultivo da soja (Fotografia 7 e 8).

Fotografia 7 - plantio de cana irrigada no município de Pedro Afonso (TO)



Fonte: FORNATO, A. C. Logística e agronegócio globalizado no estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão da fronteira agrícola moderna no território brasileiro. Unicamp, 2012. Dissertação de Mestrado.

Fotografia 8 - Disputa territorial, soja versus, cana no município de Tupirama/TO



Fonte: FORNATO, A. C. Logística e agronegócio globalizado no estado do Tocantins: um estudo sobre a expansão da fronteira agrícola moderna no território brasileiro. Unicamp, 2012. Dissertação de Mestrado.

A maior parte da área plantada está sob o domínio da soja no estado do Tocantins. Nos últimos tempos, o cultivo da cana-de-açúcar tem crescido bastante na Microrregião de Pedro Afonso e tem recebido fortes incentivos em infraestrutura

governamental (Mapas 14, 15 e 16), e ainda, benefícios relativos às terras já trabalhadas nessa microrregião pelo projeto Nipo-Brasileiro.

Por outro lado, a soja tem se difundindo para os municípios de outras Microrregiões, especialmente a de Porto Nacional, superando em área e volume de produção Pedro Afonso (Quadro 2).

Quadro 2 - área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária

Unidade da Federação, Microrregião Geográfica e Município	Variável	Lavoura temporária	Ano					
			1990	1995	2000	2005	2010	2013
Estado Tocantins	Área plantada (Hectares)	Cana-de-açúcar	5.980	5.503	3.590	2.767	10.803	27.548
		Soja (em grão)	30.120	20.237	57.919	355.300	352.875	536.545
	Área colhida (Hectares)	Cana-de-açúcar	5.080	4.408	3.562	2.762	9.780	27.209
		Soja (em grão)	26.280	20.117	57.919	355.300	352.875	536.545
	Quantidade produzida (Toneladas)	Cana-de-açúcar	238.100	212.747	149.523	161.873	715.317	2.074.454
		Soja (em grão)	35.140	36.471	144.362	905.328	991.326	1.557.939
Microrregião Porto Nacional - TO	Área plantada (Hectares)	Cana-de-açúcar	82	44	248	277	2.421	18.760
		Soja (em grão)	1.700	4.710	26.560	89.950	79.375	112.000
	Área colhida (Hectares)	Cana-de-açúcar	80	44	235	277	1.416	18.760
		Soja (em grão)	1.400	4.710	26.560	89.950	79.375	112.000
	Quantidade produzida (Toneladas)	Cana-de-açúcar	2.580	1.347	10.360	16.210	66.280	1.485.200
		Soja (em grão)	1.760	8.477	66.562	232.077	224.585	323.100
Município Pedro Afonso - TO	Área plantada (Hectares)	Cana-de-açúcar	-	-	25	10	2.000	18.000
		Soja (em grão)	400	4.080	24.870	44.000	25.000	18.000
	Área colhida (Hectares)	Cana-de-açúcar	-	-	15	10	1.000	18.000
		Soja (em grão)	400	4.080	24.870	44.000	25.000	18.000
	Quantidade produzida (Toneladas)	Cana-de-açúcar	-	-	600	350	50.000	1.440.000
		Soja (em grão)	800	7.810	62.672	118.800	70.000	45.000

Fonte: Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em 15/12/2015.

Conforme apontam os números na tabela acima, o plantio de cana-de-açúcar na microrregião de Pedro Afonso não expressava produção⁶⁰, entre 1990 a 2010 e ressalva-se que a usina começou a operar em 2010 em caráter experimental.

⁶⁰É importante lembrar os plantios para fabricação de rapadura, ração animal e também a cachaça, conhecida como *pinga de engenho* em pequenas propriedades. Essas culturas sempre existiram na região e em outros pontos no Estado. Presenciou-se a produção de cana-de-açúcar, trituração junto ao milho verde (planta e fruto), essa última na propriedade rural do antigo Colégio Estadual Agrícola de Pedro Afonso (CEAPA) e em propriedades próximas.

Em maio de 2011, o funcionamento da usina é normalizado e cultivo de mudas, em viveiro, para o plantio do canavial, iniciou-se em 2007 com 237 hectares. Na safra de cana-de-açúcar, em 2013, na microrregião de Pedro Afonso, com área plantada de 18.000 hectares, obtendo uma produção de 1.440.000 toneladas (IBGE, 2015⁶¹); na safra 2014/2015, a área de plantio, que era de 32 mil hectares, teve acréscimo produtivo de 37%, chegando a 2,5 milhões de toneladas⁶².

No caso da soja na Microrregião de Pedro Afonso, em 2013, sua área plantada foi de 18.000 hectares (SIDRA, 2015). Na safra 2014/2015 foi registrado um novo aumento na área de soja na região de Pedro Afonso, com um total de 49 produtores, plantando em 27.430 hectares, nos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus, Tupirama, Santa Maria do Tocantins, Centenário, Recursolândia, Rio Sono, Itacajá, Rio dos Bois e Miracema. 19% maior em relação à última safra, quando foram semeados 23 mil hectares. A maior área foi cultivada em Pedro Afonso: 13.404 hectares. O plantio foi iniciado em 01 de outubro de 2014, em área irrigada com pivô⁶³.

Em se tratando do estado de Tocantins como um todo, não resta dúvida que o plantio da soja supera, em área e volume total, no município de Pedro Afonso. Na microrregião de Porto Nacional, pode-se afirmar que não existe ainda plantio de cana-de-açúcar em escala industrial, pois isso se tornaria antieconômico em função da distância, uma vez que o centro processador é, hoje, exclusividade da BUNGE e está localizado a 173 km.

Ressalta-se que o município de Porto Nacional tende para especialidade produtiva de oleoginosas, fato que não figura como novidade em um mercado esparteado do território, para fortalecimento de interesses individualizados. A prova disso, é que acaba de ser instalada a primeira planta industrial da esmagadora de soja GRANOL, no município de Porto Nacional, já comentada anteriormente. De acordo com o próprio *site* de divulgação da empresa, “em 2012 a GRANOL adquiriu a unidade de Porto Nacional”, Brasil Ecodiesel⁶⁴, “operando inicialmente com a produção de biodiesel, e, em 2013, começaram as obras de expansão da planta fabril para esmagamento de soja” (GRANOL, 2010).

⁶¹Informação disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 15/12/2015.

⁶²Informação disponível em: <www.conab.gov.br> Acesso em 15/12/2015.

⁶³ Informação disponível em: <www.conab.gov.br> Acesso em 15/12/2015.

⁶⁴A Brasil Ecodiesel foi inaugurada em 18 de maio de 2007, pelo então Presidente República, Luiz I. L. da Silva.

A especialização de região produtiva acompanha, sobretudo, a demanda do capital internacional. Ora se volta para uma monocultura, ora para outra, a depender das vantagens oferecidas amplamente. O desejo dos grandes produtores é seguir a tendência do mercado internacional, com a produção cotada no dólar, fator de motivação, que se associa, também, ao mercado financeiro internacional de investimentos na Bolsa de Valores. Nesse último, aponta-se apenas as ramificações decorrentes do mercado de commodities.

As primeiras tentativas de inserir o estado do Tocantins no mercado amplo foram, ainda, como já comentado, no período em que o território tocaninense estava sob a jurisdição do estado de Goiás. Foi implantado o Projeto de arroz irrigado no município de Formoso do Araguaia e continua, até os dias atuais, metamorfoseado para o plantio de semente de soja melancia. Nesse período, o monocultivo girava em torno do cultivo do arroz. O Banco do Brasil (BB), não interessavam por outro tipo de cultivo, a não ser aquele exigido no mercado nacional e internacional principalmente. Portanto, nessa época, não se cogitava tanto 'sucesso', para com a cultura da soja, apesar de algumas tentativas terem sido realizadas.

De acordo com entrevista realizada com o Senhor José Edgar, hoje produtor de soja, seringueira e gado de corte, no município de Pedro Afonso, o plantio de soja teve início no Município em 1992 e participaram Paolo Mano, Sebastião Carvalho, Silvio Sadre e o próprio José Edgar. A produção foi comprada pela União Fabril Exportadora, esmagadora em São Luiz (MA). Posteriormente, aparece a empresa CEVAL⁶⁵ (Cereais do Vale), CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), CAMPO, EMBRAPA⁶⁶ e Projeto Nipo-Brasileiro no começo dos anos de 1990. A CEVAL, adquirida pela BUNGE Alimentos, vem atuando na exportação de soja em Tocantins, desde 1993 e a empresa incentiva a produção de soja no estado. Possui diversas instalações em pontos estratégicos: um armazém ao sul do estado, na margem da BR-153, no município de Gurupí e um posto de recebimento de soja, entre o município de Porto Nacional, saída para Palmas (Fotografias 9 e 10).

⁶⁵ Agroindústria líder na produção de soja, farelo e óleo vegetal, fundada pela maior empresa têxtil da América Latina, Hering (SC), em 1970, a 14 km de Blumenau. Foi adquirida pela BUNGE internacional em 1997. Disponível em: <www.fundacaobunge.org.com.br> Acesso em 16/12/2015.

⁶⁶ O papel da EMBRAPA foi importante nos estudos de melhoramento genético de variedades de soja e outros tipos de cereais adaptáveis ao ambiente do Cerrado.

Fotografia 9 - postos de recebimento de soja da empresa BUNGE



Fonte: Soares (2015).

Fotografia 10 - postos de recebimento de soja da empresa BUNGE



Fonte: Trabalho de Campo, município de Porto Nacional/TO. Autor: Oliveira (2015).

Dado a observação das formas (fotografias), aparentemente neutras, sobre o território para alguns, não deixa de fazer parte de uma estrutura muito maior no nível local, nacional e mundial de uma rede de relações que se configuram, potencialmente forte, para metamorfosear, quase que totalmente, as forças produtivas tradicionalmente edificadas, sobretudo o *latifúndio*.

No item seguinte, destaca-se a inserção da “Agricultura Familiar” nos municípios de Pedro Afonso, Tupirama e Bom Jesus. no que pesem seus limites enfrentados. Foi analisado, conjuntamente a atividade do agronegócio, que interliga determinações e contextos de interesses diversos na escala de relações no território.

4.3 O TERRITÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA MONOCULTURA NOS MUNICÍPIOS DE PEDRO AFONSO, TUPIRAMA E BOM JESUS

O estado do Tocantins, como fronteira agrícola em expansão do país, tem sido noticiado na imprensa nacional. Por outro lado, não deixa de ser motivo de debate, também em menor proporção, a chamada 'Agricultura Familiar', tida como base da política agrícola oficial brasileira para o abastecimento interno, então, se atende à demanda local, isso ainda está por acontecer. No quadro 3, nota-se a disparidade, em termos de números de estabelecimentos e tamanho da área em hectares, das modalidades produtivas da 'Agricultura Familiar' e não familiar. Enquanto a Agricultura Familiar, ganha em número de estabelecimentos, por outro lado, em termos de tamanho por área em hectares, se reduz bastante da agricultura empresarial.

Quadro 3 - Estabelecimentos e área da Agricultura Familiar, segundo as unidades municipais 2006

Municípios	Agricultura Familiar		Agricultura Empresarial	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Pedro Afonso	116	7.403	35	27.606
Tupirama	193	17.365	85	74.471
Bom Jesus	626	50.129	234	186.776
Rio Sono	110	11.957	25	17.241
Santa Maria	506	39.823	168	98.862
Guaraí	173	17.798	92	89.160

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Autor: Oliveira (2015).

É eminente que a contradição desse problema da concentração de terra, se materializa na escassez de alimentos de primeira necessidade no mercado, em qualquer localidade que se estabeleça. A exemplo dos municípios que fazem divisa com o município de Pedro Afonso, que são Tupirama, Bom Jesus e até mesmo Guaraí, para não dizer em todos os municípios, onde não ocorre o fornecimento de gêneros agrícola, que compõe a dieta em quantidade e variedade a preço acessível, isso porque a maior parte das terras estão, cada vez mais, sendo ocupadas com plantação de commodities.

Tais produtos, que se encontram nas frutarias, no interior dos supermercados e em estabelecimentos exclusivos, iam por meio de transporte de caminhões da Central de Abastecimento S/A (CEASA), localizada a mais de 800 km na capital Goiânia. Em uma das conversas com o senhor L., na sede municipal de Pedro Afonso, nos informou que: “é fraca a produção aqui. Fica muito caro comprar aqui na região. Com a mesma qualidade eu compro do CEASA em Goiânia”. Na disputa capital versus capital, qual seja a cana-de-açúcar vem tomando a área da soja no município de Pedro Afonso e as duas juntas vem ocupando as terras de trabalho e comprometendo a segurança alimentar em Bom Jesus, Tupirama, Santa Maria e Guaraí. Essa é uma informação bastante difundida pela população local e regional e, certamente, responde em boa parcela à escassez da produção diversificada dos gêneros agrícola nos Municípios.

Em outra informação, junto ao Cadastro de Produtores de Soja, nos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus e Tupirama, a safra 2014 – 2015, por meio da Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC), pode-se elucidar um pouco mais as áreas de propriedades próprias e arrendadas e consequente a expansão da agricultura empresarial da soja e/ou cana-de-açúcar. Mais uma vez, a Agricultura Familiar perde espaço nos últimos anos (Quadros 4, 4.1 e 4.2).

Quadro 4 - cadastro de produtores de soja no município de Pedro Afonso

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ARRENDATÁRIO	LATITUDE	LONGITUDE	SOJA (ha)
Pedro Afonso	Faz. Brejinho II	João Damasceno de Sá Filho		09° 06' 11,6"	48° 09' 04,2"	1.235
Pedro Afonso	Faz. Caixeta: lote 06	Gilberto Caixeta Borges		09° 07' 40,4,3"	48° 09' 37,3"	250
Pedro Afonso	Fazenda Fazendinha	Silvio Expedito Sandri		09° 08' 07,6"	48° 10' 13,0"	445
Pedro Afonso	Faz.SolNascente:lote 29	Benjamim Hlkokuro Baba		09° 20' 33,1"	48° 04' 26,4"	460
Pedro Afonso	Faz. Tabajara	João Carlos Vieira da Silva		09° 18' 14,2"	47° 59' 02,1"	820
Pedro Afonso	Faz.Pedra Azul: lote 21	José Francisco Amaral		09°14' 39,9"	48° 02' 44,3"	Continuação
Pedro Afonso	Fazenda Colina Verde	Odair Bihain	João José Grava	09° 03' 59,5"	48° 05' 33,5"	125
Pedro Afonso	Fazenda lote 08	Luciano CalegareNússio		09° 08' 96,4"	48° 10' 85,7"	470
Pedro Afonso	Fazenda boa esperança	Anderson Bihain	João woicikosky			115
Pedro Afonso	Fazenda Uruçu	Luiz Gilberto Ramos		09° 17' 52,3"	48° 00' 54,7"	1350

Pedro Afonso	Fazenda Vale Canaã: lote 16	Carlos Vanderley Figueira		09° 14' 54,7"	48° 03' 36,6"	680
Pedro Afonso	Fazenda Tropical	Vando Vieira da Silva		09°17' 44,3"	47° 55' 23,0"	300
Pedro Afonso	Boa Esperança	Dirceu Rodrigues Santos	Claudemir Rodrigues dos Santos	09° 07' 09,2"	48° 13' 31,1"	100
Pedro Afonso	Fazenda Grota da Onça		Marcos Tadeu donatti	09° 09' 23,7"	47° 57' 43,6"	220
Pedro Afonso	Fazenda: lote 41		Francisco F.M dos Santos	09° 20' 37,4"	47° 59' 08,7"	400
Pedro Afonso	Fazenda boa sorte	Márcio Donizete José da Silva		09° 16' 28,8"	48° 11' 00,9"	830
Pedro Afonso	Faz. Ouro Verde: lote 32	Edmar Corrêa de Oliveira		09° 22' 59,6"	48° 03' 06,7"	450
Pedro Afonso	Fazenda Boa Esperança	Alessandro Zaroni		09° 07' 09,3"	48° 08' 36,2"	290
Pedro Afonso	Fazenda São Pedro	Evanis Roberto Lopes		09° 17' 37,1"	48° 03' 45,5"	280
Pedro Afonso	Faz. São Judas Tadeu		Éder Carlos Mandotti	09° 03' 48,4"	48° 09' 55,8"	450
Pedro Afonso	Faz. Nova Esperança: lote 31	José Tarcisio Borges		09° 22' 01,7"	48° 02' 01,7"	450
Pedro Afonso	Fazenda Colorado	Éder Tófoli		09° 18' 51,1"	47° 53' 05,8"	490
Pedro Afonso	Fazenda Eldorado: lote 22	Ricardo Benedito Khoury		09° 18' 50"	48° 03' 03"	1470
Pedro Afonso	Novo horizonte: lote 38	Mário Hiroshi Okavama	Mário Hiroshi Okoyama	09° 20' 34,8"	48° 00' 58,0"	567
Pedro Afonso	Faz. Padre Eustáquio: lote 28	Cláudio José da Fonseca		09° 20' 54,7"	48° 02' 45,1"	480
Pedro Afonso	Fazenda Boaventura	Cláudio Siqueira		09° 19' 36,4"	48° 00' 48,8"	300
Pedro Afonso	Fazenda brejão do meio		Manoel Albino Miranda coelho	09° 09' 11,5"	48° 14' 13,0"	600
Pedro Afonso	Fazenda aparecida	Carlos Vanderley Figueira		09° 20' 16,6"	48° 11' 59,1"	120
Pedro Afonso	Fazenda Sítio Ágape	Joel Bruno de Roco				29,5
Pedro Afonso	Fazenda Vitória	Marcílio Divino da Cruz		09° 17' 58,7"	47°55' 28,2"	1150
Pedro Afonso	Fazenda Três Coqueiros	João Luiz Mazurkilwicz		09° 11' 54,0"	47° 55' 45,2"	450
Pedro Afonso	Fazenda Santa Rosa	Antônio Carlos Martins		09° 17' 18,8"	47° 55' 26,2"	60
Pedro Afonso	Fazenda Lageado	Gilberto Muhlbeier	Gilberto Muhlbeier	09° 25' 11,4"	48° 08' 18,4"	250
Pedro Afonso	Fazenda Bela Vista	Valdir Vieira da Silva		09° 16' 12,1"	47° 55' 57,1"	237
					TOTAL	16.764

Fonte: Agência de Defesa Agropecuária. Cadastro de Produtores de Soja no estado do Tocantins – Safra 2014 -2015.

Quadro 4.1 - cadastro de produtores de soja no município de Bom Jesus

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ARRENDATÁRIO	LATITUDE	LONGITUDE	SOJA (ha)
Bom Jesus	Fazenda Campeira	Moacir Catabriga		08° 56' 51,9"	47° 55' 29,4"	-
Bom Jesus	Fazenda Palmeiras	Alessandro Zaroni		09° 01' 51,5"	48° 05' 00,5"	267
Bom Jesus	Fazenda Nicola	Vilmar Nicola		08° 56' 10,9"	48°00' 26,3"	75
Bom Jesus	Fazenda Seis amigos	Walter José Nicola e outros		08° 57' 10,3"	48° 00' 04,1"	340

Bom Jesus	Fazenda Seis Amigos	Valmir Caetano Pitão		08° 57' 10,3"	48° 00' 04,1"	53
Bom Jesus	Fazenda Santa Rosa de Lima	João Luís da Silva e filhos		08° 58' 19,7"	48° 00' 45,8"	130
Bom Jesus	Fazenda Boa Esperança	Walter Gobato e outro	Walter de Souza Oliveira	08° 57' 32,9"	48° 08' 27,5"	318
Bom Jesus	Fazenda Vale do Canaã	Carlos Vanderley Figueira		08° 54' 40,4"	48° 04' 00,2"	600
Bom Jesus	Fazenda Santra Cruz	Paulo Evandro Sinigaglia		08° 56' 11,2"	48° 02' 13,1"	300
Bom Jesus	Fazenda Júlio Maria	Alberto Mazola		09° 03' 20,9"	48° 03' 55,6"	360
Bom Jesus	Fazenda Dalgas		Luiz Antônio Andreazza	09° 01' 28,1"	48° 04' 11,8"	480
Bom Jesus	Fazenda Barragem	João Fernandes Pereira		08° 56' 34,7"	48° 04' 34,6"	450
Bom Jesus	Fazenda Boa Esperança	Dirceu Rodrigues dos Santos		08° 59' 49,8"	48° 05' 17,2"	500
Bom Jesus	Fazenda Bela União	Antônio Ignácio B. Filho		08° 57' 36,9"	48° 06' 38,0"	630
Bom Jesus	Fazenda Bom Futuro	Ivo Rampazzo		09° 05' 57,5"	47° 59' 29,2"	120
Bom Jesus	Fazenda Bom Retiro			08° 56' 41,5"	48° 03' 38,6"	1200
Bom Jesus	Fazenda Brejo Novo		Claudinei Rodrigues dos Santos	09° 03' 22,5"	48° 03' 41,8"	-
Bom Jesus	Fazenda Monasteria		Juliano da Silva Sandri	09° 01' 38,6"	48° 06' 59,9"	350
					TOTAL	6.173

Fonte: Agência de Defesa Agropecuária. Cadastro de Produtores de Soja no estado do Tocantins – Safra 2014 -2015.

Quadro 4.2 - cadastro de produtores de soja no município de Tupirama

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ARRENDATÁRIO	LATITUDE	LONGITUDE	SOJA (ha)
Tupirama	Faz. Nossa Sra. Aparecida	José Orlandini		08° 59' 11,6"	48° 21' 20,9"	640
Tupirama	Fazenda Raiz		Daniel Olegato	08° 49' 31,7"	48° 12' 10,5"	520
Tupirama	Fazenda Imbituva	Luís Carlos Slusarg		08° 52' 14,3"	48° 12' 08,3"	170
Tupirama	Fazenda Primavera	Manoel Soares de Castro		08° 51' 17,1"	48° 12' 56,1"	1800
Tupirama	Fazenda Bom Será	Avelino Aleotti		08° 58' 31,7"	48° 15' 12,4"	450
Tupirama	Fazenda Água Branca	Odair Fiorini	Agrex do Brasil	08° 49' 48,0"	48° 13' 35,7"	2373,68
Tupirama	Fazenda Vão Livre	Almir Eugênio Scaramal		08° 51' 56,4"	48° 11' 03,6"	264
Tupirama	Fazenda Brejão Verde		Almir Eugênio Scaramal	08° 59' 36,4"	48° 14' 28,6"	330
Tupirama	Fazenda Mirindiba	Sérgio Carlos Sgorla		08° 55' 27,9"	48° 12' 53,3"	1400
Tupirama	Fazenda São João	Waldir Herpich		08° 57' 29,4"	48° 17' 12,2"	13
Tupirama	Fazenda Piquiri	Denilson José Martins		08° 58' 02,5"	48° 20' 41,1"	450
Tupirama	Fazenda Yolanda	Walter de Souza Oliveira		08° 53' 44,9"	48° 14' 48,7"	1500
Tupirama	Fazenda Santo Antônio	Roberto Bellinato				300
Tupirama	Fazenda Cachoeira	Aroldo Esguaresse Ruis				1000
Tupirama	Fazenda Savana	Edinaldo Aparecido de Sousa				130

Continuação

Tupirama	Fazenda Santa Rita da Cássia	Adalberto Gugel				430
Tupirama	Fazenda Santa Júlia	Nilson Miguelão				500
					TOTAL	12.470,68

Fonte: Agência de Defesa Agropecuária. Cadastro de Produtores de Soja no estado do Tocantins – Safra 2014 -2015.

De acordo com os dados do cadastro de produtores de soja, da Agência de Desenvolvimento agrícola e Pecuária – ADAPEC, em Pedro Afonso e municípios vizinhos, na safra 2014-2015, de um total de 25 produtores de soja, 16 são proprietários e 09 são arrendatários, sendo que juntos totalizam 16.764 hectares (Quadro 4). No município de Bom Jesus, de um total de 13 proprietários, 04 são arrendatários e totalizam 6.173 hectares, bem como no município de Tupirama (Quadro 4.1), 14 são proprietários e apenas três arrendam, compondo 12.470,68 hectares (Quadro 4.2). Todos esses produtores são fornecedores de soja para a BUNGE Alimentos, com um total geral de 35.407.68 hectares. Justifica-se, portanto, com esses números, o quanto o uso do solo agrícola está sendo ocupado com a atividade monocultora.

Em entrevista com funcionários públicos do setor agropecuário, populares (moradores local) e produtores, certificou-se que a inadimplência dos produtores de soja, junto ao Banco do Brasil (BB), contribuiu bastante para a concentração ‘produtiva’ da terra, soja e cana-de-açúcar⁶⁷ nos três municípios retratados nos quadros mencionados:

Muitos venderam suas terras para a BUNGE”. “Esta empresa chegou ao Município em uma fase que estava havendo muitas inadimplências de produtores vinculados ao projeto PRODECER. Momento este em que muitos venderam suas terras para saquear empréstimos bancários inclusive a preços acima dos empréstimos contraídos junto ao Banco do Brasil (BB). Ao proceder assim saldaram o valor do empréstimo com chances de continuar como proprietário de terra, em local mais distante nos municípios vizinhos ou em outra unidade federativa especialmente no estado do Pará a preço mais inferior, porém com maior área (J., Trabalho de Campo, sede do município de Pedro Afonso, Setembro de 2015).

Ocorreram muitos transtornos, no primeiro momento da chegada dos investidores sulistas, em Pedro Afonso. Acontecimentos esses justificados na fala dos entrevistados e na mídia nacional, conforme matéria no jornal Gazeta Mercantil. O Jornal Gazeta Mercantil (1999, p. 3), qual seja a explicação do superintendente do

⁶⁷ Sobre a atividade da cana de açúcar, foi analisada em oportunidade anterior, quando comparou-se a produção nas duas microrregiões: Pedro Afonso e Porto Nacional.

BB na época, Adão Ferreira de Lima: “ao fazer um empréstimo junto ao Banco precisa de garantias do financiamento” e reitera: “o BB, vem enfrentando dificuldade de garantia desde a implantação do projeto. De acordo com o contrato, 60% do valor do financiamento é custeado pela Jica, Agência Japonesa, que financia o Projeto Nipo-Brasileiro”, bem como “30% pelo Tesouro Nacional e 10% pelos colonos”. Esta contrapartida de 10% deveria entrar no início do financiamento, no entanto, de acordo com Lima, “os colonos sempre tiveram dificuldades para apresentar os recursos próprios, mesmo assim o Banco abriu e liberou o custeio”.

Outros relatos auxiliam no esclarecimento da dimensão dos processos no território em disputa. Veja-se:

Na safra anterior o Banco do Brasil teve que negociar com uma empresa compradora de soja vinculada em segundo grau, para conseguir de volta a produção dada como garantia. Lima faz questão de enfatizar que quem está trazendo constrangimentos para o PRODECER III ‘é uma meia dúzia de pessoas’ que segundo ele, colheram, não pagaram e nem procuram o banco para negociar. Por isso, o BB ajuizou uma ação para recuperar o investimento e já conseguiu na justiça o arresto dos bens dos colonos citados no processo. Segundo Lima, o custeio da safra de 97/98 chegou a ser disponibilizado, mas não foi liberado porque os colonos não conseguiram sustentar todas as garantias. Cerca de R\$ 40 milhões já foram aplicados no PRODECER III, além dos vários investimentos em infraestrutura promovidos pelo governo estadual para viabilizar projeto (GAZETA MERCANTIL, 1999, p. 3).

A inadimplência dos agricultores, com o sistema bancário, não circunscreve apenas em “meia dúzia de colonos”, conforme a transcrição da matéria acima. Sabe-se, por informações verbais prestadas à pesquisa, realizada em órgão público estadual, no setor agropecuário e registros comprobatórios com moradores com quem conversou-se que:

Muitos colonos esbanjaram dinheiro dos empréstimos nos bares e restaurantes da cidade de Pedro Afonso que resultou em falência e desistência dos lotes de 1000 hectares. Desistência entre aspas. Os lotes foram repassados à BUNGE e o dinheiro não foi devolvido ao Banco do Brasil. Muitos compraram fazenda maior no Estado do Pará e outras localidades no próprio Estado. A inadimplência ocorreu ao mesmo tempo da concentração de terra através da compra (Trabalho de Campo, F., sede do município de Pedro Afonso, entrevista, Agosto de 2014).

A terra, como bem de produção, está na base dos processos produtivos e encerra as contradições, que se estabelecem entre atores diversos ligados a produção de commodities, fornecedores de matérias-primas e/ou integrados, arrendatários, camponeses com terra e sem terra, bem como se estende pela população que necessita dessa produção, enquanto consumidora.

Nessa correlação de força, os empresários rurais sempre são os mais valorizados, por serem considerados, pela política econômica nacional, os que produzem e são geradores de divisas para o Estado, enquanto que os camponeses são atrasados e plantam para subsistência e, portanto, invisíveis para as políticas para o setor. Essa realidade, nos municípios pesquisados se consuma.

Para que se amenize a oposição, por parte dos que se encontram nas demais classes sociais, se combinam políticas, que lhes permitam ganhos o suficiente para mantê-los na posição de subalternidade, enquanto camponês, não esquecendo a política co-participava público/privado. Na verdade, não deixa de acontecer em sua particularidade do *desigual e combinado*. Com ressalva a essa relação, dado que na região pesquisada e, até mesmo no estado do Tocantins como um todo, a relação camponês e indústria/agroindústria encontra-se distante, enquanto fornecedores de matérias-primas.

Na outra parte dessa relação, está a maioria da população presa à ideologia, à espera do compromisso constitucional da função social da terra. Muitos, movidos pela ideia de progresso e a falta de oportunidade de melhorar, no que pesem as primeiras necessidades de um ser humano: morar, alimentar e vestir. Uma vez que nunca se teve acesso pleno a tais benesses, está certamente vulnerável a subordinação de um sistema econômico, que prima pela maximização da *mais-valia absoluta e relativa* (MARX, 2008).

Dado que no Brasil, desde sua formação, a terra sempre foi um bem de produção cobiçado, enquanto fonte de poder econômico e político, principalmente, no começo da formação territorial do antigo Norte de Goiano, a ocupação se deu pelas terras de mata e hoje o uso das terras planas é amparado pela dinâmica biotécnica de domesticação de animais e plantas no Cerrado, bem como apoiada no planejamento logístico Público Federal, Estadual e Municipal. Os desdobramentos de tudo isso, aparecem na *metamorfose constante do latifúndio*, concretizado no 'esvaziamento' populacional do espaço rural, não somente nos municípios de Pedro Afonso, Tupirama e Bom Jesus, Santa Maria e Guaraí, mas pode-se dizer, também, de um acontecimento em todo o estado. Se antes/hoje, a migração campo/cidade estava/está mais centrada nas regiões Sudeste e Sul do país, e sua ocorrência obedeceu a certa regularidade no tempo/espaço, no estado do Tocantins essa relação ocorre bruscamente e imediatamente ao surgimento da agricultura no Cerrado, nos anos de 1980 (Tabela 2).

Tabela 2 - Estado do Tocantins: População por situação de domicílio 1970 – 2012

Ano	População Total	Taxa de crescimento %	Urbana	%	Rural	%
1970	537.563	-	134.793	25,07	402.770	74,93
1980	738.688	2,23	296.238	40,10	442.450	59,90
1991	920.116	2,02	555.662	60,39	364.454	39,61
1996*	1.048.642	2,65	741.009	70,66	307.633	29,34
2000	1.151.098	2,49	859.961	74,32	297.137	25,68
2010	1.383.445	1,80	1.090.106	78,80	293.339	21,20
2011**	1.400.892	1,26	1.103.854	78,80	297.038	21,20
2012**	1.417.694	1,20	1.117.093	78,80	300.601	21,20

Fonte: IBGE/Censos Demográficos/SEPLAN - TO/Diretoria de Pesquisa. Contagem da população IBGE. Estimativa de população IBGE. *Para a População Urbana e Rural de 2011 e 2012, forma usadas as mesmas proporções do Censo 2010.

Para a maioria, não resta outra alternativa, a não ser sair do campo, em busca de trabalho assalariado, com registro em carteira e outro tipo de amparo, por mínimo que seja. Outros alimentam esperança ao buscar oportunidade, enquanto classe, que acredita poder viver da terra, condignamente por meio de movimento sociais pela terra (Fotografias 11 e 12).

Fotografia 11 - manifestação do MST na rodovia Belém-Brasília, município de Tabocão, próximo a Guaraí



Fonte: Barbosa (2015).

Fotografia 12 - ruínas de moradia camponesa tomada pelo plantio de cana-de-açúcar



Fonte: Trabalho de Campo, município de Bom Jesus/TO. Autor: Oliveira (2015).

A Geografia e a História registram, que as características assumidas pelo desenvolvimento territorial capitalista sempre receberam o apoio do poder público, em primeiro lugar, e ao mesmo tempo, tornou/torna invisível a população autóctone, além do discurso ser o do crescimento econômico e do emprego. Porém, o que se ergue diante da maioria da população, em que sedia o empreendimento agroindustrial é a exclusão e expropriação: “[...] todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanece fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado [...]” (HARVEY, 2014, p. 121).

No sentido da correlação de força, tem-se encontrado menor resistência por parte dos autóctones, com ressalvas, porque embora as manifestações não sejam frequentes ou não tenham despertado, na forma do enfrentamento direto, com relação ao desmatamento e à concentração de terras, existem atitudes como retratadas na fotografia de acampamentos de luta, pelo retorno a terra em Tocantins e várias localidades, mais acentuadas no extremo norte.

4.4 O QUE OS NÚMEROS NÃO REVELAM NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

De acordo com os dados do IBGE, as terras brasileiras são bastante concentradas. As propriedades que possuem menos de 10 hectares participam com 2,7% do total das terras, enquanto que as propriedades com mais de mil hectares

ocupam 43% do total das terras agricultáveis. O Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, registra um Índice de Gini de 0,854 pontos, dado relativamente perto de 1, o que indica concentração acentuada.

O que está na base da compreensão do aumento da concentração de terra no Brasil, segundo os dados do IBGE, é justamente o aumento da produção de commodities para o mercado mundial, incorporado a introdução de novas tecnologias no setor. Tomando algumas unidades da federação como exemplo, onde a expansão da fronteira agrícola é mais recente e caminha a passos largos rumo ao extremo norte, a situação tende a ser mais acentuada, do que outros estados do País. No estado do Pará, a tendência é segundo o Censo Agropecuário de 1995, 1996 e 2006, a abertura de terras para pastagem é responsável por grande parte de concentração das terras.

Em Tocantins, o Índice de Gini registra 0,678 pontos em 2003. O qual é considerado alto, portanto, próximo a outras unidades da Federação como exemplo, o de Alagoas 0,871 pontos, Maranhão 0,864, respectivamente em 2003. Por outro lado distanciam dos índices dos Estados de São Paulo 6,1 e Mato Grosso do Sul 4,1 (Quadro 5). Fica evidente que os Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) pouco avançou, historicamente, na distribuição de terra e a disparidade econômica regional tem se acentuado, tanto do ponto de vista de melhor distribuição da riqueza, quanto da reação provocada pelos que buscam o direito à terra como sobrevivência, por meio dos movimentos sociais.

Quadro 5 - quadro Índice de Gini 1992 – 1998 – 2003 e evolução 1992 –2003

Unidade da Federação	Gini 1992	Gini 1998	Gini 2003	Evolução
Acre	0,883	0,865	0,785	-0,098
Alagoas	0,783	0,783	0,784	0,001
Amapá	0,842	0,775	0,585	-0,258
Amazônas	0,935	0,927	0,837	-0,098
Bahia	0,802	0,826	0,807	0,004
Ceará	0,684	0,695	0,691	0,007
Espírito Santo	0,615	0,632	0,626	0,012
Goiás	0,717	0,720	0,720	0,002
Maranhão	0,740	0,759	0,719	-0,021
Minas Gerais	0,745	0,754	0,741	-0,004
Mato Grosso do Sul	0,807	0,806	0,805	-0,001

Mato Grosso	0,813	0,803	0,736	-0,050
Pará	0,888	0,885	0,823	-0,065
Paraíba	0,753	0,758	0,755	0,002
Pernambuco	0,757	0,756	0,742	-0,015
Piauí	0,743	0,767	0,755	0,012
Paraná	0,693	0,702	0,677	-0,016
Rio de Janeiro	0,728	0,742	0,738	0,010
Rio Grande do Norte	0,739	0,759	0,752	0,013
Rondonha	0,631	0,631	0,567	-0,065
Roraima	0,870	0,789	0,597	-0,227
Rio Grande do Sul	0,713	0,718	0,693	-0,021
Santa Catarina	0,624	0,632	0,607	-0,018
Segipe	0,788	0,788	0,773	-0,014
São Paulo	0,750	0,754	0,744	-0,006
Tocantins	0,661	0,685	0,678	0,017
Distrito Federal	0,781	0,804	0,827	0,046
Brasil	0,826	0,838	0,816	-0,010

Fonte: DATALUTA – Estrutura Fundiária / Cadastro do INCRA. Cálculo/Org.: Girardi (2000).

No bojo da situação geral, implícito nos dados oficialmente apresentados, é importante demonstrar outra dimensão que tem contribuído bastante para o acirramento das contradições no campo. Segundo Girardi⁶⁸, ao se manipular os dados que possam revelar a real estrutura fundiária, é necessário atentar-se para o caráter político, que encerra o manuseio dos dados. Chama atenção para a fragilidade, por meio da qual se tem operado com os dados, fato que pode abrir espaço para fraude: “O cadastro do INCRA é abastecido com dados de natureza declaratória, não havendo conferências com informações de cartórios de registros de imóveis, o que indica a fragilidade do sistema” (GIRARDI, 2000, p.3).

Nesse sentido, “a declaração de uma área superior ou inferior à área real do imóvel pode ter como objetivo a redução de impostos, omissão de terras improdutivas, ampliação de crédito rural e grilagem de terras”. Assevera ainda o autor que tais desvios com relação aos dados do INCRA não os inutilizam por não se aplicar à maioria das propriedades. Já com relação aos dados do IBGE, “não estão totalmente isentos em função, desses possíveis desvios, porém, em virtude de

⁶⁸ A informação sobre indexação da web foi formulada analisando a home Page <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm> Acesso em 29/12/2015.

sua finalidade censitária, acreditamos que haja menos interesse dos produtores em fornecer informações falsas” (GIRARDI, 2000, p.3).

Ainda em conformidade com esse autor, somente o uso dos dados das propriedades, pode fornecer informação segura da real situação da concentração da terra, pois esses que vão indicar quem são os verdadeiros donos da terra e, portanto, os que vão extrair renda da terra. A utilização do Censo Agropecuário, nesse caso, o uso do número dos estabelecimentos, para cálculo do índice de Gini, seria segundo o referido autor, “desconsiderar o pagamento da renda pré-capitalista da terra, condição à qual são submetidos os produtores que não são proprietários”. A contribuição para maiores esclarecimentos e real possibilidade da terra ser ainda mais concentrada, fica bastante clara quando da argumentação do autor: “vários proprietários possuem mais de um imóvel rural”. Dessa forma, o critério mais apropriado seria “adotar como unidade básica o proprietário e a área total da qual é detentor não importando a contiguidade ou a localização dos imóveis” (GIRARDI, 2000, p.3).

O termo concentração fundiária é indubitavelmente merecedor de atenção, tendo em vista a necessidade que todos têm da produção advinda da terra, e ainda mais, em se tratando de um país como o Brasil, onde desempenha-se papel importante, frente aos demais setores da economia. Ramos (2001, p. 141) faz uma abordagem sobre “propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)” e reflete em consonância com outros autores, que a função social da terra não é somente econômica. A terra é local de “habitação, é local de segurança física é a paisagem e as estações do ano” e que a mercantilização da terra tem trazido transtornos. Essa discussão, de acordo com esse autor, é também bastante enfatizada na realidade agrícola de países europeus⁶⁹, em que vinculam a relação da propriedade da terra e a produção da vida.

Segundo Ramos (2001, p. 143), “uma estrutura fundiária nos países subdesenvolvidos foi feita pela CEPAL, (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) posteriormente no debate europeu”. De acordo com Ramos (2001), nos estudos da CEPAL, muitas concepções a respeito da concentração fundiária foram levantadas. Cita-se, por exemplo, que esse modelo concentracionista da propriedade da terra dos países da América Latina e Caribe “era um obstáculo ao

⁶⁹ Sobre esse assunto, ver: POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

desenvolvimento, pois restringia ao mercado interno e perpetuava o dualismo da estrutura econômica de tais países”. Dessa forma, o debate desenvolvido pelos integrantes da CEPAL quanto “[...] ao processo de industrialização/substituição de importações e a admissão da ajuda fornecida pelo capital estrangeiro acabaram servindo para legitimar as políticas governamentais e [...] fixação da ideia de que bastava se industrializar para se desenvolver” (RAMOS, 2001, p. 143).

No contexto dos estudos cepalinos, a autocrítica de Celso Furtado, no início dos anos de 1970, já alertava para o esgotamento dos recursos naturais aludindo e chamando atenção para o afastamento de um passado originário de concentração fundiária na divisão internacional do trabalho. Outro nome importante, como Perroux (1981), é merecedor nesse contexto e imprimiu muito bem as críticas ao modelo de desenvolvimento, destacado segundo Ramos (2001, p. 144), quais sejam as seguintes proposições: “a) a mobilização popular das vontades onde cumpre papel fundamental o conteúdo da educação e do ensino; b) reformas das estruturas de consumo, de produção e repartição, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento; c) um desarmamento, geral e controlado [...]”. Do ponto de vista do espírito da economia de mercado pouco se pode fazer quando o assunto é repartição e distribuição da riqueza produzida, por melhor que seja a intenção. Nunca foi e nunca será da índole capitalista tal espírito.

Nos anos de 1980, outra comissão se organiza no sentido de preservação dos recursos naturais não-renováveis, ressaltando que tal preocupação já vinha sendo debatida segundo Ramos (2001), desde 1972, mas “foi apenas com a Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento em 1983, que se passou a produzir algo efetivo”. A continuidade desse trabalho relatado, segundo Ramos (2001, p. 144), com relatório (“*Nosso Futuro Comum*”, grifo no original), publicado em 1987 discorre, também, que na Comissão de 1991, a preocupação com a amplitude do conceito, que extrapola o âmbito ambiental e é daí que nasce a preocupação em si sobre trabalhar conceitualmente “desenvolvimento sustentável”.

Há que se observar, nesse sentido, em sintonia com Ramos (2001), que tal empreendimento não trouxe preocupação no quesito do uso do solo e nas formas de acesso à terra, qual a compreensão que o ser humano tem sobre tais recursos e ainda não consta a preocupação de articular em suas análises água e ar. Na verdade, esses últimos, foram tratados como “recursos livres” e o que vem acontecendo é que tais elementos são cada vez menos livres, no sentido econômico

do termo. Somado a isso os elementos terra, água são tratados separadamente e/ou fragmentados.

Decorre, também, da mesma fragilidade analítica desse documento, outra contradição, na direção de reconhecer que os recursos naturais não-renováveis estão em situação decrescente, em função da forma de uso, com sérios impactos também na sociedade, no que se refere ao crescimento da pobreza mundial, e ao mesmo tempo, se destaca como meta importante para o país as “políticas ambientais desenvolvimentistas” e “retomada do crescimento econômico”. Contudo, não reconhece a extensão do problema e não entende que a pobreza é de natureza “distributiva” (RAMOS, 2001, p. 144).

Seguindo com o relato de Ramos (2001), novas investidas sobre um ‘novo desenvolvimento’ são ativadas, entre os anos de 1993 a 1995, sob os auspícios da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Cita-se, dentre os integrantes importantes nesse evento, Guilherme Delgado, sobre a questão agrária no Brasil, Celso Furtado, ligado a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência, e a Cultura (UNESCO), além do secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU). No relatório final, registra-se o reconhecimento de que a cultura é o demonstrativo de “como as pessoas se relacionam com a natureza e com o meio ambiente físico, com a Terra e com o cosmos, e como expressam suas atitudes e suas opiniões sobre as formas de vida animal e vegetal” (RAMOS, 2001, p. 145).

Em outra passagem do Relatório, observa-se que boa parte da população pobre do mundo ainda vive em áreas ambientalmente frágeis e dependentes de seus recursos e escasso poder de controle. Pode-se considerar, como ponto bastante positivo, o exposto no relatório final, no que tange à auto avaliação do diagnóstico econômico quantitativo, até então realizado/valorizado, alertando para a necessidade de se ir além do tratamento das variáveis, pela via do quantitativismo e compreensão da origem do subdesenvolvimento.

No campo das investigações sociológicas, Martins (2000), denuncia a ausência histórica de participação dos sociólogos na sociologia rural. Responsabiliza-os, portanto, esse campo do saber como um grande devedor para com a população mundial. Dessa maneira:

uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída

por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida (MARTINS, 2000, p.31).

Do ponto de vista brasileiro, no mesmo autor, os anos de 1980 e 1990, “a grande expansão territorial do grande capital moderno que foi o da expansão da fronteira agropecuária na Amazônia. Espaços ocupados por populações indígenas, [...] camponeses pobres foram declarados espaços vazios pelo Estado nacional” (MARTINS, 2000, p. 33).

Conforme as transcrições, pode-se concluir que os problemas relativos a uma vida mais equânime no campo, têm sido negligenciados, não somente pelas pesquisas no campo dos economistas, mencionados por Ramos (2001), mas também no campo da sociologia rural em Martins (2000). A lista de posicionamentos científicos conservacionistas do desenvolvimento no campo, constitui-se em um volume bastante extenso, apesar dos avanços da autocrítica.

Outra referência de pesquisa quantitativa, relacionada à concentração ou desconcentração da terra no Brasil, é feita, oficialmente, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No seu Relatório de Caracterização e Análise da Dinâmica da Produção Agropecuária na Amazônia Brasileira, uma análise a partir do Censo Agropecuário de 1996, na parte que insere os dados sobre o estado do Tocantins, revela-se que a área dos estabelecimentos rurais abrange 62% (14,3 milhões de ha) da superfície territorial do Estado (27,7 milhões de ha). Destacada como a maior porcentagem de ocupação frente às demais unidades da Federação que compõe a Amazônia Legal: “em comparação ao Censo agropecuário de 1995, o número de estabelecimentos cresceu 25,9%, passando de 44,9 mil para 56,5 mil unidades, e a área total decresceu 14,7%: de 16,7 milhões passou para 14,3 milhões de ha” (IPEA, 2013, p. 33).

O Relatório de Pesquisa IPEA (2013, p.33), revela que tais mudanças “não contribuíram para amenizar as distorções na distribuição da terra [...] pelo contrário, elevaram o índice de Gini de 0,726 para 0,792, ampliando as desigualdades no controle dos ativos fundiários”. Somado a isso, seguindo nas informações do Relatório IPEA (2013):

As políticas de assentamentos rural pode ter contribuído para o aumento do número de estabelecimentos até 100 ha”. Os estabelecimentos com até 100 ha, apesar de representarem a maior parte das unidades produtiva do

Estado (63%), ocupam apenas 12% da área (1,31 milhão de ha); os maiores estabelecimentos, aqueles com mais de mil ha, somam 5% das unidades e controlam 57,3% da área (8,18 milhões de ha); na faixa intermediária está o estrato entre 100 e 1 mil ha, que ocupa 33% da área e representa 27% dos estabelecimentos(IPEA, 2013, p. 34).

As disparidades são marcantes com relação aos dados apresentados para a Agricultura Familiar: o número de estabelecimentos que compõe esse grupo, de um total de 42,9 mil estabelecimentos familiares, ocupa apenas 2,7 milhões de ha. É bastante revelador o modelo produtivo assumido por Tocantins, especialmente ao modelo *latifundista*, modernizado às avessas de uso da terra.

As “vantagens” advindas, com base no ganho por produtividade técnica, na concentração da terra conduz à metamorfose do latifúndio tradicional, ressalta-se que tenha sido eminentemente negativo à produção de alimentos, mais que nunca sua modernização centrada na produção de commodities impacta a todos que precisam da terra para viver, quais sejam os que já possuem terra e os que estão no movimento pela Reforma Agrária. Portanto, o pensamento em contrário, já vem marcado pela resistência em se manter o Status quo do capitalista no campo.

Segue-se com as análises do Capítulo 5, no nível escalar detalhado da *metamorfose do latifúndio*.

CAPÍTULO 5 - CAPITALISMO NO CAMPO E A METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO: INFORTÚNIOS PARA OS CAMPONESES

5.1 LATIFÚNDIO TRADICIONAL: BASE DE CONTÍNUOS CONFLITOS

O homem que vive do trabalho com a terra é tratado como sinônimo do atraso, do ponto de vista econômico e, nesse bojo, os camponeses resistem à incorporação de novas tecnologias endereçadas ao campo, uma vez que sua cultura não é respeitada, por não retratar o que há de mais moderno no seio de um capitalismo, que carrega consigo a essência da mercantilização de quase tudo: “desde o economista inglês David Ricardo, anterior a Marx, já se sabia que o capital teria que remover o empecilho representado pela propriedade da terra para que o desenvolvimento capitalista não fosse obstáculo” (MARTINS, 1989, p. 29).

Essa assertiva ganha interpretações críticas em outros autores, tendo em vista os avanços das forças produtivas, em seu sentido máximo de acumulação: “devemos ter em mente que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa *metamorfose* de tais meios de produção em capital” (MÉSZÁROS, 1989, p. 29) (Grifo no original).

No interior da ideologia cresce, também, o seu contrário, que a história faz questão de ocultar, por meio dos ensinamentos dos autores afeitos aos ideais do Estado burguês, dos clássicos aos mais recentes. A partir da concepção teórica revelada na obra, *Aldeologia Alemã* de Marx e Engels (2008), sobre a relação do Estado e a classe dominante, essa temática ganha dimensão indubitavelmente revolucionária. Veja-se um pequeno trecho transcrito da introdução:

Pela primeira vez na história das idéias políticas, o Estado deixou de ser conceituado como entidade representativa dos interesses gerais e comuns da sociedade. Marx e Engels indicaram a vinculação do Estado aos interesses de determinada classe social, isto é, aos interesses da classe dominante (GORENDER, 2008, s/p.).

Essa temática tem resistido a intensas críticas na escalada do modo capitalista de produção, e cada vez mais, põe em prova as ações do Estado, por ser esse composto de espírito aristocrático. No contexto atual, com uma infinidade de elementos tecnológicos e biotecnológicos à disposição de investidores ávidos pelo lucro, cuja postura *destrutiva das forças produtivas*, apontado por Mészáros (2007),

ganha capacidade de transformação ainda não alcançada tanto no campo quanto na cidade embora pautado em resultados insustentáveis.

Nesse subitem, objetivou-se a autonomia camponesa no trato com a terra, conjuntamente com o trabalho da família. Em um segundo momento, buscou-se refletir como esses vínculos vêm aos poucos desmoronando, ressaltando-se assim que nesse processo, essa é uma das últimas fronteiras agrícolas do país e o “progresso” não chegou sorrateiramente. Por se tratar de acontecimentos recentes e por ser filho de camponês, passei grande parte de minha vida no campo vivendo essas transformações.

Conforme os registros históricos, já comentados anteriormente, convém lembrar que toda a porção norte do atual Tocantins, foi povoada, especialmente, por migrantes, provenientes das regiões Norte e Nordeste do país. A princípio, foram os garimpeiros, que após o declínio do ouro foram cercando terras e se fizeram camponeses. Entretanto, os ditos garimpeiros, que chegaram provenientes de outras regiões do país, tinham como atividade principal em seus lugares de origem a agricultura e a pecuária, e tendo em vista a incipiente industrialização no país, pode-se entender que essa população habitava, em sua grande maioria, a zona rural.

Contudo, a migração espontânea, não organizada pelo poder governamental, sempre ocorreu no Brasil, isto é, geralmente o migrante não sai de sua região definitivamente pela simples vontade de migrar, mas motivados pela busca de uma melhor qualidade de vida, neste caso, ocupar as terras de boa fertilidade ou *terras de mata* como eles mesmos denominavam e denominam até hoje, para trabalhar com os demais membros da família.

Na verdade, esses camponeses que migraram, forçados pela situação de sobrevivência, em busca de terras para trabalhar, no Brasil de modo geral, configurou uma luta contínua, como já é do conhecimento geral, por meio dos meios midiáticos. Conforme Martins (1986, p. 176), “[...] Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra”. Está aí a chave para se compreender, segundo Martins (1986) e Oliveira (1993), o sentido do conflito que, cada vez mais, cresce no Brasil, especialmente, nas áreas de expansão da atividade agrícola.

Passa-se agora, a abordar a situação específica dos camponeses responsáveis pela produção territorial do antigo norte de Goiás, atual estado do Tocantins.

Geralmente migravam em grupos formados por até 40 pessoas, de diferentes famílias. A aquisição de terras dava-se, por meio do apossamento das terras da União ou pela compra de terceiros, mas, paralelamente, existia a “grilagem”, que se apoiava na facilidade ou frouxidão da lei e conivência do poder público⁷⁰. Dado a importância do apossamento das terras, usadas para a criação de gado ou plantação de lavouras no território goiano, estendendo, também, para o hoje estado do Tocantins. Castro (2004), aponta que tudo leva a acreditar que a distribuição de grandes propriedades, no período inicial de formação, tenha advindo do apossamento e não da doação de sesmarias: “[...] as pessoas que afluíam para o território goiano não dispunham de meios para receber a doação de sesmarias, de modo que a solução era simplesmente a posse” (CASTRO, 2004, p. 73).

Alguns camponeses, apesar das dificuldades, conseguiram alcançar a posse da terra no antigo norte goiano, hoje Tocantins. Meu pai, por exemplo, migrante, camponês⁷¹ da Bahia, deixou a pequena propriedade familiar por não comportar economicamente todos os membros da família e saiu de garimpo em garimpo em busca de melhores condições de vida. Após anos de trabalho, entre os anos de 1940 a 1950⁷², com o declínio do garimpo de cristal de rocha, fixou-se em um terreno de posse na região do atual município de Cristalândia, no Sudoeste do estado de Tocantins. Esse terreno compunha, a princípio, 70 alqueires, que foi, posteriormente, desmembrado e vendido, em condições de pagamento favoráveis a

⁷⁰ Com base nos escritos de Campos (1998, p. 50), ao relatar a “mensagem” de um senador, ao então governador de Goiás, Coimbra Bueno, em 1949: “O regulamento de 1923 autoriza a venda de terras devolutas por meio do título provisório, mediante a satisfação de precárias e insuficientes condições. Estabelecia a área de 15.000 hectares para máximo de venda [...]. A frouxidão do regulamento, e a facilidade da expedição dos chamados títulos provisórios de domínio deram como resultado o seguinte: a maioria dos pretendentes requeria tratos enormes de terra, estimando a sua área num mínimo possível e pagando o preço por esse mínimo. Recebia o título provisório, tomava posse de vastos latifúndios e só requeria a medição quando a terras se valorizava com a invasão de terceiros. A posse destas vastas áreas permitidas a seus titulares” os permitia cobrar “arrendamento a pequenos lavradores que neles se fixassem. Alienavam livremente tais terrenos e praticavam todos os atos como legítimos donos [...]”.

⁷¹ Tais condições têm sido analisadas por estudiosos clássicos e guardam sua eficácia explicativa, até hoje. Observa-se, nessa toada, Kautsky (1980, p. 33): “Mas quanto mais o lavrador caía sob a dependência do mercado, quanto mais tinha necessidade de dinheiro, quanto maior era, por conseguinte o excesso de gêneros que devia colher e vender, tanto mais tinha necessidade de terra, proporcionalmente ao tamanho de sua família, e, permanecendo idênticas as condições de produção, para cobrir as suas despesas. Ele não podia modificar o modo de produção já estabelecido, não podia aumentar a extensão de sua terra. Mas possuía, no caso de família muito numerosa, o recurso de diminuí-la, de afastar do domínio paterno o excedente de trabalhadores de que dispunha para pô-los ao serviço de estranhos, como empregados [...] A família camponesa se reduziu, assim, o mais possível.”

⁷² Muitas cidades surgiram do cristal de rocha, sobretudo nos anos de 1940 e 1950: Ananás, Arapoema, Xambioá, Dois Irmãos do Tocantins, Pium Dueré, Cristalândia, Formoso do Araguaia, no atual estado do Tocantins (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 1994, 2004).

outra família camponesa, valorizando nesse trâmite a “parceria”, o compadrio e, acima de tudo, a solidariedade ainda bastante preservada do fortalecimento de laços comunitário do camponês puro.

Outro exemplo, no que se refere à aquisição de terra, por meio da compra, cita-se o caso do meu avô materno, Inês Campelo da Silva, que saiu com a família da zona rural de Carolina, no Maranhão, por volta de 1950a cavalo, tangendo uma manada de ovelhas. Ele atuou longos anos como vaqueiro, ganhando “sorte”, ou seja, princípio em que o pagamento efetiva-se pelo sistema de “Quarteação”, no qual a cada quatro bezerros nascidos, um destinava-se ao vaqueiro (ou ainda um a cada cinco).

Esse sistema de trabalho é abordado pela literatura específica sobre a questão agrária e, no Tocantins, pode ser encontrada nos últimos 25 anos, aproximadamente. Nessa estrutura, o trabalho assume maior poder de mobilidade social, frente às demais atividades no campo, tendo em vista que o camponês sonha com a possibilidade de ser proprietário de terras. E assim, não somente meu avô se fez proprietário de terra, mas também, na sequência, muitos outros parentes, que migraram da mesma região do Maranhão, estabeleceram-se como camponeses às margens do primeiro traçado da rodovia Belém-Brasília.

Segundo Campos (1998, p. 3), “o apossamento foi a forma comum de ocupação usada pelo criador/pecuarista, cuja atividade era economicamente dominante em Goiás até a década de 1950”. Por se tratar de terreno de posse, acompanha, também, a dificuldade de se manter na terra como trabalhador posseiro e até mesmo proprietário de pequenas glebas. Noutro patamar, está o desejo daqueles que querem a terra para extrair renda, fato esse que torna a terra fator de disputa que sempre se renova historicamente. Essa é uma situação muito complexa no território brasileiro como um todo e se tornaria muito simples se houvesse respeito à Lei na Constituição Federal, para implantação da reforma agrária.

Nesse sentido, pesquisadores como Oliveira (2015) e tantos outros, têm amadurecido e já se comprovam, por meio de resultados atualizados que, se fossem colocadas em prática a reforma agrária, não teria chegado a situação de *barbárie no campo* brasileiro, como confirmado por Oliveira (2015). As estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), revelaram que, nos últimos 60 anos, houve uma concentração fundiária significativa e o legado disso

tudo tem sido o aumento dos conflitos por terra em todo o Brasil, especialmente nas regiões de expansão de fronteira agrícola, em direção ao norte do país:

[...] no período de 1967 / 1972 a área ocupada pelas grandes propriedades cresceu 17,6 milhões de hectares, e, entre 1972 / 1978, elas cresceram 52,2 milhões de hectares, ou seja, entre 1967 / 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69,9 milhões de hectares. Foi o período da denominada modernização da agricultura da ditadura militar de 1964, que trouxe consigo o crescimento da concentração fundiária nas grandes propriedades latifundista (OLIVEIRA, 2015, p. 30).

Conforme a transcrição, pode-se deduzir que bem antes do avanço da fronteira agrícola, de forma mais incisiva nas terras de Cerrado, já se confirmava o crescimento do *latifúndio*. Outra verdade é que esse processo concentracionista de terras, acompanha o Brasil desde sua formação territorial. Quanto mais essa situação se agrava, outros problemas correlacionados se abatem sobre a população, isto é, os que precisam do alimento, os que lidam diretamente com a terra⁷³ e os que estão lutando para conquistá-la via movimentos sociais. Apesar do direito à terra, assegurado na Constituição brasileira, e certamente o direito de manter-se nela, os camponeses encontram-se sempre ameaçados pela expansão *metamorfosadora do latifúndio*, que gradativamente têm se especializado no sistema monocultor de commodities. Por mais negativo que seja o latifúndio tradicional ainda abrigava em seu interior um número maior de atividades produtiva e, por conseguinte mais emprego e menor exclusão social.

Nesse sentido, Oliveira (2015, p. 30–31), faz uma análise cuidadosa no sentido de desmistificar a concentração da terra no território nacional:

Em 1992, o Incra fez novo recadastramento dos imóveis rurais para conferência e atualização do cadastro [...] houve uma redução de pouco mais de 80 milhões de hectares na superfície controlada pela grade propriedade latifundiária em relação aos dados de 1978 e mais comparando-se com os dados de 1967, os números revelaram uma redução de 10 milhões de hectares, pareciam miragem, teria o crescimento dos latifúndios diminuído na Nova República de Sarney e na metade do governo de Collor/Itamar? [...] Na verdade esses dados revelaram pela primeira vez, que havia imóveis virtuais cadastrados. Imóveis que certamente, só existiam no cadastro revelando fraudes.

⁷³ '[...] o alimento está se tornando o novo petróleo' (ib.) "e, por causa desta transformação, os territórios de povos e comunidades tradicionais, com suas reservas e expressiva cobertura vegetal, com seus recursos hídricos e áreas férteis centenariamente cultivadas, estão ameaçados" (ALMEIDA et. al, 2000, p. 114).

Ao se comportar dessa forma, em relação ao equacionamento do conflito pela posse da terra, o Estado deixa claro a quem serve, e ao coletivo, só resta intensificar a luta pelo acesso à terra, do contrário figura muito remota as chances, diante de um poder tão violento, que se comporta como verdadeiro entrave. Nesse caso, a distorção dos números ou obscurecimento do direito aos que sempre lutaram pela *terra de trabalho*, é uma política que, se continuar na dependência do governo, não acontecerá. Nos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) e Itamar Franco (1992 a 1994), ocorreu uma crescente concentração de terra em todo país e convém lembrar que:

[...] entre 1992/2003 nos governos Itamar Franco e FHC, a área total das grandes propriedades havia crescido apenas 17,7 milhões de hectares. [...] no governo do Partido dos Trabalhadores, a área dos latifundiários cresceu nos dois mandatos de Lula, o absurdo de 62,8%, quase o dobro do seu crescimento durante a ditadura militar, e, cinco vezes mais do que o governo FHC (OLIVEIRA, 2015. p. 30-31).

Deduz-se do exposto, que o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), nunca esteve, verdadeiramente, na pauta política dos governos brasileiros, por mais que o preço de acesso à terra tenha custado a vida de muitos camponeses e lideranças no campo. Não resta dúvida de que esse é o ponto de maior relevância e a ele tem-se debruçado muitos pesquisadores de destaque no Brasil e em muitas partes do mundo, a favor dessa causa, integrado na militância direta ou indireta, cuja expressão máxima, encontra-se no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), organizado desde 1984.

O ano de 2017 está sendo marcado pelo aumento do número de conflito no campo. No mês de abril, ocorreu um massacre de nove trabalhadores rurais no “assentamento do município de Colniza/MT, a 1.065 km de Cuiabá, próximo ao distrito de Guariba em uma gleba denominada Taquaruçu do Norte. “Todos os mortos eram homens” e foram “[...] vitimados com golpes de facão e disparos de arma de fogo. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), conflitos fundiários são comuns na gleba, onde ocorreram as mortes há mais de dez anos, com ocorrência de assassinatos e agressões”⁷⁴.

Segundo informação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 2016, foi lançado, em âmbito nacional:

⁷⁴Disponível em: <<https://cut.org.br/noticia/massacre-em-assentamento-no-mato-grosso-mata-nove-trabalhadores-no-rurais-cut-9a15/>> Acesso em 30/04/2017.

o registro 1536 conflitos relacionados a terra, trabalho e água. 26,2% a mais do que em 2015. Os assassinatos também aumentaram: de 50 em 2015, para 61, um acréscimo de 22%. Já os conflitos relacionados exclusivamente a terras ocupadas por indígenas, camponeses e quilombolas somam 1295 e envolvem 687 mil camponeses. [...] A violência no campo aumentou no último ano e a maioria dos casos está ligado a conflitos agrários, ligados à falta de prioridade dos governos e órgãos competentes com a não realização da reforma agrária e com a falta de regularização fundiária.⁷⁵

De acordo com informação do jornal Brasil de Fato, publicada no mês de maio de 2017: “Nove homens e uma mulher foram mortos em um acampamento na fazenda de Pau D’arco, a cerca de 60 Km da cidade de Redenção, sudeste do Pará. [...] as mortes ocorreram em função de uma ação das Polícias Civil e Militar”. Descreve ainda o Jornal, com base nas informações da CPT, que o ano de 2017 tem sido de massacre no campo brasileiro. Contudo, a palavra mais proferida na mídia nacional tem sido “fazer o Brasil crescer”, mas qual o ponto de partida para alcançar tal objetivo? Certamente não será a partir do *Golpe* de 2016.

Os índices de assassinatos têm crescido bastante, de acordo com Oliveira (2015), em 2015 chegou-se a 50 dezenas em todo país. Comparado aos anos anteriores teve um acréscimo de vinte dezenas: os destaques registram-se nos “estados de Rondônia com assassinatos de 20 pessoas e no Pará 19” (OLIVEIRA, 2015, p. 42). Outros percentuais, relativos a alguns tipos de violência no campo, são acentuados nos estados mencionados e nos demais menos alarmantes, mas que trazem preocupação, em primeiro lugar, como dito, os exemplos, do “Pará 25,3% (135)” e “[...] Rondônia 21,3% (114)” seguido de “Mato Grosso do Sul com 11,8% (63), Maranhão com 7,3% (39), Goiás e Bahia com 6% (32), Tocantins e Minas Gerais com 4,3% (23), Paraíba com 3,4% (18), etc.” (OLIVEIRA, 2015, p. 42).

Tabela 3 - conflito por terra no estado do Tocantins

Município(s)	Nome do conflito	Data	Família	Categoria
Araguatins	Faz. Stº Hilário/Acamp. Alto da Paz	02/05/2015		Sem Terra
Araguatins	Faz. Stº Hilário/Acamp. Alto da Paz	21/10/2015	150	Sem Terra
Barra do Ouro	Gleba Tauá	03/04/2015		Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	13/05/2015		Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	24/10/2015		Posseiro
Barra do Ouro	Gleba Tauá	12/11/2015	86	Posseiro
Campos Lindos	Fazenda Mirante	20/05/2015	300	Posseiro
Campos Lindos	Serra do Centro/Proj. Campos Lindos	29/05/2015	82	Posseiro
Nova Olinda	Faz. Stª Maria/Gleba Anajá Pombas	27/04/2015		Sem Terra
Nova Olinda	Faz. Stª Maria/Gleba Anajá Pombas	17/06/2015		Sem Terra
Nova Olinda	Faz. Stª Maria/Gleba Anajá Pombas	30/06/2015	29	Sem Terra

Continuação

⁷⁵ Disponível em: <<https://cut.org.br/noticia/massacre-em-assentamento-no-mato-grosso-mata-nove-trabalhadores-no-rurais-cut-9a15/>> Acesso em 30/04/2017.

Nova Olinda/Palmeirante	Faz. Boa Esperança	15/10/2015	01	Posseiro
Palmeirante	Acamp. Alagoinhas/ Faz. Lagoinha Lot. Garças Gleba Anajá	26/01/2015		Sem Terra
Palmeirante	Acamp. Alagoinhas/ Faz. Lagoinha Lot. Garças Gleba Anajá	08/08/2015	20	Sem Terra
Palmeirante	P.A. Santo Antônio Bom Sossego	11/01/2015		Assentados
Palmeirante	P.A. Santo Antônio Bom Sossego	13/08/2015	11	Assentados
Porto Nacional	Assentamento Retiro	11/10/2015	10	Assentados
Tocantinópolis	T.I. Apinajé/Apinajé/UHE Serra Quebrada/PAC	15/01/2015		Indígenas
Tocantinópolis	T.I. Apinajé/Apinajé/UHE Serra Quebrada/PAC	25/05/2015	227	Indígenas
Subtotal	19		916	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Araguatins	Faz. Stº Hilário/Acamp. Alto da Paz	02/05/2015	150	MST
Nova Olinda	Faz. Stª Maria/Gleba Anajá/Pombas	17/04/2015	29	OI
Palmeirante	Loteamento Pomba/Faz. CLT77p.77P1	29/10/2015	20	OI
Subtotal	3		129	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Nova Olinda	Faz. Stª Maria/Gleba Anajá Pombas	31/07/2015	29	OI
Palmeirante	Acamp. Alagoinhas/ Faz. Lagoinha/ Lot. Garças/Gleba Anajá	08/08/2015	20	OI
Subtotal	2		49	
Total Conflitos Por Terra - TO	24		1164	

Trabalho Escravo no Estado do Tocantins

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araguaína	Faz. Paraíso	20/10/15	2	2		Estração
Arraias	Faz. Guaraí	15/04/15	12			Pecuária
Babaçulândia	Faz. Paraíso	02/10/15	2	2		Carvão
Dois Irmãos/TO	Faz. Ana Traíra	22/07/15	3	3		Pecuária
Muricilândia	Faz. São Lucas	05/02/15	2	2		Pecuária
Paranã	Garimpo Cara Pelada	07/04/15	2	2		Mineradora
Porto Nacional	Faz. Castelo	16/07/15	9	9		Carvão
Santa Fé do Araguaia	Faz. União	26/06/15	9			Lavoura
Xambioá	Faz. Nossa Sra. Aparecida	20/02/15	8			Pecuária
Subtotal	9		49	20		

Continuação

Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Carmolândia	Faz. Cascata	02/03/2015	9	1		Lavoura
Subtotal			1	9	1	
Total Conflitos trabalhistas – TO				34	58	

Fonte: OLIVEIRA, A. U. de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta 2015. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicações-2/destaques/3175-conflito-no-campo-brasil-2015>> Acesso em: 10/02/2015

Como resultado do descaso com a Reforma Agrária, os dados de conflitos por terras/água e trabalhista (Tabela 3), em boa parte dos municípios de Tocantins, evidencia os desdobramentos para o quadro de tensão e violência no campo.

A cobertura dos dados de conflitos no campo, em 2015, mencionados na (Tabela 3), são bastante reveladores do quadro da atual situação da terra em Tocantins. Apesar da urgência, está muito claro que os conflitos só podem ser minimizados, por meio das frentes de reivindicações dos movimentos sociais pela *terra de trabalho*. Ressaltando, portanto, a real complexidade do tema reforma agrária, que tem se arrastado na história brasileira, entre os que se posicionam no debate intelectual e político favorável ou contra, que tem predominado o monopólio da propriedade da terra, para dela extrair renda. Essa compreensão se confirma no experiente e longo estudo de diversos autores nacionais e internacionais. Dentre eles, Martins (1988, p. 66):

Todas essas lutas, porém, passam por um único eixo, que lhes dá sentido e que estabelece a unidade da sua diversidade: esse eixo é constituído pela propriedade da terra, pelo direito de propriedade e pela classe social dos que o exercem, praticamente em condições de monopólio. É verdade, e o reconhecimento desse fato é fundamental pelos problemas que traz, que essa classe é também diversificada. Ela vai desde o latifúndio tradicional, que utiliza mal a sua terra e que dela faz um instrumento de poder, até o empresário moderno, frequentemente sem raízes agrárias antigas, basicamente o capitalista que se tornou proprietário de terras. Mas, se isso é verdade, é verdade, também que a diversidade dessa classe está de fato organizada sobre o alicerce da renda fundiária.

A citação do autor se faz necessária por configurar-se ainda muito atual, pois revela os fatores desencadeados, a partir da concentração e propriedade da terra pela dita oligarquia agrária, até o moderno capitalista investidor, sem vínculo cultural com a terra, mas no final são muito semelhantes pelos objetivos buscados, que são

a extração da renda e mais-valia. Outras considerações escapam da análise, em função do que se está conceituando, com relação a metamorfose do latifúndio.

O latifúndio, sendo tradicional ou “moderno”, não deixa de conduzir “as tramas do poder”, para lembrar Thomaz Júnior (2009), com poucas oportunidades de conquistas para o trabalhador, especialmente, o trabalhador rural, conforme revelam os dados da tabela anterior, bem como os governamentais nos órgãos públicos. Conforme Martins (1988, p. 75), o Estado em sua concepção centralizadora ou descentralizadora “tem procurado *conceder* direitos por meio de reformas sociais que estão sempre muito aquém daquelas que poderiam resultar de revoluções vitoriosas”. Desse modo, os direitos, na concepção do autor “não surgem como conquistas, mas como *dádiva e privilégios* (grifo no original).

Retomando os valores representativos dos dados da Tabela anterior, atenta-se ao fato de não constar em dados de conflitos nos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus e Tupirama, região envolvida em grandes projetos agrícolas, portanto, pioneira no estado, desde meados dos anos de 1990, e seguramente, como pólo irradiador, tem alcançado outras microrregiões como, por exemplo, a de Porto Nacional, no entorno da Capital Palmas, e outras ao sul e norte do Estado.

No próximo item, se faz importante um breve desenho da formação/produção territorial camponesa, que se sedimentou nos terrenos de boa fertilidade (matas), no recuado Norte Goiano e que muitos ainda resistem, entremeados a agricultura capitalista no Cerrado.

5.2 A PRODUÇÃO CAMPONESA: OS CAMPONESES QUE CONHECI

A família camponesa estabelecia-se em bases quase autossuficientes. O sistema de roça consistia habilmente em um planejamento: princípios e etapas segundo o regime de chuvas e estação seca, e ainda com os sinais decodificados na natureza, como as fases da lua, principalmente. A seguir, apresentar-se-á as etapas e procedimentos determinados pelos camponeses.

A primeira delas, ocorre com o raleamento da mata nativa, denominada por eles de “broca” para, em seguida, executar a derrubada das árvores de grande porte, cujos galhos devem ser picotados em pequenos pedaços a fim de viabilizar melhor a secagem natural e queima posterior. Uma vez realizada essa penosa fase do trabalho, cuja duração chega a oito horas diárias, esperam-se em torno de dois

meses para realizar a queima da matéria seca. Consiste em uma atividade que se processa de uma só vez e que requer experiência, principalmente pelos perigos destrutivos do fogo, colocado nas horas mais quentes do dia, sendo que tal experiência conta muito para o sucesso desta etapa, cujo objetivo é eliminar o máximo da matéria seca.

Após a realização da queima da derrubada, etapa muito esperada, com tom ritualístico, aguarda-se a chegada das primeiras chuvas que marcam da passagem de uma estação a outra. É nesse momento que se apressa o “encoivamento”. Este processo consiste no carregamento dos restos vegetais, que não foram totalmente queimados e, após reuni-los em vários grandes feixes (coivaras)⁷⁶, processa-se novamente a queima. Nas primeiras chuvas e mediante sinal de que esta não será interrompida bruscamente por dias seguidos, lançam-se as sementes dos gêneros agrícolas básicos da dieta alimentar: arroz, milho e mandioca, principalmente. Os demais gêneros como feijão, abóbora, mamão, bananeira etc., são muitas vezes cultivados e consorciados com a lavoura principal ou em área específicas, como nas vazantes de córregos ou rios. Nas vazantes ainda é bastante comum o plantio de hortaliças, em primeiro lugar pela fertilidade natural do solo, e segundo, pela proximidade da água utilizada para o regadio manual diário; este último trabalho é realizado, geralmente, com mão de obra feminina.

Entre uma atividade e outra, o trabalhador camponês nunca faz grandes intervalos de descanso, os que existem são momentos mais e menos intensos de atividades. Se elencar por ordem de importância, primeiramente, para o homem do campo, virá a derrubada da mata e limpeza do terreno e, em segundo lugar, a fase da colheita, essa mais exigente em número de mão de obra. Entretanto, nesses momentos, podia-se contar sempre com a solidariedade recíproca de camponeses da vizinhança, sem grandes custos adicionais, apenas o da saudável e calórica alimentação. Em terceiro, estão os tratos culturais, que consistem em eliminar por entre as fileiras do plantio, as chamadas ervas daninhas.

Geralmente, usa-se plantar durante três anos na mesma área. É o prazo em que o terreno já começa apresentar sinais de esgotamento da fertilidade natural e as ervas daninhas, por sua vez, competem bastante por espaço e luz solar com as culturas. Esse prazo de cultivo poderia ser prolongado se tomadas,

⁷⁶ “Coivara sf. Bras. Pilha de ramagens não atingidas por queimada proposital de roça, que se incineram para limpar o terreno e adubá-lo com as cinzas” (FERREIRA, 2009, p. 244).

antecipadamente, medidas de contenção dos processos erosivos. Infelizmente, não se priorizavam esses processos, por se tratarem de algo ainda pouco incorporado em sua cultura e, portanto, desconhecido em sua essência ou fora de qualquer exemplo circunvizinho, de modo que terminado o ciclo de exploração de determinada área de plantio, abre-se uma nova clareira na mata. Se respeitadas essas fases, a terra, aos poucos, se transforma em “capoeira” e o solo, por conseguinte, em descanso, poderá ser reutilizado quando a vegetação natural toma caráter de mata densa.

Convém lembrar, que as famílias camponesas, as quais se estão referindo, como tradicionais habitantes rurais do norte goiano, até certa medida, viviam em comunidades, mas prematuramente, observa-se mescla de certa dose de contaminação e dependência ao sistema capitalista, que aos poucos avança no campo. Desta feita, era razoavelmente acentuado o número dos instrumentos de trabalho usados pelos camponeses, provenientes do meio industrial. Tem-se, por exemplo, o grampo conjuntamente com o arame farpado (da marca Belgo Mineira), para subdivisão do pasto para o gado e, ao mesmo tempo, proteger a roça contra invasão dos animais domésticos, máquina manual para plantio (matraca), lima (afiador de ferramentas), semente selecionada (milho híbrido), lona para colheita (tecido), inseticida em pó (da marca Aldrin), cicatrizante (tradicional unguento), creolina, benzocreol, arreio e rédeas (freios), chocalhos, cordas, tesoura, sal, querosene, cachaça, entre outros.

Em compensação, outra leva de instrumentos eram fabricados manualmente, como por exemplo: cordas de couro cru (reio) e curtido, para o manejo de animais, corda de crinas (usadas para armar redes), pilão para beneficiar arroz, o monjolo, aproveitando as quedas d’água para movimentá-lo; remédio caseiro para uso veterinário e humano, sabão, tear mecânico (envolvendo também nessa área o fuso, máquina de fiar, almofada), banca para bater arroz (espécie de bancada, cujo uso consiste em debulhar os grãos através do “batimento” manual de pequenos molhos sobre as bancadas), lamparina (querosene ou gordura animal), técnica de preservação de carnes e óleo animal e vegetal, técnica de armazenagem de sementes para plantio e consumo diversos, técnicas de fabricação de instalação rural (cerca, curral, galpão, cocheira, porteira), técnicas de fabricação de casa para moradia (adobe, tábuas e taipa).

Diante do exposto, pode-se constatar para a realidade pesquisada, e em outros momentos registrados na história, que quanto mais avançados forem os condicionantes técnicos (indústria), que chegam ao campo, mais rápido será o esfacelamento da organização familiar camponesa. Essa é uma questão central no pensamento de Mészáros (2007, p. 52), ao dizer que “[...] o capital expropria para si o tesouro de todo o conhecimento humano e, arbitrariamente, atribui legitimidade somente às suas partes passíveis de se explorar lucrativamente – ainda que da maneira mais destrutiva – por seu próprio modo fetichista de reprodução”.

É possível trazer esse raciocínio para a compreensão da ideia veiculada à extinção camponesa, ainda mais porque a história tem mostrado sua readaptação nessa dialética do *desigual e contraditório*, em que novas relações tem se estabelecido: “capitalismo no campo: assalariamento nas culturas da soja, cana-de-açúcar etc. por outro lado, se articula contraditoriamente à produção camponesa” (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

O campo de força, montado na equação capital - terra e trabalho -, tem sido desleal, com poucas chances de defesa para o trabalhador, que vive da força de trabalho, no trato com a terra. Vive sob constantes ameaças, tendo que rebater sempre a sobreposição, cujo elemento fundante está pautado na propriedade, enquanto elemento capaz de dar continuidade à acumulação capitalista, desde que esteja concentrado nas mãos de poucos. A grande maioria dos camponeses deve continuar livre, para vender sua mão de obra no mercado, sendo essa a única coisa que lhe dão condições de manter sua integridade física. Como resultado dessa expropriação, a população tem procurado a cidade, para refúgio.

Essa questão tem despertado preocupação em vários pesquisadores contrários a essa situação destrutiva dos recursos naturais, do ambiente do Cerrado, e, também, dos autóctones, especialmente, camponeses, que são maioria, e por isso, os mais atingidos pelo avanço da monocultura. Por outro lado, a maioria se posiciona em favor do progresso técnico destrutivo e ainda pode contar com amplo apoio do poder público, órgãos fomentadores de pesquisas biotecnológicas e subsídios aos ditos *empreendedores*.

Mendonça (2004), ao dialogar com diversos autores e com a constatação empírica em suas pesquisas, tem contribuído para atualização/compreensão das transformações territoriais em Goiás, especialmente na porção sudeste dessa unidade federativa. Nesse sentido, a particularidade dos atributos técnicos e físicos

(solo, clima, topografia, luminosidade etc.) do Cerrado, ao mesmo tempo em que tem atraído investidores para atividade agrícola tem, também, fortalecido a ideologia do progresso.

Nesse último, o capital abre caminho para sua expansão *destrutiva*, cada vez maior. Situação tida como armadilha, principalmente, para os camponeses, pois o que se exaltava no imaginário dos *povos cerradeiros*, era o valor de uso dos recursos naturais que a terra oferece e não a extração da renda da terra. Está-se diante de classes sociais, que jamais se confundem, embora o capital, ao territorializar-se no espaço camponês, se alimente dessa relação contraditória, no sentido de aproveitar parte desse contingente populacional enquanto mão de obra, arrendamento de terras, uso dos recursos hídricos disponíveis e o que não se enquadrar na lógica mercantil *destrutivista*, será sumariamente ignorado ou excluído.

Nesse confronto territorial entre classes, os atores, incluindo a presença do Estado, têm metamorfoseado as formas de operar latifúndio-agropecuária, que emergem de uma oligarquia que subordina e se eterniza no poder econômico, político, industrial e, por último, financeiro, cujo único objetivo é retirar da sociedade lucratividade:

Não há dúvida de que as alterações sociais se alteraram devido à implementação das inovações técnicas e tecnológicas. [...] É necessário (des)construir os mitos acerca do progresso e dos estereótipos, ainda presentes no imaginário cultural e social dos povos cerradeiros. Ao se ideologizar a *improdutividade da terra* transfere-se diretamente para os trabalhadores/produtores a responsabilidade pela parca produção nessas áreas, fundamentando a tese do atraso da preguiça e da brejeirice em que se encontravam os camponeses e os *trabalhadores da terra*, reforçando a tese para se modernizar essas áreas (MENDONÇA, 2004, p. 177). (Grifo no original).

Nessa transcrição, o autor traz uma compreensão fundamental acerca do que vem acontecendo com as novas formas de uso no latifúndio, especialmente nas áreas de Cerrado, dos municípios de Pedro Afonso, Tupirama e Bom Jesus do Tocantins. Goiás, enquanto *celeiro agrícola*, conforme reza o chavão político, é notório que se tem acumulado riqueza e experiência, e de lá, tem alcançado com muita voracidade o latifúndio tocantinense, tendo em vista, não somente as potencialidades naturais, enquanto atrativos, mas também outros de ordem infraestrutural e de logística, ligada à rodovia Belém-Brasília, Ferrovia Norte-Sul, rodovia estadual, ligada à plataforma multimodal, próximo à Capital tocantinense e outras, ao longo da Belém Brasília, que soldam diretamente a produção ao estado

do Maranhão, Pará e outros, ao porto de exportação de Itaqui, no estado maranhense:

A ‘tendência universal do capital’, que transfere as condições objetivas de produção ao plano dos intercâmbios *globais*, no interior da estrutura de divisão internacional do trabalho e do *mercado mundial*, distingue o sistema do capital ‘de todos os estágios de produção anteriores’. No entanto, uma vez que as condições de produção como resultado encontram-se fora das empresas industriais particulares – Fora até mesmo das corporações transnacionais e monopólios estatais mais gigantescos – a ‘tendência universalizante’ do capital acaba sendo de fato uma dádiva muito defeituosa. Pois, enquanto por um lado ela cria a genuína *potencialidade de emancipação humana*, por outro representa a maior de todas as complicações possíveis – já que indica até mesmo o perigo de conflitos totalmente destrutivos [...] (MÉSZÁROS, 2007, p. 51) (Grifo no original).

Essa menção ilustra, amplamente, a forma como o capital tem se reproduzido e, nesse contexto, ela nos oportuniza elucidar, também, que a expulsão do trabalhador rural do seu direito a terra foi marcada, e ainda continua sendo, ora com maior, ora com menor intensidade, por momentos moderados e de extremo conflito, com a quase total convivência do poder público.

Segundo Campos (1998), a partir dos anos de 1930, em Goiás-Tocantins, o perfil dos migrantes foi modificado, esses concorreram ao desmatamento na direção da região do Médio-Norte e Norte Goiano, onde 20,8% das propriedades eram posses. A esse respeito, assim se refere: “Quando as estradas tornam possível o mercado, aquelas terras sem valor passam a ter preços. Chegam os novos donos com os títulos fornecidos pelo estado ou com documentos falsificados” (CAMPOS 1998, p. 5). Na década de 1940, os ocupantes (posseiros) possuíam 13,9% da área total das propriedades; em 1950: 14,7%; em 1960: 8,3%; na década de 1970, o total era de: 11,6%. Ainda segundo Campos (1998), a área média desses estabelecimentos em hectares variava de 234.11 (1940) e 155.22 (1970), com margem para mais hectares, pois muitos estabelecimentos não constaram nas estatísticas do IBGE.

Se o interesse dos investidores pelas propriedades, visando as terras de mata (*renda diferencial I*)⁷⁷, já vinha crescendo, especialmente na parte servida pela Belém-Brasília, conjuntamente com os incentivos fiscais (década de 1970), esse trato para com a terra agora tem um salto qualitativo e quantitativo, com o advento

⁷⁷ Trata-se de um dos conceitos importantes para compreensão da renda da terra, em Marx, e aproveitada por muitos geógrafos, sociólogos e outros. De maneira esquemática: “A renda diferencial I causada pela diferença da fertilidade natural dos solos existentes no país é, portanto, resultado da posse de uma força natural que foi monopolizada” (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

de novas técnicas de uso e aproveitamento dos terrenos (*renda diferencial II*)⁷⁸, considerados impróprios para formação de pastagem e cultivo de cereais, em função de corretivos do pH (potencial de Hidrogênio) do solo.

Antes de analisar o quadro das transformações após os anos de 1980, convém sintetizar um pouco mais das mediações, que compõem os anos de 1970. Sabe-se, contudo, que essas referências temporais não se deixam emoldurar, existe nelas mais um imbricamento dialético, do que uma individualidade entre as atividades agrícola e pecuária.

5.3 A ATIVIDADE PECUARISTA NO DOMÍNIO DO LATIFÚNDIO NO LESTE GOIANO-TOCANTINENSE⁷⁹

Em estudo realizado pela Revista Brasileira de Geografia, intitulado “A evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 70”, Dora Rodrigues (1970 et. al.), considerou a porção leste do estado de Goiás, com o predomínio da atividade pecuária, cuja extensão física abrange as extremidades Norte-Sul do território goiano. Registra-se, nessa vastidão territorial, a “Microrregião Tocantínia de Pedro Afonso”.

Nesse contexto, a participação das pastagens correspondia ao percentual superior a 52% das terras agricultáveis, enquanto que a produção situava inferior a 50% do valor total da produção. Quanto o rebanho bovino, os dados comprovam uma densidade baixa, que a caracterizava como região de criação predominantemente extensiva e tradicional.

Na escala mais detalhada, que exige o objetivo de pesquisa, no município de Pedro Afonso e seu entorno, organizavam-se administrativamente na “Microrregião de Tocantínia de Pedro Afonso”, os municípios de Goiatins, Itacajá, Lizarda, Novo Acordo, Pedro Afonso, Ponte Alta do Norte e Tocantínia” (IBGE, 1980)⁸⁰. Soma-se a isso, a observância que a toponímia de alguns municípios mudou com a divisão do

⁷⁸ “Cabe esclarecer, que em função desse fator, tendem os capitalistas a aplicar capitais para melhorar as baixas fertilidades dos piores solos, para assim mudarem a situação com relação à esta forma de renda diferencial, passando a ocorrer assim a renda diferencial II” (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

⁷⁹ Nessa abordagem, situada nos anos de 1970 a 1980, ainda não existia formalmente o estado do Tocantins, mas por convicção própria, usa-se a expressão território goiano-tocantinense, em função de suas semelhanças ocupacional pela atividade pecuarista principalmente nos dois territórios.

⁸⁰ Censo Agropecuário – Secretaria de Planejamento da presidência da República – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE recenseamento geral do Brasil, 1980, v. 2, Tomo 3, 2ª parte

estado de Goiás, como por exemplo, Ponte Alta do Norte, que passou se chamar Ponte Alta do Tocantins.

Na direção de que informa o referido documento do IBGE (1980), não somente a *Microrregião de Tocantínia de Pedro Afonso*, mas também a grande maioria das microrregiões que compõe a porção de terras, no sentido Norte-Sul, da borda Leste de Goiás-Tocantins, se caracterizavam como regiões “*marginalizadas*”, até o *agronegócio* chegar apoiado nas pesquisas biotecnológicas da EMBRAPA. Interesse esse voltado para plantios nos solos tidos como “improdutivos”.

O outro esforço vem também do poder público, possibilitado pelo surgimento do estado do Tocantins em 1988, movido pelo afã *desenvolvimentista* de plataforma política estratégica, para atuar no desmanche do que já vinha sendo construído, pelo conhecimento camponês ou dos “Povos Cerradeiros” (MENDONÇA, 2004). Em relação às principais vias de circulação da BR-153 (Belém-Brasília) e BR-020 (Brasília a Fortaleza), essas não receberam os benefícios de acesso aos centros comerciais do país, com exceção das microrregiões próximas ao *Distrito Federal e Planalto Central Goiano*.

O Leste goiano-tocantinense, se caracterizava como região predominantemente pastoril⁸¹ na década de 1970 e, apesar dos *incentivos governamentais* do período, não chegou modificar suas características econômicas voltada para a autosustentação dos cultivos. Percebe-se que os procedimentos do Estado, materializados em realizações de infraestrutura, a princípio com edificação de estradas para retirar populações inteiras do isolamento, não concorre para uma maior sustentabilidade.

A própria ideia de isolamento nega a ideia de comunidade e exalta a visão da política oficial, a qual já traz, em sua essência, a convicção forte do rompimento de parte significativa das formas anteriores de produção camponesa, a territorialização da “nova” forma latifundista e não somente dessa, mas de muitas outras ditas “atrasadas”, na intenção de ampliar as facilidades de penetração do

⁸¹O processo de especialização, que separa diferentes tipos de transformação dos produtos, conduzindo à criação de um número sempre crescente de ramos industriais, manifesta-se também na agricultura: dá origem ao aparecimento de regiões agrícolas especializadas ‘(e a sistemas de economia agrícola)’³, provocando trocas tanto entre os produtos agrícolas e os industriais quando entre os diversos produtos agrícolas. Essa especialização da agricultura mercantil (e capitalista), que se observa em todos os países capitalistas e se expressa na divisão internacional do trabalho [...]. É, portanto, a divisão social do trabalho a base de todo o processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo [...]. LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, trad. José Paulo Neto, Abril Cultural, 1982.

“desenvolvimento destrutivo” do capitalismo no campo (MÉSZÁROS, 2007; THOMAZ JUNIOR, 2012).

Ao abordar sobre os “dilemas” que passam “as classes subalternas”, Martins (1989, p. 97), chama atenção para os limites e imprecisões que deve-se ter ao empregar esse conceito, dado sua amplitude e ajustes às condições particulares locais e temporais: “desde seus tempos iniciais, a história do capitalismo tem sido uma história de *exclusão integrativa*, que cria reservas de mão-de-obra, cria mercados temporários ou mercados parciais”.

Seguindo nessa análise, é bastante ilustrativo pensar a microrregião *Tocantínia de Pedro Afonso*, embora muitos de seus elementos constitutivos estejam, atualmente, em outro rearranjo territorial, existem ainda as formas resistentes dos núcleos urbanos, interligados ao fazer camponês, principalmente no que refere ao econômico-político-cultural no território. Acrescenta-se, na mesma conformação, a organização das pequenas cidades, distritos, aldeias indígenas, quilombos, após decadência da mineração, sempre consubstanciados com o latifúndio pecuarista, que compunham uma identidade local.

Convém, antes de uma análise mais detida a respeito dos habitantes da região estudada, em relação ao território e ao contexto de suas relações mais local, como é o caso de toda porção leste tocantinense, fadada a viver “marginalizada”, compreender a relação com outras regiões do país, servidas por vias de acesso, estradas, e outras obras de infraestrutura rural e urbana, que segundo Lira (2011, p. 155):

A faixa de terra no sentido longitudinal que acompanha a BR-153 se transformou em centro econômico, enquanto as outras regiões, (com agravante maior para a margem direita do rio Tocantins), foram marginalizadas no processo de desenvolvimento da região. [...] Com a criação do Estado do Tocantins, a questão volta à tona, agora de maneira interna e mais próxima. A desigualdade regional do Tocantins continua desafiando as autoridades governamentais, que sobre a ótica da economia, tateia na tentativa de resolver, profundas disparidades regionais que, o novo Estado do Tocantins recebeu como herança [...].

Não resta dúvida de que a maneira encontrada pelo poder público para regionalizar por critérios meramente administrativos, não somente o jovem estado do Tocantins, mas também as demais unidades da Federação, sempre trilharam pelo caminho do economicismo-desenvolvimentista e esse sistema, propositalmente, recai, na já mencionada, disparidade crônica, como visto na transcrição de Lira

(2011). É o mesmo autor, que auxilia a lembrar que nesses planejamentos sempre se evita tocar numa questão fundamental, qual seja, a *fundiária*, já que se trata de um Estado de economia predominantemente agropecuária e a repartição equânime da riqueza começa com a “terra de trabalho” (MARTINS, 1983).

Acerca da *microrregião Tocantínia de Pedro Afonso*, sabe-se que em função do seu longo processo de formação territorial, registra-se ainda, por mais que se prime pelo planejamento estatal homogenizante-latifundista, durante e depois da pecuária extensiva, um acumulado de conhecimentos relacionados com a terra, por parte do pioneirismo de seus habitantes e economia local, técnicas produtivas que garantiram sua autosustentação e que devem ser aproveitadas ao seu favor.

O conhecimento da importância, tanto econômica, quanto política, desse conjunto de elementos, dota-os de um poder para em si, enquanto classe social camponesa e deve-se considerar extensivo às demais categorias de “Povos Cerradeiros” (MENDONÇA, 2004), não importando quais categorias de camponeses pertencem (quilombolas, pescadores, coletores, carpinteiros e outros). Contudo, não são as construções de estradas, pontes, ferrovias, hidrovias, portos que os tornam mais autônomos politicamente, para gerir sua organização social, como ideologicamente, imprime o poder público em uma democracia às avessas. As estradas e demais grandes obras infraestruturais, a depender, não deixa de serem elementos importantes, mas por outro lado sempre foram carregadas de intenções político-ideológicas e são, desde sempre, formas sutis desenvolvimentistas e “destrutivas” das relações territoriais e “insustentáveis”, por excelência (MÉSZÁROS, 2004, 2007).

Equacionar a organização territorial em bases mais equânimes e/ou equilibradas, se quando na verdade se toma por objetivo a situação puramente colonialista agregada ao saque dos recursos naturais, solo, água, madeira, degradação do trabalhador ou até mesmo sua expulsão das terras pela grilagem, ou por outras formas coercitivas.

No decorrer dos anos de 1970 a 1980, por meio dos incentivos governamentais, na região do Leste goiano-tocantinense, teve início as transformações do seu quadro agrário. A incorporação de áreas ao circuito produtivo foi da ordem de 3.587.098 hectares em todo os estratos de áreas, tendo em vista a abundante quantidade de terra disponível.

Com relação à produção bovina, predominava o gado de corte, com cerca 80% do seu rebanho em 1975, exceto a microrregião do Planalto Goiano que registrava 22,1% do efetivo bovino na produção de leite. Quanto ao regime de criação predominava a criação extensiva. No ano de 1975 registra-se um aumento considerável de pastagem natural 1.016.638 de hectares, já as pastagens plantadas acuram 436.434 hectares. Torna-se bastante claro a importância dada a atividade da pecuária bovina em 1975, quando se sabe através dos dados do IBGE (1970/1980) que mais de 60% da área dos estabelecimentos agropecuários eram cobertas por pastagens, chegando a 77,9% da área total da microrregião do Planalto Goiano (HEES et. al, 1970).

As lavouras, que expressam a policultura, na região do leste goiano-tocantinense, não tiveram participação expressiva em termos de área colhida. A produção girava em torno do comércio local, chegando a registrar decréscimo na área colhida do feijão. A microrregião do Planalto Goiano, aparecia em destaque com a lavoura do feijão, pois ocupava 7,3% da área dos estabelecimentos rurais e nas demais microrregiões, o percentual foi inferior a 4%.

Destaca-se, portanto, a cultura do arroz, que segundo os dados do IBGE, obteve aumento da área plantada, visto que passou de 152.111 hectares, em 1970, para 403.064 hectares, em 1980, além da área colhida, que contabilizava 62.252 hectares, nos anos oitenta. É fundamental ressaltar, nesse período, que a soja já começava receber os incentivos do Governo Federal na microrregião do Planalto Goiano (HEES et. Al, 1970).

Ressalta-se, também, a importância da cobertura das áreas de matas na região leste, superior a área em lavouras, em 1975, com 17% da área total dos estabelecimentos rurais. Na microrregião de Tocantínia, de Pedro Afonso e Vão do Paranã, esse percentual alcançava 30% da área total, denotando que a extração de madeira era a atividade econômica mais importante em 1975 (HEES et. al., 1970).

Associado ao aumento da formação de pastagem e plantação de lavouras comerciais, o uso do trator teve participação significativa, a partir da década de 1970, na região do Leste goiano-tocantinense. De acordo com o Censo Agropecuário, a região contava com 256 tratores em 1970 e, em 1980, evoluiu para 2.648 máquinas. O maior percentual desse maquinário ficou com a região do Planalto Goiano (61,48%), considerada a mais dinâmica, em relação às demais microrregiões da Região Leste (HEES et. Al., 1970).

Nesse sentido, como é característico do uso de maquinários poupar a mão-de-obra, na região do Leste goiano-tocantinense, esse quesito, a princípio da introdução de máquinas agrícolas para o cultivo de pastagem, arroz e soja, segundo dados do IBGE de 1970 a 1980, foi compensado pela abundância de terras e na facilidade para consegui-la. Dito de outra maneira, a substituição de mão-de-obra pelo uso crescente de tratores, serviu como dispensor desse quantitativo de trabalhadores (as), obviamente sobrando, em direção do ao antigo Norte Goiano. É nesse contexto, que muitos se sentiram atraídos por essas terras e se fixaram nessas microrregiões, e, nessa direção, na década de 1970, o número de pessoal ocupado chegou a 59,97%, isto é, 112.742 pessoas, em 1970 e 188.000, em 1980.

Conforme demonstrado nos dados da (Tabela 4), o leste de Goiás-Tocantins, apesar do avanço do capitalismo no campo, caracterizava-se, nos anos de 1970 a 1980, com fortes traços de agricultura de *autosustentação*, isto é, com a maioria da população habitando a zona rural e produzindo para o sustento da família. Esse quadro é mais acentuado na microrregião de Tocantínia e de Pedro Afonso, em que o percentual da população que habitava a zona rural era de 84,20%, em 1970, e 79,10% em 1980. Além disso, na mesma microrregião, “o número elevado de ocupantes⁸² chegam a ultrapassar o de proprietários. Apesar da importância desse tipo de produtor, observa-se já uma leve tendência à diminuição de seu número elevado de ocupantes” na referida Microrregião (HEES et. al., 1970).

Tabela 4 - situação da população urbana e rural – área do Leste Goiano-tocantinense – 1970/1980

MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO							
	Urbana				Rural			
	1970		1980		1970		1980	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
TOTAL	85.048	20.70	44.041	41.60	325.977	79.50	341.413	58.30
Tocantínia de Pedro Afonso	10.603	15.80	15.157	20.90	56.498	84.20	57.534	79.10
Serra Geral de Goiás	6.346	18.70	36.615	31.00	71.056	81.30	81.684	60.00
Chapada dos Veadeiros	5.668	13.40	3.977	24.10	36.688	86.60	44.070	75.90
Vão do Paranã	9.806	19.80	2.709	32.20	9.780	80.20	47.853	67.80
Planalto Goiano	42.623	25.90	55.583	58.50	121.955	74.10	110.272	41.50

Fonte: Censo Demográfico 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980, IBGE - Adaptação/Autor/Org.

⁸²Entende-se por ocupantes, segundo o IBGE, as pessoas que moram na terra sem o documento definitivo de propriedade.

Comparado ao Planalto Goiano, a participação dos ocupantes de terra decresce, visto que de 74,10% em 1970, alterou-se para 41, 50%, em 1980, dado seu maior relacionamento econômico com outras regiões consideradas dinâmicas do país. Fica bastante visível o teor gradativo de territorialização do capital e desterritorialização da classe camponesa, proprietários e ocupantes envolvidos.

Dessa forma, registrou-se o “[...] aumento do número de área de estabelecimentos explorados por produtores, refletindo o interesse que o Leste Goiano tem suscitado nessa categoria de produtores” (HEES et.al., 1970, p. 227,). A tabela auxilia no entendimento quanto ao conflito entre posseiros e proprietários, a partir da década de 1970, visto que nessa região se registrou muitos embates, com a chegada de migrantes de várias partes do país, devido à grande quantidade de ocupantes.

Como visto, anteriormente, na tabela 3, (os conflitos em Tocantins), no ano de 2015, percebe-se que a luta dos camponeses, para se manter na terra ou para conquistar a *terra de trabalho*, inclinou-se a aumentar concomitante à chegada do capitalismo no campo. O fortalecimento da agricultura empresarial, em conjunto com os incentivos governamentais na fronteira agrícola, na direção norte do Brasil, tem sido determinante para o agravamento dos mais variados tipos de conflitos entre classes no campo.

Tabela 5 - principais categorias de produtores rurais na área do Leste Goiano-tocantinense – 1970/1980

MICRORREGIÕES	PRODUTORES RURAIS							
	Proprietário				Ocupantes			
	Estabelecimentos		Área em (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
TOTAL	20.70	25.99	6.847.39	9.843.10	8.898	8.617	1.312.25	1.766.01
.....	0	9	6	3			0	6
Tocantínia de Pedro Afonso	1.648	2.791	886.651	1.193.09	4.066	3.833	669.247	885.440
Serra Geral de Goiás	3.705	5.431	2.114.24	3.121.46	2.629	2.915	475.361	695.708
Chapada dos veadeiros	3.103	4.089	783.346	1.397.64	1.044	1.047	79.784	114.229
Vão do Paranã	3.397	4.217	832.837	1.268.06	342	239	11.208	31.218
Planalto Goiano	8.847	9.471	2.230.32	2.862.83	817	549	76.650	39.421
			2	4				

Fonte: Censo Demográfico 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980, IBGE - Adaptação/Autor/Org.

No começo dos anos de 1980, alguns investidores, oriundos do sul e sudeste brasileiro e munidos de maquinários afeitos ao cultivo de arroz de sequeiro, saem a frente, no município de Pedro Afonso e municípios circunvizinhos, para se dedicarem a essa lavoura, considerada da *moda* na época. Essa nova arrumação territorial latifundista já vinha se *metamorfoseando* e sinalizando para o norte do país, desde as décadas de 1970 e 1980, mescladas com a pecuária, monocultivo e a policultura em declínio, pela própria disputa territorial.

Seguindo na compreensão dessa atividade no Cerrado, afirma-se que no então norte Goiano, circulava como maior atividade a agropecuária, que ocorria mais no corredor da BR-153, no sentido Norte-Sul. A busca pela porção Centro-Leste e adjacências teve seu primeiro grande salto, como já analisado no projeto PRODECER, em meados dos anos 1990, para a ruína dos camponeses. Fato que se comprova na sua situação atual, cada vez mais excluídos enquanto classe social.

No município de Pedro Afonso e demais municípios limítrofes, os camponeses se veem, gradativamente, relegados à indigência produtiva, como se fossem eles a própria ameaça à expansão do capital no campo. Dito de outra forma, eles são, nada menos, do que o sinônimo do atraso para os capitalistas. Compartilhando do mesmo pensamento, isto é característico do poder político do Estado, eminentemente reforçado pelos disfarces ideológicos pelo “poder da ideologia” (MÉSZÁROS, 2004). Da mesma maneira, na Introdução de a Ideologia Alemã de Marx e Engel (2007, p. 31), Jacob Gorender diz:

Com a divisão do trabalho, dá-se uma separação entre o interesse particular e o interesse comum. Os atos próprios dos indivíduos se erguem diante deles como poder alheio e hostil, que os subjugam. O interesse comum se erige encarnado no Estado. Autonomizado e separado dos reais interesses particulares e coletivos, o Estado se impõe na condição de comunidade dos homens. Mas é uma comunidade ilusória, pois o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação.

Por meio da força ideológica, são repelidos e tratados com políticas compensatórias, provenientes do poder político municipal e demais esferas das jurisdições públicas. Contudo, muitos ainda resistem à situação de descaso, o que acarreta em conflitos, pois esses insistem em produzir alimentos, enfrentando a falta de acesso a maquinários, insumos, armazenagem, transporte e mercado e venda da produção, quando não “falta” água, em função da falta de infraestrutura (irrigação) e

que, em muitas vezes, se coloca a culpa na escassez, em período de estiagem, o que não se justifica.

Do ponto de vista dos conflitos pela posse das terras, sempre sob a imposição do latifúndio e pouca valorização camponesa por parte do Estado, na busca pela acumulação capitalista, vê no camponês proprietário alvo fácil de persuasão para o arrendamento, para compra de suas terras ou ainda por meios coercitivos. Cite-se aqui, sem maiores detalhes, em função da situação de medo da opressão vivida por uma camponesa líder de família, no município de Pedro Afonso. Informa que, por ocasião da chegada das grandes lavouras: “chegou aqui um moço com um documento assinado. Vieram depois para fazer o despejo. Levou nove anos de demanda para nós conseguir reverter e continuar na terra” (Informação Verbal, D.S., Associação Bacabal e Bananal, Julho, 2016).

Outras narrativas são reveladoras da situação atual no município mencionado e ainda das Associações, que fazem parte da *organização* dos territórios municipais vizinhos e que compartilham de situações semelhantes, que serão oportunamente analisadas. Para o momento, se faz necessário analisar com auxílio de dados específicos e conceitos que condicionem para evidenciar a territorialização do capital no campo, não perdendo de vista o poder das políticas públicas, fomentadoras do capital, principalmente, o que é de praxe, infelizmente.

5.4 A INTRODUÇÃO DE “NOVAS” VARIÁVEIS NO CAMPO E A METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO NOS MUNICÍPIOS DE PEDRO AFONSO, BOM JESUS, GUARAÍ, TUPIRAMA E SANTA MARIA

A introdução de novas variáveis, em qualquer ramo produtivo, força a ordem estabelecida. No exemplo da produção agrícola, em todo o território brasileiro, tem ocorrido diferentes formas de reestruturação produtiva e, em se tratando das particularidades ou regiões diferentes no mesmo território, as variáveis atuantes assumem posturas peculiares.

O modelo assumido pela agricultura empresarial, no estado do Tocantins, tem sido impactante, no que tange ao tamanho das propriedades e ao uso de máquinas, especialmente após os anos de 1990. Tal modelo de produção, acaba de firmar o país no mercado nacional e internacional de *commodities*. Com efeito, esses impactos têm como exemplo, a exclusão ou mesmo a inclusão restrita do

trabalhador, considerando que é próprio do *metabolismo* do capital reduzir em número cada vez menor a mão-de-obra utilizada, em função do uso intenso de maquinários, objetivando lucro. Nesse processo, ao perseguir o aumento da renda da terra, o capital tem, por um lado, a jornada de trabalho, e por outro, substituído o trabalho manual, por máquinas, além de outras formas sutis de barateamento dos custos de produção e aplicação de tecnologias no solo. A tendência, então, é diminuir o número de pessoas nos postos de serviços, além da prática/trama de transferência de renda do campo para a indústria, por meio do fornecimento de matérias-prima, compra de maquinários e insumos.

Como reação tem aumentado o número de conflitos por empregos, por terra, para permanecer na terra, contra o aumento dos preços dos alimentos e muitas outras contradições. Essa realidade proporciona a chave para entender a *metamorfose do latifúndio* e a disputa pelo território no município “delimitado” para esse estudo, que de certo modo, foi bruscamente inserido na lógica destrutiva do sistema metabólico do capital. Justifica-se, como exemplo, o aumento exponencial do valor e a concentração da terra, já comentado.

Tem-se repetido em outras oportunidades desse mesmo trabalho, que o esforço *destrutivo* do capital no sentido da acumulação, tende para mudanças bruscas, tanto no campo, quanto na cidade e esse é o cerne do pacto firmado entre poder público e burguesia.

O capital, assim, tem atingido até mesmo lugares/regiões “esquecidas” pelo chamado “progresso”. O bem-estar social nunca teve e nunca terá peso, nas decisões importantes da expansão do capital. No presente caso, há debates acerca das *transformações latifundistas* das terras planas, baratas e, indissociavelmente, da água, e as decisões chegam como novidades, e até mesmo, como dádivas paralelas às ideologias: “[...] em nossa sociedade tudo está ‘impreguinado de ideologia’, quer a percebamos, quer não” (MÉSZÁROS, 2004, p.57).

É por meio dessa força ideológica, que os munícipes de Pedro Afonso e de sua microrregião têm recebido o “progresso” do agronegócio de braços abertos. Ideologias essas, que tem contaminado a maioria de seus habitantes, por meio da mídia e suas divulgações de safras recorde, além da bandeira de disputa/campanha política em todo Tocantins. O agronegócio entra como centralidade nos projetos de

governo, enquanto gerador de empregos e aumento de arrecadação de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e muitos outros “benefícios”.

São, portanto, consideradas rearrumações territoriais bruscas do *latifúndio*, não mais nos moldes predominantes da pecuária extensiva, do trabalho braçal das *empreitadas*⁸³, mas prioritariamente pelo aumento do uso de maquinários agrícolas, insumos em geral e atuação de outros ramos paralelos, que se disseminam territorialmente no estado do Tocantins.

Destaca-se, nesse “novo” sistema produtivo, a capacidade de descartar mão-de-obra braçal e, da mesma maneira, exigir outro perfil de trabalhadores ditos “qualificados”. Isso já vem acontecendo em outras regiões do Brasil e essas caracterizam-se como regiões difusoras de tecnologias de bens de produção, insumos e não somente para agricultura, mas também para uma gama operacional muito mais ampla, para fazer cumprir a divisão regional e social do trabalho. De acordo com Baccarin - et. al (2012, p. 14), “está ocorrendo uma evidente e acelerada alteração na composição da ocupação sucroalcooleira, com diminuição da importância daquelas ocupações que exigem menor grau de qualificação profissional em favor das com maior qualificação”.

Essa assertiva relaciona-se, diretamente, com a introdução ou quantitativo de maquinários⁸⁴ agrícolas, com forte poder de destruição das relações pré-estabelecidas, em que pese os postos de serviços, insustentabilidade social e ambiental, que na verdade, ultrapassa o cinismo ideológico neoliberal.

Tomando como referência os dados do IBGE (1995), existiam em Tocantins 7.950 tratores, o que comparado a outras unidades da Federação, com tradição no setor da agricultura mecanizada, são quantias pequenas. No estado de São Paulo,

⁸³ Presenciou-se esse tipo de atividade nas grandes e médias propriedades, no então *Norte de Goiás-Tocantins*, até por volta do ano de 1985. Com a introdução de maquinários agrícolas, herbicidas, as ditas *empreitadas* foram declinando e atualmente extintas. Hoje está cada vez mais comum o uso de herbicida. Que pode ser pulverizado com o auxílio de uma bomba costal ou máquinas. Nos terrenos de topografia plana, abundante no Tocantins, usa-se geralmente a roçadeira acoplada em tratores para o manejo das pastagens e também o herbicida em terrenos movimentados. Por fim, há um uso crescente do herbicida com relação às propriedades pequenas, médias e grandes. Ressalta-se, que nas propriedades pequenas a aquisição de tratores é muito rarefeito. Os camponeses, geralmente locam máquinas de terceiros e/ou quando a prefeitura local disponibiliza numa agenda apertada e morosa.

⁸⁴ No município de Pedro Afonso, nunca existiu corte manual da cana-de-açúcar. Justificam estarem cumprindo a lei ambiental que proíbe a queima e que na verdade, vem favorecer a lucratividade da Empresa, analisando que a questão ambiental sempre esteve em segundo plano. Todavia, “tem acontecido a queima dos canaviais em Pedro Afonso e municípios vizinhos, mas não é assumida como sendo manejo ou prática da Empresa para facilitar a colheita. Esse assunto se confirma na fala dos administradores da BUNGE, como fogo acidental, espontâneo (dado o calor da Região) ou criminoso” (F., Trabalho de Campo, Pedro Afonso, Agosto de 2014).

nesse ano de referência, possuía 170.573 tratores, no Rio Grande do Sul 150.075, Minas Gerais 89.667, o vizinho e irmão Goiás chegou a 43.000, ou seja, 4,66%, 5,29%, 8,86% e 18,48% respectivamente comparado ao valor total em Tocantins. Em comparação a outros estados da região norte, o Tocantins está na frente do Maranhão com 3.965 tratores, Pará com 6.067, Acre 433, Roraima com 326, Amapá 150 e Rondônia com 3.061 tratores.

Tudo leva a crer que, em função do número reduzido de tratores nos estados mencionados, levam vantagem, do ponto de vista da preservação de suas riquezas naturais, os estados do Acre, Amapá e Roraima, em função de muita resistência (já registrado em suas histórias de formação territorial) ao desenvolvimento destrutivo do capital no campo. Somado a isso, tem-se a distância geográfica e falta de fator logístico que possa interligar esses estados ao circuito de circulação de portos de exportação.

Somado todo esse quadro técnico, com o “melhoramento” do potencial genético de animais e plantas, tem-se boa parte dos condicionantes da força motriz, para o incremento da renda da terra e a consequente *metamorfose do latifúndio*. Nesse contexto, o município de Pedro Afonso se situa como pólo irradiador para o resto de Tocantins, sendo comprovada a expansão do plantio de soja em sua microrregião, para a microrregião de Porto Nacional, localizada na porção central. Além disso, analisa-se o fortalecimento do Projeto Rio Formoso na microrregião de Gurupí ao sul, como fornecedor de sementes e ao Norte a microrregião de Araguaína e vários municípios na margem direita do rio Tocantins.

Na Tabela 6, nota-se o avanço da mecanização da agricultura no estado, por meio do aumento do número de tratores.

Tabela 6 - total do número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários no estado do Tocantins - comparação entre os Municípios – 2006

MUNICÍPIOS	UNID.	MUNICÍPIOS	UNID.	MUNICÍPIOS	UNID.
Abreulândia	66	Colméia	24	Monte do Carmo	143
		Colinas do/TO	67	Monte Santo do/TO	55
Aguianópolis	20	Combinado	19	Muricilândia	61
Aliança do/ TO	108	Conceição do/TO	28	Natividade	76
Almas	82	Couto Magalhães	73	Nazaré	12
Alvorada	189	Cristalândia	96	Nova Olinda	126
Ananás	76	Crixás do/TO	41	Nova Rosalândia	38
Angico	27	Darcinópolis	77	Novo Acordo	29
Aparecida do Rio Negro	64	Dianópolis	87	Novo Alegre	9
Aragominas	44	Divinópolis do/TO	145	Novo Jardim	34
Araguacema	115	Dois Irmãos do/TO	138	Oliveira de Fátima	36
Araguaçu	352	Dueré	195	Palmas	86
Araguaína	240	Esperantina	9	Palmeirante	88
Araguanã	45	Fátima	25	Palmeiras do/TO	44
Araguatins	55	Figueirópolis	148	Palmeirópolis	118
Arapoema	81	Filadélfia	40	Paraíso do/TO	112
Arraias	114	Formoso do Araguaia	208	Paranã	104
Algustinópolis	35	Fortaleza do Tabocão	24	Ponte Alta do Bom Jesus	26
Aurora do/ TO	39	Goianorte	58	Pedro Afonso	125
Axixá do/TO	8	Goiatins	84	Peixe	280
Babaçulândia	68	Guaraí	110	Pequizeiro	39
Bandeirantes do/TO	76	Gurupi	152	Pau d'Arco	78
Barra do Ouro	24	Ipueiras	33	Piraquê	116
Barrolândia	56	Itacajá	38	Pium	291
Bernardo Sayão	57	Itaguatins	31	Pindorama do/TO	44
Bom Jesus do/TO	8	Itapiratins	52	Ponte Alta do/TO	58
		Itaporã do/TO	53		
Brasilândia do/TO	50	Jaú do/TO	139	Porto Alegre do/TO	34
Brejinho de Nazaré	102	Juarina	18	Porto Nacional	242
		Luzinópolis	15		
Buriti do/TO	15	Lagoa da Confusão	90	Praia Norte	5
Cachoeirinha	N/D*	Lagoa do/TO	N/D*	Presidente Kennedy	52
Campos Lindos	186	Lajeado	8	Pugmil	30
Cariri do/TO	123	Lavandeira	23	Recursolândia	10
Carmolândia	22	Lizarda	N/D*	Riachinho	34
Carrasco Bonito	13	Marianópolis do/TO	155	Rio da Conceição	N/D*
Caseara	115	Mateiros	38	Rio dos Bois	41
Centenário	24	Maurilândia do/TO	11	Rio sono	67
Chapada da Natividade	52	Miracema do/TO	184	Sampaio	6
Chapada de Areia	37	Mira Norte	60	Sandolândia	144

Continuação

Santa Fé do Araguaia	50	São Miguel do/TO	20	Taipas do/TO	7
Santa Maria do/TO	44	São Salvador do/TO	49	Talismã	215
Santa Rita do/TO	178	São Sebastião do/TO	9	Tocantínia	25
Santa Rosa do/TO	109	São Valério	88	Tocantinópolis	17
Santa Tereza do/TO	12	Silvanópolis	95	Tupirama	73
Santa Terezinha do/TO	13	Sítio Novo do/TO	15	Tupiratins	22
São Bento do/TO	66	Sucupira	101	Wanderlândia	81
São Felix do/TO	N/D*	Taquatinga	85	Xambioá	79

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (2006) – Adaptação, Autor: OLIVEIRA, S. de S.
N/D* Não disponível

Os dados atuais do número de tratores por município tem alcançado cifras um pouco à frente do ano de 2006. Propositadamente a escolha dos dados anteriores nos dão a realidade do avanço técnico no Cerrado. Percebe-se de acordo com os dados disponíveis, do ano 2006 (IBGE), a presença significativa do número de tratores nos chamados “pólos” de “desenvolvimento”, que vem se despontando no estado do Tocantins. O município de Pedro Afonso tem protagonizado a expansão do agronegócio da soja nas demais unidades municipais, especialmente por ter sido copiado do ponto das técnicas produtivas, exigidas nas terras do Cerrado.

Na Tabela 6, detalhou-se o número de tratores por municípios no estado do Tocantins. É importante ressaltar que os dados agropecuários, disponíveis no IBGE, são de 2006. Contudo, a penetração do capitalismo no campo, é comparativamente recente se olharmos a trajetória das demais unidades da Federação, até mesmo do estado de Goiás, por mais que os pontos em comuns os aproximem, ainda assim a agricultura empresarial no Tocantins assume uma diferença temporal/técnica, num intervalo de aproximadamente vinte anos, fator positivo, considerando a escalada da degradação ambiental que já se apresenta. Imaginar isso, recuando 20 anos, seria muito mais danoso ao conjunto ambiental e aos habitantes, principalmente.

As informações da tabela 6 são bastante reveladoras dos aspectos quantitativos, com base no uso de tratores por municípios. No ano de 2006, o estado do Tocantins possuía 9.933 tratores. O quantitativo revelado é significativamente maior do que os anos de 1980, que na verdade, era muito rarefeito na microrregião de Pedro Afonso⁸⁵ e estado do Tocantins como um todo. Também, a maneira como

⁸⁵ É importante contextualizar, enquanto difusor técnico no município de Pedro Afonso, o Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto (CEAPA). Desde sua fundação em 1973, até recentemente tem sofrido modificações. Começou como Escola Agro Artesanal de Pedro Afonso

estão distribuídos quantitativamente os tratores, deduz-se as características das formas de uso das terras, se há mais mecanização em torno da abertura de novas áreas ou a persistência do próprio manejo das terras já trabalhadas.

Esse quesito se esclarece, quando se verifica a relação da potência dos tratores com cavalo de força (CV) de 100 ou mais, em alguns municípios e outros não. Esses dados não se encontram explicitados na Tabela 6, mas recorrendo a informações adicionais do Censo Agropecuário IBGE (2006), os municípios que concentram essa característica são os, coincidentemente, com os números mais elevados de máquinas (tratores), como é o caso dos municípios de Alvorada, Araguaçu, Araguaína, Campos Lindos, Cariri do Tocantins, Caseara, Dois Irmãos do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupí, Jaú do Tocantins, Marianópolis, Monte do Carmo, Peixe, Pium, Porto Nacional, Santa Rita e Talismã.

Os municípios vizinhos a Pedro Afonso, apresentados em **negrito** no Tabela 6, como é o caso de Bom Jesus do Tocantins, Guaraí, Tupirama e Santa Maria do Tocantins não entram no grupo dos que possuem maior número de tratores com 100 e mais CVs. Esse fator se deve à situação das terras já amansadas desses municípios, daí a necessidade de se usar tratores com menos CVs, ou seja, mais leves e com menor gasto operacional.

Ainda com relação aos números de tratores, o município de Bom Jesus aparece com apenas 8, em 2006, sendo que esse quantitativo é melhor esclarecido quando feito levando em conta o conjunto dos municípios vizinhos, sobretudo o de

fundada/administrada por missionários holandeses. Nesta data já existia as instalações físicas que atravessou quase toda sua história. De 2014 em diante, tem sofrido readaptações físicas. Ressalta-se, que antes da existência do referido Colégio funcionava na mesma localidade a Escola Agro Artesanal de Pedro Afonso. De acordo com informações fornecidas ao jornal local Centro Norte, em julho de 2014, Martien van Nistelrooij informa que atuou na organização inicial dessa Escola entre 1967 a 1969, aos 26 anos de idade, com mais dois jovens holandeses: Gerard Schipper e Paul Zuidgoest. Trabalhavam como voluntários para a Fundação dos Voluntários Holandeses, em conjunto com a KNBTB4, uma organização de agricultores católicos. Esta participação foi mediada pelo então governador de Goiás e do Bispo da cidade de Miracema Dom Jaime Colins, que os acolheram e passaram a trabalhar nessa missão conjuntamente com os padres Dionísio, Mário, Carlos e Pedro. O trabalho consistia na preparação de área para plantio de verduras, frutas, plantas forrageiras e capim. Tais atividades destinavam-se à manutenção dos alunos que moravam em regime de internato no Colégio. O espaço físico da Escola já estava construído, mas ainda não havia sido usado até a instalação da Escola Agro Artesanal. Antes da institucionalização das Leis Estaduais de funcionamento nº 8.022/75 e 9.504/84, o CEAPA já funcionava desde 1973. Foi também, por meio da Resolução nº 342, de 19/09/1985, do Conselho Estadual de Goiás que se aprovou a Grade Curricular que habilita a Escola à formar técnicos em Agropecuária. Em 2012 foram implantados dois novos cursos: Técnico em Logística e Técnico em Açúcar e Alcool pela resolução CCE-TO nº 108, de 22 de junho de 2012. Nota-se que esta última ampliação sofrida pela Escola, vincula-se à distribuição dos Institutos Federais (IF) segundo as características econômicas, neste caso, a expansão do agronegócio na Microrregião, fator de exigência em mão-de-obra “qualificada” (OLIVEIRA, 2016, p. 10).

Pedro Afonso, por ser sede de agroindústria canavieira. Nesses municípios, o plantio de soja e cana-de-açúcar se confunde em termos de limites territoriais, em que as lavouras e consequentemente as máquinas transitam de um para o outro. Alguns agricultores possuem terras em mais de um dos municípios, além do mercado de locação de máquinas existentes na microrregião.

Como conclusão, tem-se esse grupo de municípios tocantinenses com bastante uso de tratores, sobretudo nos dias atuais, até porque, concentra, grandes lavouras de cana-de-açúcar e soja, cuja primeira se destina exclusivamente à agroindústria BUNGE e a segunda também em percentual considerável. Dado que atua, nessa região, um total de oito empresas compradoras de soja. Vale ressaltar, que o raio de ação com o plantio de cana-de-açúcar da referida agroindústria localizada nas proximidades dos municípios, ultrapassa 30 km, limite informado pelos agricultores, enquanto que o suportável economicamente seria de 30 Km.

Outro elemento que ilustra o nível de *metamorfização do latifúndio*, alcançado pela força da introdução de “novas” variáveis na agricultura na região de Pedro Afonso, o qual situa-se como protagonista da expansão da soja e em boa parte do território tocantinense, diz respeito ao uso do *calcário*⁸⁶. Os dados do IBGE, sobre o uso *calcário* e/ou outros corretivos do pH do solo, (Tabela 7) são do ano de 2006, mas permitem analisar a tendência do que tem conduzido o *latifúndio*, em termos de “novos” usos das terras e das águas indissociavelmente.

⁸⁶ A partir de 1970/1980, o uso do calcário no solo do Cerrado passa a ser mais utilizado. Temos como referência, nesse sentido, o que aprendemos mediante estudos no período em que estivemos no Curso Técnico em Agropecuária, no município de Pedro Afonso. O uso do calcário consiste em adicionar o pó da rocha calcária ao solo para corrigi-lo. É comprovado cientificamente que sem ele seria mais difícil as plantas domesticadas, mais fragilizadas anatomicamente, retirar do solo a nutrição que precisam, isso porque, os macro-nutrientes Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK), essenciais ao desenvolvimento das plantas, estariam presos às moléculas grandes junto ao alumínio e, por isso, não podem ser absorvidos pelas plantas em doses suficientes, uma vez que precisam ser quebrados em partículas menores. Essa função revolucionária qualifica esse mineral como indispensável à Agricultura Cerradeira.

Tabela 7 - número de estabelecimentos agropecuários por uso de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo, condição do produtor em relação às terras, orientação técnica e grupo de área total = Total – TO/2006

Uso de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo	Orientação técnica	Condição do produtor						
		Total	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor s/ área
Total	Total	56.567	49.518	4.368	256	191	1.293	941
	Ocasionalmente	8.934	7.478	1.156	48	28	135	89
	Regularmente	4.439	3.483	791	24	27	103	11
	Não recebeu	43.194	38.557	2.241	184	136	1.055	841
Não fez aplicação	Total	52.572	45.963	4.040	236	179	1.221	933
	Ocasionalmente	7.684	6.385	1.036	44	25	107	87
	Regularmente	3.594	2.757	703	17	25	85	9
	Não recebeu	41.296	36.821	2.301	175	129	1.029	837
Fez aplicação no ano	Total	2.589	2.296	215	11	5	58	4
	Ocasionalmente	761	663	69	-	2	25	2
	regularmente	609	519	70	6	2	11	1
	Não recebeu	1.219	1.114	76	5	1	22	1
Fez aplicação mas não precisou aplicar no ano	Total	1.406	1.259	113	9	7	14	4
	Ocasionalmente	489	430	51	4	1	3	-
	Regularmente	234	207	18	1	-	7	1
	Não recebeu	683	622	44	4	6	4	3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. Adaptação, Autor: OLIVEIRA, S. de S. (2016).

De acordo com a tabela 7, o consumo do calcário se situou em baixas proporções em Tocantins, no ano de 2006. São várias as atribuições que confirmam essas características do uso do corretivo de pH do solo em quantidade para mais ou para menos, no decorrer dos anos.

Segundo informação do administrador J., da *Mineradora Rio Formoso* (2017), no município de Rio Formoso, que está no mercado de calcário desde 1979, a empresa atende, hoje, 20 municípios e atribui que o uso de calagem do solo tem crescido muito, em função do plantio de soja após 2001, que por sinal exige melhor preparo do solo, sem o qual não existiria plantio de soja no Cerrado. Argumenta, ainda, que o aumento do uso do calcário tem crescido tanto nas grandes, quanto nas pequenas propriedades, em função das agências bancárias ao efetuar empréstimos, exigirem, no projeto de custeio agrícola, a correção do pH do solo.

Os anos de 2010 a 2014 foram os de maiores vendas de calcário no Tocantins. Já em 2016, em função da crise econômica, as vendas diminuíram em 80 mil toneladas, em relação ao ano de 2015 na empresa de *Mineração Rio Formoso*

(2017). Conclui-se, portanto, que o uso de calcário tem crescido de forma mais expressiva, em função da expansão da soja.

Deve-se destacar, ainda, o fator da metodologia produtiva, a forma de trabalhar ou como se materializava territorialmente a produção na agricultura no Cerrado tocantinense. A agricultura e o plantio de pastagem no Cerrado chegam como a grande novidade, em meados de 1980. Essa última não tanto quanto a primeira, mas de maneira mais contingencial, à medida que os agricultores iam desistindo ou entrando em falência com a lavoura do arroz, ia sendo incorporado o plantio de capim.

Nos anos de 1980, era incipiente a orientação técnica, por parte da empresa pública de extensão (EMATER), em contrapartida, os Bancos do Brasil e Amazonas estimulavam os produtores a adquirir empréstimos, sem que nenhum apoio técnico fosse oferecido⁸⁷. Havia sim trocas de informações de produtor para produtor. Operava, também, a prática intuitiva de ações arbitrária de boa parte dos proprietários: “usavam o calcário no solo sem o receituário técnico, por exemplo, onde exigia 5 a 6 toneladas por hectare eles colocavam apenas 2 [...] não existia esse costume de plantar pasto com adubo, calcário, hoje isso já está mudando e com certeza terá maior rendimento” (Informação Verbal), J., Mineradora Rio Formoso, Março, de 2017).

Com relação ao período anterior ao plantio de soja, é consenso que predominou o plantio de arroz de sequeiro, no final dos anos de 1979, meados da década de 1980, no Cerrado. Na prática do cultivo do arroz, os agricultores priorizavam o uso da adubação química⁸⁸, sem análise do solo e menos ainda o uso do calcário, considerando que essa cultura não é tão exigente com relação ao preparo do solo quanto à soja.

Outro ponto importante direciona para os quesitos da *Condição do produtor e orientação técnica*, quantificado na Tabela 7. Fica evidente, que o número dos *proprietários e/ou outros*, que não receberam orientação técnica, é bem acentuado

⁸⁷ Vivenciou-se essa situação por duas vezes: na ocasião em que foi contraído por meu pai um pequeno empréstimo junto ao Banco do Amazonas (para aquisição de matrizes bovinas) e Custeio agrícola para plantio de arroz no Cerrado (Banco do Brasil) e em nenhum momento obteve orientação técnica nessas atividades, apenas o monitoramento de fiscais ligados às instituições.

⁸⁸ Presenciou-se a utilização da adubação química no plantio de arroz de sequeiro (terras altas). Dado a menor exigência dessa cultura em adubação, comparado à leguminosa, a preocupação era apenas com a fórmula química do adubo que acreditava ser adequada aos solos do Cerrado: quatro átomos de Nitrogênio, 14 de Fósforo e 8 de Potássio (N⁴P¹⁴K⁸), pensava-se tal qual receita de bolo, não importava o tipo de solo, apenas misturar semente, adubo e inseticida.

no ano de 2006, e mais ainda, quando comparado às demais categorias do tipo: Assentado sem titulação definitiva, Arrendatário, Ocupante e Produtor sem área.

Diante do exposto, é conveniente buscar compreender como acontece o entrelaçamento das condições já estabelecidas, em comparação com o que se ergue diante dos produtores rurais como “novo” e “eficiente”. É preciso, segundo a imposição do capital no campo, reaprender a operar com uma “nova” linguagem, ideologias que chegam para rearrumar todo o desenho territorial e são exemplos dessas terminologias: inseticida, fungicida, herbicida, formicida, cupinicida, larvicida - agrotóxicos.

Paralelo aos demais insumos, relatados linhas acima (calcário e adubo químicos), o uso dos chamados *defensivos agrícolas* tem aumentado no estado do Tocantins como um todo. De acordo com o Quadro 6, o número de estabelecimentos que não utilizaram agrotóxicos é bastante inferior aos que utilizaram, no ano de 2006. Na ordem do que mais utilizaram, para o que menos utilizaram, em 2006, em relação ao total, tem-se 9,76% para os que mais utilizou e 0,018% e 0,088, para os que menos utilizaram. Nesse sentido, dispensa comentários com relação a intensidade aos estabelecimentos que usam e que não usa.

Desta feita, o uso de agrotóxicos figura como mais uma variável contributiva para confirmar as causas da *metamorfose do latifúndio*, no sentido de que o conjunto de “novas” técnicas, são no final, instrumentos de exclusão camponesa, que insistem, cada vez mais, em adotar uma agricultura em base insustentável do ponto de vista social e ambiental. Ainda, com relação aos estabelecimentos que não precisaram utilizar, figura como uso em potência uma vez que o incremento do uso de defensivo agrícola tende a aumentar.

Quadro 6 - Número de estabelecimentos agropecuários. Produtor associado à cooperativas e/ou à entidade de classe = Total. Grupo de Área total = a Total – Tocantins 2006

Grupo de Área de lavoura	Uso de agrotóxicos			
	Total	Utilizou	Utiliza - não precisou utilizar em 2006	Não utilizou
Total	56.567	5.524	1.047	49.99
Maior de zero a menos 1 ha	3.194	368	68	2.75
De 1 a menos de 2 ha	3.483	473	88	2.92
De 2 a menos de 5 ha	7.715	1.204	122	6.38
De 5 a menos de 10 ha	2.768	458	75	2.23
De 10 a menos de 20 ha	1.672	301	39	1.33
De 20 a menos de 50 ha	1.222	208	25	98
De 50 a menos de 100 ha	406	92	9	36
De 100 a menos de 200 ha	315	87	6	22
De 200 a menos de 500 ha	311	141	10	16
De 500 ha e mais	259	144	11	10
Sem declaração	35.167	2.048	594	32.52

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário. Adaptação: Autor/Org.

Tomando como referência os dados do Quadro 6, pode-se afirmar que o uso de agrotóxicos atinge patamar significativo e pode ser aumentado. Se tomarmos como referência o total dos grupos de áreas, tendo em vista que todos usam defensivos, a depender da exigência/situação do momento, todos são “consumidores” em potencial.

A tradição era o plantio em terras com boa fertilidade natural e o de agrotóxico não atingia cifras tão grande como na atualidade. O uso dos defensivos acompanha o uso indiscriminado dos recursos naturais com rebatimentos diretos à população do campo. Os desequilíbrios ambientais somado às necessidades de mais gastos para fazer a terra produzir muitos camponeses se vêem forçados a deixar a terra e buscar as periferias urbanas, como refúgio, e ainda outros resistir, certamente o melhor caminho.

A escalada das inovações que sempre apresentam-se ao campesinato de maneira imposta, extrapola o meramente relacionado às inovações técnicas. Do ponto de vista das políticas agrícolas de ontem e de hoje, bem como das dificuldades que os camponeses enfrentam, essas se aplicam mais enquanto instrumento de exclusão, para dar vazão ao capital no campo, do que para conduzi-los a uma situação mais equânime na relação com a terra. Ademais, mesmo os que

resistem, não passam impunes, porque de uma forma ou de outra, na correlação de força com o capital, ancorado em políticas públicas que os beneficiam/subsidiam, existe sempre uma forma para mantê-los subordinados ou *subalternos* (MARTINS, 1989).

Existe, nesse panorama, uma série de exigências que devem ser cumpridas antes de se contrair um empréstimo bancário para o plantio. Apenas para citar algumas delas: a análise do solo para a correção do pH e aplicação de adubação química em mais de um tipo e aplicações, sementes⁸⁹, uso de agrotóxicos⁹⁰, licença ambiental incluindo o serviço de técnico (caso for desmatar). E cada uma dessas atividades redundam em um custo adicional, que conseqüentemente são migrados, ou seja, são transferidos em forma de renda do produtor para outros setores através de empréstimos, compra de sementes, adubos e outros insumos.

De acordo com Thomaz Júnior (1988, p. 101), ao analisar o processo de *territorialização do monopólio das agroindústrias canavieiras*, chama-se atenção para a necessidade de:

[...] entrar nas vicissitudes em que o capital se empenha para garantir sua reprodução. Monopólio na circulação, monopólio na produção: estes dois conceitos permitem, se compreendidos de forma clara, discutir o processo de apropriação da renda da terra que, dará a direção a usos capitalistas do território, também diferentes, ou seja, a territorialização do monopólio e a monopolização do território, que no fundo traduzem, o monopólio na produção, e na circulação respectivamente.

As considerações transcritas em Thomaz Júnior (1988), são confirmadas e, de certa forma atualizadas, em Bellentani (2015), no que concerne à atualização da análise das “novas” bases territoriais alcançadas do monopólio do capital em expansão:

⁸⁹Existe em funcionamento, desde 2010, no município de Porto Nacional/TO, uma Unidade produtora de semente de soja. De acordo com informação do funcionário desta unidade as sementes são vendidas nos estados que compõe a “região” MATOPIBA. “No decorrer do desenvolvimento capitalista, também a semente tornou-se uma mercadoria. Enquanto historicamente, a semente foi para o agricultor, apenas parte guardada da última colheita, atualmente ela tornou-se mais um insumo que precisa ser comprado. Sob essa nova ótica, as possibilidades oferecidas pelos transgênicos aprofundaram a mercantilização das sementes, alterando, assim, o seu valor de uso, de tal maneira que acabam por gerar relações cada vez mais dependentes. Juntamente com a semente transgênica, os agricultores acabam comprando, necessariamente, o controle e a determinação externos à sua produtividade. [...] o uso de plantas transgênicas, as quais servem aos interesses das multinacionais que patenteiam a semente, conduzem a uma monopolização inédita e ainda maior do mercado agrícola, assim como à maior inserção das relações capitalistas na agricultura familiar e, conseqüentemente, a uma exclusão ainda maior dos agricultores” (ANDRIOLI; FUCHS, 2008, p. 99).

⁹⁰Atua no setor de produção de semente de soja, no município de Porto Nacional, a empresa multinacional Monsanto.

Os grupos monopolistas, que se mantêm majoritariamente com o controle acionário nacional, estabelecem uma nova lógica econômica que se desdobra em um novo processo de rearranjo territorial no Estado de São Paulo. As fusões territoriais monopolísticas, a partir da década de 1990, tornaram-se uma realidade, dada a desregulamentação do setor sucroenergético e a aliança de classes característica desse processo (BELLENTANI, 2015, p. 166).

O que é relevante observar, é o caminho percorrido pelo capital no campo, uma vez que para chegar ao estágio mais internacionalizado, do ponto de vista do destino da produção, primeiramente seu raio de influência procurou o consumo doméstico (mercado interno), e numa segunda etapa, o *carro chefe* tem sido o mercado externo, e o conseqüente, maior poder de monopólio estendido ao uso da terra, que deixa de cumprir sua função social (THOMAZ JUNIOR, 1988; BELLENTANI, 2015).

No estado do Tocantins, esse processo se difere bastante do ponto de vista dos impactos provocados, justamente porque salta a referida etapa do mercado interno, para se ajustar aos ditames do mercado internacional da soja. Na verdade são cultivos diferentes, mas em termos de abertura de áreas para o plantio, concentração da terra, são pontos que geram os mesmos impactos, no que pesa o destino social da terra, ambiental, entre outros.

No ano de 1990, a área plantada de soja somava 30.120 hectares e alcançou, em 2015, 830.301 hectares, aumento anual em média de 33.212,04 hectares. A soja teve início no município de Pedro Afonso, assim como a lavoura da cana-de-açúcar, que já ensaiava os primeiros passos, no sentido de sua territorialização pelo estado. Com apenas uma usina em Pedro Afonso, sua “área plantada é de 35 mil hectares sendo 26 mil em terra própria e o restante em arrendamento” (entrevista, concedida à pesquisa, agricultor “E” em Pedro Afonso, Abr. 2017).

Dessa maneira, importante lembrar o que já abordou-se com relação ao cultivo do arroz, antes da chegada do plantio da soja no estado do Tocantins, em meados de 1980. Boa parte dos proprietários de terra foram “seduzidos” ao plantio de lavoura de arroz de sequeiro mecanizada no Cerrado, facilitado pelos empréstimos do Banco do Brasil, mediante hipoteca, como é característico do mercado financeiro. Os desdobramentos, a partir dessa iniciativa, materializam na extração da renda da terra por caminhos diversos.

Como exemplo, surge neste período, com alguns remanescentes, os escritórios de planejamento de empresas credenciados junto aos Bancos do Brasil e do Amazonas. Todavia, o fazendeiro que desejava/deseja pedir empréstimos bancário podia contratar os serviços de um engenheiro agrônomo e/o veterinário a depender do objetivo do contratante, para assim realizar o trabalho de *Custeio Agrícola ou Projeto Pecuário*, para em seguida ser submetido a um dos agentes financeiros e poder efetivar o empréstimo mediante aprovação pelos técnicos da chamada *Carteira Agrícola* junto à instituição.

Segundo entrevista concedida à pesquisa, o proprietário e engenheiro agrônomo da empresa *Arplan-Acessoria Rural e Planejamento Agropecuário*⁹¹, na cidade de Porto Nacional, atuante na área desde meados de 1980, nos informou que se cobrava por serviços de assistência técnica até 2% do valor do financiamento, para acompanhar o projeto do começo ao final dos produtores rurais. Esse valor, portanto, pode oscilar para menos, a depender do volume do empréstimo. No caso do Banco do Amazonas, esse percentual cobrado reduzia para 1,5% e se fosse *Custeio Agrícola*, o valor era fixado em 0,75% para ambos os Bancos. Observa-se que carecia, nesse processo, uma relação no mínimo mais equânime, do ponto de vista da transferência de renda da terra, tendo em vista que já se somava aí a incoerência dessas duas despesas ao produtor, antes mesmo do plantio, seja em pequenas em pequenas ou em grandes áreas conforme afirmação do entrevistado.

Do ponto de vista da assistência técnica pública ao setor da agropecuária, antes da divisão do estado de Goiás, estava a cargo da Agência Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Com a divisão do Estado, passa a responder pelo setor, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS). No período anterior à jurisdição do Tocantins, essa instituição (EMATER) encontrava-se rarefeita pelas sedes municipais.

Após a emancipação do estado, o número de escritórios de assistência e extensão rural do RURALTINS aumentou significativamente, sobretudo porque vários núcleos urbanos se transformaram em sedes municipais e puderam receber esse “benefício”, com ressalva, se constata em termos do que poderia ser objetivo principal dessa instituição, que deixa a desejar. Isso porque, a força neoliberal tem sido cada vez mais avassaladora, tomando como ilustração a fala de um

⁹¹ Em atividade desde 1992, na cidade de Porto Nacional/TO.

entrevistado do RURALTINS, em trabalho de campo, diz que: “o município de Guaraí⁹² foi forte na produção de leite. Hoje as terras estão tomadas pela plantação de soja”.

Conclui-se, que esse quadro passa por uma metamorfização drástica. Grande parte dos latifúndios e médias propriedades integram a atividade do plantio de soja e criadores de gado de corte, ressaltando que mudanças significativas vêm ocorrendo, nessa última, visto que o plantio de arroz recuou para os terrenos de várzea, chamada de terras baixas, mais favoráveis à irrigação, que antes eram usadas para criação de gado, especialmente no período da seca. Grande parte dessas áreas estão atualmente ocupadas por plantações de arroz irrigado da empresa Arroz *Tio Jorge*⁹³, e plantação de sementes de soja no município de Lagoa da Confusão (Sudoeste) do Estado. Outros produtores rurais se destacam nessa mesma atividade e em áreas ao sul e oeste do estado, nos municípios de Formoso do Araguaia e Pium, que juntos cobrem mais de 70% da produção de arroz⁹⁴ no estado.

Os serviços técnicos dos escritórios privados se metamorfosearam significativamente, em função de novas atividades como consultoria, informatização dos serviços como: georreferenciamento, análise de solo, consultorias, entre outros. Soma-se também ao território, as empresas de grande porte, na área da pesquisa e melhoramento genético de sementes ao clima e ao relevo da região como é o caso da empresa Pioneer sementes⁹⁵ no município de Palmas, EMBRAPA e Monsanto no município de Porto Nacional/TO.

⁹² O município de Guaraí localiza-se nas margens da BR-153 no Centro-Norte do estado.

⁹³ Empresa cuja razão social é Companhia de Distribuição Araguaia (CDA) com sede em Anápolis/GO. Atua na plantação de arroz irrigado no município de Lagoa da Confusão/TO desde 2006.

⁹⁴ Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), “mostram que a safra 2014/2015 de grãos do Tocantins, registrou um aumento de 21,1% em relação à colheita de 2013/2014. Contudo, foram produzidas 3,364 milhões de toneladas em (2013/2014), enquanto que na safra (2014/2015) o número sobe para 4,072 milhões; [...] esses avanços na agricultura tocaninense devem-se principalmente à soja, arroz e milho; A área plantada aumentou em 13,6%. As produções de arroz sequeiro e irrigado vêm em segundo lugar em crescimento. Na safra 2013/2014 foram cultivados 113,90% mil hectares, na safra 2014/2015 subiu para 127,51 mil, um aumento de 13,61% na área plantada”. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/tocantins247/184673/Conab-Safra-de-gr%C3%A3os-no-Tocantins-aumenta-21.htm>> Acesso em 15/12/2015.

⁹⁵ A empresa Pioneer Sementes surge com a primeira atividade em - Iowa (EUA) em 1913 por iniciativa do pesquisador Henry Wallace. Logo veio a Pioneer Hi-Bred com a comercialização de semente do milho híbrido. No Brasil, a Pioneer iniciou suas atividades em 1970/1971, através de uma parceria com a empresa Comércio e Indústria Pró-pecuária Ltda do grupo Gomes Filho, de Bagé – RS. Em 1972, foi anunciada a formação da empresa Proagro Pioneer S. A. Agricultura Indústria Comércio; Em 1982 o controle acionário passou integralmente para a Pioneer Hi-Bred International Inc., com sede em Des Moines, Iowa – EUA, a Proagro Pioneer deixou de existir ficando instituída a

A essa altura, o RURALTINS, restringe-se a prestar precariamente assistência técnica a poucos camponeses, que vem se ajustando ao desigual mundo “novo” contraditório da política neoliberal, que atinge não somente essa classe, mas a todos que dependem do alimento mais barato. Se analisará, nas páginas, seguintes essa reestruturação e/ou *metamorfose do latifúndio* ajustadas à territorialidade camponesa (*Associações Camponesas*), no município de Pedro Afonso e demais municípios do entorno.

Pioneer Sementes Ltda. A empresa tem se disseminado pelo país. Iniciou processo de beneficiamento em Santa Rosa do Sul/RS e Itumbiara/GO e Concomitantemente duas novas estações de pesquisas; Em 1999 foi anunciado o acordo que resultou na aquisição da Pioneer Hi-BredInternational pela empresa química E. I. DuPont de Nemours & Company, com sede em Wilmington, Delaware, que já detinha uma participação de 20% da Pioneer desde de 1997; Em 1990, a Empresa entra no mercado de soja com unidade própria construída em Planaltina/GO. Em função da ampliação logística a Empresa instalou Centro de Distribuição (CDs) em todo o Brasil. Em função de maior movimentação no mercado especialmente com os novos produtos e tecnologias (organismos geneticamente modificados (OGMs) foi necessário que se instalasse um escritório de Regulamentação em Brasília/DF; De2000 a2007 a Pioneer inaugurou uma unidade de produção e estação de pesquisa para soja e milho em Sorriso/MT, estação para milho em Passo Fundo/RS, uma **estação para milho e soja em Palmas/TO** “sendo ente um centro de excelência em novas tecnologias”; Em 2012 inaugura uma unidade de produção em Catalão/GO. Em 2005, a Pioneer Sementes foi oficialmente incorporada pela DuPont do Brasil S. A. O Brasil passou a ser a maior operação da DuPont Pioneer fora dos EUA (grifo do autor). Disponível em: <<http://www.pioneersementes.com.br/institucional/dupont-pioneer-no-brasil>> Acesso em 04/05/2017.

CAPÍTULO 6 - A METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO: PEDRO AFONSO E MUNICÍPIOS LIMÍTROFES E A RESISTÊNCIA CAMPONESA

6.1 REDEFINIÇÃO DE ANTIGAS RELAÇÕES NO CAMPO

O processo contraditório, em que se depara o modo capitalista de produção no campo brasileiro, com o território camponês, tem suscitado um amplo debate, sobretudo nas ciências humanas, assentadas em bases conceituais diversas. Nesse capítulo, não se pretende percorrer cada uma dessas correntes e, ao mesmo tempo, se faz importante a mediação conceitual: *desenvolvimento desigual e contraditório*, prevista em Oliveira (1997, p. 67), ao destacar que:

[...] o caminho para entendermos essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra reações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que devemos entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. [...] o camponês e o latifúndio como criação do próprio capitalismo, e não algo estranho, externo a ele.

Na mesma direção, a assertiva clássica de Martins (1986, p. 175), completa e constitui, em igual consistência conceitual e atualidade, das relações de produção no campo brasileiro:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à **grande propriedade**, quanto em relação à **propriedade familiar**, de tipo camponês. [...] O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que **a renda da terra é alta**, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde **a renda é baixa**, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, como os que já foram indicados, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1986, p. 175) (Grifos do autor).

As transcrições acima se justificam pelo grau de consistência teórica conceitual, que ocupam no cenário atual da questão agrária brasileira. A inserção do capital no campo, em território camponês, sob o qual se exerce o direito de propriedade, não seria possível sem a desleal subordinação/“parceria” da renda da terra pelo capitalista, cuja circulação cumpre o papel finalizador na extração da mais-valia do trabalho camponês. Aparentemente, não se percebe a exploração do trabalho pela territorialidade capitalista na organização territorial da agricultura familiar camponesa, uma vez que, em determinada situação, não acontece mudança brusca do ponto de vista da retirada dos camponeses de sua unidade produtiva e tampouco seus instrumentos de trabalho. Parafraseando Thomaz Júnior (2009): são as *tramas do capital*.

Conforme colocado, está-se diante de uma territorialidade⁹⁶ do agronegócio em território camponês. Assim, na relação com a terra, o primeiro assume uma postura *rentista*, enquanto que o segundo deseja apenas viver da/na terra com autonomia. Desta feita, essa relação muda, conforme os objetivos do primeiro sobre o segundo. Conforme a transcrição de Martins (1986), existe diferença com relação à apropriação da renda da grande propriedade e pequena propriedade.

Na grande propriedade, onde a lucratividade é maior com a prática da monocultura da soja, da cana-de-açúcar e pastagem para criação de gado de corte, o esforço do capital é de remover o camponês de seu caminho. O município de Pedro Afonso e os demais na microrregião e do próprio estado de Tocantins, ilustram bem essa situação dramática dos camponeses, que a princípio da chegada da soja, “entregaram” suas terras a preços baixos ao agronegócio. Registra-se, também, os que resistem em permanecer na terra em condições precárias do ponto de vista de continuar, tirando da terra parte da produção para o sustento e outra fração destinada à venda, para comprar o que não conseguir produzir.

As artimanhas do modo capitalista de produção variam de acordo com a localização e o que vem acontecendo nas pequenas propriedades, mais

⁹⁶ Assim como os demais conceitos, há uma diversidade de entendimento e aplicabilidade. Raffestin (1983, p. 158-159): “[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto de territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”.

especificamente no sul do Brasil, segundo Martins (1986) e Oliveira (1987), é que o interesse do capital não é o de expropriar o camponês, mas sim, subordinar sua produção, conforme descrito nas transcrições acima.

De acordo com o conceito *desenvolvimento desigual e combinado*, de Ross (2015), é apontado que no *sistema integrado* das plantações de fumo nos territórios camponeses, a lógica seguida é a de alteração no cotidiano produtivo, a começar pelo fornecimento, pelas empresas fumageiras, dos insumos, bem como da sistemática de plantio à entrega do produto fielmente à empresa financiadora do projeto como um todo. Nessas condições, já são abatidos todos os investimentos sob as condições de juros e preço, determinados pela empresa financiadora: Souza Cruz.

Nesse sistema de *integração*, não se retira do camponês totalmente sua autonomia, referente ao poder de uso de toda a área do lote, porém é exercido pelo capital, a extração da renda da terra materializada na matéria-prima e juros provenientes do financiamento das instalações como galpão, estufa, utensílios de trabalhos e insumos em geral, etc.

Configura, dessa forma, uma atividade capitalista por parte da empresa fumageira, a Souza Cruz, voltada para o mercado mundial, em relações não capitalistas, por meio do trabalho dos membros da família, conforme sentenciam Martins (1986). Isto é, no ato da produção não existe venda da força de trabalho, e segundo Oliveira (2001), ela, aparentemente invisível, aparece no ato da circulação da matéria-prima.

Outras formas de extração de renda também ocorrem nesse processo, à medida que se necessita para a produção, o consumo da semente e outros agroquímicos. Ainda pode ser incluído, no mesmo bojo, os juros bancários e outros sistemas de cobrança criados pelo poder público, como as Centrais Estaduais de Abastecimentos (CEASA), muito presente no ramo de hortifrúti, apenas para termos clareza dos desdobramentos das *tramas* neste terreno movediço.

Outro esforço, nessa sistemática, relativo ao camponês permanecer ou não na terra, refere-se ao tamanho da propriedade. Roos (2015), ilustra bem essa questão no mencionado trabalho, ao relatar a situação de famílias que desmembram atividades da pequena propriedade, tendo em vista a fase da vida em que os filhos agregam maior número de membros às famílias pelo casamento e a terra deve continuar sendo o sustentáculo de todo o grupo. Há casos, que por pura resistência

à desterritorialização terminam por estender suas atividades, por meio do arrendamento de terras do camponês vizinho: “a racionalidade camponesa está circunscrita as necessidades de manutenção da família e não à reprodução do capital” (ROOS, 2015, p. 204).

Em outra situação de subalternização camponesa ao agronegócio, descrita por Roos (2015), em sintonia com Paulino (2012), exalta-se que a existência da *territorialidade* do capital rentista em território camponês, pela via da *intermediação*. Nesse ínterim, a cultura da soja figura hegemônica por quase todas as unidades da federação e no estado do Tocantins ela encontrou as condições, que envolvem a produção e a circulação, favoráveis à sua instalação.

Em igual interesse se encontra, vinculado à atividade da soja, diversos setores da economia, responsáveis pela reprodução ampliada do capital, em detrimento dos aspectos ambiental e social. Os riscos com relação a esses últimos são eminentes e irreversíveis a curto prazo, mas a avidez pelos lucros são cada vez maiores. Em função disso e dos incentivos governamentais, os proprietários e arrendatários, que operam junto ao sistema de crédito bancário e/ou diretamente com a própria empresa financiadora, mediante hipoteca da propriedade, não hesitam em investir no agronegócio.

Nos itens posteriores, são analisados os desdobramentos do latifúndio na escala municipal da área de pesquisa, mas antes, como requisito, é importante compreender o processo de expansão territorial da soja, na escala ampliada de Tocantins. Nesse ínterim, a soja e a cana-de-açúcar⁹⁷ atuam como principais responsáveis no processo de ocupação das terras agricultáveis de Pedro Afonso e dos municípios circunvizinhos. O processo de desterritorialização e falência de investidores, provenientes do avanço do capital no Cerrado, iniciou com o cultivo do arroz de sequeiro e vem se acentuando com a soja.

Conforme o que foi analisado no capítulo 5, sobre o processo de *Metamorfose do Latifúndio* pela força do capital no campo, por meio das simultâneas e gradativas atividades, nota-se que cada uma delas desfrutava-se de certa autonomia organizacional, em suas respectivas territorialidades, quais sejam: i) pecuária bovina (criação extensiva em torno das maiores propriedades, uso das terras de matas,

⁹⁷ É importante ressaltar, que a plantação de cana-de-açúcar em escala agroindustrial no estado Tocantins se restringe ao município de Pedro Afonso e municípios limítrofes. A empresa BUNGE se assentou nessa localidade, com objetivo principal de produzir etanol e açúcar, mas até o momento produz apenas etanol.

pastagem plantada e nativa); ii) cultivo de arroz- começo do uso das terras do Cerrado com atividade agrícola em escala; iii) a policultura (dispondo, ainda, de grande quantidade da população empregada).

É importante observar, que não existia no campo essa especialização produtiva e *latifundização*⁹⁸ crescente, como existe no cenário atual. Contradição e *crise* sempre existiram, o que é inerente a esse sistema político-econômico-social estabelecido. Essa organização coexistia na região do leste Goiano-Tocantinense já nos anos de 1970 a 1980 e, nessa direção, argumenta-se sobre a fragilidade da autonomia camponesa, em termos de sua permanência na terra, em que pese a prática desterritorializadora própria do capital em expansão, com sinais mais acentuados a partir da década de 1980.

Outra forma de rearrumação do território e desdobramentos para as transformações no *latifúndio* são retomadas em bases técnicas e biotécnicas, ancoradas pelo neoliberalismo cada vez mais *destrutivo*, sobretudo, nos anos 1990. Em Tocantins, o destaque é para a microrregião de Pedro Afonso, sintonizada ao capital mundial, mediado pelo ambicioso projeto destrutivo do PRODECER III.

Após o PRODECER, no município de Pedro Afonso, segue como novidade o funcionamento oficial da agroindústria, em 2011⁹⁹ e se acentua o processo de refuncionalização *metabólica destrutiva* do capital no campo, com rebatimento acelerado negativo à atividade camponesa pela inserção de técnicas produtivas, metamorfosadoras - numa palavra, numa frase – concentradoras de terra, para extrair cada vez mais renda.

Nos subitens seguintes, que tratam especificamente de Pedro Afonso e municípios limítrofes, um esforço analítico se faz necessário para estudá-los, colocando-os em relevo, na intenção de analisá-los por escalas mais detalhadas, reconhecendo o grau de dificuldade nessa investida, dado o teor imbricado de suas histórias de formação territorial, político, econômico e social.

Na escala de relações territoriais dos camponeses dos referidos municípios, tem se verticalizado, principalmente, na precarização da forma de se reproduzir enquanto tal, isto é, daqueles que vêm resistindo à força do capital em todos os

⁹⁸ Terminologia que se está empregando nesse trabalho, no sentido de compreender o intenso uso de tecnológica/sofisticação na atividade agrícola de transformação do latifúndio tradicional, com objetivo à exportação de commodities e sem dúvida seus desdobramentos também tem atingido os mais variados padrões sociais e ambientais, por onde se territorializa.

⁹⁹ Antes de 2011, as instalações se estabeleciam em torno edificações da planta e viveiros de mudas.

sentidos, tendo em vista que uma das características principais do empreendimento *destrutivo* da soja, em Pedro Afonso e Tocantins, é a expulsão da população residente no campo.

6.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA LAVOURA DE SOJA NO ESTADO DO TOCANTINS

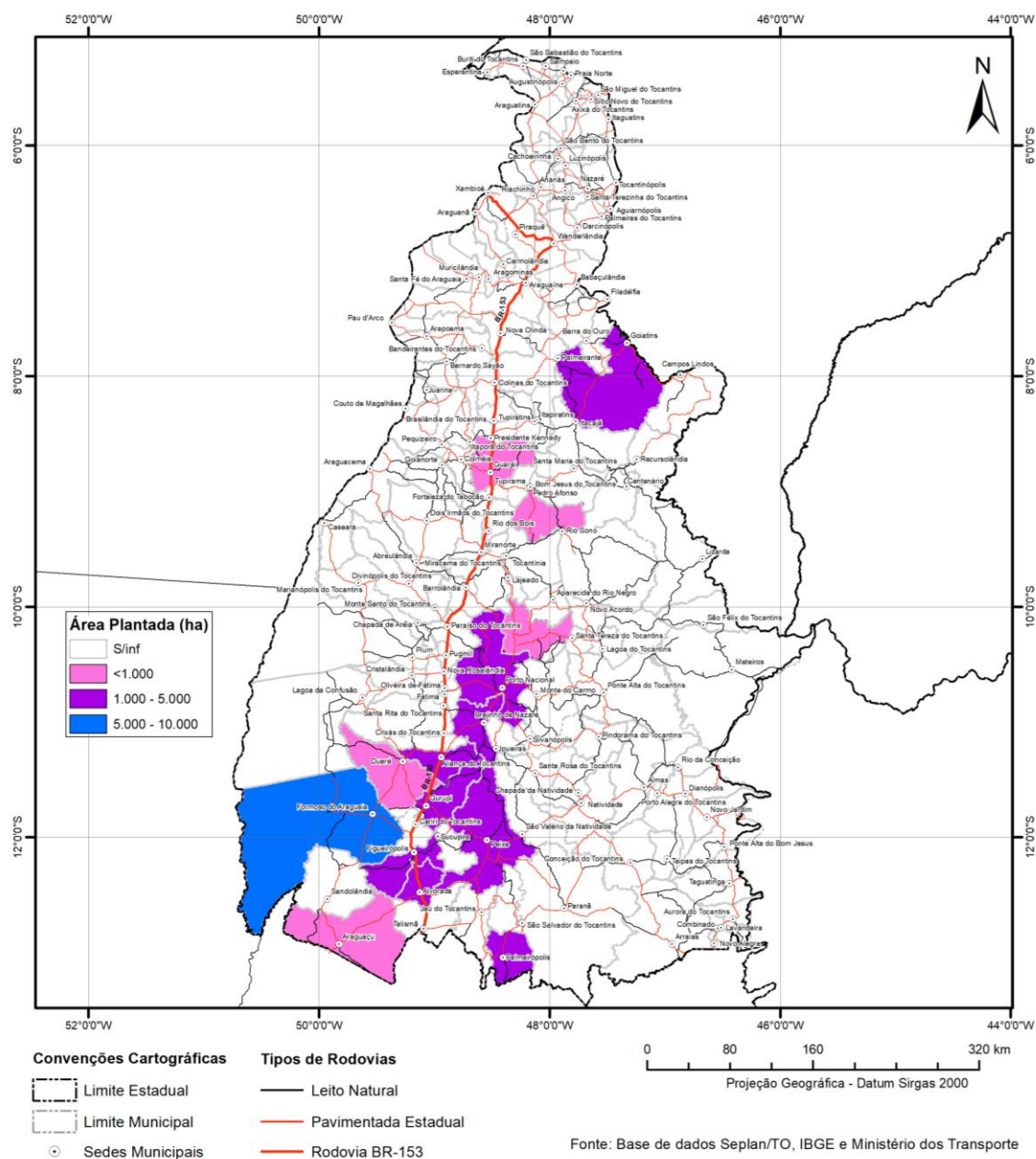
No município de Pedro Afonso e entorno o processo da metamorfose concentracionista do latifúndio tem sido fomentado pelo Estado, proporcionando uma corrida constante de empresas ligadas ao setor, na busca por uma fração da renda da terra.

Nesse cenário, a soja situa-se entre as *commodities* que mais se utilizam de uma variedade de produtos, provenientes do setor industrial, entre eles, produtos químicos, maquinários e outros, como a produção de sementes ligada ao complexo agroindustrial, os quais tratam-se de custos muito elevados do preparo do solo ao mercado ou da *produção, circulação ao consumo* e, desse último, à produção novamente na forma de dinheiro ampliado. Ao mesmo tempo, é um produto rentável e o retorno financeiro contado em dólar e com ampla aceitação no mercado nacional e internacional, o qual tem mobilizado cada vez mais e atraído capitalistas em detrimento da população local, que tem herdado apenas o empobrecimento social e ambiental.

Dito isso, é sabido que o capital nacional e internacional estão com os olhos voltados para o estado do Tocantins, que por sua vez, se insere na região MATOPIBA, idealizada pelo estado como fomentador da produção de *commodities*, sobretudo a soja. Constata-se como autóctone, que antes de 1995, o uso maior do solo em termo de área plantada e, conseqüentemente, maior preço por hectare na região do Cerrado tocantinense, que estava como plantio de pastagem e arroz, localizado nas terras do corredor da rodovia Belém-Brasília BR-153.

A soja passa a disputar as terras agricultáveis e entra, a princípio, pela porção sul do estado, região geograficamente vinculada ao norte de Goiás, onde essa atividade encontrava-se mais consolidada no início da década de 1990 (Mapa 17).

Mapa 17 - evolução da área plantada de soja no Tocantins - 1990



Fonte: Base de dados SEPLAN e Ministério dos Transportes. Autor: Oliveira e Tavares (2017).

A expansão da fronteira agrícola na direção Norte do país, com a atividade da soja no ano de 1990, já acontecia em vários municípios no estado do Tocantins, com razoável cobertura de área plantada (Mapa 17).

Na ordem de maior área plantada com a lavoura da soja, com variação de 5.000 (cinco mil) a 10.000 (dez mil) hectares, destaca-se apenas o município de Formoso do Araguaia, no médio Araguaia na porção sudoeste. Com área em torno de 1000 (mil) a 5.000 (cinco mil) hectares ao sul, na cor roxa no mapa, sentido norte e nas proximidades da Belém-Brasília, basicamente, os municípios de Figueirópolis,

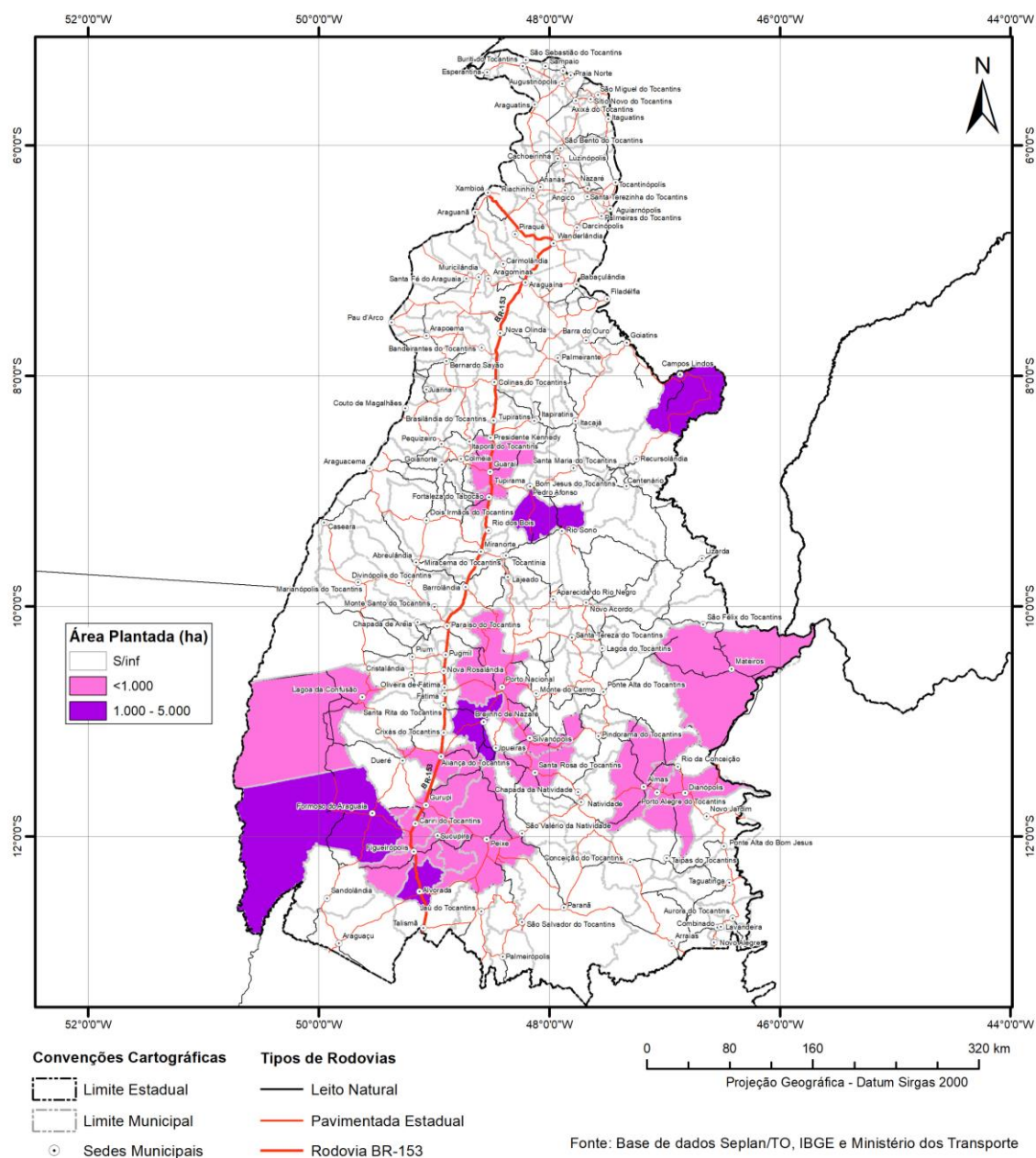
Gurupí, Aliança, Peixe, Palmeirópolis, Fátima, Pugmil, Paraíso, Brejinho de Nazaré e Porto Nacional, notando que estes dois últimos distanciam um pouco das margens da referida Rodovia (cerca de 64 Km), porém com vias pavimentadas, fator bastante observado no processo de circulação da produção. Ainda na década de 1990, com área plantada inferior a 1.000 (mil) hectares, todas próximas à BR-153 constam: Araguaçu, Santa Rosa, Guaraí, mais ao Leste Pedro e Afonso, Palmeirante, Itacajá e Goiatins.

As terras planas de Cerrado muito cobiçadas no Centro-Oeste brasileiro são alvo de investidores em primeiro plano. Contudo, a intenção de ocupar as terras na direção Norte do país sempre esteve na pauta dos projetos geopolítico, econômico e social do governo brasileiro. O estado do Tocantins se insere a cada período nesta metamorfose do latifúndio e/ou numa ampliação estatística de área plantada e produtividade, principalmente da soja. Nesta atividade a primeira frente sai do Centro-Oeste e a segunda se firma no Oeste da Bahia e entra pelo Nordeste do Tocantins. Ambas com muita rapidez, ligando a produção diretamente ao mercado internacional de *commodities*, acompanhadas de uma leva de empresas¹⁰⁰ potencializadoras do processo de metamorfose e extratora da renda da terra.

Passe-se ao período de expansão da soja no Tocantins, em 1995 (Mapa 18).

¹⁰⁰ Pode-se considerar como atividades paralelas aos pólos importantes de “desenvolvimento” da agricultura empresarial e são notáveis nas cidades sede desses municípios, a territorialização de empresas ligadas ao ramo do agronegócio. Notadamente tais empresas não trazem em igual proporção o aumento dos postos de serviços. Pelo contrário, inserem nas “novas” exigências do emprego apenas os ditos profissionais “qualificados” para o trabalho.

Mapa 18 - evolução da área plantada de soja no Tocantins – 1995



Fonte: Base de dados SEPLAN e Ministério dos Transportes. Org: Oliveira e Tavares (2017).

A área plantada de soja em 1995 no estado, se propaga um pouco mais, sobretudo no município de Pedro Afonso, por ter sido sede do grande projeto Nipo-Brasileiro. Vale lembrar, que no início de implantação do projeto foram assentados 40 colonos, em uma área de 40.000 (quarenta mil) hectares, sendo um dos lotes utilizados com lavoura experimental, portanto, totalizou 41 lotes.

Num período de apenas cinco anos, de 1990 a 1995, a área de abrangência da soja obteve aumento significativo. Na porção sul, onde é mais tradicional o

cultivo, a soja continua e amplia área, como é o caso do município de Araguaçu e Talismã, na porção Sudoeste.

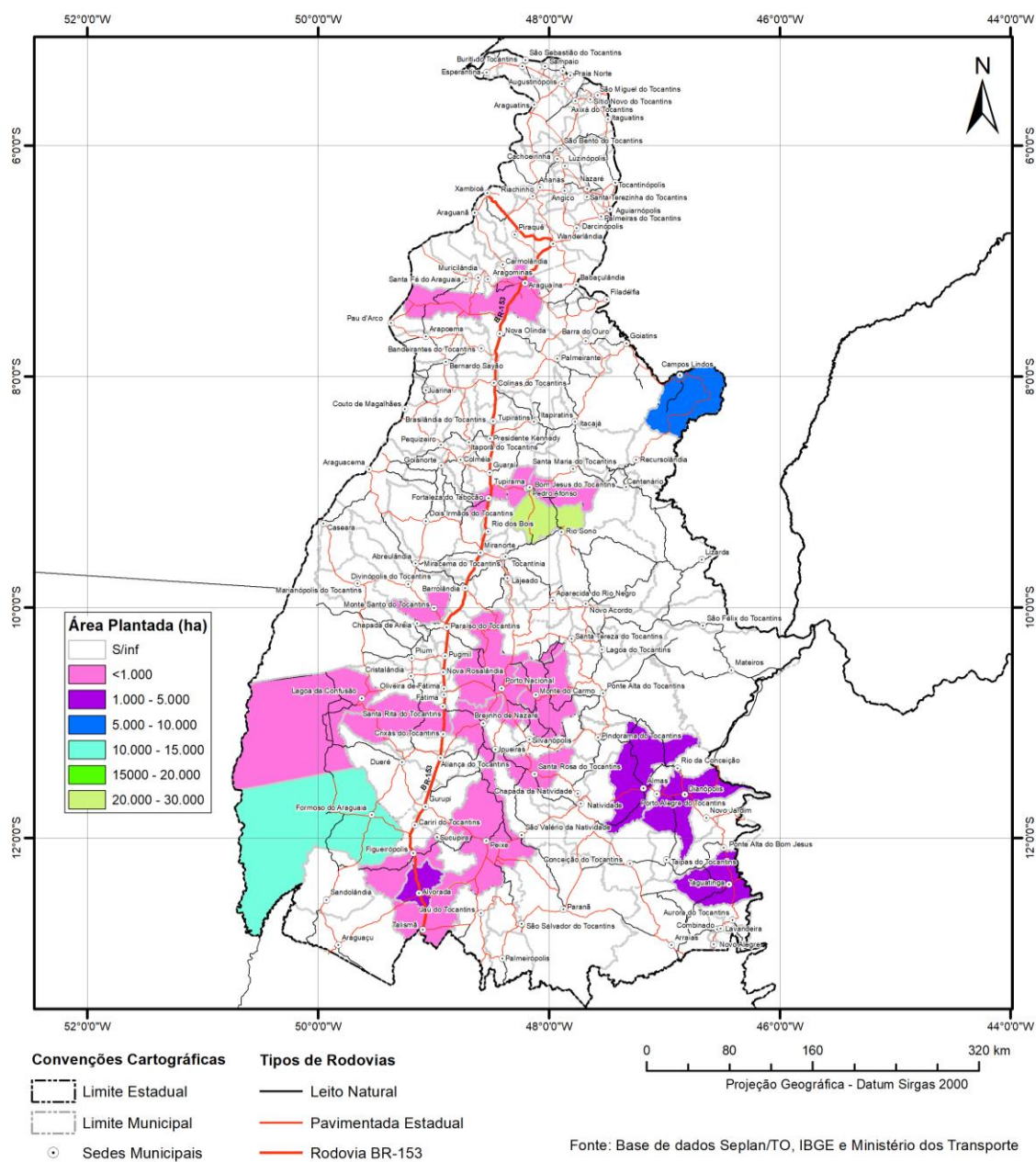
Ao noroeste, nos terrenos de várzeas do médio Araguaia, como Lagoa da Confusão com grandes áreas plantadas de arroz, considerando que nesse município há a alternância do plantio de semente de soja e plantio de melancia. Ao longo da parte servida pela BR-153, novas áreas foram abertas e antigas áreas ocupadas com pastagens degradadas têm sido reocupadas com plantio de soja.

Novas áreas surgem no período de 1995, mediante outra frente de ocupação vinda do oeste da Bahia (MATOPIBA), que entra pelo sudeste do Tocantins e atinge vários municípios no entorno de Dianópolis. Chama atenção, nessa região, o Projeto de Fruticultura Manoel Alves¹⁰¹, mais ao norte de Dianópolis há a existência do município de Mateiros, que também já se planta soja e exigem-se maiores preocupações, com relação à preservação ambiental do Parque Nacional do Jalapão e das comunidades tradicionais na região que vivem do extrativismo do capim dourado, para fabricação de artesanato, além da fragilidade do solo em boa parte arenoso.

No ano 2000, há um aumento pequeno em termos dos números de municípios no estado, que aderem à monocultura da soja (Mapa 19).

¹⁰¹ “A Primeira etapa do Projeto Manoel Alves, “foi criado em 2008, o total da área possui 20 mil hectares, está localizado no Sudeste do Estado do Tocantins, entre os municípios de Dianópolis e Porto Alegre nas margens do rio Manoel Alves. Faz parte do “Programa de Perenização das Águas do rio Tocantins (PROPERTINS), e faz parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para região Norte do governo Federal em parceria com o estado do Tocantins, sob coordenação da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente” (MARTINS, 2007, p. 185). De acordo com entrevista à pesquisa, o referido, autor informa que, trata-se de um Projeto de Fruticultura (abacaxi, banana, coco, mamão e melancia), contudo, tem produzido: abacaxi, abóbora, banana e sinalizado a produção de manga. A produção tem sido destinada ao próprio estado, ao estado de Goiás e até para fora do país.

Mapa 19 - evolução da área plantada de soja no Tocantins – 2000



Fonte: Base de dados SEPLAN e Ministério dos Transportes. Org: Oliveira e Tavares (2017).

Contudo, o aumento maior acontece internamente, onde já existia o plantio, isto é, no tamanho das áreas plantadas no interior dos municípios. Toma-se, como exemplo, a princípio, o município de Campus Lindos no nordeste do Estado e ressalva-se que esse, apesar de não ter sido descrito no quinquênio (1990 - 1995), situa-se como frente importante de expansão da soja, em conexão com o sul maranhense, com o nordeste do Tocantins e ambos integrados à “região” MATOPIBA.

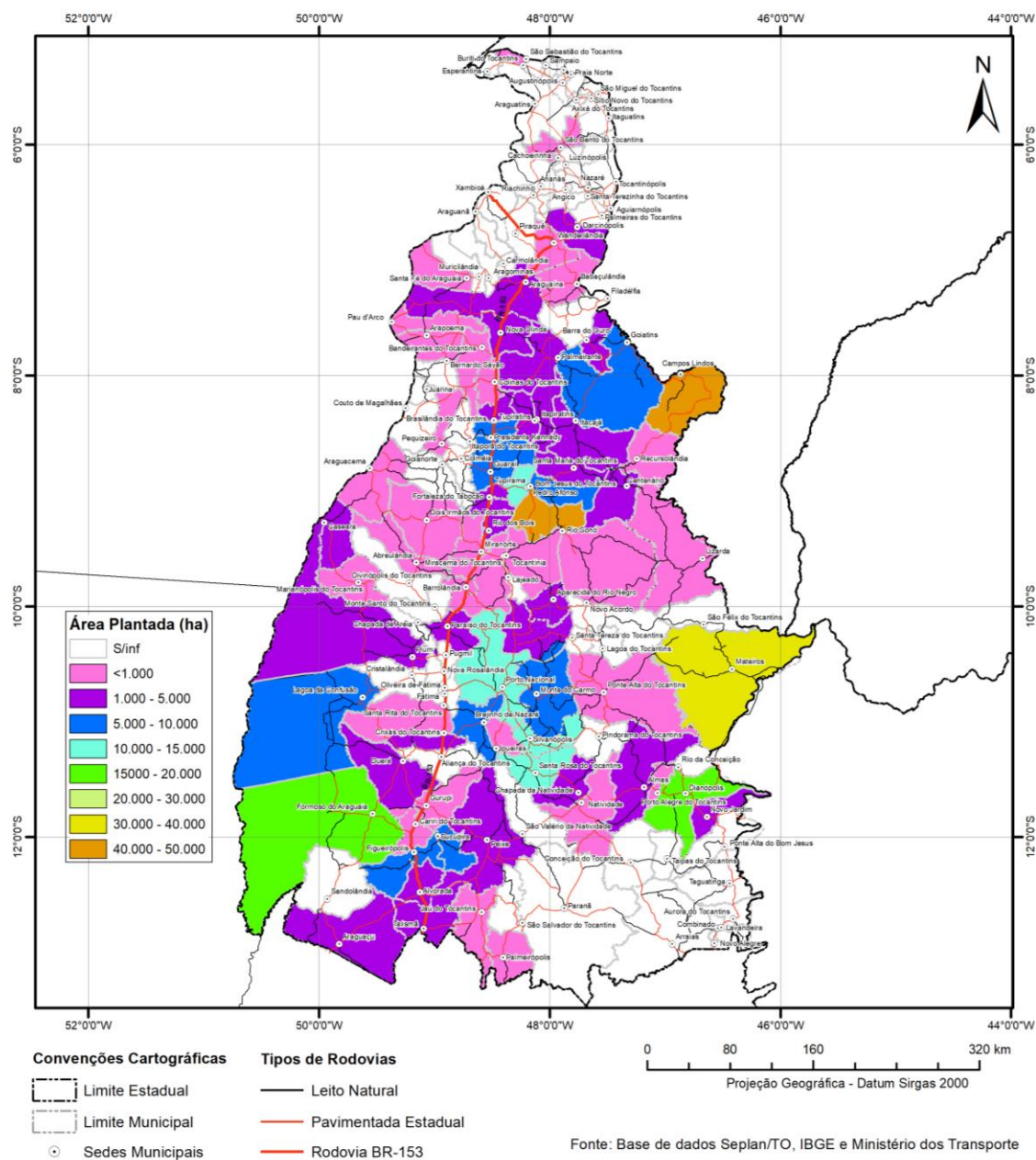
Um pouco mais na direção Centro-Leste, no município de Pedro Afonso, representado no mapa em tom de verde-oliva, a área plantada aumentou de 20.000 (vinte mil) para 30.000 (trinta mil) hectares, porém acrescenta-se que esse número se confirma para acima de 41 mil hectares, tendo vista o tempo decorrido de cinco anos da implantação do Projeto Nipo-Brasileiro.

Mais ao norte, no eixo da BR-153, se destaca como área recém ingressa no plantio de soja o município de Araguaína, Carmolândia e Wanderlândia. Chama um pouco a atenção o primeiro município, por se caracterizar como líder na produção de gado de corte, contudo a soja já começa com leve participação de área de planta inferior a 1000 (mil) hectares.

Na região sudeste, a área plantada ultrapassa a casa de menos de 1000 (mil) hectares, para situar-se no patamar de 1000 (mil) a 5.000 (cinco mil) hectares. Nesse período, outros municípios ao sul e ao sudoeste, vem ampliando suas áreas de plantio, como é o caso do município de Formoso do Araguaia, na divisa com Goiás, situado entre 10.000 (dez mil) a 15.000 (quinze mil) hectares e Alvorada, que passa de menos de 1000 (mil) para o patamar de 1.000 a 5.000 hectares (Mapa 21). Passe-se ao quinquênio 2000 a 2005 (Mapa 20).

Esse período, assume como característica importante, o aumento considerável das áreas plantadas e o número de municípios envolvidos na sojicultura. Diante do exposto e com base no que já foi analisado anteriormente, continua-se a responsabilizar o poder das frentes de ocupação no processo de metamorfização do latifúndio: a frente norte de Goiás, que atinge o Tocantins pelo sul obedecendo à proximidade do eixo da BR-153, a frente oeste da Bahia que chega pelo sudeste e as frentes sul do Maranhão, bem como ao sul de Piauí, com zona de contato pelo nordeste e leste do estado, respectivamente.

Mapa 20 - evolução da área plantada de soja no Tocantins – 2005



Fonte: Base de dados SEPLAN e Ministério dos Transportes. Org: Oliveira e Tavares (2017).

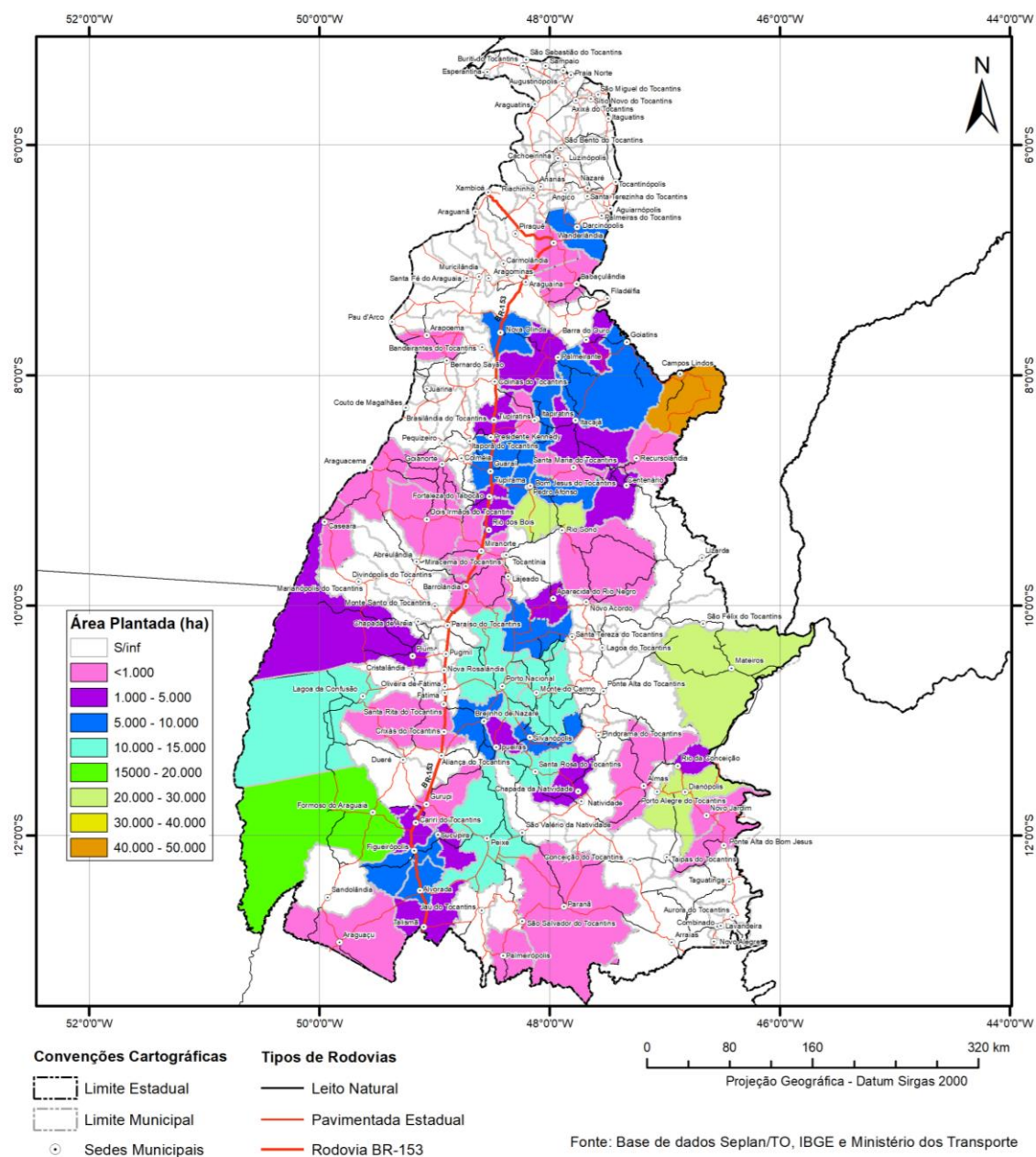
No quinquênio 2000 a 2005 (Mapa 20), evidencia-se bastante o poder hegemônico da sojicultura no estado, de tal maneira que, o movimento das ocupações de terra cresceu, tanto horizontalmente, quanto verticalmente. Do ponto de vista do aumento de área plantada, muitos municípios se metamorfosearam para patamares ligeiramente acima do valor menor que 1000 (mil) hectares, ou seja, de 1000 (mil) a 5000 (cinco mil). Tanto que é facilmente notado o equilíbrio, em termos de número de municípios inseridos no processo sojicultor, observado por meio das cores, em roxo e rosa (Mapa 20).

Nesse período, coloca-se em maior posição, no âmbito estadual e em relação às datas anteriores, os municípios de Pedro Afonso e Campos Lindos, ambos com área cultivada entre 40.000 (quarenta mil) a 50.000 (cinquenta mil) hectares e na escala um pouco inferior situam o crescimento significativo de Tupirama e Bom Jesus, na divisa com Pedro Afonso.

É merecedor de atenção, do mesmo modo, o município de Mateiros, já comentado como ecossistema frágil, na região de contato com o sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia, o qual aumentou consideravelmente a área em hectares, situada entre 30.000 (trinta mil) a 40.000 (quarenta mil), abaixo apenas de Pedro Afonso e Campos Lindos.

A porção noroeste (Mapa 20), nas terras do médio Araguaia, região pioneira no município de Rio Formoso, com plantio de arroz irrigado, melancia e semente de soja, e recentemente, têm aumentado a área de plantio, consequentemente, os riscos ambientais, por situar-se muito próximo ao Parque Nacional da Ilha do Bananal, que “[...] abriga mais de cinco mil indígenas de pelo menos três etnias diferentes” (RODRIGUES, 2014, p. 85). O município de Lago da Confusão compõe parte dessa região e apresenta evolução de área plantada, com os mesmos tipos de lavouras e as mesmas características físicas (baixo Araguaia), porém encerra conflitos territoriais, no que pese à invasão da atividade agropecuária nas terras indígenas.

Mapa 21 - evolução da área plantada de soja no Tocantins - 2010



Fonte: Base de dados SEPLAN e Ministério dos Transportes. Org: Oliveira e Tavares (2017).

No corredor da BR-153, segue a tendência histórica da expansão da fronteira rumo ao extremo norte, em que a soja já pulveriza alguns municípios do estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, a qual tem sido o maior exemplo de resistência contra a grilagem e a luta pela posse da terra, cujo assunto já está bastante materializado no meio científico e mídia nacional e internacional.

Merece destaque, em 2010, o aumento dos espaços vazios e/ou áreas não plantadas de soja, dos territórios municipais às margens da RB-153, pelo leste e oeste, principalmente, representados no mapa 21. Esse dado denota que municípios

faziam parte, como produtores de soja nas safras anteriores e deixaram de ter área cultivada com soja, no referido período. O que se atribui a esse comportamento, tem sido, em primeiro plano os fatores climáticos, isto é, aqueles que dependem do regime de chuvas na região e se essa não sinaliza positivamente, acarreta que alguns agricultores não arriscam plantar.

Fora esses, há também, os que não conseguiram produtividade suficiente, nos anos anteriores, por fatores também climáticos que os levaram à inadimplência junto ao sistema de crédito e, por conseguinte, são impossibilitados de conseguir novos empréstimos salvo se conseguir a quitação da dívida. No sistema de crédito, tem atuado tradicionalmente os bancos e, nos últimos tempos, algumas empresas do agronegócio, como exemplos, atuam em Pedro Afonso, basicamente, o Banco do Brasil, Banco do Amazonas e, mais recentemente, o Banco de Crédito Cooperativo (BANSICREDI)¹⁰², Cargill e BUNGE.

Como visto, está-se diante de *disputas territoriais do capital contra capital*, no sentido do apossamento/arrendamento das terras agricultáveis e tais práticas dão seguimento ao manejo produtivo *metamorfoseador* do latifúndio tradicional. Nessas condições passa a absorver atividades, técnicas “produtivas” ainda não conhecidas em todos os quadrantes de Tocantins, com diferentes temporalidades.

A metamorfose de que se está referindo, não oferece apenas “vantagens”, uma vez que trata-se de uma disputa no interior da mesma classe e, no outro extremo, está a classe camponesa, jogada à própria sorte e resistindo as forças centrífugas do capital. Desta feita, visto que quando o investidor se torna inadimplente aumentam consideravelmente, os riscos desse proprietário, compulsoriamente, perder sua terra, já que a colocou como hipoteca à empresa credora, seja trivialmente o banco ou o próprio agronegócio, na figura das empresas que tem ampliado sua atuação para setor de empréstimos ou ainda a terceiros.

Nesse sentido, na escala da pesquisa (Mapa 23), merece destaque a dinâmica produtiva, no que diz respeito ao volume de área plantada. Decorre que a produção, que aparece nos anos anteriores a 2010, apresenta crescimento contínuo. Cita-se, em destaque, o município de Pedro Afonso e o município vizinho,

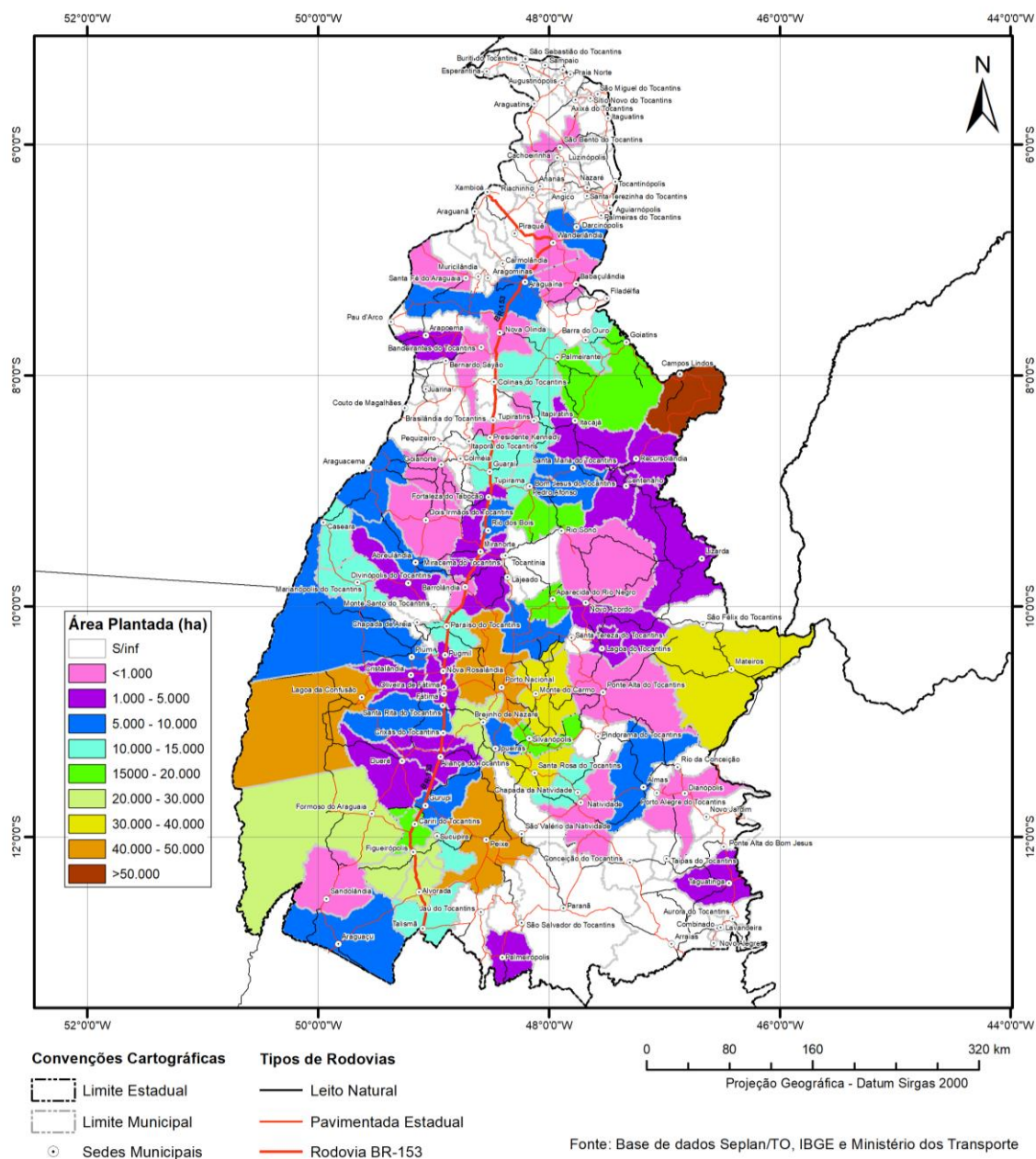
¹⁰² O BANSICREDI tem origem na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Por volta de 1986, um grupo de servidores tomou a iniciativa de fundar uma cooperativa de consumo associada aos servidores da Universidade. Suas ações têm sido ampliadas tanto na cidade quanto no campo pelo estado de Mato do Sul. No estado do Tocantins existe desde 01/06/2015 e atua nos municípios de Palmas, Dianópolis, Pedro Afonso e recentemente (2017) em Porto Nacional. Disponível em: <<https://www.sicrediuniaomsto.coop.br/historico>> Acesso em 04/07/2017.

especialmente, o de Tupirama. No primeiro, a área plantada era da ordem de 40.000 (quarenta mil) a 50.000 (cinquenta mil) hectares, antes de 2010, e decresce para 20.000 (vinte mil) a 30.000 (trinta mil) hectares. O segundo (Tupirama), situava na escala de 10.000 (dez mil) para 15.000 (quinze mil) hectares, declina para 5.000 (cinco mil) a 10.000 (dez mil) hectares em 2010. Os demais, como Bom Jesus e Guaraí, mantêm sem alterações, entre 5.000 (cinco mil) a 10.000 (dez mil) hectares.

Segundo entrevista com um produtor pioneiro na atividade do agronegócio, no município de Pedro Afonso, aduz que: “está havendo uma migração dos agricultores dedicados ao plantio de soja para o plantio da cana-de-açúcar. Em 2010 isso fica bem evidente, com a diminuição da área plantada de soja em Pedro Afonso” (J. E., Pedro Afonso, Agosto de 2015).

Não resta dúvida, que a disputa territorial se estende por outras porções do estado. No extremo leste, o município de Mateiros, que aparece na cor verde oliva, também sofre decréscimo na área plantada: encontrava-se no patamar de 30.000 (trinta mil) a 40.000 (quarenta mil) e reduz para 20.000 (vinte mil) a 30.000 (trinta mil), em 2010. No que confere ao município de Pedro Afonso, Tupirama, acrescenta-se, atualmente, o município de Bom Jesus e Guaraí, que se difere dos demais. Em Pedro Afonso, se acentua a perda de território nas áreas cultivadas com o plantio de soja para o plantio da cana, ao passo que os demais municípios, oscilam em quantidade de área plantadas, em função das oscilações climáticas, o que não deixa de assumir forma de desterritorialização e reajustes na reorganização territorial.

Mapa 22 - evolução da área plantada de soja no Tocantins – 2015



Fonte: Base de dados SEPLAN e Ministério dos Transportes. Org: Oliveira e Tavares (2017).

Dado as lacunas apresentadas no Mapa 22, em que se observa diminuição da área plantada em alguns municípios, há outro grupo de municípios que subiram a área plantada e, conseqüentemente, outros se mantêm constantes em termos de área plantada, como é o caso do entorno de Porto Nacional, mais ao sul, sudeste e no sudoeste, no médio Araguaia, se mantém constante. No sudoeste se tem destacado principalmente na produção de semente de soja e arroz. Nessa porção do estado, a disponibilidade de água nos terrenos de várzea, cumpre um dos principais

quesitos no aumento considerável de área plantada e produtividade nos municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium ao oeste.

Em 2015, houve maior expansão da área plantada de soja em todo estado. O município de Pedro Afonso continua em decréscimo e, em 2015, perde um pouco mais do território da sojicultura, para a atividade da cana-de-açúcar. Em 2010, encontrava-se entre 20.000 (vinte mil) a 30.000 (trinta mil) e em 2015, decresce para 20.000 (vinte mil) a 15.000 (quinze mil).

A grande maioria dos municípios continua aumentando suas áreas de plantio. O destaque maior é representado por Campus Lindo, que aparece no tom de marrom escuro acima de 50.000 (cinquenta mil) hectares (Mapa 22) e logo abaixo, entre os 40.000 (quarenta mil) e 50.000 (cinquenta mil) hectares, estão os municípios de Porto Nacional (porção central), no sudeste Lagoa da Confusão e ao sul Figueirópolis.

Tomando como referência a tonalidade em rosa, que representa as áreas plantadas abaixo de 1.000 (mil) hectares, nota-se que em 2015 essa reduz consideravelmente. Conclui-se, portanto, que os municípios, nesses termos representados, têm sido bastante marcados pelo processo transformador do latifúndio, mediado por inovações tecnológicas, biotecnológicas potenciadoras de disputas pela renda da terra, em detrimento da *terra de trabalho*.

Do total das 139 unidades municipais, que compõe o Tocantins, a soja está presente em 81 delas, o que corresponde a 68,34%. O Quadro 7, sintetiza um pouco mais o que foi trabalhado, nas páginas anteriores, nos Mapas (19, 20, 21, 22, 23, 24), entre 1990 a 2015. Nota-se que o grupo de área menor que 1.000 (mil) e de 1.000 (mil) a 5.000 (cinco mil) são os que agregam maior número de municípios em 2015, com 15,59% e 19,42%, respectivamente.

Porém, esse dado ajuda a compreender, numericamente, a quantidade dos municípios que vem sendo atingido pela monocultura da soja, rumo à “nova” reorganização do latifúndio, por natureza destrutivo, conforme tem-se colocado, a metamorfização do que ainda resta do formato policultor. Semelhante aos municípios pioneiros, que começaram em patamares baixos e já atingem grandes áreas, conforme pode-se comparar as Figuras de 1 a 6 e o quadro 7, a seguir.

Quadro 7 - grupo de área plantada com soja, nº de municípios e percentual no estado do Tocantins - 1990 a 2015

Área plantada (ha)	1990		1995		2000		2005		2010		2015	
	Mun.	%	Mun.	%	Mun.	%	Mun.	%	Mun.	%	Mun.	%
<1.000	5	3,59	16	11,51	14	10,07	31	22,30	23	16,54	16	15,51
1.000 a 5.000	10	7,19	5	3,59	5	3,59	30	21,58	20	14,38	27	19,42
5.000 a 10.000	1	0,71	-	-	1	0,71	11	7,91	13	9,35	14	10,07
10.000 a 15.000	-	-	-	-	1	0,71	5	3,59	5	3,59	12	8,63
15.000 a 20.000	-	-	-	-	-	-	2	1,43	1	0,71	7	5,03
20.000 a 30.000	-	-	-	-	1	0,71	-	-	3	2,15	5	3,59
30.000 a 40.000	-	-	-	-	-	-	1	0,71	1	0,71	3	2,15
40.000 a 50.000	-	-	-	-	-	-	2	1,43	1	0,71	3	2,15
> 50.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,43
Total de municípios no Estado do Tocantins = 139												

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/SIDRA. Autor Org.

Dentre os municípios, representados no Quadro 7 e figuras anteriores, há uma exceção para o município de Pedro Afonso. Nele, o poder de disputa da atividade da cana-de-açúcar se mostrou superior ao da sojicultura e com muita rapidez, sobretudo, por não ter arcado com todas as etapas do plantio, isto é, ter encontrado a terra, conforme já comentado, amansada (grifo do autor). Somado a isso, o agronegócio tem se fortalecido na região, por meio do pacto da burguesia, do agronegócio e Estado.

Dito de outra maneira, encontraram as benesses do estado, com toda a infraestrutura e ainda a localização favorável à circulação da produção. Justifica, nesse sentido, a soja ter se mostrado superior, do ponto de vista do poder de mobilidade territorial, subsidiada pelas pesquisas de melhoramento genético da EMBRAPA e de empresas privadas, e assim, a soja tem se mostrado menos dependente das águas de irrigação, como é o caso da cana e do arroz¹⁰³. Adiciona-se ao plantio de soja, a demanda crescente por ela e seus derivados, mas nada impede, que a cana possa vir se disseminar pelo estado, dado a capacidade hídrica bem distribuída em seu território.

¹⁰³ Entra, também, nessa estatística, o plantio de pastagem que disputa terra com maior disponibilidade de água. Sabe-se que nessa porção do Estado brasileiro, encontram-se duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca divididas nos 12 meses do ano.

6.3 O MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO: CAPITAL VERSUS CAPITAL, SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA

Dado o jogo de interesse doméstico e internacional pela matéria-prima da soja, torna-se evidente, segundo os dados das informações já apresentadas no item anterior sobre a evolução da monocultura da soja no estado do Tocantins, às quais podem ser somados aos dados do (Quadro 7), que o número *de contratos e volume dos financiamentos para a cultura da soja*, são superiores aos demais cultivos de primeira necessidade na dieta alimentar da população. Desse modo, os *números dos contratos de financiamento rural*, destinados aos produtores de soja e cooperativas atingiram, em 2012, um total de 712, no valor de R\$ 222.915.999,07, correspondente a 203.199,97 hectares.

Tomando como referência os *números dos contratos* por cultivo, encontra-se a **soja** com quase metade, 43,42%, a **mandioca** com 17,88%, o **milho** com 13,40%, o **arroz** com 10,55% e o **abacaxi** com 8,73%. Mas, se analisarmos os dados das *áreas financiadas* em hectares, a posição do arroz que era de quarto lugar, sobe para o segundo lugar com 10,79% do total. Conforme analisado no capítulo anterior, o arroz¹⁰⁴ já perdeu sua hegemonia territorial e as pastagens têm perdido espaço também para a soja, nas terras altas e planas.

Seguindo na lista do cálculo por área financiada em 2012, a soja continua com 77,40% das áreas financiadas em hectares. O cultivo do milho, em função de sua importância como ração animal aparece com 5,92% e uma pequena parte dos demais gêneros, com percentual próximo de 1% exemplo, o feijão com 1,07%, algodão com 0,72%, mandioca com 0,53%, abacaxi com 0,29%. A lista segue no patamar abaixo dos 0,5%, insuficiente para atender a demanda das feiras locais dos núcleos urbanos municipais, distritais e, em se tratando dos municípios onde o cultivo da soja é hegemônico, como é o caso de Pedro Afonso e microrregião, a situação tende a se agravar (Quadro 8).

¹⁰⁴É importante lembrar o contexto de sobreposição de culturas no Cerrado tocaninense, no que diz respeito às terras ameaçadas pelo arroz, que aos poucos, são tomadas pelas pastagens por vários motivos e por último a hegemonia da soja.

Quadro 8 - financiamentos de custeio de lavouras concedidos a produtores e cooperativas –
Tocantins 2012

Produto	Nº de contratos	Valor do Financiamento(R\$)	Área financiada (ha)
Soja	716	222.915.999,07	203.199,97
Arroz	174	41.918.060,29	28.345,57
Milho	221	17.425.991,94	15.566,99
Abacaxi	144	6.530.307,16	769,12
Algodão	9	5.690.644,66	1.891,00
Cana-de-açúcar	7	3.591.094,41	3.963,54
Mandioca	295	3.347.174,72	1.397,66
Feijão	11	2.571.275,91	2.819,00
Amendoim	37	2.438.060,34	1.669,00
Melancia	11	1.790.072,64	682
Demais lavouras	7	1.712.698,56	1.244,00
Café	2	465.000,00	203,33
Sorgo	5	341.577,04	625,34
Cajú	1	83.200,00	50
Milheto safrinha	1	80.000,00	50
Banana	4	77.405,22	9,9
Abóbora-moranga	1	39.966,50	7
Alface	2	29.936,84	3,7
Laranja	1	9.906,37	2,85
Total do Estado	1.649	311.058.371,67	262.499,97

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2012. Autor Org.

Nota-se, que além do quantitativo expresso no (Quadro 8), deve ser incluído, principalmente no referente ao plantio da soja, a movimentação de empréstimos realizados pelas grandes empresas aos produtores. Tais empresas atuam, tanto no ramo financeiro, quanto no ramo da produção, bem como na compra de soja principalmente para abastecimento de matérias-primas nas agroindústrias ou venda in natura da rede nacional e internacional. Acontece, nesse momento, a transferência de renda duplicada, capitalistas versus capitalistas, primeiro por meio dos juros cobrados dos empréstimos aos produtores, e segundo, oportunizado pela compra garantida da produção junto aos produtores.

Nesse sistema, se configura práticas **capitalistas contra capitalistas** e/ou latifundista, minifundistas, esse último com participação restrita no âmbito produtivo,

no município de Pedro Afonso e microrregião. Percebe-se, que se está diante de uma modalidade de disputa territorial, que se difere do sistema de integração camponesa, que ocorre na região sul do Brasil. Apesar de pouco expressivo, nesta microrregião, é verdadeira a situação de arrendamento das grandes propriedades sobre as menores, mostrado em dados e comentados anteriormente.

Reitera-se que a assertiva da *disputa territorial*, nessa região, se confirma e se estende, não somente entre donos de terras versus donos de terras investidores provenientes do sul e sudeste do país, mas também entre a multinacional BUNGE majoritária no agronegócio na região.

Conforme entrevista concedida pelos agricultores (E. e J., em Pedro Afonso, Novembro 2015 e Abril de 2017), a agroindústria BUNGE se confirma no município como proprietária de terra, com cerca de 26 mil hectares e um total de 35 mil hectares, se incluir os arrendamentos, atuando na plantação de cana-de-açúcar, nos financiamentos e na compra da produção de soja. Nessa relação, a agroindústria disputa as terras próximas à sede industrial e como é próprio de sua lógica compatibilizar lucro, distância da matéria-prima à planta industrial canavieira. Não é demais lembrar, neste ínterim, um ambiente bastante favorável à maximização do lucro: além do solo, a logística dos transportes, mediante apoio governamental e a disponibilidade da água, para irrigação dos rios de grande porte.

Fica evidente, na fala dos entrevistados, a facilidade encontrada pelo capital para se territorializar nas terras antes ocupadas pelos camponeses e também pelo latifúndio tradicional. Pela dinâmica existente em torno da produção e/ou na atividade agropecuária, na região de Pedro Afonso o preço da terra por hectare acompanhava o mercado, especialmente da criação de gado. É tanto que agregava mais valor às terras naturalmente férteis, conforme tem-se falado, *terras de matas*, com topografia acidentada, próximo às encostas de drenagens.

É justamente por esses proprietários estarem envolvidos nessa prática e, conseqüentemente, nessa visão do quanto vale sua terra, é que foram pegos de surpresa e muitos venderam suas propriedades pelo preço que lhes foi ofertado. Essa é uma questão muito cara e remete-se, segundo Martins (1988), a defender a terra, enquanto *terra de trabalho* e não tendo como referência o *mercado* ou à *especulação imobiliária*:

A referência é ao que ela vale moralmente, ao que vale para o trabalhador que dela precisa para o sustento da família. A indignação do trabalhador se

instala exatamente entre esse valor moral e o valor de mercado. A negação moral do valor de mercado representa concretamente a rejeição da forma dominante e institucionalizada de propriedade, aquela que pode ser reconhecida pelo Estado, pela justiça. Representa a elaboração de uma concepção alternativa de propriedade e de direito de propriedade. Esse direito é essencialmente o direito de trabalhar, de ter a terra para nela trabalhar e não direito à propriedade no sentido legal e dominante. É, portanto, um direito organizado em cima da concepção do *ser* e não da concepção do *ter*” (MARTINS, 1988, p. 100). (Grifo no original).

Nessa transcrição está fundamentado o *valor de uso da terra*, que se caracteriza, justamente, o que pode dar sentido e instrumentalizar a longa luta por direitos à terra, que vem perdendo espaço na classe camponesa. Nesse sentido, muitos foram vencidos pela ideia alternativa de “progresso” e, em pouco tempo, perceberam que haviam feito um péssimo negócio, considerando que podiam ganhar muito mais, com a preservação desses bens: terra para o trabalho. Muitos caíram em situação de pobreza, arrependimento e proletarização na BUNGE e empresas terceirizadas da mesma e outras:

A migração do campo para a cidade tem sido muito grande, especialmente feminina, quase não existe mulher no campo em Pedro Afonso e demais municípios do entorno. “Tem servido de atrativo o salário na BUNGE que variam de R\$1.100,00 a 2.500,00, carteira assinada e plano de saúde, daí a migração (J., Trabalho de Campo, Pedro Afonso, Novembro, 2015).

Contudo, existem aqueles que se mantém, até certo ponto, resistentes ao processo *destrutivo*. Passa-se então, mediante trabalho de campo, à descrição da inserção da família camponesa (S. e R., Associação Barriguda¹⁰⁵, município de Bom Jesus, Julho de 2016), o agronegócio no município de Bom Jesus do Tocantins.

Nessa propriedade de 48,4 hectares, a área é quase que totalmente arrendada. A família, casal de meia idade, mora na propriedade como produtores de farinha de mandioca (Fotografia 13). A matéria-prima é proveniente de pequena roça e da compra de terceiros (maior parte). Quanto à produção. “é vendida em Pedro Afonso a R\$10,00 o Prato¹⁰⁶ para o atravessador que revende de R\$13,00 a 14,00” (S., município de Bom Jesus, Julho de 2016). Acrescenta, ainda, o mesmo entrevistado: “[...] quando não estou trabalhando na fabricação da farinha, faço empreitas fora. Faço cerca e curral aqui mesmo na região. Chego a passar dias fora de casa, porque só a renda da soja não dá”. Nessa condição, o proprietário se torna

¹⁰⁵ Será abordado, oportunamente, como se organizam nos municípios as Associações camponesas.

¹⁰⁶ Unidade de medida regional correspondente a 2 litros e aproximadamente a 1kg.

quase que totalmente destituído do labor com a terra enquanto durar o contrato de arrendamento.

Fotografia 13 - casa da farinha no município de Bom Jesus/TO



Fonte: Trabalho de Campo, Município de Bom Jesus do Tocantins. Autor: Oliveira (2016).

Diante do exposto, nesse exemplo e outros na microrregião, em que ocorre o arrendamento de terra camponesa ao sojicultor, o camponês não vive só da renda, pelo contrário, se torna vendedor compulsório da força de trabalho, para que possa complementar o sustento da família, o que caracteriza-se, mais uma vez, como sendo explorado pelo mercado ao colocar a produção (farinha de mandioca) à venda. Neste ínterim, seu objetivo principal é receber a terra amansada e tornar-se produtor de leite, especialização essa, que o reincidirá (como no caso da farinha e outros produtos) na exploração pelo mercado que rebaixa o valor de sua produção. Recorre-se a Vergés (2011, p.23) em que diz: “A exploração do camponês consuma-se no mercado no momento em que o excedente troca de mãos, mas a base dessa exploração encontra-se nas condições internas de seu processo de produção”.

Ainda com relação à questão do arrendamento, está-se diante de uma relação capitalista de subordinação, qual seria então a saída ou o sentido da *terra de trabalho*? O camponês, nessa situação, forja uma modalidade de arrumação territorial, uma territorialidade justaposta, ou seja, na linha de contato com o agronegócio sem ser absorvido, embora corra risco nessa relação. Assim, com o contato com o agronegócio, o camponês se reterritorializa, para continuar se *reproduzindo* (OLIVEIRA, 1987). Não se quer detalhar, segundo esse autor, todo o processo de diferenciação camponesa, e sim, apenas trazer como subsídios para essa realidade, em Pedro Afonso e outras formas de resistência semelhantes em Tocantins.

Sem dúvida, o “progresso” tem dado mostra de transformações consideráveis no campo e na cidade: “pode se dizer que o capital busca, incessantemente, a transformação dos meios de produção e do próprio trabalhador” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 136). A rearrumação territorial camponesa, enquanto garantia de seus direitos, não tem sido prioridade. Na Microrregião predominou a venda definitiva da terra, conforme já comentado, uma vez que não só a família camponesa, mencionada no parágrafo acima, mas tantas outras na região, têm resistido ao processo de expropriação e manutenção de seu sistema de produção, com base no “valor de uso”, embora parcialmente¹⁰⁷.

Dessa maneira, o camponês vê-se diante de seus direitos totalmente negados, marginalizados do processo desenvolvimentista implantado até então na região, conhecido como *berço da soja* tocantinense.

O caminho mais curto encontrado por essa família camponesa e de tantas outras na região, tem sido o de se subordinar ao capital por determinado período, com o objetivo de poder ter sua terra “beneficiada” e poder seguir com outro tipo de atividade, o que não deixa de ser uma incógnita por razões já comentadas: “o arrendamento aconteceu mais em função da dificuldade de beneficiar, amansar a

¹⁰⁷ “[...] Qual seria a chave dessa relação de exploração? No processo de produção em seu sentido estrito, encontramos um trabalhador direto que se mantém em unidade imediata com seus meios de produção e cujo objetivo é reproduzir. Aqui não cabe, portanto, o conceito de exploração. No mercado, encontramos-nos com um comprador-vendedor que estabelece o intercâmbio entre suas mercadorias com as do capital. Aqui se constata, portanto, um intercâmbio desigual embora inexplicável. Parafraseando Marx, poderíamos dizer que a solução para desvendar esse mistério da exploração que sofre o camponês não pode surgir de uma análise da circulação e tampouco fora dela, no processo imediato de produção. Nenhum desses dois aspectos, vistos separadamente, nos conduz a uma solução para um enigma cuja chave encontra-se, precisamente, na combinação de ambas as esferas” (VERGÉS, 2011, p. 23).

terra. Tenho vontade de produzir o leite para o consumo e poder vender também” (R., Município de Bom Jesus, Julho de 2016).

Uma das formas de resistência ao arrendamento das terras camponesas aos capitalistas da soja seria, portanto, o enfrentamento da situação com recursos próprios, mas a transposição das dificuldades impostas tem sido muito grande, em função da dependência, cada vez maior, dos produtos advindo da indústria, maquinários e, insumos para produção. Imagina-se, como referência, os custos para se formar 4,84 hectares de pastagem na região, são necessários, atualmente, R\$10 mil. No exemplo que se está relatando, para formar a metade da propriedade (24,2 ha), teria que dispor de um valor aproximado de R\$50 mil, quantia fora das possibilidades da família mencionada. Dessa forma, quais são os riscos para o proprietário ao arrendar sua terra? Marx (1988, p. 830), argumenta que:

Os arrendatários em geral sabem tão bem quanto os proprietários das terras e seus administradores ou mesmo o presidente de uma sociedade agrícola que drenar bem, adubar com abundância e amansar bem a terra, empregando-se ao mesmo tempo mais trabalho para limpar rigorosamente o terreno e revolvê-lo, produzem maravilhosos resultados, melhorando o solo e crescendo a produção. Mas tudo isso exige despesas consideráveis, e os arrendatários também sabem, e muito bem, que por mais que melhorem a terra ou aumentem o valor dela, quem a longo prazo tira a vantagem principal em rendas aumentadas e valor acrescido do solo é o proprietário.

Não se pode negar o inestimável valor e atualidade da análise dessa transcrição de Marx. Não resta dúvida, também, que de posse do aparelhamento técnico e biotécnico atual, a agricultura empresarial tem intensificado o uso dos recursos naturais nas últimas décadas, principalmente dos solos, domesticação dos animais, das plantas e das águas. Desse ponto de vista, o índice de depredação dos recursos naturais para além do solo pode com a prática (objetivo meramente financeiro) do arrendamento não assegurar tanta vantagem, isto é, hoje com mais conhecimento acumulado quanto à preservação ambiental, a ganância do capital não se limita a um posicionamento mais equânime com relação ao meio ambiente e muito menos com relação ao social. Em resumo, nem sempre o proprietário pode receber a terra, após ter sido arrendada em condições favoráveis. Os riscos de degradação do solo e das águas são grandes e sua recuperação demanda tempo, sendo que os gastos podem muito grandes para tal.

Nesse sentido, se faz importante continuar, nas páginas seguintes, as condições pelas quais se insere outras mediações de natureza político social protagonizadoras da voracidade dos direitos camponeses, consorciadas nas políticas públicas de Estado.

6.4 A METAMORFOSE DO LATIFÚNDIO, IMPACTOS SOCIAIS E RESISTÊNCIA NA REGIÃO DE PEDRO AFONSO

Por mais que se queira imprimir a homogeneização do latifúndio, por meio da tecnificação da atividade monocultora, somado ao esforço científico, no que pesem a metamorfose e extinção dos camponeses, Abramovay (2007), ao contrário, enfatiza que esses têm dado prova de resistência em sua travessia histórica. Muitos têm se debruçado a estudá-los e daí a ramificação de concepções e tensos debates políticos ideológico, a respeito do tema. A obra “Paradigmas do Capitalismo Agrário”, de Abramovay (2007)¹⁰⁸, emerge com o propósito fixo de colocar em cheque, o que Marx escreve sobre o tema *camponês*, assim como os clássicos que vieram após ele:

O que existe como questão agrária no corpo teórico de O Capital é muito distante daquilo que a social-democracia russa e a alemã – que moldaram os paradigmas básicos pelos quais o tema foi encarado no marxismo desde então – elaboraram. [...] Qualquer tentativa de absolutizar as formas como Lênin, Kautsky ou Engels trataram a questão camponesa, isto é, de imprimir a seus resultados o estatuto de categorias objetivas da realidade social, não leva em conta que, no marxismo, dada a função que a questão da produção familiar preenche nas lutas políticas de cada época, o camponês não pode ser senão uma categoria socialmente construída (ABRAMOVAY, 2007, p.59).

Como já comentado, esse conceito não é portador de um pensamento único, como quer o poder hegemônico, outros posicionamentos, por parte das pesquisas, têm se colocado em defesa da questão camponesa. Tem-se a aduzir, acerca disso, Shanin (2005, p. 9):

Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky. Os camponeses são *marginalizados*, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-a atrasada. O mesmo pode estar acontecendo com a posição dos camponeses dentro da “nação”. Eles servem ao

¹⁰⁸ A primeira edição foi lançada em 2002.

desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercadorias para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles [...].

A história da classe camponesa no Brasil, se confunde com a história da monopolização das terras de negócio, para uso da monocultura de exportação e fortalecimento do industrial internacional, em meio a essas mediações foi se formando os camponeses, resultantes de cruzamentos inter étnicos: “a busca da terra livre tem sido uma resposta ao histórico processo de expulsões e migrações imposto pelo próprio avanço do capital” (PAULINO, 2006, p.36).

Ao contextualizar a luta pela terra nos programas de governos, Fernandes (2001, p. 21), menciona que:

A luta pela terra, que tem como princípio o enfrentamento ao capital, defronta-se com esse programa, por meio do qual pretende convencer os pequenos agricultores e os sem-terra a aceitarem uma política em que a integração ao capital seria a melhor forma de amenizar os feitos da questão agrária.

Nesses fragmentos, os três últimos autores transcritos são unânimes a respeito da ampla sobreposição do capital sobre a classe camponesa¹⁰⁹. Essa é uma questão que remete ao processo transformador do latifúndio sobre o qual tem-se falado. Não obstante, não se pretende, agora, adentrar na epistemologia do conceito de camponês e sim marcar o direcionamento para as mediações, as quais fornecem as convicções necessárias à compreensão do empiricamente dado no objeto pesquisado, correspondentes aos impactos sociais, a partir da valorização do latifúndio, em detrimento da atividade camponesa na microrregião de Pedro Afonso (Quadro 9).

¹⁰⁹Para maiores informações no conjunto do texto, Shanin (2005) aponta também as dificuldades de se conceituar, Camponês, dado as particularidades assumidas no tempo histórico.

Quadro 9 - valor do financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) municípios/TO – 2012

PEDRO AFONSO

Atividade	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agricultura	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pecuária	0	0,00	50	840.010,24	0	0,00	50	840.010,24
Total	0	0,00	50	840.010,24	0	0,00	50	840.010,24

BOM JESUS DO/TO

Atividade	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agricultura	0	0,00	0	0,00	0	0,00	50	0,00
Pecuária	0	0,00	50	705.704,90	0	0,00	50	705.704,90
Total	0	0,00	50	705.704,90	0	0,00	50	705.704,90

TUPIRAMA/TO

Atividade	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agricultura	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pecuária	0	0,00	6	55.590,00	0	0,00	6	55.590,00
Total	0	0,00	6	55.590,00	0	0,00	6	55.590,00

GUARAÍ/TO

Atividade	Custeio		Investimento		Comercializaçã o		Total	
	Contrat o	Valor	Contrat o	Valor	Contrato	Valor	Contrat o	Valor
Agricultur a	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pecuária	2	32.923,8 3	62	672.751,2 0	0	0,00	64	705.675,0 3
Total	2	32.923,8 3	62	672.751,2 0	0	0,00	64	705.675,0 3

SANTA MARIA DO/TO

Atividade	Custeio		Investimento		Comercialização		Total	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Agricultura	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pecuária	0	0,00	54	728.763,18	0	0,00	54	728.763,18
Total	0	0,00	54	728.763,18	0	0,00	54	728.763,18

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012. Autor Org.

Conforme tem-se afirmado a respeito da *rearrumação* territorial do município de Pedro Afonso e dos municípios limítrofes, reafirma-se, com maior riqueza de detalhes, que há, nesse sentido, uma metamorfose do latifúndio tradicional, em função do próprio objetivo do modo capitalista de produção, que é o de transformar os meios de produção sempre. Os desdobramentos disso tudo se faz presente, principalmente, no desconstruir do que se tem sedimentado territorialmente.

Toma-se como exemplo, o valor dos investimentos concedidos à atividade da agricultura e pecuária, proveniente do *Programa Nacional de Fortalecimento da*

Agricultura Familiar (PRONAF), em Tocantins. Em 2012, os investimentos financeiros na atividade agrícola e pecuária foram da ordem de R\$3.318.161,01 e R\$ 146.571.235,75, respectivamente, que somados, correspondem ao total de R\$ 149.889.396,76. Comparado ao total investido na soja (R\$ 222.915.999,07), pecuária e agricultura (principalmente), há uma disparidade bastante acentuada. Tem-se, em termos percentuais, para a pecuária 65,75% e para a agricultura 1,49%, do total da soja, produzida no estado.

Na escala municipal, Pedro Afonso contabilizou 0,57% dos recursos financeiros do PRONAF, referentes à pecuária no estado. Nos municípios de Bom Jesus, Tupirama, Guaraí e Santa Maria, os percentuais situam-se abaixo de 0,57% (Quadro 8). Observa-se, ainda, que do ano 2012, para os dias atuais, essa situação tenha se agravado. A área plantada com soja enfatiza esse indicativo, a qual foi observada anteriormente, no processo de evolução da soja, em detrimento da pecuária e outros itens de primeira necessidade para alimentação da população.

Com relação ao cultivo do arroz, por exemplo, continua na segunda posição em investimento, em relação à soja produzida no estado, no ano de 2012 (18,80%). No mesmo período, aparece em terceiro lugar, a produção de milho com 7,81%. Não somente os dados do quadro 8 revelam que se está diante da metamorfose do latifúndio, mas todos que até aqui tem-se demonstrado.

Ao tomar por analogia a sofisticação técnica, biotécnica, utilizado na agricultura empresarial atual, não se está tão distante de práticas e políticas expansionistas, que ocorreram em meados do século XIX. Em *A Era do Capital*, Hobsbawm (2004), destaca-se explicações na escala global e local dos países do mundo, inclusive o Brasil. Sem tender para repetição, mas sim buscar a relevância dos impactos para aquele momento e continuidade para este apontado, na região de Cerrado, segundo esse autor e a transcrição anterior de Shanin (2005), a respeito do campesinato, é que:

[...] sua função econômica moderna não era apenas a de suprir alimentos e matéria-prima em quantidades crescentes, mas também a de proporcionar o mais importante reservatório de força de trabalho para ocupações não-agrícolas. Sua terceira grande função, a de proporcionar o capital para o desenvolvimento urbano e industrial, dificilmente poderia ocorrer em países agrários, onde as outras fontes de renda para governos e ricos eram escassas, embora pudesse supri-la, ainda que de forma ineficiente e inadequada” (HOBSBAWM, 2004, p. 253–254).

Ao utiliza-se da analogia, afirma-se que isso não se distancia muito das práticas capitalistas atuais, no que pode-se relacionar à dinâmica populacional na microrregião de Pedro Afonso, no que tange ao êxodo rural.

Nesse sentido, podendo ser até mais cruel, porque naquele período a população que ia sendo expulsa/expropriadas das terras para monocultura, ao mesmo tempo, podia se inserir como mão-de-obra na indústria crescente. Contudo, explorados ao extremo, ainda podiam alimentar a esperança de receber salário. Ao contrário do que está acontecendo na microrregião de Pedro Afonso, a maioria foi jogado bruscamente para os núcleos urbanos, sem a menor perspectiva de sobrevivência, porque a base econômica continua sendo, em tese, a atividade agropecuária. Não existem postos de serviços no mercado, que possam absorvê-los¹¹⁰, no pior das hipóteses, como se fazia no florescer da industrialização mundial.

Diante das contradições inerentes ao modo capitalista de produção, o governo brasileiro tem lançado mão das chamadas *políticas compensatórias*, por meio do Programa Bolsa Família (Quadro 10).

Quadro 10 - número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família nos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus, Tupirama, Guaraí e Santa Maria – 2008 a 2015

Ano	Municípios									
	Pedro Afonso	Nº de famílias	Bom Jesus	Nº de famílias	Tupirama	Nº de famílias	Guaraí	Nº de famílias	Santa Maria	Nº de famílias
2008		874		290		96		1550		224
2009		795		396		117		1940		334
2010		821		403		115		1900		351
2011		863		441		116		1750		342
2012		950		472		117		1800		333
2013 *		824		468		136		1710		357
2014 *		918		482		124		1630		336
2015 *		911		483		124		1630		336
Total de Famílias: 3.484										

Fonte: MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Adaptado pelo Autor. Dados podem diferir por questões de arredondamento.

¹¹⁰ Sobre o tema ver Oliveira (2007), o qual tem chamado atenção para as contradições do capital sobre a classe camponesa que lamentavelmente - muitos já morreram por estafa no trabalho braçal nos no corte de cana; em Thomaz Junior (2009), os desdobramentos para a *precarização do trabalho*; Carvalho (2000) o movimento sindical: “O engendramento da crise do capital nas redefinições do mundo do trabalho e na Reconfiguração Territorial”.

Observando os dados (Quadro 10), do ano de 2008 para 2015, nota-se que em todos os municípios há um acréscimo do número de famílias, salvo alguma redução mínima. O que era para se cumprir no Programa Bolsa Família ainda está por acontecer, isto é, as pessoas poderem viver sem ter que precisar dessa ajuda de custo. Assim tem-se, nos referidos municípios pesquisados e ao Estado, uma migração muito acentuada do campo para os núcleos urbanos, sem a menor condições de recebê-los dignamente. Passa-se, então, a outros desdobramentos como face do mesmo processo de latifundização: a migração, quase que em massa, do campo para os municípios, que recentemente faziam parte de Pedro Afonso e distritos.

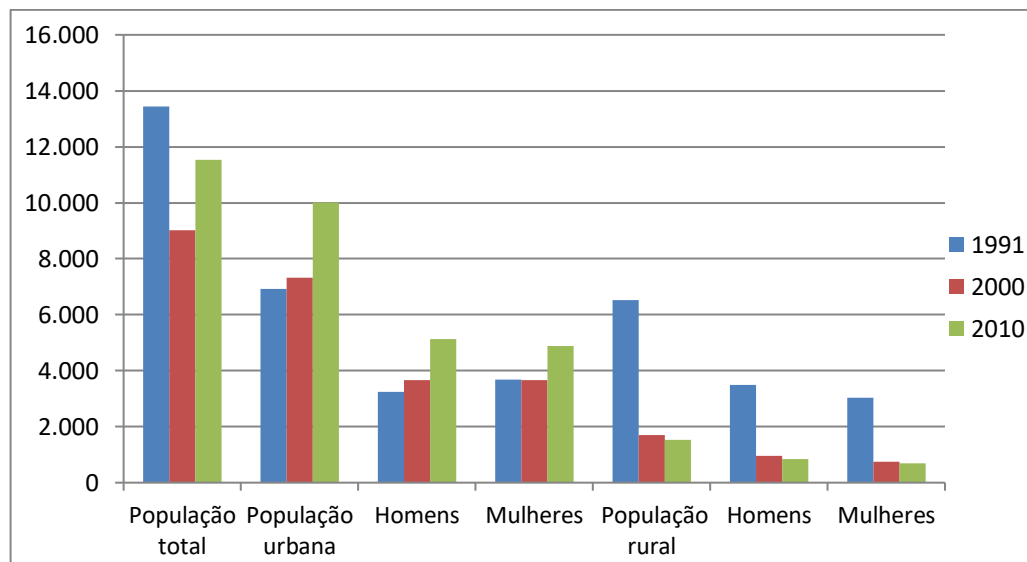
O Gráfico 1, sintetiza do ponto de vista da dinâmica populacional por *situação de domicílio e sexo*, ao mesmo tempo, revela os impactos provenientes do agronegócio, principalmente após 1995, uma vez que muitos não resistiram a investida do capital, que se tem manifestado, tanto de maneira sutis, quanto coercitivas com o aval do poder público.

Os dados de migração da população do campo para a cidade, conforme o Gráfico 1, é bastante ilustrativo, quando se observa o recrudescimento abrupto da migração rural urbana. Como município pioneiro na microrregião, Pedro Afonso, assume essa e outras características, principalmente pelo empreendimento do plantio da soja e cana-de-açúcar.

No ano de 1991¹¹¹, Pedro Afonso possuía uma população total de 13.432 habitantes. A população urbana situava-se ligeiramente acima da população rural, composta por 6.513 habitantes, em 2000. Todavia, esse número cai vertiginosamente para 1.700 habitantes e ainda para 1.523, em 2010. Chama atenção, da mesma maneira, a migração feminina que se desterritorializa, comprovado também na fala dos (as) entrevistados(as), que vão em busca de trabalho com carteira assinada e qualificação profissional na cidade. Detalhando um pouco mais, em termos percentuais, o mesmo município em 2010, registrava 87% da população urbana e 13% rural.

¹¹¹ É por volta de 1991 a 1993, que os territórios distritais de Bom Jesus, Tupirama e Santa Maria são desmembrados do município de Pedro Afonso. Esses acontecimentos emancipacionistas pouco interferiram em termos da migração rural urbana. Há, contudo, perda da população absoluta no município sede (Pedro Afonso).

Gráfico 1 - população residente, por situação do domicílio e sexo -1991, 2000 e 2010 em Pedro Afonso



Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Censo Demográfico – 1991, 2000 e 2010.
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Autor Org.

Diante do exposto (Gráfico 1), entende-se que o fator de mediação do quase esvaziamento do campo passa, em primeira mão, pela luta de classes, em que se contextualiza o desleal pacto do capitalismo no campo e o poder do Estado em ignorar os camponeses e priorizar a produção de *commodities*. Dessa forma, o caráter neoliberal, assumido pela atividade agrícola de base técnica no referido município e, logo depois, a territorialização na microrregião de Pedro Afonso e no estado do Tocantins como um todo, assume atitude brutal, dificilmente comparável à outra parte do país.

Aduz-seque a complexidade “produtiva” do agronegócio assumida na região sul do Brasil, por mais cruel que tem sido, não se aproxima do que está acontecendo na microrregião de Pedro Afonso e no próprio estado. De acordo com Roos (2015), em consonância com Martins (1986) e Oliveira (1987, 1991, 2010) e outros, o avanço do *modo capitalista de produção* no território camponês confere-se *desigual e contraditório*, qual seja pela via da subordinação e domínio do meio de produção (terra), mesmo sem possuir o domínio de propriedade:

O produtor familiar, como é o caso dos pequenos agricultores do Sul do País, continuam proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza em seu trabalho. Ele não é um assalariado de ninguém. Como podemos dizer então, que o capital instituiu a sujeição do seu trabalho? Dominando-o? Não há sujeição formal e nem real do trabalho. Entretanto, o capital tende a dominar cada vez mais a produção da agricultura (MARTINS, 1986, p. 174).

Conforme a transcrição, esta é uma forma clássica do capital se nutrir da situação, mesmo sem ser dono do meio de produção: a terra. Desta feita, a territorialização do capital assume estratégias diversificadas, ou seja, segundo a realidade que se depara no sentido da acumulação sempre. Vai depender do jogo de interesse dos atores envolvidos e a partir dos quais, as *tramas*, conforme Thomaz Júnior (2009), são desferidas. Participa desse processo, além do capital hegemônico, o poder ativo do Estado, por meio das políticas desenvolvimentistas, no sentido de desburocratizar, remover tudo e todos que se colocarem contrários à sua expansão.

No município de Pedro Afonso, se confirma uma rearrumação territorial, que começa fortemente com a compra de terras baratas, intensa tecnificação da produção de soja, concentração de terras e expulsão da população do campo para a cidade. O conjunto de todo esse rearranjo territorial, pautado em um “espírito novo”, mostra que o latifúndio tradicional “deve” se especializar, isto é, sair do sistema de “baixo” uso de tecnologia produtiva para se enquadrar na monocultura de exportação. Em uma palavra, sua *metamorfização*, que na verdade se estende a uma diversidade maior do que a assumida no latifúndio “moderno”, no sentido de ser um pouco mais plural extensiva ao coletivo rural.

Nesse sentido a migração do campo para a cidade e tantos outros impactos aos que resistem à expropriação. A Tabela 8 dá a dimensão do nível de concentração da terra no município pesquisado e a partir desse, implicitamente, os desdobramentos do que se tem falado – a *metamorfização*.

Tabela 8 - estrutura fundiária do município de Pedro Afonso/TO – 2006

Grupo de Área Total	Estabelecimentos	Área (ha)
	2006	2006
Mais de zero a menos de 5 ha	6	21
De 5 a menos de 10 ha	3	20
De 10 a menos de 20 ha	3	44
De 20 a menos de 50 ha	101	4.372
De 50 a menos de 100 ha	38	2.930
De 100 a menos de 200 ha	37	5.378
De 200 a menos 500 ha	44	15.363
De 500 a menos de 1.000 ha	22	18.216
De 1.000 a menos de 2.500 ha	13	18.327
De 2.500 ha e mais	7	27.167
Total	274	91.838

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Agropecuário 2006
 Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações
 Econômicas – Adaptado pelo Autor.

Os dados da Tabela 8 dimensionam o quanto a terra está concentrada em Pedro Afonso. Dado a dinâmica do agronegócio na microrregião, se nota percentual ainda maior na atualidade em função do aumento da demanda por terra que por sua vez se conecta, cada vez mais ao mercado internacional de *commodities*.

Nessa direção, observa-se que em apenas sete estabelecimentos rurais de 2.500 hectares, concentra-se 29,58% do total da área em hectares, em 2006. Na sequência de baixo para cima na tabela, no mesmo ano, encontra-se o grupo de propriedade de 1000 a 2.500 hectares com 20,02% e segue, na terceira posição o grupo de 500 a 1000 hectares com 19,83%. Somado o percentual desses três grandes grupos de áreas (32 estabelecimentos) chega-se ao domínio de mais da metade das terras 69,43%. Conforme observado na Tabela 8, quanto menor o número de estabelecimentos agropecuários maior a área, e quanto maior o número de unidades produtivas menor a área em hectares. Tem-se, assim, para o grupo de estrato de 20 a 50 hectares, apenas 4,76% do total da área em hectare, para 101 estabelecimentos.

Esse processo não é exclusivo de Pedro Afonso, se estende aos demais municípios já mencionados. Figuram como um território único do capital, como uma continuidade em termos físicos e políticos, dado que o poder público de cada um

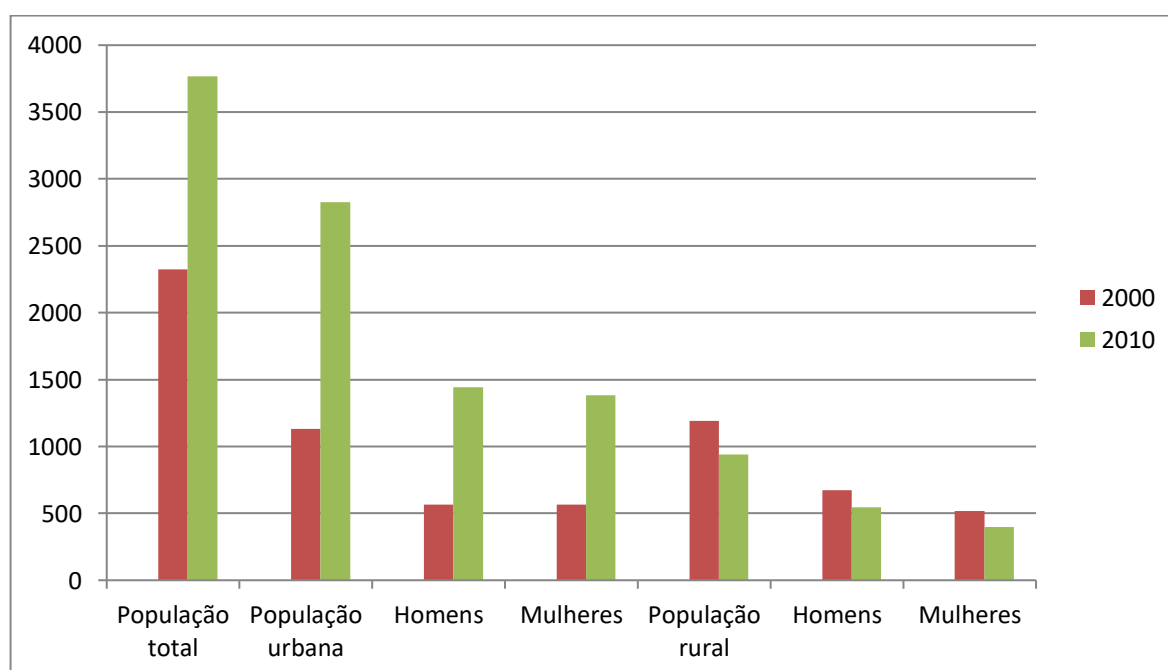
deles é unânime em apoiar a ideologia do “progresso”, mesmo porque se aparecesse qualquer ideia sobreposta ao poder do capital, junto a outras esferas do poder público da unidade federativa, que declaradamente apóia o “desenvolvimento destrutivo”, conforme Thomaz Júnior (2009), em consonância com Mészáros (1989), seria ignorada.

Contudo, trata-se de uma *metamorfização* gradativa do latifúndio com desdobramentos socioeconômicos para acumular sempre. Segue-se, com outras contradições, como parte do mesmo processo, o quase esvaziamento do campo nos municípios que se constituem no recorte territorial da pesquisa.

6.5 OS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS E TUPIRAMA

No município de *Bom Jesus do Tocantins*, com 3.768 habitantes, no ano de 2010, o percentual maior ocupa a área urbana, 75% e menor na área rural, de 25%. Contudo, não aparece no gráfico, registro dos dados de 1991, em função de sua vinculação ao território municipal de Pedro Afonso (Gráfico 2). Sua emancipação ocorreu em 1991 e sua divisão territorial em 1995.

Gráfico 2 - população residente, por situação do domicílio e sexo - 2000 a 2010 no município de Bom Jesus/TO



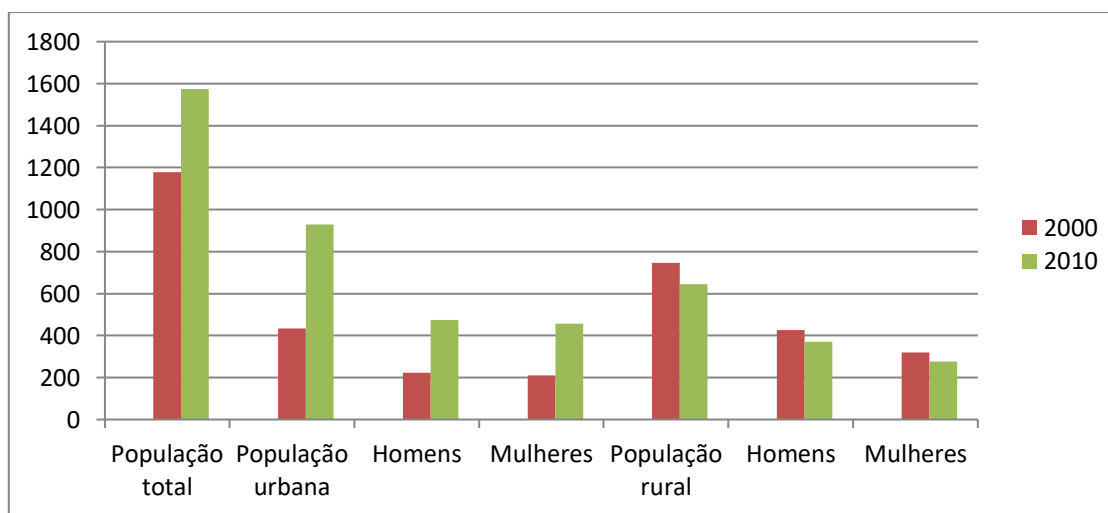
Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Censo Demográfico – 2000 e 2010.
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Adaptado pelo Autor.

A forma como são planejados e apropriados os meios de produção, reflete na distribuição da população no território, assim, no município de Bom Jesus, predomina as atividades de criação de gado de corte e monoculturas de soja e cana-de-açúcar.

Passa-se, ao território municipal de Tupirama¹¹², que do ponto de vista de sua autonomia política administrativa, já é uma realidade da Lei de criação, que consta de 01 de Maio de 1984 e de instalação 01 de Janeiro de 1997. O contingente populacional destoa dos demais, em função do maior número de sua população ser rural, 41% e 59% urbana, de acordo com o Censo do IBGE de 2010 (Gráfico 3). Explica-se um pouco pela resistência camponesa, onde muitos são camponeses ribeirinhos às margens do rio Tocantins, devotados às atividades de autosustentação, quais sejam:

hortaliças à base de folhas, tubérculo (mandioca), ovos, queijo (artesanal) e criação de poucas cabeças de gado bovino¹¹³ para produção de leite. De tempo em tempo opta-se pela venda de algum exemplar considerado inapto vão para o descarte e os animais machos no mercado local de Pedro Afonso. As crias fêmeas (quando é possível) são usadas como reposição (matrizes), em tempo de maior crise também são vendidas. Por outro lado, trata-se de propriedades que não comportam um número maior de cabeças (O., Fiscal ADAPEC, município de Tupirama, Agosto 2014).

Gráfico 3 - população residente, por situação do domicílio e sexo – 2000 e 2010 no município de Tupirama/TO



Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Censo Demográfico – 2000 e 2010.
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Adaptado pelo Autor.

¹¹² Não aparece no gráfico, registro dos dados de 1991, em função de sua vinculação ao território municipal de Pedro Afonso. Sua instalação só veio a acontecer no ano de 1997.

¹¹³ A essa atividade é dada a maior importância, por ser a mais aceita e acreditada pelos camponeses em todo o estado do Tocantins. Alimentam o sonho de serem camponeses abastados, um dia.

Outro fator que explica o número considerável de chácaras nas margens do rio Tocantins, no município de Tupirama, segundo um de nossos entrevistados, foi o aumento de compra e venda de terras, no período de instalação do Projeto Nipo-Brasileiro:

Muitos venderam terras e ficaram na pobreza. Outros arrendaram dos falidos do PRODECER. Outros compraram e continuaram pagando o lote de 1000 hectares. Outros venderam terras e compraram chácaras nas margens do rio Tocantins no município de Tupirama e de Pedro Afonso. Encontraram ali facilidade de acesso ao comércio e outras atividades na cidade de Pedro Afonso. Muitos se deslocam até mesmo de barco a remo pelo rio Tocantins como nos velhos tempos (O., Fiscal ADAPEC, Unidade Tupirama, Maio de 2017).

Conforme a transcrição acima, a compra e venda de terras dos camponeses e latifundiários tradicionais foi uma constante em todos os municípios da microrregião de Pedro Afonso, depois de meados de 1990. Ocorre que, se a terra já vinha se concentrando com a monocultura do arroz de sequeiro e plantio de pastagem no Cerrado, ela passa a ser mais ainda, *com a chegada dos catarinenses*, conforme se refere os camponeses autóctones aos empresários da soja (Tabelas 9 e 10).

Tabela 9 - estrutura fundiária do município de Bom Jesus do Tocantins – 2006

Grupo de Área Total	Estabelecimentos	Área (ha)
	2006	2006
Mais de zero a menos de 5 ha	03	11
De 5 a menos de 10 ha	01	08
De 10 a menos de 20 ha	10	160
De 20 a menos de 50 ha	27	1.014
De 50 a menos de 100 ha	26	1.720
De 100 a menos de 200 ha	25	3.672
De 200 a menos 500 ha	31	8.955
De 500 a menos de 1.000 ha	06	3.989
De 1.000 a menos de 2.500 ha	05	6.961
De 2.500 ha e mais	01	1.250
Total	135	27.739

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Agropecuário 2006
Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas – Adaptado pelo Autor.

Tabela 10 - estrutura fundiária do município de Tupirama/Tocantins – 2006

Grupo de Área Total	Estabelecimentos	Área (ha)
	2006	2006
Mais de zero a menos de 5 ha	20	81
De 5 a menos de 10 ha	03	23
De 10 a menos de 20 ha	09	162
De 20 a menos de 50 ha	36	1.264
De 50 a menos de 100 ha	27	2.021
De 100 a menos de 200 ha	15	2.177
De 200 a menos 500 ha	21	6.574
De 500 a menos de 1.000 ha	11	7.609
De 1.000 a menos de 2.500 ha	05	7.234
De 2.500 ha e mais	02	2.500
Produtor sem Área	02	---
Total	151	29.645

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Agropecuário 2006
 Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações
 Econômicas – Adaptado pelo Autor.

Conforme se observa tanto na tabela 9, quanto na tabela 10, a concentração de terras tende a se acentuar, a partir dos grupos de áreas de 200 (duzentos) a 500 (quinhentos) hectares. Toma-se como referência esse mesmo grupo de área, com pouca exceção, o aumento do número de estabelecimentos e diminuição da área em hectares nos municípios – Bom Jesus e Tupirama.

No começo da implantação do Projeto Nipo-Brasileiro, as compras e preços foram reduzidos por hectare. Muitos se beneficiaram dessa situação e, posteriormente, da situação de falência de muitos com a lavoura de soja. Em resumo, marcou esse momento e continua, todavia intenso, envolvendo outros atores do agronegócio, nas disputas do capital versus capital: compradores e vendedores de insumos, transporte, armazenagem, crédito fundiário (chegou recentemente na Região o Banco SICREDI) e o poder do Estado, como mediador e parte do mesmo complexo -renda da terra-trabalho-economia. Passe-se, na sequência, aos municípios de *Santa Maria e Guaraí*.

6.6 OS MUNICÍPIOS DE SANTA MARIA E GUARAÍ

Do ponto de vista da estrutura fundiária de todos os municípios analisados, não se registra diferenças significativas, apenas no quesito localização e atividade econômica é que se pode falar que exista certa disparidade. Não seria muito lembrar que são municípios recém emancipados (Tabela 11).

Tabela 11 - estrutura fundiária do município de Guaraí/Tocantins – 2006

Grupo de Área Total	Estabelecimentos	Área (ha)
	2006	2006
Mais de zero a menos de 5 há	22	68
De 5 a menos de 10 ha	22	198
De 10 a menos de 20 ha	50	766
De 20 a menos de 50 ha	188	6.625
De 50 a menos de 100 ha	117	8.873
De 100 a menos de 200 ha	112	16.674
De 200 a menos 500 há	97	30.383
De 500 a menos de 1.000 ha	40	27.429
De 1.000 a menos de 2.500 ha	16	25.778
De 2.500 ha e mais	05	22.136
Produtor sem Área	05	---
Total	674	138.930

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Agropecuário 2006
Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas – Adaptado pelo Autor.

Tabela 12 - estrutura fundiária do município de Santa Maria/Tocantins – 2006

Grupo de Área Total	Estabelecimentos	Área (ha)
	2006	2006
Mais de zero a menos de 5 ha	04	12
De 5 a menos de 10 ha	04	34
De 10 a menos de 20 ha	07	115
De 20 a menos de 50 ha	38	1.414
De 50 a menos de 100 ha	63	5.305
De 100 a menos de 200 ha	47	6.785
De 200 a menos 500 ha	55	18.089
De 500 a menos de 1.000 ha	18	12.972
De 1.000 a menos de 2.500 ha	23	34.222

De 2.500 ha e mais	06	28.011
Produtor sem Área	--	---
Total	265	106.959

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Censo Agropecuário 2006
Elaboração: Secretaria do Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas – Adaptado pelo Autor.

A emancipação¹¹⁴ do município de Santa Maria data do ano de 1993. Sua população, de acordo com o IBGE, em 2010, era de 2.894 habitantes (Gráfico 4). Comparado aos demais municípios circunvizinhos a Pedro Afonso, o de Santa Maria, é o que se encontra geograficamente mais distante. Figura como as terras menos cobiçadas pela agroindústria BUNGE, em função da distância física. Localiza-se a pouco mais de 70 km da agroindústria e 90 km do corredor da rodovia Belém-Brasília e a Ferrovia Norte-Sul a Leste. Por essas razões, não tem despertado interesse da atividade canavieira, e sim, do gado de corte e soja em menor quantidade.

“A maior parte do plantio de soja é realizado no município vizinho de Itacajá¹¹⁵, apesar dos agricultores morarem em Santa Maria”. Quanto ao valor da terra, indissociável dos itens localização e atividades econômicas, “varia segundo os serviços nela incorporados. Uma já trabalhada/beneficiada é meio caro, foi vendido há pouco tempo aqui 40 mil a alqueire” (M., Fiscal ADAPEC, Unidade Santa Maria, Maio de 2017).

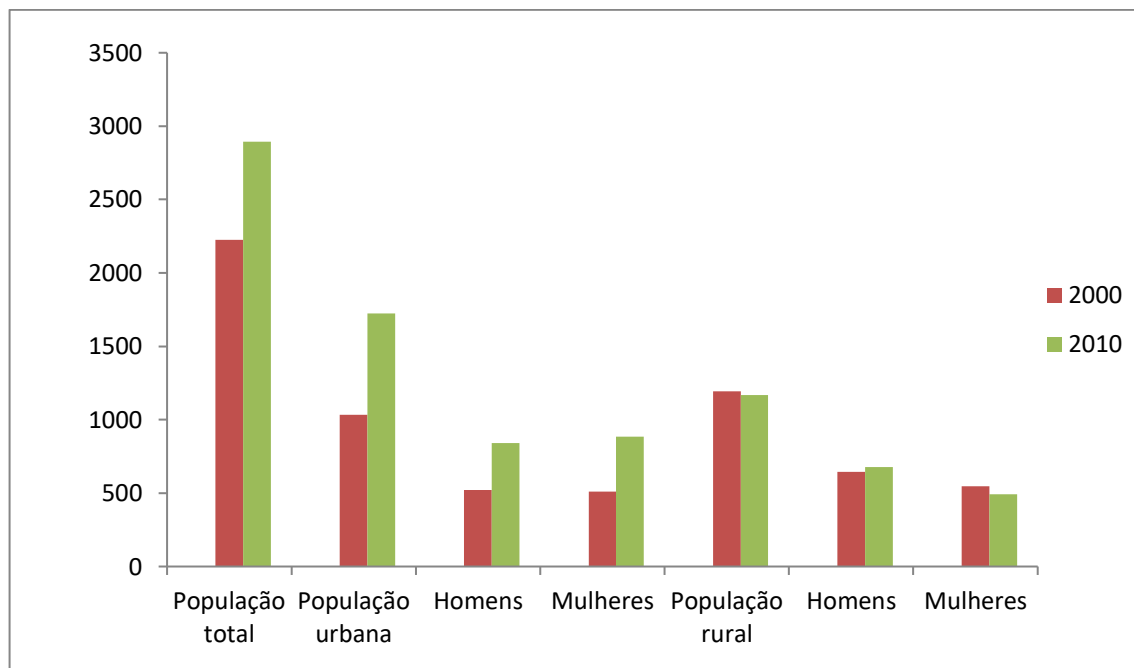
Ainda com relação ao parágrafo anterior, a respeito do esforço da referida agroindústria, produtora de etanol, tem sido o de reunir terras no entorno da usina, daí uma das fortes **disputas metamorfoseadora do latifúndio por meio do capital versus capital** por terra e, conseqüentemente, mudanças no reordenamento territorial tanto no campo quanto na cidade.

Do ponto de vista dos impactos da metamorfose do latifúndio, o município de Santa Maria não distancia muito dos demais de sua microrregião. Em 2010, 60% da população morava na cidade e 40% na zona rural (Gráfico 4).

¹¹⁴ Não aparece no gráfico, registro dos dados de 1991, em função de sua vinculação ao território municipal de Pedro Afonso. Sua emancipação só veio a acontecer no ano de 1993.

¹¹⁵ É importante lembrar que, no município de Itacajá, está localizada a Nordeste do Estado a Reserva Indígena dos índios Krahôs com população aproximada de 3.000 índios. Conforme nos foi informado pelo Cacique Dandonim, em 2015 “a população já se sente ameaçada. Alguns impactos já aparecem na fauna e redução das águas dos cursos d’água em função dos desmatamentos do Cerrado para plantio de soja” (DANDONIM. C., Aldeia Krahô, trabalho de campo em parceria NURBA/UFT, Janeiro de 2016).

Gráfico 4 - população residente, por situação do domicílio e sexo - 2000 e 2010 no município de Santa Maria/TO



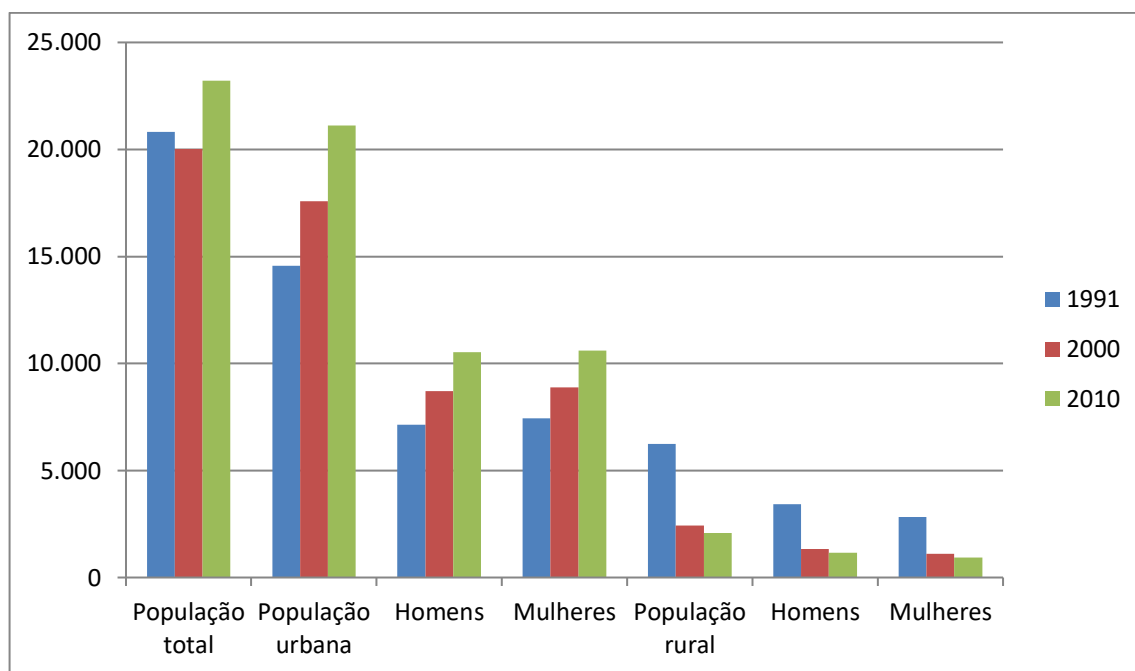
Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Censo Demográfico – 2000 e 2010.
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Adaptado pelo Autor.

A demanda internacional pela matéria-prima, sobretudo da soja, somado à formação de pastagem para produção de gado de corte, tem desdenhado as fronteiras municipais dessa Microrregião. Com o apoio das esferas do poder público, completa-se o projeto do *desenvolvimento destrutivo* e os desdobramentos estão materializados nas paisagens.

O pensamento fragmentado, nesse processo, contribui totalmente para ofuscar politicamente a mente de boa parte da população, por meio do ufanismo desenvolvimentista. Muitos estão à margem do processo: cite-se, então, a situação de penúria que vive um único assentamento rural de Agrovila Bom Tempo, no município de Bom Jesus, que passam necessidade de água. Contam apenas com um poço artesiano, para abastecer 46 famílias. Há tempo esperam por assistência por parte do órgão responsável. No item seguinte, será retomada essa questão e outras relativas à resistência camponesa.

Veja-se, portanto, o município de *Guaraí* (Gráfico 5), o qual foi fundado no ano de 1954 e é o que possui maior número de população, 21.132 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2010.

Gráfico 5 - população residente, por situação do domicílio e sexo – 1991, 2000 e 2010 no município de Guaraí/TO



Fonte: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Censo Demográfico – 1991, 2000 e 2010.
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Orçamento/Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Adaptado pelo Autor.

Assim, a própria sede municipal é cortada pela BR-153 e paralelamente a oeste, pela Ferrovia Norte-Sul. Por influência da Rodovia Federal, tem-se atraído uma maior concentração de atividade comercial e serviços. Sua população tem aumentado, em razão do êxodo rural, advindo dos impactos do agronegócio sustentado pelas políticas de incentivos via infraestrutura do estado. De acordo o Censo Demográfico de 2010, a população rural era de 9% e a urbana de 91% (Gráfico 5).

A maior parte de sua área cultivada tem sido, nos últimos tempos, com a soja. Nas proximidades do município de Tupirama e Pedro Afonso há cultivo de cana-de-açúcar e, ainda, há uma tendência de aumento da população, não somente desse município, mas de todos os demais as proximidades de Pedro Afonso. O Quadro 11 a seguir, além da já mencionada população de 2010, traz informações da estimativa do IBGE de 2016, as quais comprovam a política destrutiva do território camponês, em função de uma reestruturação do latifúndio.

Quadro 11 - Censo populacional 2010 e estimativa 2016

	2010	2016
Pedro Afonso	11.539	13.097
Bom Jesus do Tocantins	3.768	4.590
Tupirama	1.574	1.813
Guaraí	23.200	25.399
Santa Maria do Tocantins	2.894	3.305

Fonte: IBGE: Censo populacional de 2010 e Estimativa 2016. Autor: OLIVEIRA, S. de S. (2017).

Todavia, a convivência dos camponeses com o agronegócio não deixa de existir, embora a luta dos primeiros tenha sido a de manter-se na terra com poucos recursos, sob ameaças constantes de serem expropriados, ora pela violência propriamente dita, ora pela falta de acesso a créditos bancários compatíveis em termos não somente dos insumos, mas também pelo acesso a maquinários e implementos. Segue-se adiante, com novos retratos das formas *destrutivas* do campesinato na Microrregião.

6.7 AS ASSOCIAÇÕES DE CAMPONESES EM PEDRO AFONSO E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS

As Associações surgiram no mesmo contexto da implantação das políticas públicas dos Programas de Financiamentos, da chamada *Agricultura Familiar*, relativamente recente após 1990. Quanto ao tamanho dos lotes, variam de 05 a 50 hectares. As características das Associações alternam-se em assentados, camponeses dispersos pelo território municipal e em vila camponesa separadas das glebas.

Quadro 12 - associações de camponeses no município de Pedro Afonso e municípios circunvizinhos – 2016

Municípios	Associações e Assentamentos	Nº de associad	Nº de famílias	Máquina (Trator)	Produtos e mercado
Pedro Afonso	Bacabal	---	28	Prefeitura	Parte da produção destina-se à autosustentação. O excedente é comercializado no mercado local. A cidade de Pedro Afonso e Guaraí situa como os mercados consumidores mais importantes da Microrregião e é para lá que se destina a maior parte da produção, salvo o Matinha que possui um leque maior de cidades para as quais é destinado a produção de hortaliças. A produção nos Assentamentos compõe de: farinha, frango caipira, ovos abóbora, hortaliças (à base de folhas). Observa-se que os revendedores de hortifrúti do comércio local preferem comprar do CEASA/GO por ser mais barato e agrada o consumidor. Contudo, muitas famílias não conseguem produzir nem mesmo para o próprio consumo e os demais vendem abaixo do preço.
	Porto Real	64	---	Idem	
	Agrovila Bom Tempo	116	43	Idem	
	Vila Mata Verde	140	---	Idem	
	Gorgulho	---	16	Idem	
	Rio Sono	26	---	Idem	
Bom Jesus do/TO	Santa Rita (Vila - Créd. Fundiário)	36	---	Próprio	
	Sítio Novo	45	---	Idem	
	Olho D'água	32	---	Idem	
	Buritirana	94	---	Idem	
	Barriguda	28	---	Idem	
Tupirama	Bom Será	22	---	Idem	
	Grotão do Ouro (Assent.Créd. Fund.)	36	---	Idem	
Guaraí	Pedra Branca (INCRA)	---	54	Idem	
	Soledade (INCRA)	---	68	Idem	
	Matinha (Vila 300 hab.) – ASTRAJA*	---	55	Idem	
Santa Maria	Água Viva (Cred. Fundiário)	---	42	Idem	
	Baronesa (INCRA)	---	33	Idem	
	Soninho	---	21	Idem	
	Frutos do cerrado	---	22	Idem	
	São José	---	26	Idem	
	Santa Rosa	---	45	Idem	
	Alumínio II (INCRA)	---	10	Idem	

Fonte: Trabalho de Campo, RURALTINS Unidade de Pedro Afonso e visitas às Associações, Julho de 2016. Autor Org. Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale Tranqueira e Jandaira: não informado

O governo do estado do Tocantins, por meio do RURALTINS, instruiu os camponeses a criarem as Associações e os cadastrar, para assim poder “apoia-los”, por meio de programa de financiamento (PRONAF). Há uma unanimidade, por parte dos entrevistados, membros das Associações (Quadro 12), ao afirmar que o objetivo

de criação das Associações foi, exclusivamente, de interesse individual: “A intenção de participar dessas Associações é que fica mais fácil pegar financiamento do PRONAF” (S., Associação Bacabal, município Pedro Afonso, Julho de 2016).

Os camponeses são movidos pelo interesse pessoal, não existe nenhuma preparação política dos fundamentos do que venha ser o associativismo. Seguramente, essa é uma questão muito cara aos camponeses, pois uma vez alicerçados em seus direitos de classe se tornarão uma arma poderosa contra o Estado, agronegócio e oportunismo político. Esse último, certamente, perderia seus redutos eleitorais.

Assim os camponeses(as) se mobilizam para captar os recursos por mais ínfimo que seja. Registra-se, aqui, a fala de uma delas: “Da Prefeitura pode vir o trator... agente compra o óleo e eles fazem o serviço, mas não é fácil conseguir, é um trator para todo mundo de lá não esperamos muito e também falta o dinheiro para comprar a semente, adubo no final as dificuldades são grandes” (B. S., Associação Santa Rita, município de Bom Jesus, Julho de 2016).

O sentido de “organização” eficiente a favor da classe camponesa, com certeza, nunca fez parte das políticas públicas e não será nessa realidade. Figura apenas, como mais uma das precárias *políticas compensatórias*, semelhante ao Programa Bolsa Família, entre outros. Contudo, as Associações sonham com a compra de maquinários tratores e outros implementos, galpões, casa de farinha e outros implementos, que os favoreçam a continuidade da produção de alimento saudável, acompanhado de uma política de preço, que valorize seu trabalho e melhore a situação de penúria da maioria. Está é uma realidade que se precariza a cada dia, enquanto que o latifúndio, dito “produtivo”, recebe os subsídios históricos do Governo.

Segue-se com alguns relatos e ilustrações da realidade vivida no dia-a-dia dos camponeses, que, em geral, estão “organizados” em vilas, assentamentos, unidades produtivas dispersas, entre outros. O que chama bastante atenção, primeiro pela situação contingencial que os tem colocado e a reestruturação produtiva no Cerrado, além de como conseguem ler, à sua maneira, as transformações do/no latifúndio e os rebatimentos limitantes de sua relação mais sustentável com a terra, materializado na forma como organizam a moradia, cuida da roça e dos animais dão sentido à *terra de trabalho*.

Toma-se como exemplo, a Associação Santa Rita (ASR) da Agrovila Bom Tempo, localizada no município de Bom Jesus e próxima a sede municipal de Pedro Afonso (Fotografia 14).

Fotografia 14 - associação Santa Rita município de Bom Jesus do Tocantins



Fonte: Trabalho de Campo, Assentamento Santa Rita. Autor: Oliveira (2016).

A maioria dos habitantes são da própria região, principalmente de Pedro Afonso. O acesso à terra foi, por meio de uma linha de financiamento denominado Crédito Fundiário¹¹⁶. De acordo com os entrevistados, a população foi assentada pela COAPA em 1996. Os lotes são de 5 hectares e o objetivo era de produzir frango de corte. De fato chegaram a produzir, mas “os frangos não foram abatidos por que não tinha mercado e assim passou da hora e os frangos ficaram dando prejuízo”. (B. S., Associação Santa Rita, município de Bom Jesus, Julho de 2016).

Outro fator negativo, considerado pelos moradores, diz respeito ao fluxo de compra e venda dos lotes, uma vez que muitos ainda não conseguiram pagar as prestações dos lotes ao Governo: “apenas 5% da dívida foi paga para o Governo. Nem mesmo a taxa mensal dos sócios tem sido paga. Quase todo mundo vive de

¹¹⁶ Pode-se considerar, como um programa antireforma agrária, que consiste em “[...] um programa do Governo Federal [...] Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executado em parceria com o Governo do Estado, Entidades de Representação e Coordenação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Prefeituras Municipais e demais entidades ligadas à Agricultura Familiar” Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo>> Acesso em: 15/05/2017.

diária. Tem a compra direta, mas não temos o Selo da Prefeitura” (B. S., Associação Santa Rita, município de Bom Jesus, Julho de 2016).

Em trabalho de campo à Agrovila Bom Tempo, em Julho de 2016, foi relatado que um dos principais problemas enfrentados pelos Assentados era a falta de água. O único poço artesiano, que mal dava para o abastecimento doméstico, continua em 2017, na mesma situação. Adota-se as medidas para obter o mínimo de água por dia: às 05 horas da manhã liga-se a bomba d’água e desliga às 12:00h, volta a ligar às 15:00h e finalmente às 20:00h, essa é a rotina. Toda essa intermitência é para dar o tempo necessário ao reservatório se recompor.

O saldo disso tudo é que nos quintais¹¹⁷ não se pode plantar nada, pois o racionamento com raiz lá nas políticas públicas de desvalorização tem sido de extrema desumanidade como é próprio do capital. A população do Assentamento (mais 100 pessoas), espera um dia conhecer o *projeto Quintal Verde*¹¹⁸, assistido pelo RURALTINS (B. S., Associação Santa Rita, município de Bom Jesus, Julho de 2016).

Segundo a liderança do Assentamento Santa Rita, recentemente receberam um trator usado, por meio do crédito *a fundo perdido*¹¹⁹, por iniciativa de um deputado estadual. “O importante para nós e a melhoria não importa como. Diante de tantas dificuldades boa parte da população se obriga a prestar serviço fora para sobreviver” (B. S., Associação Santa Rita, município de Bom Jesus, Julho de 2017).

Conforme já anunciado além das Associações dos assentamentos existem aquelas que reúnem, pelo menos tentam, se reunir para debater, passar/ouvir informes quanto aos possíveis projetos advindos do Governo como o já comentado *Quintal Verde* ou ainda sobre o PRONAF, o qual tem movimentado maior volume de empréstimos, porém aquém do ideal. Vejamos o lamento da Associação Bacabal. Essa Associação surgiu em 1986, por iniciativa do RURALTINS:

Precisamos nos organizar com máquinas (trator) não conseguimos ainda. No começo o Governo doou uma máquina para Bacabal, mas não chegou.

¹¹⁷ Nesse Assentamento funciona ou deveria funcionar, o sistema de agrovila isto é, a vila separada das glebas.

¹¹⁸ É uma iniciativa do governo do estado recém lançado. De acordo com um dos técnicos responsáveis, N. R., RURALTINS de Pedro Afonso, foram realizadas a etapa de licitação e os cadastros dos camponeses. Serão beneficiados os municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus e Centenário (Trabalho de Campo, RURALTINS, Pedro Afonso, Julho de 2016).

¹¹⁹ Crédito *a Fundo Perdido*, diz respeito a “recursos disponibilizados por um empreendedor sem perspectivas de reembolso”. Disponível em: <[https:// o.globo.globo.com/economia/bndes/bndes-apoiara-financiamento-de-desenvolvimento-de-projetos-1897214](https://o.globo.globo.com/economia/bndes/bndes-apoiara-financiamento-de-desenvolvimento-de-projetos-1897214)> Acesso em 05/08/2017.

Nosso projeto agora é fazer o galpão para fazer as reuniões. O dinheiro está vindo apenas das mensalidades de 10,00 (Dez Reais). Temos lutado. Fizemos empréstimos ficamos inadimplentes. Temos que tirar o sustento é da terra. O trator da Prefeitura é complicado não estão nem aí para os pequenos produtores. Aqui produzimos mandioca, fazemos farinha. Temos muita dificuldade com transporte para levar a produção mesmo pouca ao mercado de Pedro Afonso. (D. C., Associação Bacabal, município de Pedro Afonso, julho de 2016).

Em uma das propriedades visitadas, de 135,52 hectares ou 28 alqueires, terminologia mais familiar para os camponeses, na fotografia 15 mora a presidente da Associação, aposentada¹²⁰ e mora com o pai, já com idade bastante avançada, sendo que um de seus filhos trabalha na BUNGE há mais de dois anos e não pretende mudar para longe, como fez os outros dez irmãos, que moram em Belo Horizonte, Goiânia e outras cidades de Goiás.

Fotografia 15 - moradia camponesa no município de Pedro Afonso – TO



Fonte: Trabalho de Campo Município de Pedro Afonso. Autor: Oliveira (2016).

A imagem retrata uma das características particulares do modo de vida camponês e isso faz deles uma fortaleza, enquanto classe, que resiste a adesão à modernidade, acima de tudo. Não muito distante das dependências dessa

¹²⁰ Essa é uma das características importantes, de boa parte dos camponeses(as), que ainda resistem nas propriedades dos territórios Municipais. A maioria dos filhos migra, principalmente, em busca de trabalho. Os pais, com idade avançada, acabam vendendo a terra para comprar casa na cidade e viver da aposentadoria.

propriedade, se nota mudanças significativas na paisagem, que são os desmatamentos para plantio de soja¹²¹, principalmente, e alguns impactos ambientais já aparecem nas propriedades dos Associados da *Associação Bacabal*. Segundo entrevista concedida à pesquisa, em uma das propriedades existe a proliferação desequilibrada de animais silvestres: papagaios, periquitos, macacos, quatis, caititus, cotias que destroem as lavouras (D. C., *Associação Bacabal*, município de Pedro Afonso, julho de 2016).

Em situação semelhante à entrevistada anterior, na mesma Associação, encontrou-se o casal de idosos e um filho, na propriedade de Santa Luzia de 164 hectares (fotografia 16), os quais plantam apenas para o consumo da família. Semelhante aos demais camponeses, essa família tem recorrido aos serviços de locação de máquinas, via Prefeitura de Pedro Afonso, para aração de terreno, mas não foram atendidos.

A extensão das dificuldades, gradativamente, se desvenda nos demais membros da família, com a migração dos sete filhos para as cidades próximas, além de ressaltarem que já receberam proposta de compra, “os filhos são favoráveis à venda”, mas o casal não aceita vender, “enquanto puder trabalhar”, permanecerão na terra (M. L; A. P., *Associação Bacabal*, município de Pedro Afonso, julho de 2016).

¹²¹ Vale lembrar que, de acordo com as normas ambientais são 35% da propriedade deverá retirada para Área de Preservação Permanente (APP). Relembra-se que esse percentual era 50%, por estar localizado na área da Amazônia Legal. Tais impactos não se restringem apenas aos territórios pesquisados, pois de acordo com entrevista ao funcionário público, que atua no serviço de coordenação dos Projetos de Apicultura em todo o estado, informa que: “A soja é a grande vilã da apicultura. Está em primeiro lugar. Está atividade possui ampla aceitação no mercado e pode contar como fonte de renda importante. O próprio Governo pode realizar a compra direta para servir em creches e escolas públicas desde que se obedeça as exigências dos Selos de qualidade: o Selo de Inspeção Municipal (SIM) e Selo de Inspeção Estadual (SIE)” (O., Trabalho de Campo, Feira Agropecuária do Tocantins (AGROTINS), município de Palmas, Maio de 2017).

Fotografia 16 - moradia camponesa no município de Pedro Afonso – TO



Fonte: Trabalho de Campo Município de Pedro Afonso. Autor: Oliveira (2016).

Seguindo pelo mesmo roteiro das Associações dispersas pelos municípios, nota-se que as dificuldades são muitas e apontam para uma única direção: manter-se na *terra de trabalho*, embora muitos membros das famílias tenham migrado, movido por desesperanças em busca de espaço para viver. Contudo, há uma invisibilidade nessas relações, que devem ser notadas no campo político da disputa territorial desleal do agronegócio e estado, em detrimento dos camponeses.

Como exemplo, a *Associação Bom Será* e as unidades camponesas dispersas localizadas no território municipal de *Tupirama*, visto que parte dela é composta por ribeirinhos, produtores de hortaliças¹²², para vender na feira de e praça de Pedro Afonso(N., Trabalho de Campo, julho de 2016). Ao mesmo tempo, os integrantes têm tentado, como os demais, se firmarem/retirarem da terra seu sustento, em meio a dificuldades. Reitera-se, aqui, a busca política por melhorias, as quais têm sido por meio da Associação, por mais conturbada que seja sua origem.

¹²² Em um dos trabalhos de Campo por Pedro Afonso, teve-se o prazer de conversar com o ribeirinho P. N., proprietário de 06 hectares, mora no lote com esposa e um dos 09 filhos. Um filho trabalha na sede de Pedro Afonso na empresa de transporte Savantinina função de lanterneiro, terceirizada da BUNGE. Na oportunidade, informa à sua maneira, que os impactos ambientais da soja já aproximam de sua propriedade (P. N., Trabalho de Campo, sede municipal de Pedro Afonso, Agosto de 2014).

Em vista a uma pequena propriedade, 14,52 hectares, que mora um casal de meia idade e uma neta (Fotografia 17). Os filhos já casaram e moram fora. A proprietária está à frente da Presidente da Associação e aponta dificuldades, sobretudo com relação à falta de água e tamanho reduzido da propriedade, dado a maior parte da fonte de renda vir da produção de leite (Fotografia 18) e, como complemento, a plantação de mandioca, frango caipira e ovos vendidos não regularmente na própria propriedade.

Com relação à falta de água potável, poderia ser suprida mediante projeto de bombeamento das águas rio Tocantins, considerando que essa propriedade, e boa parte das de outras, são próximas às margens e ainda aquelas que distam um pouco mais, porém, isso demanda investimentos, que a maioria dos camponeses não pode arcar.

Segundo os técnicos do RURALTINS, a alternativa da escavação de um poço artesiano poderia ser a solução, mas esbarra na salobridade da água, que de certa forma, inviabiliza algumas atividades de uso doméstico, solo e plantação. (N., Trabalho de Campo, julho de 2016). Demanda, também, investimentos em pesquisas¹²³ agrônomicas. Desta feita, a ciência deve se situar positivamente a serviço da sociedade, especialmente se as pesquisas são realizadas com o dinheiro público.

Fotografia 17 - residência camponesa no município de Tupirama



Fonte: Trabalho de Campo Município de Tupirama. Autor: Oliveira (2016).

¹²³ Contudo, não se trata de algo totalmente desconhecido. É sabido que já existe pesquisa agrônômica e relato de experiência exitosa no Semiárido nordestino brasileiro.

Fotografia 18 - criação de gado leiteiro no município de Tupirama



Fonte: Trabalho de Campo Município de Tupirama. Autor: Oliveira (2016).

Com relação aos impactos provocados pela atividade da monocultura da cana-de-açúcar e soja registra-se, segundo a Associação, alguns momentos críticos:

[...] já aconteceu de ter morrido plantação, coqueiros nativos (babaçu). Tem acontecido de aviões agrícola da cana ter prejudicado a soja (briga: grande produtor contra grande produto). Cana contra soja fica a briga quem jogou veneno – foram os produtores de cana. (F. R., Associação Bom Será, município de Pedro Afonso, julho de 2016).

Fazendo uma analogia do teor da citação acima, com o conteúdo da (Fotografia 18), especialmente a capacidade de resistir às dificuldades provocadas pelos impactos e superação, pela improvisação e assim conseguir tirar da terra o sustento, fica bastante evidente a capacidade de resistência e engenhosidade do camponês(a), mas com a chegada da luz elétrica do Programa Luz para Todos, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, tem somado um pouco mais.

Por fim, apresenta-se a Vila Matinha e a Associação dos Trabalhadores Vale do Tranqueira e Jandaira (ASTRAJA), localizada no município Guaraí. Esses grupos de famílias camponesas são de origem mineira. Saíram de Minas Gerais para Goiás e por lá permaneceram até por volta de 1940 e somente no final dos anos de 1970, entre 1977 a 1980 chegaram ao então Norte Goiano e se fixaram no

município de Guaraí, sendo que o acesso à terra foi por meio da compra (V., Entrevista concedida à Pesquisa, anotações em caderneta, julho de 2017).

Com exceção das já enumeradas Associações e descritas anteriormente, essa Associação foi criada por iniciativa dos próprios camponeses, no ano de 1992, em parceria com as *Comunidades Eclesiais de Bases* (CEBS) da Igreja Católica.

A Associação possui espírito mais amadurecido, do ponto de vista do cooperativismo. Algumas práticas como, criação de Lavoura Comunitária, Casa da Farinha e plantio de hortaliças fazem parte da rotina. Brevemente chegará para a comunidade um trator esperado desde 1992. Enquanto a sonhada máquina não chega, essa necessidade tem sido suprida pela Prefeitura de Guaraí, menos negligente que as já mencionadas.

Os camponeses da referida associação, já chegaram a produzir banana maçã, feijão, milho e mandioca, porém, em função do aparecimento de uma doença virótica conhecida como Mal-do-Panamá que acomete a bananeira, já comentado no âmbito do Estado anteriormente. O plantio de feijão sofre com o mesmo problema. Aos poucos os agricultores foram obrigados a mudar desses cultivos para hortaliças, as quais situam como principal atividade em toda a comunidade atualmente (V., Entrevista concedida à Pesquisa, anotações em caderneta, julho de 2017).

Quanto ao destino da produção, tem sido a sede municipal de Guaraí e entorno: Pedro Afonso, Colto Magalhães, Presidente Kennedy, Tabocão. Outras ações que fazem desta comunidade uma referência às demais, dizem respeito à forma como tem buscado ampliar relações com instituição de pesquisa dentre as mais importantes cita-se um estudo, artigo científico, que está sendo feito por um pesquisador da Universidade Estadual de São Paulista (UNESP), campus de Botucatu, cujo objetivo é provar a identidade desta Comunidade e daí poder usufruir dos benefícios que o direito lhe faculta como Comunidade Tradicional (V., Entrevista concedida à Pesquisa, anotações em caderneta, julho de 2017).

Outros trabalhos de extensão/parceria também vêm acontecendo com a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) unidade de Palmas/TO, Faculdade de Guaraí/TO (FAG) cursos de Agronomia e Biologia e Universidade Federal do Tocantins (UFT) (V., Entrevista concedida à Pesquisa, anotações em caderneta, julho de 2017).

Conforme analisou-se, na expansão geral da soja, na dinâmica populacional, na estrutura fundiária e na resistência camponesa por meio das Associações nos

territórios municipais com ênfase nas terras de Cerrado, percebe-se que cada vez mais esses territórios estão sendo requisitados pelo agronegócio. Outro fator que não se pode perder de vista é a inserção destes Municípios no cenário internacional por meio da exportação de commodities.

A forma como tudo isso está sendo conduzido dá a tonalidade das contradições. Basta pensar, que lugares como os municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus, Tupirama, Guaraí e Santa Maria, até meados de 1990, não se imaginavam convivendo com elementos tão dispares e tão bruscamente provocadores de alterações em seu cotidiano.

Até então, o uso do latifúndio se assentava sobre menor aparato técnico. Eis que se ergue, diante de sua população, um arsenal tecnológico que se enumera desde maquinários para preparo do solo, insumos, silos para armazenar grãos, cooperativas, pivô de irrigação com grande capacidade, pavimentação, edificações de pontes de grande extensão sobre o rio Tocantins em pontos estratégico para escoamento da produção, rodovias, Ferrovias Norte-Sul e outros.

Neste ínterim, encontra-se o poder do Estado, como parte do mesmo processo imbuído do papel de abrir o caminho por meio de infraestruturas, figurando assim como o impulsionador maior no sentido de fazer cumprir o desejo de uma classe, qual seja burguesia e Estado, aparentemente separados, porém juntos para extrair renda da terra.

Em meio à *metamorfose* destrutiva do *latifúndio*, os camponeses que ainda não foram expulsos resistem e esperam por melhorias. Há, certamente, os que nunca tiveram terra e esperam, por meio dos movimentos sociais conquistar sua *terra de trabalho*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu quase que nada sei, mas
desconfio de muita coisa”.
Guimarães Rosa

Compreender o território pressupõe situar, em primeira mão, as forças determinantes das variáveis dotadas de interesses que geram conflitos e o colocam em movimento constante. Assim tem sido a formação geográfica do Território Brasileiro, subdividido nas unidades da federação - os estados e municípios - territórios dentro de outro território. Contudo, não se trata de separar o todo das partes e nem o contrário, mas sim compreendê-las interrelacionadamente, qual seja já estamos marcando posição ao real fundamento circunscrito dentro da totalidade e cuja teoria do materialismo histórico dialético - o concreto pensado conforme Marx – nos forneceu os passos para vislumbrar o objeto deste trabalho, em uma palavra, a *metamorfose do latifúndio* no município de Pedro Afonso.

Ademais, requer aprofundar o debate, no que concerne a compreender em essência a sociedade dividida em classes – que certamente a “mão invisível” de Adam Smith não ajuda, qual seja a dissonância da palavra harmonia: nem na escala dos territórios nacionais, tampouco no internacional.

Nesse sentido, entra em cena a busca constante e cada vez mais complexa de grupos econômicos movidos pela fixação ideologia de desconstruir tudo que se opõe à sua lógica destrutiva metamorfosista. Neste ínterim, os mais atingidos são os camponeses dado a relação com a terra ser contrária à do capital no campo que é a de extrair renda.

Dado que é por meio do domínio da exploração da força de trabalho dos que já foram destituídos dos meios de produção, dos que nunca tiveram esses meios, dos que *possuem nominalmente a propriedade terra*, segundo Martins (1986), Oliveira (1987) e Paulino (2006) e que, de certa forma, não são “donos” de sua produção em função de estarem alinhados ao processo de *subordinação*. Qual seja esse processo, tem se materializado mais especificamente no território camponês das regiões Sul e Sudeste do Brasil, interpretado criticamente pelos referidos autores.

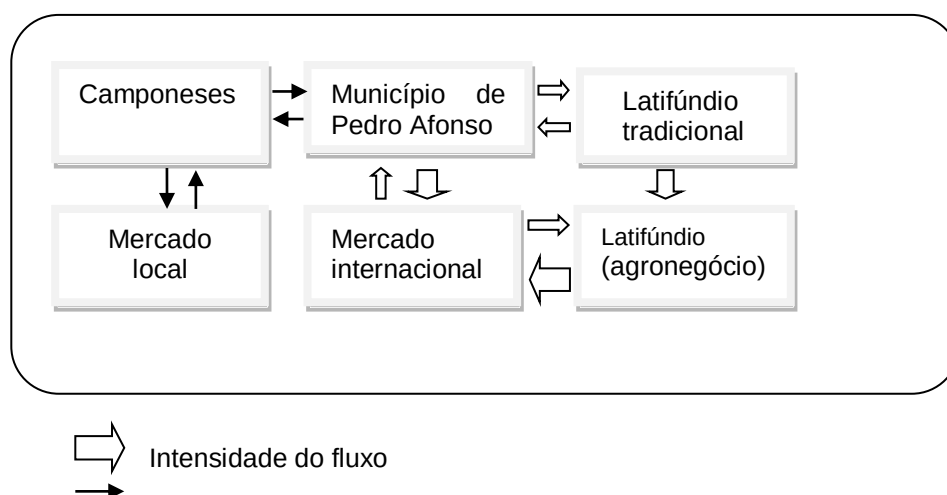
No que tange a inserção do Cerrado brasileiro no mercado de commodities, busca-se responsabilizar, e/ou assumir os fatores que estão na base da

compreensão da *metamorfose do latifúndio* que são, ante de tudo, os investimentos maciços de capitais privados e públicos capitaneados pelas políticas públicas de abertura de vias de transportes, energia, telecomunicações, pesquisas agropecuárias, flexibilidade ambiental para que se efetive a extração de renda.

No âmbito do estado do Tocantins, apesar das condições de subalternidade, existe a resistência e o enfrentamento por meio da luta pela Reforma Agrária. Fator este, que de certa forma, surpreende o tradicional poder da classe hegemônica, conjuntamente com o conservadorismo do Estado. Todavia, está é uma questão que tem origem na racionalidade produtiva/destrutiva do capital no campo, que a política adotada pelo o agronegócio faz questão de torná-la invisível perante todos.

Então, nota-se por meio do esquema simplificado, abaixo, a forma como se estrutura a organização do poder hegemônico enquanto prioridade para o agronegócio pela via desenvolvimentista, porta de entrada para o capital, em detrimento da organização territorial camponesa como demonstrada no Capítulo 6 deste trabalho.

Figura 1 - esquema simplificado do processo de inserção do município de Pedro Afonso na metamorfose do latifúndio e marginalização do território camponês



Eis o contexto em que circunscreve a *metamorfose do latifúndio*, qual seja a rearrumação do território municipal de Pedro Afonso tendo como marco importante o meado de 1990, período da implantação do Projeto Nipo-Brasileiro - organização dos colonos em cooperativa (Cooapa), construção de silos, pivôs de irrigação, galpões, retirada das cercas das propriedades, concentração da terra, abertura de

estradas vicinais, uniformização da paisagem por meio das grandes áreas plantadas.

Os núcleos urbanos não ficaram imunes à *metamorfização*, sobretudo a sede de Pedro Afonso. Sobre os quais se assentaram os mediadores do comércio de terras, bancos, escritórios de consultorias e de contabilidade, de compra de insumos e de grãos, sede cooperativa, cursos de curta duração e regular voltados para o setor do agronegócio pelo Instituto Federal de Educação (IFTO), Serviço Brasileiro Apoio às Micro Pequenas Empresas (SEBRAE), construção de hotéis, pizzaria, lojas, substituição do Mercado Municipal por camelódromo e da quadra de esporte por edificações prediais e mais adiante a periferia carente das primeiras necessidades de um ser humano, morar, alimentar, vestir.

A participação do poder público, como já se espera, tem sido antes de tudo, incisiva na implantação de vias de escoamento da produção de commodities. Nesse ínterim, cita-se o já em funcionamento tráfego, relativamente recente da Ferrovia Norte-Sul e da plataforma multimodal, a 173 km no município de Pedro Afonso, próximo à Capital do Estado, com ligação ao Porto de Itaqui no Maranhão e/ou Palmas a Anápolis/GO; o antigo eixo da rodovia Belém-Brasília e um terceiro eixo de escoamento por meio da hidrovía pelo rio Tocantins. Salvo alguns entraves próprios da essência contraditória do capital, o que os empresários do agronegócio achavam é que a Ferrovia iria baixar o preço do transporte e tem acontecido o contrário. Justifica-se aí, a disputa capital versus capital na fala de um dos nossos entrevistados - sojicultor (E., Trabalho de Campo, Pedro Afonso, Abril de 2017).

Ainda com relação aos três grandes eixos de circulação, almejado pelo capital, cita-se a provável finalização da referida Hidrovía. Porém o grande empecilho tem sido a demolição dos 43 km do Pedral de Lourenço localizado acima da eclusa da Hidrelétrica de Tucuruí/PA entre a cidade de Santa Terezinha no estado do Piauí e a Ilha do Boguea no estado do Pará. Ressalta ainda nesse sentido o lançamento do “edital da obra em 30 de Julho de 2014 pela ex-presidente Dilma” (Brasil/MDA, 2014). Todavia, é importante lembrar que todos esses investimentos têm se desdobrado na *metamorfose do latifúndio* e consequentes impactos mais diretamente relacionado a classe camponesa.

Contudo, a metamorfose do latifúndio não é algo tão recente. Para compreendê-la se faz importante recuar um pouco mais nas determinações anteriores a 1995 no referente ao latifúndio tradicional (Figura 1). Até por volta do

final dos anos de 1970, o maior uso das terras do então Norte Goiano acontecia nas terras de matas. O Cerrado destinava-se apenas à criação extensiva de gado bovino.

Mas, precisamente na década de 1970, o Governo Federal já direcionava projetos agropecuários para a região Centro-Oeste e Norte. Na verdade esses Projetos foram mais de natureza geopolítica do que econômica e que se concentrou nas bordas da rodovia Belém-Brasília. Pedro Afonso, o então distrito de Tupirama sofre a metamorfose às avessas como áreas dispersoras de população para o município de Guaraí nas margens da Rodovia.

Conforme já comentado em capítulos anteriores, houve por parte do Governo a iniciativa de desenvolver Projeto de assentamento direcionado às famílias camponesas localizado nas margens da Belém-Brasília na década de 1970, que na verdade não frutificou por motivos diversos e os assentados terminaram migrando para os núcleos urbanos próximos e cidades pelo país. Registra-se nesta ação uma das formas de concentração de terras e formação de latifúndio.

Ao mesmo tempo, o poder estatal tem sido determinante para a *metamorfização*, conforme apresentado na Figura 1, qual seja o de abrir caminho por meio de infraestruturas, figurando, assim, como o impulsionador maior no sentido de fazer cumprir o desejo da classe burguesia.

Ainda, conforme sintetiza a Figura 1, existe duas lógicas de funcionamento após a *metamorfose do latifúndio*: a primeira e mais importante para o Estado, por produzir para o mercado externo e proporcionar o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e a segunda é a agricultura camponesa. Desprestigiada pelas políticas públicas, destituídas de infraestrutura básica: máquinas, insumos, custeio, assistência à saúde, educação e até mesmo da água, como foi apresentado no Capítulo 6 deste trabalho.

Com relação à formação política dos camponeses mencionados na pesquisa, sendo a fragmentação, de certa maneira, uma característica da grande maioria deles, fator que os fragiliza, diante do que pode ser feito, que é o enfrentamento. Única saída para seu reconhecimento e valorização como classe, que realmente produz alimento para todos, se não produz, é porque lhe faltam as condições necessárias (Figura 1).

Conforme analisado no Capítulo 6, a respeito da formação política, existe apenas os primeiros passos que podem ser justificados, por meio das Associações

Camponesas dispersas pelos Municípios: Pedro Afonso, Bom Jesus, Tupirama, Guaraí e Santa Maria. Como já é do conhecimento, a criação dessas Associações não partiu dos próprios camponeses, mas considerando que os mesmos já utilizam como meio para se cadastrar junto ao órgão público, para aquisição de benefícios provenientes das escassas políticas públicas para a classe, fica mais fácil dar um passo à frente, no sentido de se organizar melhor e partir para o enfrentamento e consequentemente chegar às conquistas.

Ao final do trajeto da pesquisa, evidenciou-se o previsto na hipótese que foi o de comprovar conceitualmente a *metamorfose do latifúndio*. Para tanto, um longo percurso foi realizado. Passou-se pela compreensão da rearrumação territorial do *latifúndio tradicional* para se certificar das reais transformações atuais e/ou *metamorfose*, isto é, do que realmente foi e no que se tornou. Tal *metamorfização* caracteriza-se e revela sua natureza extremamente concentracionista e *destrutiva* da base física, com desdobramentos também severos na exclusão camponesa. De posse desta rearrumação latifundista territorial pautada nos investimentos privados, públicos, manobras política classista, é que se pode comprovar o conceito de *metamorfose do latifúndio*.

REFERÊNCIAS

- A BUNGE: nossa história. In: **BUNGE Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa_Historia.aspx> Acesso em 10/10/2015.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- AJARA, C.; BARBOSA, J. G.; BEZERRA, V. M. D'Avila C. O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53 (4): 5- 48, out/dez. 1991.
- ALBUQUERQUE, F. L. Agronegócio quer a Amazônia e o Cerrado: mobilização- em jornada de protestos, Via Campesina reivindica melhores condições para a agricultura familiar camponesa e assentamentos da reforma agrária. **Jornal Brasil de Fato**: via campesina, Agosto 2011, p.2.
- ALMEIDA, M. G de. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, G. **Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha**: perspectiva do capitalismo global no século XXI. São Paulo: LTR, 2011.
- ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- AQUINO, N. A. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. Goiânia, 1996. 200f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1996.
- BARBOSA, Y. M. **Conflitos sociais na Fronteira Amazônica**. São Paulo, 1996.
- BARBOSA, A. S.; GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A. **Geografia**: Goiás-Tocantins. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.
- BARREIRA, C. C. M. A. **Região da estrada do boi**: usos e abusos da natureza. Goiânia: UFG, 1997.
- BELLENTANI, N. F. **A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético**. Tese de Doutorado em Geografia. SP: USP/FFLCH, 2015.
- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional**: 1930-1960. Goiânia: UFG, 2000.

_____. A rodovia Belém-Brasília. In: **Revista Educação e Mudança**, n. 09/10. jan/ dez, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 1.692, de 10 de maio de 1979**. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais que especifica, situados no município de Formoso do Araguaia, e dá outras providências. Governo do Estado de Goiás. Goiânia, 1979. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=12430> Acesso em 06/06/2015.

BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio 2015**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm> Acesso em 04/12/2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Kátia Abreu constata interesse estrangeiro em agronegócio e infraestrutura no Brasil**. In: Notícias. Comércio Exterior. nov. 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/11/katia-abreu-constata-interesse-estrangeiro-em-agronegocio-e-infraestrutura-no-brasil>>. Acesso em dez. 2015.

CAMPOS, F. I. **O Coronelismo em Goiás**. Goiânia: UFG, 1987.

_____. Goiás formas de ocupação: "...uma população sem terra numa terra despovoada...". In: **Sociedade e cultura**. 1(1): 71-80, jan./jun. 1998.

CARVALHAL, M. D. **O engendramento da crise do capital nas redefinições do mundo do trabalho e na reconfiguração territorial**. Pegada (UNESP. impresso), Presidente Prudente, v. 2, n.2, p. 21-34, 2001.

_____.; THOMAZ JR, A. A dinâmica territorial do capital e seus efeitos para o mundo do trabalho. In: **Terra Livre**. v. 2, p. 63-74, 2008.

CASTRO, J. A. de. O espaço goiano. In: GOMES, Horieste (Org.). **Curso de Geografia de Goiás**. Goiânia: ABG, 2004.

CHAUL, N. F. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. 2. ed. Goiânia: UFG, 1999.

CHENAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã VM Ed. Graf. Ltda., 1996.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Instituto de Pesquisa Aplicada**. Disponível em: <www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf>. Acesso em jun.2015.

E, J. **Entrevista com produtor de soja, seringueira e gado de corte**. [15 de Agost. 2014]. Entrevistador: Sebastião de Souza Oliveira. Pedro Afonso, 2014. Anotação em caderneta.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3ª ed. São Paulo: Escala, 2009.

E.R.S. **Entrevista com o técnico do escritório estadual do Instituto RURALTINS**. [11 de agost. 2015]. Entrevistador: Sebastião de Souza Oliveira. Palmas, 2015. Anotação em caderneta.

GIRARDI, E. P. **Estrutura fundiária Cadastro do INCRA, 2002 – 2003** [PDF] In: DATALUTA. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm> Acesso em 15/12/2015.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica da Goiás**. 2. Ed. Goiânia: UCG, 2004.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). **Território e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 354f. Tese (Livre-Docência em Geografia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP.

_____. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

FERNANDES, F. **Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973, p. 131-150.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. 1. ed. Coleção questões da nossa época v.92. SP: Cortez, 2001.

_____.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. FERNANDES, B. M.; Welch C. A. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOMES, M. et al. O Brasil dos agrocombustíveis: soja mamona. Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade. In: **Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis**. ONG Repórter Brasil. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em maio de 2015.

GRANOL: uma gigante verde e amarela. In: **Histórico**. Granol 2010. Disponível em: <<http://www.granol.com.br/empresa/historia/>> Acesso em 03/12/2010.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de Latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **O “novo imperialismo”**: ajustes espaço – temporais e acumulação por desapossamento” I e II, 2003. São Paulo: PUC. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf> Acesso em: 16/01/2015.

HOBBSBAWM. E. J. **A Era do Capital -1848 – 1875**. Trad. Luciano Costa Neto. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do homem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário – 2006. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 14/04/2017.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, M.; SUZA, M. A. A. (Orgs) **Território Globalização e Fragmentação**. 5. ed. Editora Hucitec Anpur, 2006. p. 77 a 84.

_____. **Origens agrárias do estado brasileiro**. 1. ed. São Paulo: 1984 Brasiliense: 1984.

INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://geofieo.blogspot.com.br/2009/01/xix.encontro.nacional>> Acesso em 10/05/2013.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Trad. José Paulo Neto. SP: Victor Civita, 1982.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 9. ed., revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2009.

LIRA, E. R. **A Gênese de Palmas – Tocantins**: a Geopolítica de (Re) ocupação territorial na Amazônia Legal. GO: Kelps, 2011

MAO, T. T. **Sobre a prática e Sobre a contradição**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Crédito fundiário. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=53>> Acesso em 14/04/2017.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. 1. ed. Minas Gerais. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>> Acesso em 05/06/2015.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. (revista e ampliada). São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: **ESTUDOS AVANÇADOS**. 15, (43), pp. 31-36. São Paulo: 2000, Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-artex&piol=so103-40142001000300012>> Acesso em Jan. 2016.

_____. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos Movimentos Sociais do Campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Manifesto comunista**. 4. ed. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

_____. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 Esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria**. São Paulo: Escala, 2007.

_____. **O capital: crítica da economia política- O processo de produção do Capital**. Tradução de Regis Barbosa, Flávio R. Kothe. 3. ed. v. 1, t.2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDINA, C. A. de. Estrutura de poder e resistência à mudança: a reforma agrária e os obstáculos à sua implantação. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs). **Vida Rural e Mudança social**. São Paulo: Editora Nacional. 1972, p. 236-252.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese de Doutorado em Geografia. SP: UNESP- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Presidente Prudente, 2004.

_____. **Geografia, Território e Trabalho: usos e forma de apropriação/expropriação**. Presidente Prudente: 2010. Disponível em: <<http://www.google.com.br>> Acesso em 12/06/2014.

MESZÁROS, I. **O poder da Ideologia**. Trad. Paulo Cezar Castanheira – SP: Boitempo, 2004.

_____. **A Montanha que devemos conquistar**. Trad. Maria Izabel Lagoa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. Trad. Georg Toscheff. 2. ed. SP: Cadernos Ensaio, 1989.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Capital: a contradição viva. In: MÉSZÁROS, I. **Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9-159.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. 1988. Tradução de: Valdemir Lisboa dos Santos. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/valerio/desenvolvimentocombinado.html>> Acesso em 05/06/2015.

NERA. Agronegócio e Reforma Agrária. Presidente Prudente: FERNANDES, Bernardo Mançano [200-], p.1). Disponível em: <<http://www.2fct.unesp.br/nera>> Acesso em 09/10/2012.

PINTO, M. N. (Org.) **Cerrado**: Caracterização, ocupação e perspectivas. 2. ed. (Revista e ampliada). Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das lutas no campo**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. et al. **Território em conflito, terra e poder**. 1. ed. Goiânia: Kelps, 2014.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos Avançados**. vol. 15, n. 43. São Paulo: set./dez. 2002, p. 185-206. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015> Acesso em: jun. 2015.

OLIVEIRA, A. U. de. **A renda da terra diferencial I e II**. Revista Produção Acadêmica, NURBA/ U.F. Tocantins, n. 03, p.11-17, 2007.

_____. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo**: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, agosto, 2015. ISSN 2179-0892.

OLIVERA, Henrique Altemani. **Relações comerciais Brasil-Ásia**. São Paulo: USP, 1997.

OLIVEIRA, S. de S. **Porto Nacional: De Porto Real a Espaço Periférico de Palmas – TO.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

OSADA, N. M. **PRODECER: Projetos no cerrado e dívidas agrícolas.** Publicación Carta Asiática, 1999apud Cooperação Moçambique-Brasil-Japão: Interesses que movem o ProSavana. Instituto HumanitasUnisinos, 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519095-cooperacao-mocambique-brasil-japao-interesses-que-movem-o-prosavana>>. Acesso em jun. 2015.

PAULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** Trad. Rita Lima. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses.** 1. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. Reforma agrária: o incômodo diálogo. In: **AGRÁRIA**, n. 14, pp. 99-120. São Paulo: 2011, p. 99-120. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/55803/59212>> Acesso em 10/06/2015.

PESSOA, R. **A sanha golpista e a História como tragédia:** crônicas de um mundo em transe. Blog: Gramática do Mundo, 18 de Abril de 2015. Disponível em: <<https://gramaticadomundo.blogspot.com.br/2015/04/a-sanha-golpista-e-historia-como.html>>. Acesso em ago 2016.

PRADO, Jr. C. **Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRESTES, C. Proposta de reforma agrária da bancada do PCB na constituinte de 1946: Discurso pronunciado na Assembleia Nacional Constituinte. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PRODECER. In: CAMPO: Companhia de Promoção agrícola. Disponível em: <<http://www.campo.com.br/proceder/>> Acesso em 11/11/2015

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). In: **ESTUDOS AVANÇADOS.** 15, (43), pp. 141-155. São Paulo: 2001, Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-artex&piol=so103-40142001000300012>> Acesso em 04/12/2015.

ROCHA, C. E. R. **O processo de territorialização da agricultura moderna e a expansão da produção de soja no município de Porto Nacional-TO.** Dissertação de Mestrado em Geografia. UFT, 2015.

RODRIGUES, D. B. A expansão da produção de grãos do projeto Rio Formoso no entorno da Ilha do Bananal: concentração de riqueza, exclusão e resistência. In: **II Simpósio Nacional: Cidades, Fronteiras, e Território Tradicional e V Simpósio do NURBA/UFT- Porto Nacional**, vol. 2, 2014, p. 85-90.

RODRIGUES, V.; VASCONCELOS, S. J.; BARBIERO, A. K. **Análise da efetividade socioeconômica do PRODECER III no município de Pedro Afonso**, Tocantins. *Pesq. Agropec, Trop. Goiânia*, v. 39, n. 4, p. 301–306, out./dez. 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

EMIR, Sader. As teorias do Estado e seus desafios no fim do século. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** Tradução Lúcia E. Orth, 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 79-89.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel 1992.

_____. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: 2001.

_____. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEAGRO. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Disponível em: <www.seagro.gov.br> Acesso em: dez. 2015.

SEPLAN/TO: Departamento de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-econômico: **Indicadores socioeconômicos do Estado do Tocantins**, ed. 2013.

_____: Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas-DPIE: **Anuário Estatístico do Estado do Tocantins**, 3 ed. 2009.

SHANIN, T. A Definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA: Presidente Prudente-SP**. Ano 8, nº 7 pp. 1-21, 2005.

SIDRA. Sistema de Recuperação Automática. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - novembro 2015**. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 dez. 2015.

SILVA, C. A. F. da S.A Rede política territorial da soja em Pedro Afonso (TO). In: **CTA Geográfica**, v. 4, n. 7, Boa Vista, jan./jul. de 2010. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/viewFile/258/464>> Acesso em 16/03/2014.

SILVA, M. A. M. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. Vidas Transitórias. Entre os Cocais Maranhenses e os Canaviais Paulistas. In: **Revista da ANPEGE**, v.7, n.1 (número especial), out. 2011, p. 161-178.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

STÖRIG, H. J. **História geral da Filosofia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

THERBORN, G. As teorias do Estado e seus desafios no fim do século. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** Tradução Lúcia E. Orth, 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 79-89.

THOMAZ JÚNIOR, A. **A territorialização do monopólio**: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras. USP, 1989.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no século XXI** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Tese de Livre-Docência. Ano de obtenção: 2009.

_____. **Por uma Geografia do trabalho**. Presidente Prudente: CEGeT, 2002.

_____. Territórios em Disputa e a Contemporaneidade da Dinâmica Geográfica do Trabalho no Brasil. In: ALVES, J.; PONTE, K. F.; THOMAZ JUNIOR, A. (orgs.). (Volume VII). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2012, p.11-56.

_____. Sinal dos tempos do Capital: Irreformabilidade e Emancipação! In: ALVES, J.; PONTE, K.F.; THOMAZ JUNIOR, A. (orgs.). (Volume VI). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2011b, p. 5-28.

_____. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. SP: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. **Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos**. In: THOMAZ JR, A.; FRANÇA JR, L. B. (Orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2010, v. 5, p. 176-216.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. Tradução E. Huggins. v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VERGÉS, A. B. **Os novos Camponeses**: leituras a partir do México profundo – Trad. Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WAIBEL, L. **Capítulos da geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.